

A large, detailed hand is shown holding a miniature rural landscape. Inside the palm, there are several farmers working in a field, a green tractor, and a train. The background is a dramatic, cloudy sky.

E-book
2ª edição

ESTUDOS RURAIS:

*Entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento,
natureza, políticas públicas e lutas no campo*

*Sérgio Sauer, Catia Grisa, Ramonildes Gomes,
Valter Lúcio de Oliveira, Janise Bruno Dias (Orgs.)*

Este livro é uma demonstração clara da importância dos debates e das reflexões acadêmicas e científicas no âmbito da Rede de Estudos Rurais (RER), que tem suas origens no Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), fruto de um convênio entre a Fundação Ford e o então Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura (CPDA). Antes de se constituir como RER em 2006, esse coletivo articulou-se sob a forma de uma associação: a APIPSA. Ao longo dos anos foi se fortalecendo no âmbito desses coletivos uma arena de encontros de um conjunto de pesquisadores e pesquisadoras, agentes do setor público e, em especial, alunos de pós-graduação de diferentes áreas dos estudos rurais, garantindo o caráter formador delineado desde a criação do PIPSA. Ao privilegiar a discussão e a reflexão, esses encontros centram-se em conteúdos diversos característicos do campo brasileiro. Os temas apresentados

nos diferentes artigos deste livro remetem a processos sociais característicos da herança colonial do país, que permanecem, embora metamorfoseados, como parte de um processo de desigualdade social, econômica e ambiental, inerentes ao desenvolvimento do capitalismo, que subjuga os diferentes grupos sociais protagonistas do campo. A temática central do IX Encontro da RER retrata a realidade atual, o que instiga os diferentes estudos apresentados neste livro sobre a mercantilização da natureza, a financeirização da agricultura e os desafios agroalimentares globais. Ficam aqui veementemente registrados uma recomendação e um convite à leitura desta obra, cujo conteúdo reflete os desafios da RER em realizar um evento extremamente produtivo em meio a um contexto de calamidade sanitária imposta pela alta contaminação da COVID-19.

Sônia M^a Pessoa Pereira Bergamasco
Professora titular da FEAGRI/UNICAMP

Estudos Rurais

**Entrelaçando reflexões sobre
desenvolvimento, natureza,
políticas públicas e lutas no campo**

**Sérgio Sauer
Ramonildes Gomes
Catia Grisa
Valter Lúcio de Oliveira
Janise Bruno Dias
(orgs.)**

Estudos Rurais
**Entrelaçando reflexões sobre
desenvolvimento, natureza,
políticas públicas e lutas no campo**

**E-book
2ª edição**



**São Leopoldo
2022**

© Dos autores – 2022

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Revisão: Geraldo Korndörfer

Diagramação e arte-final: Jair de O. Carlos

Conselho Editorial (Editora Oikos):

Avelino da Rosa Oliveira (UFPEL)

Danilo Streck (Universidade de Caxias do Sul)

Elcio Cecchetti (UNOCHAPECÓ e GPEAD/FURB)

Eunice S. Nodari (UFSC)

Haroldo Reimer (UEG)

Ivoni R. Reimer (PUC Goiás)

João Biehl (Princeton University)

Luiz Inácio Gaiger (Bolsista de Produtividade CNPq)

Marluza M. Harres (Unisinos)

Martin N. Dreher (IHSL)

Oneide Bobsin (Faculdades EST)

Raúl Fernet-Betancourt (Aachen/Alemanha)

Rosileny A. dos Santos Schwantes (Centro Universitário São Camilo)

Vitor Izecksohn (UFRJ)

Editora Oikos Ltda.

Rua Paraná, 240 – B. Scharlau

93120-020 São Leopoldo/RS

Tel.: (51) 3568.2848

contato@oikoseditora.com.br

www.oikoseditora.com.br

Este livro é parte dos Anais do IX Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais, ocorrido entre os dias 4 e 8 de outubro de 2021, sob o tema “Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: desafios agroalimentares globais”, com apoio da Capes.

E82 Estudos rurais: entrelaçando reflexões sobre desenvolvimento, natureza, políticas públicas e lutas no campo. 2. ed.; E-book. / Organizadores: Sérgio Sauer ... [et al.]. – São Leopoldo: Oikos, 2022.
330 p.; il.; color.; 16 x 23 cm.
ISBN 978-65-5974-111-3
1. Agricultura. 2. Agricultura familiar. 3. Agroecologia. 4. Trabalhador rural.
5. Política agrícola. 6. Reforma agrária. 6. Economia agrícola. I. Sauer, Sérgio. II. Gomes, Ramonildes. III. Grisa, Catia. IV. Oliveira, Valter Lúcio de. V. Dias, Janise Bruno.

CDU 631

Catálogo na Publicação: Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Apresentação: Tecendo estudos e reflexões sobre desenvolvimento, natureza e lutas no campo	7
<i>Valter Lúcio de Oliveira</i>	
<i>Sérgio Sauer</i>	
<i>Catia Grisa</i>	
<i>Ramonildes Gomes</i>	
<i>Janise Bruno Dias</i>	
Contribuições lusotropicals para a teoria do Plantationoceno	23
<i>Wendy Wolford</i>	
Narrativas épicas sobre a Revolução Verde no Brasil, na China e na Índia ...	59
<i>Lídia Cabral</i>	
<i>Poonam Pandey</i>	
<i>Xiuli Xu</i>	
<i>Landnahme</i> e a governança ambiental do agroextrativismo 4.0	101
<i>Klemens Laschefski</i>	
Estratégias da financeirização do café no Sul de Minas Gerais	124
<i>Luiza Borges Dulci</i>	
Agricultura familiar e dinâmicas de institucionalização da ação política na Zona da Mata Mineira	145
<i>Elisa de Jesus Garcia</i>	
Agroecologia em território de avanço do agronegócio da soja: práticas e mobilização de agricultores familiares no Planalto de Santarém, Pará	162
<i>Mariana Piva</i>	
<i>Emilie Coudel</i>	
<i>Danielle Wagner Silva</i>	
<i>Beatriz Abreu dos Santos</i>	
Transposição do rio São Francisco: retórica, trajetórias e conflitos	187
<i>Paulo Romário de Lima</i>	
<i>Ramonildes Gomes</i>	
<i>Larissa Padilha de Brito</i>	

Rotas em colisão: mobilidades dos Yanomami na fronteira do Ajarani – Roraima	203
<i>Marcos Antonio Barbosa de Almeida</i>	
Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o PNAE e sua incidência na igualdade de gênero	220
<i>Ariane Favareto</i>	
A contribuição das mulheres rurais na reprodução dos agroecossistemas: um olhar sobre os quintais produtivos	237
<i>Luiza Carolina da Silva</i>	
<i>Karine Pereira de Freitas</i>	
<i>Michelly Aragão Guimarães Costa</i>	
<i>Laeticia Medeiros Jalil</i>	
Suicídio e trabalho na fumicultura: o caso do Vale do Rio Pardo, RS	258
<i>Laila Mayara Drebes</i>	
<i>Joel Orlando Bevilaqua Marin</i>	
Os camponeses e a repressão à luta armada: o caso do MR-8 em Brotas de Macaúbas/BA	277
<i>Fabricio Teló</i>	
Semeando lutas, construindo resistências na luta pela reforma agrária: a atuação do NAJUP Luiza Mahin	296
<i>Ana Claudia Diogo Tavares</i>	
<i>Fernanda Maria da Costa Vieira</i>	
<i>Maria Luiza Galle Lopedote</i>	
<i>Viviane Carnevale</i>	
Espaço de cuidados Maria Aragão: cuidados e formação em saúde	315
<i>Ludmila Bandeira Pedro de Farias</i>	
<i>Edinaldo Correia</i>	
Sobre as autoras e os autores	324

Apresentação

Tecendo estudos e reflexões sobre desenvolvimento, natureza e lutas no campo

Valter Lúcio de Oliveira

Sérgio Sauer

Catia Grisa

Ramonildes Gomes

Janise Bruno Dias

O real não está na saída nem na chegada:
ele se dispõe para a gente é no meio da travessia!
Guimarães Rosa

Este livro é um dos resultados materializados a partir dos ricos debates que teceram as atividades ocorridas no IX Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais ocorrido entre os dias 4 e 8 de outubro de 2021. Devido aos perigos e índices de contágio da pandemia da Covid-19, o encontro ocorreu totalmente no formato virtual/remoto e, apesar dos desafios e limites que tal formato impôs, o encontro foi bastante produtivo e reuniu centenas de pessoas do Brasil e do exterior que refletiram, em plenárias, painéis, trabalhos de grupos e lançamentos de livros, diversas questões e dimensões relacionadas ao tema central do encontro *Desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza: desafios agroalimentares globais*.

Além das restrições e perigos da pandemia, fortemente ampliados em função da gestão caótica e negacionista do governo federal, o IX Encontro Nacional aconteceu em um contexto de aumento desenfreado de destruição da natureza e exacerbação da violência, real e simbólica, contra os povos do campo, lideranças e pesquisadoras/es. O aumento da violência e da destruição da natureza tem na sua origem a convivência e ameaças emanadas do po-

¹ Senador pelo PP-RS e membro da FPA, trecho do seu discurso em café da manhã promovido pela presidência da república com a Frente Parlamentar Agropecuária ocorrido no dia 04/07/2019. Transcrito de: <<https://open.spotify.com/episode/6ZIV6patn98CU4hqORS9E8>>. Acesso em: 18 fev. 2022.

der central que ficaram evidentes, por exemplo, neste trecho do discurso do senador Luis Carlos Heinze (PP/RS): “Chega de questões indígenas, quilombolas, trabalhistas, ambientais, que travam o processo produtivo no país”¹.

Esse tipo de manifestação – que espelha o pensamento e as ações do governo Bolsonaro (2019-2022) e da Bancada Ruralista – expressa o mesmo atraso político e social do sistema latifundista clássico, na medida em que foi se convertendo, nas palavras de Alberto Passos Guimarães (1981), em um “organismo parasitário”. Este sistema, que “[...] ao invés de contribuir para o desenvolvimento da economia nacional, transformou-se, mais ainda, num estorvo, num obstáculo ao progresso da sociedade brasileira” (GUIMARÃES, 1981, p. 160). O hoje chamado agronegócio, ao dominar a política e a economia brasileira, insiste em fazer crer que o único destino do país é se manter, como no período colonial, na condição de exportador de produtos primários (*commodities*) para equilibrar a balança comercial e gerar divisas ao país (DELGADO, 2012), escondendo a desigualdade estrutural e a dependência externa brasileira.

A dependência do mercado externo e a integração subordinada ao sistema capitalista global, analisada por Guimarães (1981) em meados do século XX, guardadas as devidas singularidades históricas, não se alterou significativamente. A constatação de que as exportações de *commodities* (agrícolas e minerais) são responsáveis pelo superávit na balança comercial não é colocada como dependência, mas como uma vantagem natural, portanto, inevitável e não resultado de interesses, relações de poder, socialização dos prejuízos e privatização dos lucros (DELGADO, 2012).

Desde que o capitalismo se tornou o modo de produção dominante, e o acúmulo de capital passou a ser perseguido a todo custo, diferentes estratégias foram sendo criadas ou intensificadas para se adaptar às mudanças e às novas subjetividades e, evidentemente, para incorporar novas formas de lucros (CASTREE, 2008). Os consensos neoliberais foram criando estruturas objetivas, mas também subjetivas (inclusive normalizando a ideologia de que ‘tudo é agro’) para normalizar a conversão e redução da natureza a um uso mercantil. Isso se manifesta tanto no seu domínio como fonte de matéria-prima ou meio de produção, mas também na sua pretensa proteção. Diversos mecanismos, desenvolvidos com base na lógica de mercado e obtenção de lucros – como, por exemplo, defesas da ‘floresta em pé’ com base apenas no pagamento de serviços ambientais –, reforçam e ampliam a racionalidade econômica de que só o mercado pode definir o que tem e o que não tem valor (CASTREE, 2008).

Mudanças na natureza das articulações entre empresas transnacionais (investimentos, inclusive em tecnologias) e a esfera pública (privatização dos bens públicos, aumento da fome) e a emergência de novos mediadores e novas formas de atuação transnacional influenciam os contextos locais, reconfigurando e modificando as relações sociais e de produção. A financeirização – estreitamente vinculada à globalização e a novos atores – cria ou renova elos entre local e global, acionando redes, mas também resistências e cooperação, disputando hegemonias, que operam ordenamentos territoriais e dinâmicas sociais e produtivas.

No Brasil, país do ‘tudo é agro’, as dinâmicas de crescimento econômico estão intrinsicamente vinculadas à mercantilização da natureza e financeirização do campo, voltados para a produção de *commodities*, intensificação e especialização produtiva, circulação em cadeias longas (basicamente produção para exportação) e concentração agroindustrial. A expansão da fronteira agrícola no cerrado, com base nas mudanças nos sistemas produtivos do campo (ampliação da pastagem, avanço da soja, produção de cana) e em sua internacionalização, é promovida por uma modernização de ‘superfície’ (a base social permanece coronelista), com a promoção da nova divisão internacional do capital e a mercantilização das terras, em detrimento dos direitos das populações do campo, comunidades rurais e tradicionais. Dinâmicas que provocam conflitos e impactos socioambientais (por água, terra, aumento do uso de agrotóxicos e comprometimento da sociobiodiversidade).

A lógica capitalista estabelece uma homologia estrutural, combinando interesses da elite global e local, fazendo com que o atendimento das necessidades de produção e consumo global imponha a superexploração da força de trabalho e dos bens naturais dos países pobres. Portanto, o crescimento econômico e a balança comercial do Brasil – assim como de muitos países não industrializados – depende historicamente do setor primário. Esta dependência é parte de uma divisão internacional do trabalho, promovendo um modelo produtivo concentrador e predador, atendendo aos interesses econômicos de alguns grupos internacionais e da elite nacional. A mercantilização da natureza e a financeirização da agricultura são, portanto, processos constituídos com o neoliberalismo globalizado, sobretudo a partir do receituário do Consenso de Washington (SVAMPA, 2012; SASSEN, 2014).

A mercantilização da natureza e, em última instância, da vida em geral, tem sua razão de ser em uma sociedade que coloca o mercado no centro regulador. Conforme é reforçado por Rist (2007), as pessoas se encontram rodeadas de objetos a serem vendidos, mercadorias que ganham autonomia, levan-

do a lógicas econômicas que procuram afastar as interferências políticas, éticas e pessoais. As mercadorias são destinadas, por meio de trocas, a uma demanda solvente, ou seja, são produzidas para serem vendidas, consumidas. A solvabilidade é o fundamento do sistema de mercado, mas a centralidade da venda de mercadorias promove a acumulação, a exclusão e a desigualdade, tanto interna quanto internacional, e não se leva em conta a intertemporalidade, já que as necessidades das gerações futuras não podem ser antecipadas em uma sociedade de mercado (RIST, 2007).

Essa ordem política e econômica se expande para todas as esferas da vida social e para os diferentes territórios, atribuindo preço a tudo que é do interesse do mercado e destruindo o que não é 'precificável'. É uma ordem econômica, política e ideológica que, apoiada no *boom* dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo, gerou o que Svampa (2012) definiu como 'consenso das *commodities*'. Cada vez mais demandadas pelos países centrais e potências emergentes, a exploração e exportação desses bens naturais, 'abundantes' em países 'não desenvolvidos', geram vantagens comparativas e promovem o crescimento econômico (DELGADO, 2012). Produzem, no entanto, novas assimetrias e aprofundam desigualdades sociais e políticas, intensificando a expropriação das terras, natureza e territórios, aumentando a despossessão e produzindo novas dependências e dominação (HARVEY, 2003; SVAMPA, 2012).

Segundo Svampa (2012), há continuidades e semelhanças entre os acordos neoliberais do Consenso de Washington, dos anos 1980, e esse 'consenso das *commodities*' (anos 2000), inclusive em termos de manutenção das bases normativas e jurídicas, dando garantias de 'segurança jurídica' aos investimentos, aumentando taxas de rentabilidade, permitindo a expansão do capitalismo extrativo. É a ampliação de um desenvolvimento (neo) extrativista, apoiado em padrões de acumulação baseados na sobre-exploração do trabalho, na devastação da natureza e na expansão das fronteiras agrícolas, atingindo territórios antes classificados como improdutivos (SVAMPA, 2012). Esse capitalismo extrativo promove, por um lado, uma dinâmica vertical de expropriação dos territórios, aprofundando processos de *land grabbing* (expropriação de terras), grilagem verde (*green grabbing*), expropriação ou expulsão de populações do campo (SAUER; BORRAS Jr., 2016) e, por outro lado, o desprezo por processos democráticos de tomada de decisão.

Para Harvey (2003), o neoliberalismo é marcado por formas de reorganização do capitalismo em múltiplas escalas, enfatizando a lógica do mercado. Apoiase, portanto, em três pilares fundamentais, que são a liberdade de

comércio, o direito de propriedade e o estado como garantidor de um ambiente favorável de negócios, a chamada ‘segurança jurídica’. Segundo Rajaoson (2012), o neoliberalismo leva o indivíduo a estabelecer uma relação social apenas com base em projetos rentáveis e eficazes, excluindo iniciativas que demandam maior tempo de maturação ou que não possuem fins lucrativos. As empresas, para ampliar a concorrência, buscam reduzir custos, reduzindo fortemente os salários e promovendo a deslocalização de filiais ou subcontratando empresas. As instituições financeiras internacionais e as empresas multinacionais atuam como definidoras do mercado, interferindo fortemente nas decisões governamentais (RAJAOSON, 2012). O neoliberalismo é, portanto, um processo performativo, que, conforme analisado por Pierre Dardot desde uma perspectiva foucaultiana, se ‘governamentaliza’ por meio de uma ‘governamentalidade ativa’ (DARDOT, 2013, p. 17), constituindo-se tanto como um regime de acumulação (economia) como disciplinador (política).

O princípio inerente ao capitalismo, exacerbado em sua característica neoliberal, de produção constante de mercadorias e concentração de riquezas nas mãos de poucos tem progredido para um processo intenso de mercantilização da natureza e a apropriação utilitária de suas diferentes formas de vida. Conforme Winner (2002, p. 194), “[...] nós deixamos o estado de natureza para garantir o livre acesso à natureza como imenso reservatório de matérias-primas úteis. A partir desse gesto, a natureza é designada, uma vez por todas, como uma reserva de bens econômicos” (tradução própria).

A mercantilização da natureza é, portanto, expressão da lógica predatória-mercantil e dependente – definida como ‘economia da maldição das *commodities*’ ou ‘maldição das matérias-primas’ –, indicando o domínio global com base nas demandas e necessidades dos países ricos por bens naturais (água, minérios, petróleo, florestas) e terras agricultáveis (produção de alimentos). As demandas crescentes por *commodities* aprofundam a dependência, fragilizando os países agroexportadores, que se mantêm alvos de ‘receituários’ de gestão (inclusive para ‘sanar dívidas’, geradas em consequência da dependência e das ‘trocas mercantis desiguais’), emanados dos centros ‘desenvolvidos’, que visam apenas atender interesses econômicos e políticos de uma pequena elite global (SASSEN, 2014).

Os processos de mercantilização da natureza e financeirização da agricultura e da terra constituem dimensões dessa lógica de acumulação dependente, resultando em sistemas predatórios e insustentáveis, como tem sido a expansão da fronteira agrícola com correntões que devastam o cerrado e outros biomas. Tais processos destroem economias e modos de vida locais, bene-

ficiando poucos atores capitalistas globais, promovendo o que Karl Marx designou por ‘acumulação primitiva’ e que David Harvey atualizou a partir do conceito de ‘acumulação por espoliação’ (HARVEY, 2003). Bens da natureza, inclusive a terra, e mesmo dimensões da vida social – ou modos de vida baseados em usos, gestão e controle comuns –, passaram a ser valorados na lógica do capital e incorporados como bens privados. Nesse sentido, a mercantilização e a financeirização da natureza, segundo Castree (2008, p. 142), constituem processos mais amplos de neoliberalização que envolvem a privatização dos bens naturais, especialmente os bens públicos ou de uso e posse comuns, tornando-os propriedade privada de indivíduos ou grupos econômicos situados em qualquer parte do mundo.

As recentes e múltiplas crises – financeira, energética, climática, alimentar –, exacerbadas pela pandemia da Covid-19 em 2020, ao mesmo tempo que têm origem nas políticas neoliberais, servem de justificativas para se acentuar o neoliberalismo, intensificando o desenvolvimento do capitalismo no campo e ampliando a financeirização da agricultura e da terra (SAUER; BORRAS Jr., 2016). O processo de financeirização – acumulação com lucros não derivados de capital produtivo, mas por meios especulativos – é caracterizado pelo crescente papel de interesses (especulação, renda) de mercados (produção, ganhos financeiros) e das instituições financeiras (bancos, bolsas de valores, fundos de pensão), que operam (especulam) e dominam as economias nacional e internacional (EPSTEIN, 2005).

A financeirização da agricultura se deve à crescente separação entre produção (investimentos produtivos e ganhos de produtividade) e lucros (renda, ganhos monetários). Maiores retornos com investimentos em papéis e ações nas bolsas (especulação nos mercados futuros) secundarizam a produção (de *commodities*, mas também de alimentos), aumentando o controle sobre a natureza. Consequentemente, a financeirização da agricultura e da terra visa à combinação de investimentos produtivos (compra, arrendamento, *leasing*, concessões para produzir *commodities*) e investimentos especulativos na compra de terras e outras formas de controle para manter a terra e a natureza como reserva de valor (SAUER; BORRAS Jr., 2016; WINNER, 2002).

Assim, a partir do potencial de acumulação capitalista que a financeirização representa, investidores pouco ou nada envolvidos com o setor agropecuário passaram a identificar possibilidades, comparativamente a outros setores, de ampliar os retornos de capital. A apropriação e o controle de riquezas pelo capital financeiro também acontecem a partir de práticas historicamente fraudulentas, como a grilagem de terras públicas e de uso comum. E, para

atender às necessidades dos investidores, criam-se mecanismos legais para se regularizar estes processos ilegais que tiveram muitos conflitos e destruição em suas origens. A mercantilização, que reduz tudo ao mercado, passa a ser o “meio” e o regulador do que pode e do que não pode. Políticas públicas regulatórias (de comando e controle) vão sendo substituídas por incentivos e recompensas econômicas (CASTREE, 2008). Esses processos são, portanto, dependentes das dinâmicas de deregulação, reregulação e flexibilização das normas e leis de controle e fiscalização. Limitar o poder regulatório (tanto de comando como de fiscalização) do Estado é fundamental para favorecer e ampliar a mercantilização e a privatização da natureza.

A revisão do Código Florestal em 2012 é um exemplo claro da flexibilização das regras, permitindo tanto a apropriação como a destruição da natureza. A flexibilização das regras fiscalizatórias e/ou compensatórias retirou parte significativa do controle do Estado, deixando o Código mais permissivo, como, por exemplo, no relaxamento das exigências para a compensação florestal (SILVA; SAUER, 2022). Além de praticamente isentar desmatadores com regras frouxas de recomposição com a Compensação de Reserva Legal, a Lei nº 12.651, de 2012, introduziu ou ampliou mecanismos mercadológicos, como as Cotas de Reserva Ambiental e o pagamento por serviços ambientais. O Cadastro Ambiental Rural (CAR), uma ferramenta de regularização ambiental, criada em 2012, está sendo usado como um instrumento de grilagem de terras, ou seja, o CAR é usado para regularizar ou ‘comprovar’ posse fundiária (SILVA; SAUER, 2022).

Como já destacado, a apropriação da natureza (ou *green grabbing*) é combinada com processos legais de regularização de posses de terras públicas ou de uso comum. Terras, apropriadas de forma fraudulenta, inclusive com posses recentes, são regularizadas com a edição de Medidas Provisórias (910/2016 e 510/2019) e aprovação de projetos de leis (PL 2633 e PLS 510), que flexibilizam as leis agrárias, legalizando a grilagem (ARAUJO; SAUER, 2022). As práticas de aquisição fraudulentas ou de grilagens de terra, processos sempre violentos, são históricas e permeadas de conivência do poder político, mas estão se beneficiando das atuais políticas de regularização fundiária que visam, fundamentalmente, legalizar o ilegal e criar condições para a mercantilização da vida (ARAUJO; SAUER, 2022).

A mercantilização da vida e da natureza também se manifesta nos processos de intensificação e inovação tecnológica, como no caso do uso comercial de sementes geneticamente modificadas (transgênicas) e da nanotecnologia. São estratégias que coisificam e reduzem a vida e a natureza a um conjunto de informações a serem decodificadas para fins mercadológicos

(BENTHIEN, 2008). A mercantilização muda a compreensão da vida e da natureza e estabelece uma separação ainda mais acentuada entre pessoa e natureza. Estas tecnologias não são apenas um meio, mas já incorporam, na sua concepção, a lógica de dominação e reprodução do capital, colocando a natureza e a própria vida como objeto de manipulação, e tais interferências também se refletem na forma de conceber o mundo (BENTHIEN, 2008).

A destruição e morte se alastram pelos campos e florestas, e muitas das instituições que deveriam zelar pelas regras e pelo controle são coniventes ou omissas. Mas os grupos sociais atingidos resistem e buscam fortalecer suas experiências, muitas delas transmitidas de geração a geração, e promover inovações que desafiam e disputam os sentidos de produzir e alimentar a população global. As resistências (movimentos sociais do campo, camponeses, povos e comunidades tradicionais) se dão na defesa de modos de vida, de estratégias que viabilizam a vida e a reprodução de distintos grupos sociais e nas suas respectivas lutas por direitos. Estas resistências e alternativas encontram vínculos globais tanto na defesa do direito à alimentação, dos diferentes modos de produzir, das diversas possibilidades de comercializar, bem como na defesa da natureza.

Os diversos grupos sociais protagonistas do campo (trabalhadores e trabalhadoras rurais, camponeses, agricultores familiares, quilombolas, comunidades pesqueiras, populações tradicionais, povos indígenas) têm sido responsáveis pela reconfiguração e produção do espaço rural, construindo ruralidades, consolidando entrelaçamentos dos/nos territórios em novos formatos, reivindicando a centralidade da terra e da natureza na consolidação de direitos no combate às desigualdades estruturais, institucionais e simbólicas. Resistem, lutam e contribuem na conquista e promoção de direitos e de cidadania. A lentidão das mudanças, aliada aos retrocessos e ataques mais recentes, impõe a necessidade de fortalecer as alianças entre os movimentos sociais organizados no campo e na cidade, bem como explorar as múltiplas vias pelas quais podemos combater a desigualdade manifesta em termos de raça e etnia, gênero, geração, entre outros. Vias que vão desde as formas menos institucionalizadas, como as ações de desobediência civil, até aquelas mais institucionalizadas, como é a via eleitoral.

Longe de trajetórias essencialistas, lutas, resistências e demandas políticas são relacionais, permeadas por processos de reação, apropriação e convencionalização, possibilitando transformações e novas dinâmicas nas relações de produção e de consumo, especialmente na luta por alimentação e contra a fome. Associados às reivindicações e lutas por direitos (soberania alimentar

no campo), as representações e riscos alimentares (fomes) globais reforçam também valores éticos, sociais e ambientais, modelando práticas produtivas e alimentares (consumo). Estes temas e experiências, além de apresentados e debatidos ao longo dos anos de 2020 e 2021, por meio de atividades *online* preparatórias para o IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, foram sistematicamente discutidos em outubro nas atividades que integraram a agenda do IX Encontro, entrelaçando-se, por fim, nos capítulos deste livro, que consubstanciam os fios tecidos nos grupos de trabalho e nas mesas redondas.

Estudos sobre efeitos ambientais e sociais da mercantilização e financeirização resultaram em formulações teóricas e conceitos interpretativos do capitalismo. Este é o debate promovido no primeiro capítulo, “Contribuições lusotropicalistas para a teoria do Plantationoceno”, em que Wendy Wolford discute o conceito, tendo como base ‘a vida na terra’ e centrado no papel da *plantation* na sustentação de elites globais racializadas (dominação com base na raça). Combinando pesquisas de campo no Brasil, Moçambique e Portugal, e estudos agrários, teorias críticas de desenvolvimento e ecologia política, a autora elabora três dimensões fundamentais para estabelecer o sistema de *plantation* ou o Plantationoceno. O sistema de *plantation* foi constituído por um conjunto concreto de relações sociais (tendo como base o trabalho escravo negro); a plantação (monocultivo de grandes extensões de terra) como um imperativo historicamente específico (impulsionado desde a exploração colonial e baseado em uma dominação centro-periferia) no sistema-mundo moderno; e a paisagem da *plantation* como um ideal discursivo. Estes elementos são chaves para caracterizar o Plantationoceno, que é baseado no trabalho forçado (inclusive nas formas modernas de escravidão) e que molda tanto as culturas (valores) das sociedades modernas quanto as normas, regras culturais, atuação e convivência sociais.

No segundo capítulo, as autoras Lídia Cabral, Poonam Pandey e Xiu-li Xu discutem as “narrativas épicas sobre a Revolução Verde no Brasil, na China e na Índia”. O capítulo analisa criticamente as narrativas sobre transformações agrícolas – implantadas pela Revolução Verde entre os anos 1940 e 1980 nos três países – como vitórias gloriosas, destacando agendas urgentes e inadiáveis, conquistas inéditas e indivíduos e organizações como heróis. Essas ‘narrativas épicas’ são baseadas no passado glorioso para produzir significado e capacitar os agentes que as empregam. Ao reconstruir a história e cultivar um senso de nacionalismo científico, excepcionalismo e herança de glória, essas narrativas reforçam estruturas de poder político com base na ciência e tecnologia, as quais são fundamentadas no paradigma he-

gemônico de modernização agropecuária. As narrativas épicas são reproduzidas, perpetuando uma convicção sobre o poder heroico da ciência e da tecnologia no desenvolvimento, influenciando instituições e práticas da ciência e tecnologias agrícolas. Portanto, a reflexão busca desvendar os processos de compilação e reprodução dessas narrativas, inclusive as representações subjetivas do passado, para formular e implementar soluções sustentáveis para a agricultura no futuro.

Partindo de uma certa redescoberta da tese de acumulação ampliada de Rosa Luxemburgo, Klemens Laschefski discute o problema mais recente da apropriação de terras em tempos de capitalismo neoliberal, com base na Revolução Verde. A mecanização, quimificação e ajustamento da estrutura fundiária a fim de produzir excedentes para a exportação permitiram a reprodução social do capitalismo no campo, combinando leis inerentes ao mercado e ‘meio externo’ não capitalista de acumulação. Assim, a partir dessa perspectiva, o terceiro capítulo, “*Landnahme* e a governança ambiental do agroextrativismo 4.0”, debate a apropriação de terras (*land grabbing*) no contexto da financeirização da economia global. Expressão da ‘comodificação’ é parte de estratégias neoliberais de transferência de bens públicos para o setor privado, por meio da atribuição de um valor monetário a coisas, bens ou serviços. Isto permite o intercâmbio (troca, alienação) como *commodities* de acordo com as regras de mercado, transferindo bens públicos ou comuns (a terra, por exemplo) para mãos privadas.

Com base nas reflexões mais estruturais, presentes nos três primeiros capítulos, segue um conjunto de artigos que abordam dimensões, transformações, entrelaçamentos, desafios e resistências aos processos de desenvolvimento, financeirização e mercantilização da natureza e da vida. O capítulo 4, “Estratégias da financeirização do café no Sul de Minas Gerais”, analisa as diferentes formas como a financeirização se (hiper)localiza na produção de café no Sul de Minas Gerais. A partir da análise de três casos, Luiza B. Dulci mapeia a financeirização por meio da configuração de empreendimentos com distintas composições acionárias e societárias, com investidores nacionais e estrangeiros de dentro e de fora do setor do café; empreendimentos que contam com a participação de fundos de pensões de servidores públicos, forças armadas e Real Política Canadense; e empreendimentos que mobilizam o sistema crédito, notadamente por meio de contratos futuros e outros instrumentos da bolsa. Os três estudos de caso mostram como a comercialização do café é mediada por uma série de dispositivos e inscrições financeiras e envolve uma gama variada de atores e paisagens.

O capítulo 5, “Agricultura familiar e dinâmicas de institucionalização da ação política na Zona da Mata Mineira”, analisa as mudanças geradas pela criação de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil e como essas têm influenciado o exercício da ação política desses atores, com base em organizações sociais. Elisa de J. Garcia, a partir da história oral, analisa a trajetória histórica de organização política e o conjunto de experiências vivenciadas por agricultores familiares, organizados em sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar da Zona da Mata mineira. A autora analisa a execução e operacionalização de diferentes políticas e programas públicos, como esses interferem nos processos de representação política e nas relações e práticas de poder que compõem essa dinâmica. Embora a participação nos processos de gestão das políticas públicas tenha sido reivindicação de parte importante dos movimentos sociais, o seu exercício é gerador de conflitos e contradições. Estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças institucionais nas organizações sociais revelam diferentes objetivos e disputas, resultando em processos de institucionalização produzidos nas interações com o Estado e governos.

Com base em pesquisas e trabalhos de campo do Projeto Odisseia, o capítulo 6, “Agroecologia em território de avanço do agronegócio da soja: práticas e mobilização de agricultores familiares no Planalto de Santarém (Pará)”, aborda as pressões fundiárias, ambientais e sociais que sofrem agricultura familiar com a expansão do agronegócio na região. Mariana Piva, Emilie Coudel, Danielle W. Silva e Beatriz A. dos Santos estudam a agroecologia e noções de soberania alimentar nos discursos e práticas de diversos atores ligados aos movimentos sociais e sindical, tomando-os como contrapontos ao modelo de agricultura industrial (avanço expressivo de monocultivo de grãos e aumento do uso de agrotóxicos) que vem sendo imposto no Baixo Amazonas. A partir de processos de coconstrução de conhecimento com os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais da região, o capítulo discute a (in)segurança fundiária, a contaminação por agrotóxicos e a agroecologia como saída. Apesar dos desafios enfrentados pelos agricultores familiares para produzir, o estudo exploratório indica que a agroecologia tem potencial para dinamizar e fortalecer a agricultura familiar, mobilizar as comunidades rurais a resistir e não abandonar suas terras e modos de vida e, conseqüentemente, colaborar para compor resistências ao avanço do agronegócio na região.

Tendo como pano de fundo debates e alternativas para solucionar o problema hídrico do semiárido nordestino, o capítulo 07 discute a “transposição do rio São Francisco como uma trajetória de conflitos”. Paulo R. de Lima,

Ramonildes Gomes e Larissa P. de Brito refletem sobre os conflitos socioambientais decorrentes do amplo processo que envolve a obra, especialmente o deslocamento e reassentamento das famílias atingidas pela construção do Eixo Leste até chegar à Vila Lafayette, na cidade de Monteiro no Cariri paraibano. Esse eixo é responsável por levar a água da Barragem de Itaparica (Pernambuco) até o açude Epitácio Pessoa, em Boqueirão (Paraíba), desaguando no rio Paraíba, para depois chegar ao açude Argemiro Figueiredo (Acauã). Apesar das narrativas e justificativas de abastecimento humano, as famílias deslocadas para viabilizar a transposição foram preteridas e não têm acesso à água. O Projeto de Integração do São Francisco, portanto, é mais uma saga que prometia resolver o problema hídrico do semiárido, revelando-se contraditório ao abastecer o município de Campina Grande e as sedes urbanas de outros municípios, por onde a água passa, mas deixando sem acesso à água os moradores da Vila Lafayette.

O capítulo 8, “Rotas em colisão: mobilidades dos Yanomami na fronteira do Ajarani”, aborda as representações ou imagens atribuídas aos indígenas que se deslocam (saídas do território) de suas aldeias da região do Ajarani, Terra Indígena Yanomami. De acordo com Marcos Antonio B. de Almeida, a ‘vitalidade guerreira’, como parte da cosmologia, impulsiona e desloca grupos e pessoas para as cidades, vilas e rodovias, estende horizontes para além do território formal e externamente delimitado e reconstrói as ‘fronteiras tradicionais da alteridade’. No entanto, como o território vem sendo colonizado por grupos remanescentes de movimentos migratórios, essa mobilidade indígena produz reações etnocêntricas e imagens preconceituosas, gerando tensões, especialmente em ambientes que constituem novos espaços relacionais. Mesmo com colisões, os deslocamentos seguem deixando impressões e transformando espaços e relações, com estruturas singulares, típicas de uma fronteira, com suas tensões, diferenças, encontros, desencontros e toda forma frenética de relação possível.

O capítulo 9, “Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua incidência na igualdade de gênero”, discute como políticas públicas, ainda que não construídas com esta finalidade, contribuem para reduzir as assimetrias de gênero. Ariane Favareto aborda o caso do PNAE em um município paulista e demonstra como o mesmo proporciona às mulheres rurais determinadas oportunidades que se traduzem em reformulações nas relações de gênero, possibilitando que elas ocupem espaços decisórios dentro e fora dos estabelecimentos produtivos. A participação em eventos fora do município e do estado em que residem

proporciona às mulheres a oportunidade de constituir redes sociotécnicas para melhorar a produção e promover a interação social. Todos esses processos contribuem para visibilizar que o ambiente produtivo também pode ter um rosto de mulher.

O capítulo 10 aborda “a contribuição das mulheres rurais na reprodução dos agroecossistemas: Um olhar sobre os quintais produtivos”, enfatizando a dimensão econômica, a preservação da agrobiodiversidade e as relações sociais e de gênero vivenciadas pelas agricultoras agroecológicas do Sertão do Pajeú e do Agreste pernambucano. Luiza C. da Silva, Karine P. de Freitas, Michelly A. G. Costa e Laeticia M. Jalil, utilizando três instrumentos metodológicos (cadernetas agroecológicas, mapa da agrobiodiversidade e um questionário), analisam e questionam interpretações hegemônicas de modelos econômicos e de produção agrícola tradicionais. A sistematização de dados de produção – especialmente das anotações nas cadernetas agroecológicas (mais precisamente nas colunas com dados de venda e consumo) – revela novas dinâmicas adotadas, mudanças nas relações sociais e de gênero e contribuições econômico-produtivas das mulheres agricultoras agroecológicas.

Laila M. Drebes e Joel O. B. Marin abordam o “suicídio e o trabalho na fumicultura: o caso do Vale do Rio Pardo (RS)”. O capítulo 11 discute o modo como as dinâmicas produtivas, as relações de trabalho, e as representações sociais no âmbito da fumicultura são capazes de nutrir sofrimento entre os fumicultores, culminando em casos de suicídios. Desconstruindo interpretações que tratam tais fenômenos com naturalidade ou mera fatalidade, os autores chamam a atenção para a necessidade de tomar em conta as condições e as relações no trabalho, tratando o suicídio na fumicultura como um problema social. Os autores enfatizam que as políticas públicas, criadas no contexto da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco, vêm colaborando para a construção de uma crise identitária dos fumicultores ao considerar a atividade como destruidora do ambiente e da saúde e, assim, combater e desvalorizar socialmente o trabalho e a produção. Os autores destacam, portanto, que é necessário levar em consideração as condições e as relações sociais no trabalho ao pensar em ações de prevenção dos suicídios de fumicultores.

Em “Os camponeses e a repressão à luta armada: o caso do MR-8 em Brotas de Macaúbas-BA”, Fabrício Teló analisa o projeto de guerrilha rural e a presença de militantes guerrilheiros entre camponeses no interior da Bahia e a tentativa de envolvê-los na luta armada conduzida pelo MR-8 e sua principal liderança, o comandante Carlos Lamarca. O capítulo 12 traz análises de documentos históricos e de entrevistas que buscaram recuperar a história oral de

atores que testemunharam os acontecimentos em Brotas. O autor destaca que a rapidez com que aquela iniciativa foi descoberta e reprimida impediu que tal experiência ganhasse corpo e expôs, por um lado, uma parcela da população local à repressão e à violência promovida pelos agentes da ditadura, e, ao mesmo tempo, por outro lado, tais agentes atuaram oferecendo serviços de assistência social a uma população desamparada pelo poder público. É destacado no texto o quanto Brotas de Macaúba-BA ocupa um lugar destacado na memória das lutas contra a ditadura, o que motiva ainda hoje a presença de militantes de esquerda na região e as diversas iniciativas materializadas em livros, eventos, reparações que também visam estabelecer um contraponto às narrativas dos militares.

O capítulo 12, “Espaço de cuidados Maria Aragão: cuidados e formação em saúde”, relata a experiência de cuidados de saúde por meio de práticas populares. Como parte do cuidado, o Espaço Maria Aragão promove formação e troca de saberes, em conjunto com o setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), sendo um contraponto à lógica e modelo “ambulatorial-médico-hospitalar”. Com base nas experiências populares de atenção à saúde, Ludmila B. P. de Farias e Edinaldo Correia enfatizam a importância de lugares de cuidados e escutas, como o do Espaço Maria Aragão, ampliando exponencialmente a eficácia nos atendimentos em saúde de pessoas pobres e desassistidas.

O capítulo 13, “semeando lutas, construindo resistências na luta pela reforma agrária”, reflete sobre a atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin em conflitos agrários e socioambientais no estado do Rio de Janeiro, a partir de diálogos e parcerias com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em defesa da reforma agrária. Ana Cláudia D. Tavares, Fernanda M. da C. Vieira, Maria Luiza G. Lopedote e Viviane Carnevale discutem o papel da assessoria jurídica universitária, com base na práxis e metodologia freiriana, enfatizando a busca da autonomia nas famílias sem terra que lutam pela reforma agrária. As autoras afirmam a educação popular freiriana como potencial para rupturas das cercas da terra e do conhecimento, discutindo a atuação do NAJUP em dois projetos de assentamento e suas conquistas.

A partir dos textos reunidos neste livro, buscamos apresentar uma amostra bastante inspiradora dos debates e reflexões travados nos quatro dias do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais, debates esses que permearam tanto os espaços das mesas quanto os grupos de trabalho. As páginas que seguem representam também a memória de um encontro que, diferentemente de todos

os anteriores, precisou ser realizado de forma virtual em função do momento difícil que certamente marcará a história da humanidade. Se a qualidade dos trabalhos e das discussões não sofreu assim tantos prejuízos, como poderão comprovar pelas contribuições aqui reunidas, o limite que a pandemia impôs ao encontro presencial representou prejuízos importantes a algumas das dimensões e atividades mais importantes da Rede de Estudos Rurais: o encontro face a face, as conversas de corredor, as trocas informais, as festas e confraternizações, os abraços, os *coffee breaks*, ou seja, dimensões relacionadas à ternura e aos afetos tão caros à Rede. Além das utopias, é preciso deixar-se entrelaçar por entre teias que amarram ciência e militância, uma maneira de ser da Rede de Estudo Rurais.

Boa leitura!

Referências

- ARAUJO, C.V.G.; SAUER, S. Mudanças recentes para a legalização da grilagem e descumprimento da função socioambiental da terra no Brasil. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, 2022 (prelo).
- BENTHIEN, P. F. Transgenia e Nanotecnologia: Uma reflexão acerca da relação entre modernidade, novas tecnologias e informação. *Revista Theomai*, Buenos Aires, n.18, jun./dez. 2008.
- CASTREE, Noel. Neoliberalising nature: the logics of deregulation and reregulation. *Environment and Planning A.*, v. 40, p. 131-152, 2008.
- CASTREE, Noel. Commodifying what nature? *Progress in Human Geography*, Manchester, v. 27, n. 3, p. 273-297, 2003.
- DARDOT, P. Le capitalisme à la lumière du néolibéralisme. *Raisons politiques*, v. 52, n. 4, p. 13-23, 2013. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-raisons-politiques-2013-4-page-13.htm>>. Acesso em: 09 maio 2022.
- DELGADO, G. C. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre, Ed. UFRGS, 2012.
- EPSTEIN, G. A. *Financialization and the world economy*. Cheltenham: Edward Elgar, 2005.
- GUIMARÃES, Alberto. P. *Quatro séculos de latifúndio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.
- RAJAOSON, J. La Signification du Néolibéralisme. Comment penser le néolibéralisme après la crise de 2008? *Analele Universității Dunărea de Jos din Galați*. Fasc. XX, Sociologie, Universității Dunărea de Jos din Galați, 2012, p. 5-25. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-01373658>>. Acesso em: 09 maio 2022.
- RIST, G. *Le développement*. Histoire d'une croyance occidentale. Paris: Presses de la Fondation nationale des sciences politiques, 2007.

SASSEN, S. *Expulsions: Brutality and complexity in the global economy*. Cambridge: Belknap Press, Harvard University Press, 2014.

SAUER, S.; BORRAS JR., S. 'Land grabbing' e 'green grabbing': Uma leitura da 'corrida na produção acadêmica' sobre a apropriação global de terras. *Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 11, n. 23, p. 6-42, 2016.

SAUER, S.; FRANÇA, F. C. Código Florestal, função socioambiental da terra e soberania alimentar. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 285-307, 2012.

SILVA, P.; SAUER, S. Desmantelamento e desregulação de políticas ambientais e apropriação da terra e de bens naturais no cerrado. *Revista Raízes*, 2022 (em análise).

SVAMPA, M. Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Observatorio Social de América Latina XIII*, v. 32, p. 15-38, 2012.

WINNER, L. *La baleine et le réacteur: À la recherche de limites au temps de la haute technologie*. Paris: Descartes et Cie., 2002.

Contribuições lusotropicalais para a teoria do Plantationoceno¹

Wendy Wolford

Em “De quanta terra precisa um homem”, um pequeno conto de Tolstói ([1886] 2010), o personagem principal é um camponês honesto chamado Pahom que vai da pobreza à relativa prosperidade adquirindo terras por meio do trabalho árduo e da sorte. Com o tempo, ele alcança boa posição cultivando seus pedaços de terra de forma racional e eficiente, mas é impulsionado pela vontade insaciável de mais e mais terras. Um dia, ele ouve falar de uma região não muito distante governada por um povo indígena, onde boa terra está disponível para quem seduzir os chefes locais com bugigangas e brinquedos. Pahom viaja para aquele lugar e lhe é dito que pode obter toda extensão de terra em que conseguir dar uma volta a pé em um único dia. Tonto com prazer, certo de que enganou os ingênuos basquires, Pahom decola em uma corrida, tornando-se ligeiramente mais lento ao meio-dia, mas determinado a contrair o maior pedaço de terra possível. Quando o sol começa a se pôr, Pahom exagera em seu máximo, seu coração acelera e ele cai no chão. O servo de Pahom enterra seu mestre, e a história termina solenemente, se não surpreendentemente, “seis palmos de sua cabeça até seus calcanhares era toda a terra que ele precisava”.

Esta história pouco conhecida serve como uma parábola da era moderna, uma era em que a magnífica variedade de vidas e de modos de viver da terra e na terra é cada vez mais invadida e minada por um impulso mortal por áreas cada vez maiores, orientadas pela produção eficiente e em larga escala e justificadas por uma ideologia disfarçada de razão universal, limitadas àquelas com almas, direitos e capital. No centro deste impulso está a ‘plantation’, e um número crescente de estudiosos argumentam que a era moderna é melhor descrita como Plantationoceno (HARAWAY, 2015; HARAWAY *et al.*, 2016;

¹ Traduzido para o português por Fernanda Martins, este texto foi publicado, em 2021, nos *Annals of the American Association of Geographers* com o título “The Plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory”.

AIKENS *et al.*, 2017; MITMAN, 2017; DAVIS *et al.*, 2019; CARNEY, 2020).² Baseando-se em trabalhos clássicos que detalham as particularidades de “economias de *plantation*” (BECKFORD, 1972; STOLER, 1985; MINTZ, 1986; WOODS, 1998), o conceito do Plantationoceno sugere que a agricultura em larga escala, orientada para exportação e dependente do trabalho forçado, tem desempenhado um papel dominante na estruturação da vida moderna desde a inserção do poder europeu nas Américas, Ásia e África.³

Neste artigo, defendo e aprofundo o conceito de Plantationoceno, baseando-me em trabalhos empíricos e pesquisas de campo nas últimas três décadas nos lusotrópicos (Brasil, Moçambique e Portugal), bem como em trabalhos teóricos em Estudos Agrários, Estudos Críticos de Desenvolvimento e Ecologia Política, para elaborar contribuições sobre os modos como a *plantation* tem influenciado a vida social e política, moldado a economia global e colonizado nossa compreensão de paisagens produtivas.

Argumento que fundamentar nossas teorias e análises sobre a modernidade na *plantation* nos ajuda a refinar os campos teóricos mencionados ao conferirmos centralidade à violência da escravidão racializada como “o” pecado original, recuperarmos a relevância política da escala e superarmos os frequentemente invocados dualismos agricultura-indústria, natureza-sociedade e campo-cidade. Em última análise, embora eu não me aprofunde nisso neste texto, pensar com e contra a *plantation* sugere alternativas que estão enraizadas em outros modos de ser na terra: reforma agrária, agroecologia e mercados não compulsivos, que permeiam comunidades e iniciativas locais.

Plantationoceno: na prática e na teoria

A chamada “Era do descobrimento” representa o que Carney (2020) denominou de “momento divisor de águas”, com mudança para unidades de

² Não abordo as discussões quanto à característica estratigráfica do Plantationoceno, embora tenham sido a base para determinar e definir o uso anterior de tais termos científicos. Em vez disso, sigo a *Geological Society of America* ao sugerir que o Plantationoceno, como “O Antropoceno, tal como popularizado atualmente, é fundamentalmente diferente das unidades cronoestratigráficas que são a base do ICS. É o presente e o futuro *versus* o passado. (...) Apesar desse distanciamento do Antropoceno do conceito e do uso das unidades cronoestratigráficas, o termo Antropoceno pode ter utilidade. É popular entre uma comunidade científica diversificada, cientistas sociais e a mídia. Promove o aumento da conscientização de que, como acontece com a mudança climática antropogênica, o impacto humano no sistema da Terra é global, e que o impacto humano pode ter iniciado uma cascata de eventos que irão alterar significativamente a superfície da Terra, oceanos e atmosfera” (FINNEY; EDWARDS, 2016, p. 4).

³ O conceito de *plantation* não é muito comum no Brasil, onde “latifúndio” é mais usado, sendo que *plantation* é usado para referir às várias formas de produção agrícola em grande escala [Nota da tradutora].

produção baseadas na monocultura, ou em produtos únicos, em larga escala, dependentes do trabalho escravizado, voltadas para a extração, orientadas pela lógica de mercado, concentradoras de terras e altamente móveis. De fato, havia *plantation* antes da era moderna, mas só nos últimos 500 anos a lógica da *plantation* se cristalizou em uma forma coerente de organizar o mundo. A *plantation* impulsionou a exploração colonial, sustentou elites, perpetuou um dualismo centro-periferia dentro e entre países, organizou uma força de trabalho altamente racializada em todo o mundo e moldou tanto a cultura que consumimos quanto as normas culturais que habitamos e realizamos.

Plantations são geralmente associadas à agricultura e às áreas rurais, mas os recursos extraídos da exploração colonial subscreeveram o nascimento da indústria e do assentamento urbano e, sem dúvida, serviram de impulso e até mesmo de modelo para a produção fabril (MINTZ, 1986). Hoje, a *plantation* se perpetua na idealização de paisagens racionalmente ordenadas, de larga escala e extrativas através da divisão urbano-rural. De fato, nem toda a agricultura é *plantation*, mas grandes fazendas controlam a maior parte das terras aráveis do mundo (LOWDER; SKOET; RANEY, 2016). A produção de *commodities*, em larga escala para exportação (ou extração, seja para mercados locais, regionais ou internacionais), molda as condições de possibilidade para a maioria dos produtores, quer participem, resistam ou rejeitem.⁴ As dinâmicas de *plantation* definem as características sociais, ecológicas e políticas de novas fronteiras de *commodities* em todo o mundo (RASMUSSEN; LUND, 2018).

Por meio de contratos, concorrência, preferências governamentais e poder de coerção, as *plantations* dominam um jogo cujo campo não é tão igual.

As *plantations* em si têm sido objeto de estudo há muito tempo, mas o Plantationoceno como conceito surgiu apenas nos últimos anos a partir de uma discussão coletiva editada e publicada pela revista *Ethnos* (HARAWAY *et al.*, 2016), para descrever a simplificação de paisagens, a alienação de terra e trabalho e o transporte de genomas, plantas, animais e pessoas. Essa discussão ainda está emergindo e tem encontrado ainda bastante hesitação. No entanto,

⁴ Os dados sobre o tamanho das fazendas e de acesso à terra são incompletos e debatidos, mas o artigo citado fornece uma visão geral completa das tendências e sugere que, embora as fazendas com menos de 2 ha representem a grande maioria (mais de 80 por cento) das fazendas em todo o mundo, elas são responsáveis por apenas, aproximadamente, 12 por cento do uso da terra. “Declarado de outra forma, apenas 16 por cento das fazendas do mundo são maiores do que 2 ha, mas elas representam 88 por cento das terras do mundo” (LOWDER; SKOET; RANEY, 2016, p. 26).

Davis e coautores (2019) argumentaram que a abordagem das humanidades ambientais tem deixado de lado a questão central da raça, enfatizando a ruptura ecológica, em vez de se concentrar na violência da escravidão e na construção de uma ordem mundial baseada em raça. Aikens e coautores (2017) recorreram à teoria literária crítica e a trabalhos clássicos que perpassam o Atlântico Negro (GILROY, 1993) para defender uma maior atenção à interseção entre raça e colonialismo, em que “[...] ideologias, iconografias e narrativas de *plantations* continuam a estruturar a vida cotidiana”. Carney (2020) incorporou o trabalho de Wynter (1971) na noção de Plantationoceno para ilustrar tanto o caráter devastador da *plantation*, baseada em comércio de escravizados, quanto as possibilidades de resistência em cultivos de pequenas roças para o sustento físico e cultural. Nas palavras de McKittrick (2011, p. 951), a *plantation* serve como um

[...] protótipo geográfico muito significativo que não só abrigava e normalizava (vis-à-vis deslocamento forçado) a violência racial nas Américas, mas também naturalizava a lógica de *plantation* que antecipava (mas não alterava) a decadência e a morte empírica de um muito complexo senso de lugar negro.

Dado que a *plantation* é um sistema social baseado em raça, em seu fundamento e seu núcleo, o conceito de Plantationoceno está bem definido para ajudar a promover a centralidade da raça nas análises da modernidade e da colonialidade (ESCOBAR, 2007). O conceito de Plantationoceno também tem vantagens sobre (ou em diálogo com) descrições mais conhecidas da modernidade, como o Antropoceno e o Capitaloceno. Antropoceno, inicialmente articulado por Crutzen e Stoermer (2000), ganhou terreno como uma forma de caracterizar as mudanças realizadas pelos seres humanos no mundo natural, como um marcador de época. Tem sido útil para chamar atenção para a causalidade do papel dos seres humanos na indução das mudanças climáticas, mas tem sido criticado justamente pelo foco malthusiano, tendo o tamanho da população como o vetor crítico das mudanças e a humanidade como uma massa homogênea indiferenciada pelo poder de riqueza ou pela raça (CASTREE, 2014; SWYNGEDOUW, 2014; LÖVBRAND *et al.*, 2015; DAVIS *et al.*, 2019). Em seu manifesto crítico à *White Geology* (‘Geologia Branca’), Yussuff (2018) chamou essa alçada do Antropoceno de “*view from nowhere*” (‘visão de nenhum lugar’), que falha ao não abordar despossessão de terras indígenas, colonialismo, escravidão e os impactos racializados das mudanças climáticas.

Contra a noção de *antropos*, Moore (2017, 2018) e outros propuseram a noção de Capitaloceno, delineando a era moderna como aquela dominada por um sistema mundial de mercados, de indústrias e pela busca por lucro por

meio da extração de trabalho da natureza humana e não humana. O conceito de Capitaloceno é útil por sua atenção às forças materiais e sociais de produção, mas capitalismo sozinho é “muito recente” (HARAWAY *et al.*, 2016), muito abstrato (LATOURE *et al.*, 2018) e muito incompleto por não abranger outras formas de produção, como o socialismo.⁵ Efetivamente, a sugestão de Vergès (2017) de “Capitaloceno racial” pode apontar exatamente para a direção do Plantationoceno, examinando o presente através de uma lente de justiça ambiental e o futuro de um lugar de possibilidades, seguindo a liderança dos afrofuturistas. O poder do conceito de Plantationoceno reside, precisamente, nas falhas do Antropoceno e do Capitaloceno. *Plantations* são estruturas sociais de poder, inerentemente presentes em todos os sistemas econômicos modernos. Tomam corpo tanto na violência racial quanto nas resistências, atravessando ou fazendo a ponte entre rural e urbano, agricultura e indústria, campo e cidade e local e global.

Aqui eu argumento que, para além dos campos de *Humanidades Ambientais* e *Black Geographies* (*Geografias negras*) ou *Southern studies* (*Estudos do sul*),⁶ três outros campos (*Estudos Agrários*, *Estudos Críticos de Desenvolvimento* e *Ecologia Política*) contribuem para um entendimento mais profundo do Plantationoceno. Os três trazem importantes contribuições sobre a vida cotidiana na relação com a terra, especialmente por causa dos ricos detalhes etnográficos de estudos realizados nos mais diversos cantos do globo, destacando a importância do contexto, relações e agência. Em nível local, a riqueza dos estudos de caso desses campos indicam a centralidade da terra na vida social. Em um nível macro, a percepção acumulada é de que esses casos estão situados em tempos e espaços específicos, mas com limites definidos por 500 anos de *plantation*, uma forma e lógica colonial que transforma a organização e a orienta-

⁵ Em uma conversa entre Tsing, Stengers, Latour e Bubandt (LATOURE *et al.*, 2018), Latour usou o conceito para descrever a distância crescente entre as pessoas e a Terra, afirmando que “O ‘Plantationoceno’, portanto, é para mim um conceito mais produtivo do que o ‘Capitaloceno’, conforme cunhado por Moore e outros (MOORE, 2017, 2018), embora [o Capitaloceno] tenha sido uma boa alternativa ao Antropoceno em algum momento. O Plantationoceno é produtivo porque se refere a uma certa forma historicamente específica de apropriação da terra. Ou seja: uma apropriação da terra como se ela não existisse. O Plantationoceno é uma ‘desolização’ histórica da Terra. E é impressionante quanto trabalho analítico é necessário agora para relocalizar, reterritorializar e reaterrar, ‘*re-ground*’, basicamente, a prática” (LATOURE *et al.*, 2018, p. 591-592).

⁶ A tradução destes campos não se reduz a termos ou expressões da língua, pois as ‘Geografias Negras’ se referem a trabalhos e pesquisas sobre espaços, identidades e racializações negras, muitas das quais estão em tensão com as geografias hegemônicas. Os ‘estudos do sul’ concentram-se no sul dos Estados Unidos, enfatizando um lugar marginalizado do território nacional, onde os legados da escravidão da *Plantation* são particularmente fortes [Nota da tradutora].

ção da vida social, econômica e política, mesmo (ou especialmente) naquelas comunidades que resistem ou rejeitam.⁷

Os Estudos Agrários lançam luz sobre as comunidades que emergiram (e emergem) e foram (e são) destruídas pelas *plantations*. Os Estudos Críticos de Desenvolvimento fornecem explicações da macroeconomia política para o modo como as *plantations* passaram a ser entendidas como um imperativo, alimentando as oficinas do mundo com formas coloniais e pós-coloniais de apropriação, controle e conhecimento. A Ecologia Política ilustra a capacidade da ecologia das *plantations* de corresponder a um ideal ocidental de natureza racionalmente organizada, ligada à propriedade privada e à larga escala, na agricultura, mineração, indústria e nas paisagens urbanas.

Ao mesmo tempo, o foco na *plantation* contribui criticamente com esses campos teóricos. Primeiro, localizar as origens da modernidade na *plantation* expõe a centralidade da raça e da coerção nos processos de despossessão, deslocamento e expropriação e a criação de um campesinato “livre” como “pecado original” do capitalismo (MARX, 1977, p. 873). Uma das contribuições mais importantes e duradouras da teoria do valor de Marx foi fazer oposição à idealização liberal da transição para o capitalismo como “natural”, enfatizando o processo, prolongado e sangrento, do cercamento de terras e a subsequente expropriação dos camponeses, resultando em propriedade privada e mão de obra “livre” para trabalhar por um salário. Esse foco na mercantilização, no entanto, indiscutivelmente, gerou uma separação artificial entre colonização (com sua dependência do trabalho escravo) e capitalismo (com sua dependência das mercadorias terra e trabalho).

Localizar as origens da modernidade na *plantation* transporta a própria modernidade para as margens, como argumentou Escobar (2007) em sua introdução ao programa de investigação latino-americano Modernidade/Colonialidade. O berço da modernidade deixa de ser identificado com os cercamentos dos campos na Europa, com o Iluminismo ou com a Revolução Industrial (WATTS, 2003), passando a ser relacionado à conquista, colonização e trabalho forçado no ‘novo mundo’, Ásia e África.

Para os Estudos Agrários, essa mudança significa que a acumulação primitiva contínua inclui não apenas processos de expropriação do campesinato, mas outros processos de expropriação racializados, como empobrecimento, *redlining*, tratamento policial desumanizante, encarceramento e assim

⁷ A maior parte da literatura nesses três campos concentra-se em estudos de caso de resistência a essa lógica. Essas histórias de resistência são cruciais para compreender as rachaduras no sistema de *plantation*, ao mesmo tempo que enfatizam sua influência.

por diante.⁸ Para os Estudos Críticos de Desenvolvimento, centrar-se na raça significa realocar o “clássico” caso da modernidade (que serve de modelo para o pensamento contemporâneo sobre desenvolvimento) da Inglaterra para as colônias, de tal forma que o objetivo não seria a mercantilização dos fatores de produção, “mas escravidão, com qualquer nome” (ALINA, 2012). O modelo de desenvolvimento é tanto a experiência das Índias Ocidentais, com açúcar e rum, quanto a experiência britânica com a industrialização. Para a Ecologia Política, essa descentralização significa que a ecologia não é apenas política, ela é racializada, reconhecendo que isso aproximaria as tradições da justiça ambiental e da Ecologia Política (PULIDO, 2017). O Plantationoceno exige que todos os três campos assumam a raça como um conceito analítico central.

A segunda contribuição do Plantationoceno para Estudos Agrários, Estudos Críticos de Desenvolvimento e Ecologia Política é uma política de escala crítica. Embora existam ricos debates nesses campos relacionados à escala, as perspectivas que derivam de uma aposta política na redução de escala – em vez de reconfigurar as relações sociais de produção, particularmente, por meio de relação salarial – tendem a ser descartadas, como, por exemplo, os famosos ataques de Marx a Proudhon e a discordância entre Chayanov e Kautsky/Lenin (ver BRASS, 1997).

Economistas políticos críticos tenderam a ver alternativas de pequena escala como românticas ou condenadas (BERNSTEIN, 2014), embora a surpreendente força do camponês como ator político radical tenha suavizado um pouco esse ponto de vista (LEVIEN; WATTS; HAIRONG, 2018; BORRAS Jr., 2020). As análises centradas dentro ou a partir da *plantation* destacam o papel da escala na viabilização da dominação (McCARTHY, 2005). Como unidades de produção relativamente de larga escala, as *plantations* implantam seu poder por meio da alienação da terra e do trabalho, do monopólio dos mercados locais, da dominação de comunidades próximas e da conexão com circuitos generalizados de capital (para exportação) e de governança (para autoridade política).

O poder da *plantation* não vem do tamanho das propriedades, e os espaços locais de pequena escala não estão, inerentemente, em sua oposição, mas o são em potencial. Assim, nas *plantations*, a resistência tendeu a ser investida em parcelas de terra de pequena escala, escondidas do olhar do supervisor e

⁸ Meu próprio trabalho, firmemente fundamentado nesses três campos, teria sido aprimorado se eu tivesse atendido melhor a dinâmica racial nas sociedades agrárias que estudei (WOLFORD, 2010). Eu abordo isso no meu trabalho atual sobre a política de pesquisa agrícola em Moçambique.

orientadas para as comunidades locais e para o autossustento. Como escreveu Marx, escravizados libertos nas Índias Ocidentais enfureceram os donos de *plantations* recusando o trabalho assalariado e tornando-se “camponeses autossustentáveis, trabalhando para seu próprio consumo” (MARX, 1857, p. 249). Isso não era populismo *per se*, mas era uma rejeição à *plantation*, contrariando a exigida alienação, forjando uma relação íntima e de pequena escala com a terra e as pessoas. Certamente, a resistência nem sempre será de pequena escala, e nem todas as iniciativas de pequena escala trabalham contra as estruturas de opressão. Centrar, no entanto, a *plantation* nas análises sobre a política econômica moderna sugere que a desconstrução de uma de suas características-chave – a de operar em larga escala – abre importantes possibilidades emancipatórias.

Em terceiro lugar, o foco na *plantation* dá suporte a um dos princípios e objetivos fundamentais dos três campos citados, ajudando a borrar as fronteiras de determinados dualismos, como natureza-sociedade, desenvolvido-em desenvolvimento, rural-urbano, indústria-agricultura, campo-cidade, e muitos outros (MITCHELL, 1990). As *plantations* abrangem distinções artificiais entre agricultura e indústria, organizando a agricultura em condições industriais de uniformidade, eficiência e ordem; situando os campos agrícolas perto das destilarias e fábricas; e fundindo recursos naturais e produção industrial. *Plantations* são tanto parcelas agrícolas quanto pequenas cidades em si mesmas, sendo ponte entre campo e cidade, não pertencendo totalmente a nenhum dos dois, mas permitindo o tráfego entre os dois.

Plantations geralmente estabelecem contratos com produtores que fornecem matérias-primas para a usina ou para a destilaria associada. Desta forma, as *plantations* se situam no centro de um espaço de influência bem maior, puxando produtores, trabalhadores e moradores locais, que consomem os produtos da empresa. Por fim, as *plantations* enfatizam a coconstrução entre natureza e sociedade. São organizadas em torno da manipulação extrema da natureza, mesmo quando se enchem da abundância da vida natural. Doenças, decadência e desordem são conhecidas desconhecidas, que nem mesmo a manipulação implacável pode controlar. Dado que os Estudos Agrários, Estudos Críticos de Desenvolvimento e a Ecologia Política trabalham na direção da desconstrução desses dualismos, a contribuição que o Plantationoceno faz aqui é mais para reforçar do que para reposicionar esse objetivo.

Plantationoceno: um sistema social, um imperativo e um ideal

Embora o foco na *plantation* reposicione a centralidade da escravidão, com uma política de escalas crítica e perturbe dualismos no coração da mo-

deriedade, estudos emergentes do Plantationoceno têm como base os Estudos Agrários, os Estudos Críticos de Desenvolvimento e a Ecologia Política. Ao reunir a força analítica destes campos, três elementos se sobressaem como centrais para a compreensão do conceito de Plantationoceno: a) as relações empíricas concretas dentro das *plantations* ao redor do mundo; b) o papel histórico específico que as *plantations* têm desempenhado na construção do sistema mundo e, c) o poder discursivo que a *plantation* tem como um ideal de paisagem de produção, lucro, propriedade e ordenamento da natureza.

Em outras palavras, *plantations* são importantes não apenas como uma “certa, historicamente específica, maneira de se apropriar da terra” (LATOURET *et al.*, 2018, p. 591). As *plantations* eram e são comunidades multiespécies que atravessam gerações e cruzam fronteiras nacionais. São fixas e flexíveis, localizadas em lugares específicos, mas, ao mesmo tempo, na negação globalizada de espaços. Como McKittrick (2011) argumentou em um brilhante artigo, publicado em *Social and Cultural Geography*, economias de *plantations* simultaneamente mantiveram trabalhadores escravizados nos lugares, confinados em lavouras e plantações, mas os tornando ‘sem lugar’ e ‘desterrados’, deslocando corpos de cor de suas terras, comunidades e histórias. Em tempos de *plantation* e além, as relações sociais são sustentadas tanto por laços de coerção e lealdade quanto por visões de eficiência e controle.

Na sequência, refiro-me a *plantation* como um conjunto de relações sociais, como um imperativo e como um ideal, que insistiu em permanecer ao redor do mundo pelos últimos 500 anos. Faço isso tendo como referência pesquisas de campo nos lusotrópicos, principalmente no Brasil e em Moçambique. As primeiras inovações marítimas de Portugal deixaram um longo legado de culturas de *plantation*, evidenciadas hoje na construção de comunidades profundamente hierarquizadas, na dependência da “âncora verde” de *plantations* agrícolas e na idealização da *plantation* como paisagem de produtividade e progresso.

Nos últimos vinte anos, trabalhei em comunidades rurais das regiões sul e nordeste do Brasil e no norte de Moçambique. Todas estas caracterizadas por economias e sociedades de *plantation*, em um sentido ou em outro. No sul do Brasil, a migração foi moldada, fundamentalmente, por *plantations* de café e de gado e por políticas nacionais de colonização que foram desenvolvidas para acomodar a necessidade de mão de obra agrícola em propriedades de grande escala (STEIN, 1986; MOSCA, 1999). No Nordeste do Brasil, a escravidão vinculou os pobres rurais às *plantations* de cana-de-açúcar por mais de 500 anos. O Brasil foi o último país do hemisfério ocidental a proibir a escravi-

ção, em grande parte por causa da dependência do país das exportações de produtos derivados das *plantations* (VIOTTI da COSTA, [1985] 2000).

No norte de Moçambique, o Estado colonial concedeu vastas regiões para o que eram, essencialmente, *plantations* corporativas de larga escala, enquanto populações locais foram reorganizadas para o fornecimento de mão de obra (NEWITT, 1995; ALINA, 2012). As perspectivas de futuro foram, por sua vez, colonizadas pela fantasia, ainda em curso, de um próspero setor de exportação de *commodities* agroindustriais. Em todos os três casos mencionados, as populações rurais sustentaram a construção de estados a partir de regimes agrícolas de exportação de larga escala.

***Plantation* como um sistema social**

O campo interdisciplinar dos Estudos Agrários tem centrado suas análises em comunidades rurais para uma compreensão da vida no campo. A “questão agrária” original, no início dos anos 1900 (KAUTSKY, 1899), indagava sobre que tipo de atores econômicos e políticos as classes agrárias se tornariam nos países que estavam sendo submetidos a transformações agrícolas e industriais dramáticas (LENIN, [1899] 1964; CHAYANOV, 1966).

Dado o peso da agricultura de pequena escala na Europa da época, particularmente os camponeses eram alvo de preocupação política. Da Alemanha à Rússia, à Itália e ao Reino Unido, estudiosos indagavam sobre como os camponeses fariam a “transição” para a vida moderna, tanto sob o capitalismo como do socialismo ou do domínio colonial (SHANIN, 1976; BERNSTEIN, 1996). Quais seriam as transformações nos modos de vida rural e que tipo de questões políticas iriam emergir à medida que o Estado ou o domínio imperial tomassem as rédeas (WATTS, [1983] 2013)?

Surpreendidos pela persistência dos camponeses, as análises passaram a focar o nível micro, investigando a dinâmica da vida cotidiana e as economias morais (THOMPSON, 1971), as alianças intrarrurais (SHANIN, 1972) e as comunidades moldadas pela relação entre elites, pobres rurais e atores estatais, em diversos contextos com histórias coloniais e regimes de posse de terras distintos (WOLF, 1969; PAIGE, 1978; VIOTTI da COSTA, [1985] 2000; MCCARTHY, 2002; BOBROW-STRAIN, 2007; BOONE, 2014). Embora, geralmente, analisemos a questão agrária como uma questão do campesinato, se a ‘virarmos de ponta-cabeça’ encontramos a questão do Plantationoceno: Como a imposição da *plantation* em diversos lugares no mundo moldou os modos de vida, relações e comunidades rurais?

Existem muitos tipos diferentes de comunidades ligadas às *plantations* (MINTZ, 1986), mas há semelhanças entre elas.⁹ É comum que *plantations* sejam propriedades familiares e que produzam relações fixas, em que os trabalhadores fazem uso de pequenas parcelas de terras, transformadas em casas e quintais (BESKY, 2017), e relações flexíveis, em que os proprietários de terras optam por se desconectar, vender ou abandonar a terra, dependendo da margem de lucro (OFSTEHAGE, 2018). Relações de trabalho modernas, desenvolvidas junto das e nas *plantations*; rotas migratórias – que, originalmente, eram orientadas para a conquista e comércio – tornaram-se as cadeias de abastecimento da nova economia de *plantation*; corpos de trabalhadores e suas famílias foram colocados em conjuntos habitacionais, assentamentos, vilas, reservas e cidades-empresa; foram projetadas fábricas na forma de usinas, destilarias e plantas de processamento para funcionar em conjunto com *plantations*.¹⁰

A imposição de *plantations* ao redor do mundo foi (e é) baseada na remoção ou na absorção de laços comunitários preexistentes e na sua reconfiguração em torno da produção de *commodities*, como descrito no clássico de Watts ([1983] 2013, p. XX), *Silent Violence*:

Na África colonial e pós-colonial, eu argumento, a fome estava e está organicamente ligada à ruptura do equilíbrio entre a subsistência e o consumo camponês precipitado pelo desenvolvimento e pela intensificação da produção de *commodities*. O efeito da forma particular de desenvolvimento capitalista no norte da Nigéria foi romper o ciclo de produção camponesa, expandir a produção de *commodities* e individualizar a sociedade camponesa.

Com a incorporação ou destruição de comunidades locais, o domínio europeu no ‘Novo Mundo’, África e Ásia tentou fixar populações locais em povoamentos, reservas ou cidades (COOPER, 1982). Os povoamentos equivalem à civilização, pois permitiam trabalho “honesto”, educação, serviços de evangelização, apoiados pelo excedente agrícola, e a aquisição de “boas maneiras” (COOPER; STOLER, 1997; CHICHAVA, 2013). Mesmo quando

⁹ Como afirmou Mintz (1986, p. XXII), “Existem grandes diferenças entre as famílias que usam máquinas de madeira antigas e caldeirões de ferro para ferver uma quantidade de açúcar para vender aos seus vizinhos em pães pitorescos, e os homens e maquinários aglomerados empregados na produção de milhares de toneladas de cana-de-açúcar (e, eventualmente, de açúcar) em *plantations* modernas para exportar para outros lugares”.

¹⁰ O trabalho de Safransky (2018) detalha a ironia da migração de afro-americanos de antigas *plantations* de escravos no sul dos EUA para a cidade de Detroit, migração para o norte apenas para ser sujeito a novas formas de *plantations*, somente para ‘tornar mais verde’ e gentrificar as áreas centrais da cidade.

as sociedades de *plantation* transformaram comunidades preexistentes, trouxeram consigo novos laços comunitários, comunidades espacial e socialmente organizadas em torno da hierarquia das relações de trabalho, muitas vezes com uma família à frente.

As *plantations* de cana-de-açúcar no Nordeste do Brasil foram construídas por meio das condições – não únicas – de escravidão, produção para exportação e domínio colonial (SCHWARTZ, 1986). Eram microcosmos deste sistema-mundo mais amplo, impostos às sociedades existentes por alguns dos primeiros donos de terra, que se estabeleceram no novo mundo. A segunda e a terceira geração das elites portuguesas constituíram propriedades moderadamente bem-sucedidas ao longo da costa (SIGAUD, 1979). As comunidades de *plantation* foram estratificadas por funções de trabalho específicas, altamente hierarquizadas e racializadas, orientadas em torno da Casa Grande e das senzalas, as quais foram, relutantemente, transformadas em habitações para trabalhadores “livres” no final de 1800 (WOLFORD, 2010).

Relações de trabalho, deliberadamente desiguais e racializadas, transformaram o Nordeste na região mais pobre e menos desenvolvida do Brasil, legado que assombra o país até os dias de hoje (PEREIRA, 1999). A segmentação da mão de obra, entre trabalhadores qualificados e não qualificados nas *plantations*, criou estreitos laços comunitários, com trabalhadores se movendo frequentemente em busca de “bons chefes”, que definiram a linha entre a vida e a morte, porque ditavam a forma como a terra seria usada. Quando os preços da cana-de-açúcar eram altos, a cana seria plantada em cada pedaço viável de terra da *plantation*; quando os preços eram baixos, muitas vezes, os trabalhadores eram distribuídos em lotes de terra localizados na frente de suas casas para plantar cultivos alimentares. No entanto, eram proibidos de plantar árvores ou outras espécies com “raízes longas”, já que essas plantas poderiam lhes dar base para uma reivindicação legal ou moral sobre a terra (STOLCKE, 1988; WOLFORD, 2010). O acesso a esses lotes de terra, como indicado por outros autores (WYNTER, 1971; CARNEY, 2020), é considerado um aspecto chave, tanto da sobrevivência quanto da resistência. No Nordeste do Brasil, os trabalhadores da cana-de-açúcar organizaram uma mobilização histórica, nas décadas de 1950 e 1960, e lutaram por seus dois hectares de terra. Basearam-se nas memórias desse protesto, quando se juntaram ao histórico Movimento Sem Terra nos anos 2000 (WOLFORD, 2010).

Ainda assim, com toda a violência que caracterizou as comunidades de *plantation*, as pessoas no nordeste do Brasil são moldadas por noções de honra. Noções de ‘bons patrões’ e ‘boas culturas’, no entanto, foram moldadas pela lógica da propriedade e do lucro. Um bom padrão garantia um chão para

seus trabalhadores, uma galinha no Natal, uma carona para o hospital em caso de doença e um caixão em caso de morte (SCHWARTZ, 1986). Esta economia moral (THOMPSON, 1971; SCOTT, 1976; WOLFORD, 2005) da patronagem, da provisão e da pobreza foi a ‘mão visível’ nessas regiões. Ainda hoje se faz notar em todo o Brasil, na distribuição clientelística de empregos e recursos por aqueles que controlam/ocupam cargos políticos (WOLFORD, 2010).

Fora do Brasil, a ambição territorial portuguesa sempre se baseou na capacidade (e no direito) de extrair trabalho tanto da terra quanto dos povos nativos. Oficiais portugueses e administradores locais argumentavam que controlar o trabalho nativo era a chave para desbloquear as riquezas da África Austral. Acreditavam que, enquanto os nativos pudessem trabalhar, as matas idealizadas de coqueiros, de campos de sisal e plantações de algodão e tabaco, magicamente, produziriam frutos.

O império português, de forma consciente, retratou-se como multicultural e democrático, quando projetado no mapa (ver FREYRE, 1986). Na prática, no entanto, era profundamente hierárquico e assegurava seu lugar por meio de um conjunto de tecnologias políticas que incluíam a violência e a ameaça (a “lei do Revólver 44”, como afirmou um proprietário de terras no Brasil); títulos forjados; proclamações religiosas, sobre a importância de se ter alma para evitar a escravização; regulamentações mercantilistas de exportação e, provavelmente o mais importante, requisitos de trabalho forçado (ISAACMAN, 1996). Uma aversão persistente ao trabalho nas *plantations* molda as possibilidades de desenvolvimento hoje; em Moçambique, o estado de partido único continua a propor empreendimentos agroindustriais de larga escala e o estabelecimento forçado de vilas rurais, mas a população local resiste por meio da fuga, do desengajamento e do protesto (CHICHAVA, 2013; WOLFORD, 2015).

Essas são algumas das relações sociais muito concretas, produzidas nas *plantations* e por meio delas. Hoje ecoam em propriedades agrícolas de grande escala, levadas ao extremo em fazendas nos Estados Unidos, que empregam trabalhadores sem documentos e não têm permissão de sair da propriedade, ou não saem por medo de não apenas estar na terra de outra pessoa, mas no país de outra pessoa (FOX *et al.*, 2017). As *plantations* no Sul dos EUA têm moldado as relações raciais no país desde a emancipação, desde a Grande Migração (DUBOIS, 2007; WILKERSON, 2010) até o sistema prisional contemporâneo (WOODS, 1998; McKITTRICK, 2013). Divisões de classe, gênero e raça não foram inventadas pela *plantation*, mas de muitas maneiras foram aperfeiçoadas lá. Hierarquias estritas foram estabelecidas, justificadas e, mui-

tas vezes, internalizadas (FANON, 1963; STOLER, 1985; SCHWARTZ, 1986; ISAACMAN, 1996; COOPER; STOLER, 1997; CURLEY, 2019).¹¹ Estudos das comunidades de *plantation* ao redor do mundo fornecem pistas sobre a atual prevalência de políticas clientelísticas nas áreas rurais e sobre desejos persistentes de governantes fortes e “bons chefes”.

É possível argumentar que muitas outras comunidades produtivas replicam o modelo da *plantation*, ou estão integradas ao regime alimentar de *plantation* mais amplo (FRIEDMAN; McMICHAEL, 1989). A priorização da escala, a segmentação, a hierarquia, os limites nitidamente definidos e uma relação extrativista com a comunidade local (independentemente do local definido) são características das *plantations*, replicadas em plataformas marítimas industriais, minas, fábricas de roupas, zonas de processamento de exportação, *Millennium Villages* (uma infeliz paródia dos esforços de *villagization* na África colonial) e cooperativas agrícolas. Paralelamente, outras formas de organização da produção como em comunidades de pequenos agricultores, assentamentos de reforma agrária, territórios indígenas e periferias urbanas são melhor caracterizadas como integradas ao regime alimentar de *plantations*, apoiando a produção em larga escala por meio do fornecimento de mão de obra barata e mercadorias (muitas vezes por meio de contratos), ou pela demanda por alimentos baratos. *Campi* universitários, fundados sob o modelo de concessão de terras, têm apoiado a produção das *plantations* nos Estados Unidos e no exterior, por meio de pesquisa, ensino, extensão e, por vezes, com *plantations*, de boa-fé, em seu próprio câmpus (GOLDSTEIN; PAPROCKI; OSBORNE, 2019).¹²

***Plantation* como um imperativo**

A seção anterior tratou de analisar a *plantation* como um espaço social particular. Estudos Críticos de Desenvolvimento, no entanto, também nos ajudam a entender a *plantation* como um imperativo histórico, um modo de ex-

¹¹ O trabalho de Curley (2019) mostra como a mineração de carvão passou a ser vista como um trabalho legítimo dentro da Nação Navajo, apesar da relação extrativista com a comunidade local.

¹² As universidades, que obtiveram concessão de terras, têm uma história complicada que internaliza o impulso por uma agricultura de larga escala, dependente de combustível fóssil, bem como a busca por alternativas, como Goldstein, Paprocki e Osborne (2019) apontaram. No entanto, o privilégio dos ideais de *plantation* é aparente nesses *campi*. Na Cornell University, por exemplo, o jardim botânico foi chamado oficialmente de “plantations” e só foi renomeado porque a associação com a escravidão e o extrativismo gerava muitas questões difíceis, segundo o atual diretor (ver: <<https://news.cornell.edu/stories/2016/08/rebranding-cornell-plantations-better-reflect-missionvision>>).

pansão, produção e dominação, que deu origem ao sistema-mundo tal qual conhecemos hoje.

Historiadores e geógrafos (MOORE, 2017, 2018) contaram a história do mundo moderno por meio da ascensão de várias mercadorias importantes, como açúcar (MINTZ, 1986), arroz (CARNEY, 2001), algodão (BECKERT, 2015) e milho (WARMAN, 2003). A primeira onda de colonialismo, dominada por espanhóis e portugueses, introduziu as *plantations* (principalmente de cana-de-açúcar) no ‘Novo Mundo’, muito antes que a propriedade produtiva de larga escala se tornasse a norma na Europa.

O feudalismo europeu pode não ter sido inerentemente expansivo, mas assim se tornou quando casado com narrativas de destino manifesto (conferidora de direitos), facilitado por uma linguagem comum e legitimado por tecnologias de extração agrícola, como argumentou Seed (1995). A fronteira do estado-nação não era a fronteira nacional. Em vez disso, a fronteira era a fronteira da mercadoria, que as nações reivindicaram e protegeram com um conjunto de regras cada vez mais elaborado (MOORE, 2017, 2018).

Em territórios portugueses, a Lei das Sesmarias tecnicamente privilegiou o uso produtivo da terra, mas em contextos de áreas aparentemente vastas e vazias, grande desigualdade, lógica feudal, aposta nas navegações e na “descoberta” como base para reivindicação legítima. Essa lei teve o efeito perverso de garantir que enormes parcelas de terras ficassem sob o controle de poucas famílias. As reivindicações partiam dos filhos mais jovens, impedidos de herdar propriedade de terras em Portugal devido às leis de herança feudal, baseadas na primogenitura. As posses iniciais foram legitimadas, e nem sempre legalizadas pela passagem do tempo – o que o jurista Peñalver (2011) definiu como a trajetória condicionada da legislação fundiária –, pela combinação entre propriedade privada e política e pela posse forçada (HOLSTON, 1991). Também a ‘branquidade’ conferiu legitimidade às reivindicações de terra, junto com a subjugação dos negros como propriedade e a invalidação das reivindicações de territórios indígenas, seus usos e suas relações, criando o que Bhandar (2018) chamou de “regimes raciais de propriedade”.

As *plantations* reordenaram espaço e escala. Usinas de capital intensivo tinham a necessidade de processar a cana-de-açúcar logo após o corte e, assim, as *plantations* andavam de mãos dadas com meios cada vez mais industriais de processamento. De maneira semelhante, as primeiras fábricas da Revolução Industrial localizavam-se perto da fonte de matérias-primas (bem como de fontes de combustível), principalmente, a produção têxtil no interior da Grã-Bretanha. Foi só após a segunda onda de colonialismo, na Ásia e na África, que surgiram tecnologias capazes de permitir a separação da localização da produ-

ção de matérias-primas daquela de produção industrial. Isso permitiu que fábricas estivessem situadas nas capitais europeias e *plantations* de matérias-primas nas colônias. Essa foi a fenda metabólica da agricultura colonial. Atualmente, embora indiscutivelmente impulsionada pela mesma lógica, a proporção se inverteu. *Plantations* estão cada vez mais localizadas no centro e fábricas (por exemplo, fábricas de roupas) nas antigas colônias (LOWDER; SKOET; RANEY, 2016).¹³

As expedições enviadas para encontrar e controlar novas terras, que seriam destinadas às *plantations*, forneceram os blocos de construção de novas disciplinas científicas, da geografia à economia, ciência das plantas e medicina. A teoria social europeia surgiu durante a transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, com a maioria dos teóricos sociais – muitos dos quais se tornaram os “pais” de novas disciplinas, como sociologia, economia e geografia – elogiando os ganhos da especialização, da escala e da concentração na agricultura, apesar de reconhecerem o potencial soturno de cada um desses ganhos (RICARDO, 1817; WEBER, 2009; SMITH, 2010; DURKHEIM, 2014). A jovem disciplina da Economia estava enraizada em suposições sobre a vantagem comparativa da escala na agricultura, mesmo quando economistas políticos, de Smith a Ricardo, expressaram desprezo pelos tradicionais proprietários de terras parasitas, aqueles que não usavam bem suas propriedades.¹⁴ Essa perspectiva antiproprietários era inteiramente compatível com o abraço teórico dado às *plantations*, de larga escala e bem organizadas, que produziram safras para exportação ou para produção industrial (HODGE, 2007).¹⁵ Com exceção de

¹³ Embora as *plantations* tenham sido o modo de ocupação colonial nos últimos 500 anos, exportadas como ideias ou aspirações da Europa e aperfeiçoadas no resto do mundo (ver MINTZ, 1986), o tamanho das fazendas nos últimos trinta anos aumentou em países ricos e decaiu nos em desenvolvimento. A evidência empírica sugere que as *plantations* têm se movimentado de países pobres para ricos (LOWDER *et al.*, 2016, p. 16).

¹⁴ Ricardo (1817) ilustrou o desdém liberal pelos tradicionais proprietários de larga escala ausentes, que desempenhavam um papel “feudal” na sociedade rural. Argumentou que esses latifundiários eram inimigos do progresso porque (1) mantinham muito mais pessoas em suas terras e em seus séquitos do que o necessário, exclusivamente para o prestígio social; (2) exerciam pressão sobre os salários ao fornecer terras e um apoio mínimo, mas também (3) diminuía a oferta de mão de obra disponível retendo pessoas; (4) não inovaram em suas terras e, (5) não investiam seu excedente produtivamente. Grandes fazendas que evitassem essas falhas eram as ideais.

¹⁵ Em *Triumph of the Expert*, Hodge (2007) argumentou que o desenvolvimento nas colônias britânicas não começou após a Segunda Guerra Mundial, mas sim mudou. Anteriormente, houve um período de *laissez faire* com o independente campesinato ‘yeoman’ (agricultor pequeno) como ideal, em parte por causa das reticências europeias contra os proprietários parasitas de terras, depois o incentivo estatal à agricultura de grandes propriedades (Chamberlain) de inspiração Fabiana com ênfase na primazia da ciência, e então a preocupação com o desenvolvimento das colônias para seu próprio bem ao longo do período de desenvolvimento tardio.

Marx ([1867] 1976), os que lutaram contra este abraço teórico, como os anarquistas (PROUDHON, 1876) e os primeiros socialistas ingleses (OWEN, 1813), foram condenados às margens.

Paralelamente à economia, a ciência das plantas teve início com a investigação de cultivos específicos de *plantation* (BROCKWAY, 1979), voltada para o aprimoramento da capacidade de plantar em escalas e densidades não naturais. Em nenhum lugar isso é tão nítido quanto nos trópicos, onde os periódicos de botânica e agronomia estão repletos de análises científicas e comparações de tipos de cultivos agrícolas entre as colônias (TILLEY, 2011; PRITCHARD; WOLF; WOLFORD, 2016). Em Moçambique, o que se passou por ciência agrícola, ao longo do século XX, foi realmente a procura de três ou quatro produtos que o território forneceria à metrópole (WOLFORD, 2019). Cientistas de plantas e agrônomos vasculharam os registros de colonização em outros territórios para observar quais tipos de cultivos agrícolas poderiam ser viáveis em sua própria colônia.

A lógica de *plantation* e a proliferação de doenças de plantas em monoculturas moldaram tanto as ecologias das doenças quanto o estudo da patologia das plantas (MITMAN, 2017). Espaços apinhados de cultivos de *plantation* deram origem a epidemias tanto em espécies humanas como em não humanas. Também forneceram os laboratórios e as populações ideais para o estudo da medicina, da biologia infecciosa, da entomologia e da patologia vegetal.

Na década de 1950, os economistas do desenvolvimento modelaram ativamente os planos para as ex-colônias, com base na dinâmica da “acumulação primitiva”, ou na experiência de despossessão de terras e de separação dos pequenos agricultores dos meios de produção (LEWIS, 1954; PAPROCKI, 2018).¹⁶ O objetivo da teoria da modernização inicial era mimetizar o modelo britânico de transformação industrial, particularmente ao viabilizar a terra, trabalho e capital como fatores de produção alienáveis e mercantilizáveis (LEWIS, 1955; STAATZ; EICHER, 1998). Mais uma vez, os cercamentos de terras foram considerados necessários para criar uma força de trabalho assalariada móvel e uma agricultura de larga escala eficiente. Nas décadas que se seguiram, estudiosos críticos do desenvolvimento utilizaram a análise de Polanyi ([1945] 2001), do chamado duplo movimento, para analisar a articulação incômoda e desigual entre sociedade de mercado, seja capitalista, socialista ou inter-

¹⁶ O trabalho de Paprocki (2018) ilustra a maneira como as estratégias de desenvolvimento supostamente projetadas para melhorar a resiliência ou a adaptação às mudanças climáticas em Bangladesh foram baseadas em entendimentos de longa data de desenvolvimento como sinônimo de crescimento industrial liderado pela exportação.

mediária, e comunidades rurais (STOLER, 1985; VERDERY, 2003; CHARI, 2005; LI, 2007, 2014; GORMAN, 2014; WOLFORD; NEHRING, 2015).

Apesar de preocupações pautadas na noção de que a agricultura de larga escala é ecologicamente insustentável, as *plantations* e seus produtos ainda dominam a produção agrícola em todo o mundo. Os seis cultivos mais amplamente produzidos (algodão, trigo, arroz, milho, açúcar e soja) são, frequentemente, cultivados em larga escala, em grandes fazendas, com uso intensivo de insumos, embora também sejam produzidos em fazendas de pequena escala, muitas vezes, com relação contratual com alguma grande propriedade ou empresa. Muitos outros produtos amplamente difundidos são populares porque foram fontes de alimento para aqueles que eram forçados a trabalhar nas *plantations*, como milho (WARMAN, 2003) ou mandioca (ISAACMAN; ISAACMAN, 1983).

Quase todo o financiamento público ou beneficente vai para esses cultivos, enquanto políticas agrícolas e redes científicas (por exemplo, o Grupo Consultivo de Pesquisa Agrícola Internacional – CGIAR) apoiam sua expansão pelo mundo (PINGALI, 2015). Um movimento surgiu com objetivo de identificar cultivos “órfãos” ou negligenciados para tentar equilibrar o foco em um número tão limitado de produtos, mas essa busca é frequentemente orientada para transformá-los em culturas globais, cultivadas em escala. A quinoa, por exemplo, é improvável que se torne um cultivo de *plantation*, mas encorajar os agricultores da América Central e do Sul a plantá-la, bem como os agricultores da Austrália, Colorado, Inglaterra e França, é aliená-la do lugar, gente, mitos e solos do Altiplano (OFSTEHAGE, 2012; WALSH-DILLEY, 2013).

Ao mesmo tempo, as *plantations* inspiraram resistência. Pessoas, plantas e micróbios fugiram dos locais de *plantation*, tanto no sentido físico quanto no social. As normas sociais, dentro e fora das *plantations*, foram desafiadas, contrabandeando de tudo, desde sementes até corpos humanos. As *plantations* geraram não só novos cultivos agrícolas e novas doenças, mas também geraram revoltas (COOPER; STOLER, 1997). Os limites das *plantations* eram e são porosos. Estão literalmente fervilhando de vida. Alguns são capturados como trabalho, mas resistem ao controle completo exercido por compulsão externa (mesmo quando internalizado).

Mesmo nas ruínas das *plantations* de monocultura, micróbios, animais e plantas florescem e ecologias emergentes expressam possibilidades (KIRKSEY, 2015). A ironia é que a resistência contra o sistema (neste caso, um sistema estatal) requer legibilidade. Assim, programas de alimentos orgânicos, de distribuição de terras, governança territorial indígena ou parques nacionais, mui-

tas vezes, se enredam em lógicas de *plantation*. Alimentos orgânicos são, portanto, cultivados em larga escala e vendidos em redes de supermercados multinacionais gigantes como Walmart e Target (GUTHMAN, 2004). Programas de redistribuição de terras, destinados a atender demandas históricas, acabam tendo como resultado agricultores contratados que alimentam o sistema agro-industrial (WOLFORD, 2010; MOYO, 2011). A monocultura de *commodities* agrícolas é fomentada como um meio de poupar outras terras destinadas à conservação (PERFECTO; VANDERMEER, 2010). Territórios indígenas refletem a governança estatal moderna e negociam espaço ao lado de *plantations* para se manter de pé (GALEANA, 2020).

***Plantation* como um ideal**

Em terceiro e último lugar, argumento que atualmente a *plantation* serve como um ideal de produção e de governança organizadas, racionais e eficientes. Baseando-se em metodologias qualitativas e históricas, os ecologistas políticos chamam atenção para a maneira pela qual um certo ideal de paisagens administradas, “produtivas”, leva à categorização de todas as outras terras (e pessoas) como “selva” (SLATER, 2001), “*Terra Nullius*” (FELDMAN; GEISLER, 2012; MAKKI, 2014), “terra selvagem” ou “deserto” (NEUMANN, 1995; SUNDBERG, 2003; HENNESSY, 2019), “terra degradada” (FAIRHEAD; LEACH, 1996; BLAIKIE; BROOKFIELD, 2015) ou “terra não utilizada” ou “desperdiçada” (BAKA, 2017). O privilégio de algumas paisagens sobre outras é um meio de alienar paisagens inteiras e recrutar recursos para áreas que o mercado pode controlar.

Para muitos leitores urbanos, o termo *plantation* pode parecer anacrônico e até romântico. Nos Estados Unidos, a imagem divulgada das *plantations* da região Sul, como nobres e grandiosas, tornou as antigas *plantations* escravistas destinos populares para casamentos e outros eventos ritualísticos (MURPHY, 2019). A recente corrida para adquirir novas terras – a chamada apropriação global de terras, *land grabbing*, ou o que alguns chamam de segunda corrida pela África – sugere que as *plantations* ainda são a resposta do senso comum para as questões de crise, escassez ou incerteza (CHUNG, 2019).¹⁷

A temática da apropriação global de terras acumulou uma literatura significativa nos últimos quinze anos. Esse mais recente movimento de aquisição de terras passou a ser rastreado a partir de meados dos anos 2000, quando

¹⁷ O trabalho de Chung (2019) ilustra a relação entre a construção de uma nação e cercos de terra em larga escala na África contemporânea.

vários mercados entraram em colapso e os preços das *commodities* e alimentos básicos, incluindo trigo, milho e arroz, aumentaram drasticamente (BORRAS *et al.*, 2011). As décadas precedentes de queda nos preços das *commodities* terminaram, levando um número recorde de pessoas a uma grave situação de insegurança alimentar.¹⁸

À medida que a inquietação social generalizada se espalhava por todo o mundo, líderes internacionais, em resposta, focavam na produção de alimentos e faziam um chamado para a “duplicação da produção mundial de alimentos” até 2050 (NAÇÕES UNIDAS, 2009). Na medida em que os preços continuaram instáveis, empresas, estados e organizações não governamentais investiram esforços em uma solução de duas cabeças. Primeiro, investidores de vários tipos, de Estados-nação a fundos de *hedge* e corporações, voltaram-se para a aquisição de novas terras para a produção de *commodities* agrícolas (longe dos mercados instáveis de Wall Street).

Segundo, organizações de ajuda humanitária, instituições multilaterais e credores bilaterais apostaram na intensificação da “revolução verde”, que melhoraria a produtividade em terras de baixo desempenho (McMICHAEL, 2012). Essa dupla estratégia foi uma tentativa de atender a demanda a partir do que o Banco Mundial definiu como “baixa produtividade”, ou seja, níveis de produção seriam mais baixos do que aqueles obtidos em condições ideais, intensivas em insumos, nas regiões de maior rendimento do mundo (WOLFORD, 2015).

Enquanto parceiros públicos e privados se uniam para expandir e intensificar a produção agrícola, novas preocupações surgiram. Ativistas de todo o mundo, especialmente na África e na Ásia, começaram a protestar contra o que viam como um novo colonialismo: não apenas despossessão de terras, mas uma reorientação de sistemas alimentares para mercados de exportação (BORRAS; FRANCO, 2012). Os ativistas definiram essa busca por terras de apropriação global de terras (*land grabbing*) e destacaram os impactos negativos desses negócios para as populações locais, muitas das quais ameaçadas de perder o acesso à terra e a capacidade de abastecer redes locais de alimentos (GRAIN, 2008; WOLFORD *et al.*, 2013).

Embora a escala, os efeitos e as causas da apropriação global de terras sejam questionáveis (SCOONES *et al.*, 2013), está nítido que as aquisições de terras em larga escala ou as novas *plantations* tornaram-se um dos investimentos mais atraentes disponíveis em todo o mundo, com corretoras e investidores

¹⁸ Insegurança que aumentou com a pandemia da Covid-19 nos últimos anos.

institucionais declarando ousadamente que investir em terras renderia taxas de retorno anuais superiores a 20%. Há vídeos em abundância na internet que explicam como adquirir terras de boa qualidade na Ucrânia, em Moçambique ou no Brasil (FAIRBAIRN, 2015).

Embora alguns argumentem que a solução para a crise alimentar seria reconstruir os sistemas alimentares locais, implantar estratégias nacionais de produção de alimentos e construir apoio internacional para a soberania alimentar (De SCHUTTER, 2014), a narrativa dominante gira em torno do aumento da produtividade. Pingali (2015, p. 587) afirmou que “As ações políticas tomadas após a crise dos preços dos alimentos em 2008 deixam nítido que a maioria dos países ainda interpreta a segurança alimentar como autossuficiência em grãos básicos”. Organizações multilaterais como o Banco Mundial, as Nações Unidas e a Organização da Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), bem como governos nacionais, argumentaram que o investimento privado ou parcerias público-privadas eram necessários para acessar terra, criar propriedades de larga escala e produzir com os métodos mais modernos, eficientes e intensivos disponíveis (DEININGER; BYERLEE, 2011).

O retorno da *plantation* talvez não seja tão evidente em outros lugares como é em Moçambique, onde os governos do Brasil, Moçambique e Japão anunciaram, em 2010, um plano ambicioso para transformar a agricultura moçambicana. O objetivo era modernizar a agricultura na região norte, especificamente no corredor de Nacala, valendo-se da experiência brasileira, da ajuda japonesa e da terra e da mão de obra moçambicanas. O exemplo bem-sucedido do Brasil justificou o ambicioso fomento à agricultura de larga escala voltada para a exportação em um país composto, predominantemente, por produtores muito pobres, que dependem da agricultura como uma de suas fontes escassas de sustentação.¹⁹ Esta foi uma poderosa narrativa, carregada da promessa de reproduzir o chamado outro “milagre brasileiro” da produção de soja, de milho, de algodão e de açúcar em larga escala, assim como no Centro-Oeste do Brasil (WOLFORD; NEHRING, 2015). Esse plano de transformação fazia sentido para os brasileiros porque a região norte de Moçambique era descrita como uma área desperdiçada, uma região não utilizada efetivamente pela população nativa, com uma paisagem que tinha solos semelhantes ao cerrado brasileiro e, portanto, familiar (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016).

¹⁹ O exemplo do cerrado do Brasil somente parece um sucesso da ponta de vista de agroindústria. Representa uma área que foi conquistada pelos fazendeiros pela produção intensiva de *commodities* para exportação.

O chamado plano mestre do ProSavana também envolveu, de maneira fundamental, a distribuição de terras “vazias” ou disponíveis aos investidores que comandaram os recursos financeiros e científicos destinados a tornar a terra produtiva. Tal qual evidenciado pelos documentos originais, os arquitetos do ProSavana criaram uma estratégia de desenvolvimento em que as *plantations* de larga escala teriam o papel de criar um setor agroindustrial de exportação moderno, permitindo que unidades de produção menores fossem inseridas como produtores terceirizados ou agricultores contratados e fornecedores de insumos.

No cerne do ProSavana, está (ou estava) uma visão particular para investimentos de larga escala em terra (PATEL, 2012; WISE, 2014), a qual é sustentada por noções científicas de produtividade, de eficiência e de segurança. O ProSavana foi possível devido a um papel muito mais geral desempenhado pela ciência ocidental e pela transferência de tecnologia. Os apelos para aumentar rapidamente a produção de alimentos, explorando “lacunas de produtividade”, conectaram-se à habilidade dos métodos industriais e das ciências agrícolas, que servem para tornar equivalentes meio ambientes díspares, fornecendo soluções tecnológicas para lidar com a baixa produtividade e dotações desiguais de recursos. Construídos com base em uma longa história de práticas coloniais e pós-coloniais (MOSCA, 1999), os apelos à expertise científica legitimam e facilitam a corrida contemporânea para aquisição de terras (NEHRING, 2016).²⁰

O Banco Mundial argumenta que o conhecimento brasileiro em agricultura, forjado nas *plantations* de larga escala do Centro-Oeste do país, deveria ser “facilmente adaptável” em Moçambique, pois o Brasil e as “massas de terra africanas” estavam fisicamente conectados durante a Era Jurássica e, portanto, “compartilham semelhantes condições geológicas e climáticas” (BANCO MUNDIAL, 2011, p. 47). Este entendimento de uma agricultura aderente a certos princípios universais – “princípios verdadeiros em todos os países” (MITCHELL, 2002, p. 54) – é uma marca característica de uma *plantation* imaginária, baseada em abstrações ou generalizações (FAIRHEAD; LEACH, 1996; PEET; WATTS, 1996; BASSETT; ZUÉLI, 2000), reduzindo a complexidade para fins de padronização e aplicação de princípios primeiros (FITZGERALD, 2003).

²⁰ O trabalho de Nehring (2016) analisa a relação entre pesquisa agrícola, capital e o estado conectado internacionalmente na promoção da agricultura de exportação em larga escala no Brasil.

Ao abstrair o tipo de cultivo das particularidades do lugar, as ciências agrícolas trabalham com o apoio do estado-nação para construir paisagens de *plantation*, “racionalizando e padronizando o que era um hieróglifo social em um formato legível e administrativamente mais conveniente” (SCOTT, 1998, p. 3). Tal abstração e equivalência têm relevância contemporânea nas novas condições de desenvolvimento Sul-Sul, pois é exatamente a revelação da “similaridade” histórica que fundamenta as transferências científicas entre Brasil e Moçambique (SHANKLAND; GONÇALVES, 2016).

Conclusão: alternativas na Era do Plantationoceno?

É difícil evitar a *plantation* hoje. Pahom está morto, mas seus desejos continuam vivos, e a *plantation* está nos cereais, no suco de laranja, no pão com manteiga. É visível na vida cotidiana em toda a África, onde novas *plantations* andam de mãos dadas com noções recicladas de *villagization* e modernização. É evidente na pobreza e na desigualdade que moldam estados fracos marcados pela patronagem (com instituições como o colégio eleitoral, nos Estados Unidos, fundado em um sistema pró-escravidão) e as periferias urbanas superlotadas ou as favelas da América Latina à Ásia e à África. Vive no racismo e na violência racial em todo o mundo. É visível do espaço em modelos cada vez mais sofisticados de uso da terra e nas mudanças climáticas. Tornou-se visível em centros urbanos como São Paulo, onde a fumaça dos distantes incêndios na Amazônia se espalhou pelo horizonte em agosto de 2019.

Este texto apresenta três argumentos-chave sobre o Plantationoceno. Primeiro, as *plantations* devem ser entendidas não apenas como uma forma de produção, mas também como uma forma distinta e duradoura de comunidade, caracterizada pela desigualdade, violência e insularidade. As relações sociais das *plantations* moldaram a economia moral de toda uma era, dominada pelo extrativismo colonial e pela agricultura de larga escala. Em segundo lugar, a necessidade de matérias-primas, associada a um “discurso de direitos”, que justificou a exploração além-mar e a reivindicação de novas terras, derivou do feudalismo e caracterizou o impulso expansivo das economias de mercado, tanto capitalistas como socialistas. Este é o imperativo de extrair e produzir economias subjacentes em todo o mundo.

Terceiro e, finalmente, se quisermos compreender o poder do Plantationoceno precisamos analisar a *plantation* como um ideal discursivo cujo fundamento está no cerne dos ideais ocidentais de organizar a natureza, a economia e a sociedade.

Não se trata simplesmente de um exercício teórico perguntar se o Plantationoceno pode ser a melhor maneira de descrever a era moderna. O que está em jogo é uma compreensão das crises contemporâneas, muitas das quais têm suas raízes na *plantation* como um sistema social, um imperativo e uma mentalidade. Mudança climática e aquecimento global são devidos, em parte, à transição do uso da terra para criação de gado e para produção de *commodities*, ambos em larga escala, e as emissões de gases de efeito estufa à agricultura de larga escala (MAHOWALD *et al.*, 2017).

As *plantations* – com sua ênfase em escala, precisão e extração – promovem inerentemente a monocultura, a agricultura intensiva em insumos, que alimenta as mudanças climáticas (BAIRD; BARNEY, 2017). A desigualdade nos níveis nacional e global foi moldada por políticas fundiárias coloniais que capturaram as melhores áreas para colonos brancos, deixando apenas trabalho forçado, terras marginais ou emigração como opções para populações indígenas ou populações escravizadas (High Level Panel of Experts, 2013). No Brasil e em Moçambique, uma das formas mais significativas de desigualdade está na propriedade da terra, sendo que taxas historicamente altas de migração são desencadeadas pela degradação e despossessão de terras, ambas associadas ao avanço da agricultura de larga escala, desde a colonização à revolução verde e à apropriação global de terras.

A *plantation* foi a língua e a letra da exploração e do domínio coloniais, e seu legado de violência, racismo, desigualdades e extrativismo continua a moldar as relações Norte-Sul nos dias de hoje. A *plantation* alimentou a primeira e a segunda Revoluções Industriais, fomentou a criação de um mercado mundial enquanto *plantations* coletivizadas, organizadas pelo Estado, alimentaram uma transição mortal para o socialismo na ex-União Soviética e na China. A ascensão do sistema alimentar mundial industrial foi dominada pela *plantation*: um punhado de produtos agrícolas organizados em unidades de produção de larga escala empurrou os pequenos proprietários para fora do campo e os puxou para as áreas urbanas resultando em ondas sucessivas de migração do rural para o urbano. A financeirização da terra permitiu que os mercados financeiros continuassem a se expandir mesmo durante a recessão (FAIRBAIRN, 2020). A dependência desses produtos agrícolas e desta forma de produção continua a fomentar uma urbanização acelerada, à medida que mais e mais pessoas são removidas dos meios, significados e materialidades da produção agrícola. A dependência das *plantations* como sistemas de trabalho forçado racializado deixou um legado de discriminação racial, tensão e violência estrutural.

A questão é: se as *plantations* são característica definidora da modernidade, como podemos pensar contra elas? Como podemos evitar o destino de

Pahom, como indivíduos e como humanidade? Como afirmou McKittrick (2011, p. 955), é importante refletir com base nas *plantations*, pois explicitam como poderá ser um futuro alternativo, mas isso se “as brutalidades da violência racial não sejam ensaiadas de forma descritiva, mas sempre de modo a exigir, e já exigem, atividades práticas de resistência, encontro e pensamento anticolonial”. Se as *plantations* são locais de produção agroindustrial e extrativa de larga escala, intensivas em capital, dependentes de trabalho forçado, geralmente racializado, então as alternativas podem logicamente estar situadas em pequena escala, intensivas em mão de obra, participativas e diversificadas.

O apoio político e as políticas destinadas a tais alternativas precisam garantir recursos e espaço para que floresçam sem se deixar levar por filosofias nativistas ou excludentes que algumas vezes acompanham uma visão romântica do local. Enquanto escrevo, no auge de uma pandemia global, pergunto-me se o coronavírus não expôs todas as contradições do Plantationoceno – com suas longas cadeias globais de *commodities* agroindustriais que não podem mais alimentar as pessoas, muito menos nutri-las; o fetiche das cidades densamente povoadas como pináculo do Desenvolvimento (com D maiúsculo) e o abandono das áreas rurais; e a negligência ou danos aos corpos negros, pardos e indígenas, que os tornam desproporcionalmente vulneráveis à infecção.

Ao meu redor, as pessoas estão respondendo à pandemia cuidando de seus próprios terrenos: novas hortas surgiram em toda a vizinhança e uma economia compartilhada – um fluxo constante de itens gratuitos disponibilizados para qualquer pessoa – floresceu. Pessoas que têm a sorte de ficar em casa e manter seus empregos saem de casa para se juntar aos protestos de comunidades negras em todos os lugares, lutando contra o racismo que fluía da *plantation* para a prisão. À medida que mensagens e ofertas de ajuda fluem de amigos ao longo da estrada e por todo o planeta, há uma celebração da vida que parece tanto fortalecer o local quanto afirmar uma solidariedade global. Esta não é a vida como conhecíamos antes, mas pode ser o que (re)colhemos à medida que a *plantation* diminui.

Referências

AIKENS, N.; CLUKEY, A.; KING, A.; WAGNER, I. South to the Plantationocene. *SAP Journal*, 2017. Disponível em: <<http://asapjournal.com/south-to-the-plantationocene-natalie-aikens-amy-clukey-amy-k-king-and-isadora-wagner/>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ALINA, E. *Slavery by any other name: African life under company rule in colonial Mozambique*. Charlottesville: University of Virginia Press, 2012.

ASTON, T. H.; PHILPIN, C. H. E. (eds.). *The Brenner debate: Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.

BAIRD, I.; BARNEY, K. The political ecology of cross-sectoral cumulative impacts: Modern landscapes, large hydropower dams and industrial tree plantations in Laos and Cambodia. *Journal of Peasant Studies*, v. 44, n. 4, p. 769-95, 2017. DOI: 10.1080/03066150.2017.1289921.

BAKA, J. Making space for energy: Wasteland development, enclosures, and energy disposessions. *Antipode*, v. 49, n. 4, p. 977-996, 2017. DOI: 10.1111/anti.12219.

BASSETT, T.; ZUÉLI, K. Environmental discourses and the Ivorian savanna. *Annals of the Association of American Geographers* 90, v. 1, p. 67-95, 2000. DOI: 10.1111/0004-5608.00184.

BECKERT, S. *Empire of cotton: A global history*. New York: Vintage, 2015.

BECKFORD, G. L. *Persistent poverty: Underdevelopment in plantation economies of the third world*. Barbados: The University of the West Indies Press, 1972.

BERNSTEIN, H. Agrarian questions then and now. *Journal of Peasant Studies*, v. 24, n. 1-2, p. 22-59, 1996. DOI: 10.1080/03066159608438630.

BERNSTEIN, H. Food sovereignty via the 'peasant way': A sceptical view. *Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 6, p. 1.031-1.063, 2014. DOI: 10.1080/03066150.2013.852082.

BESKY, S. Fixity: On the inheritance and maintenance of tea plantation houses in Darjeeling, India. *American Ethnologist*, v. 44, n. 4, p. 617-631, 2017. DOI: 10.1111/amet.12561.

BHANDAR, B. *Colonial lives of property: Law, land and racial regimes of ownership*. Durham, NC: Duke University Press, 2018.

BLAIKIE, P.; BROOKFIELD, H. *Land degradation and society*. London and New York: Routledge, 2015.

BOBROW-STRAIN, A. *Intimate enemies: Landowners, power, and violence in Chiapas*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.

BOONE, C. *Property and political order in Africa: Land rights and the structure of politics*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2014.

BORRAS Jr., S. Agrarian change and peasant studies: Changes, continuities, and challenges – An introduction. *Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 1, p. 5-31, 2009. DOI: 10.1080/03066150902820297.

BORRAS Jr., S. Agrarian social movements: The absurdly difficult but not impossible agenda of defeating right-wing populism and exploring a socialist future. *Journal of Agrarian Change*, v. 20, n. 1, p. 3-36, 2020.

BORRAS Jr., S.; FRANCO, J. Global land grabbing and trajectories of agrarian change: A preliminary analysis. *Journal of Agrarian Change*, v. 12, n. 1, p. 34-59, 2012. DOI: 10.1111/j.1471-0366.2011.00339.x.

- BORRAS Jr., S.; HALL, R.; SCOONES, I.; WHITE, B.; WOLFORD, W. Towards a better understanding of global land-grabbing: An editorial introduction. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 2, p. 209-216, 2011. DOI: 10.1080/03066150.2011.559005.
- BRASS, T. The agrarian myth, the “new” populism and the “new” right. *Economic and Political Weekly*, v. 32, n. 4, p. 27-42, 1997.
- BRENNER, R. Agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe. *Past and Present*, v. 70, n. 1, p. 30-75, 1976. DOI: 10.1093/past/70.1.30.
- BROCKWAY, L. H. Science and colonial expansion: The role of the British Royal Botanic Gardens. *American Ethnologist*, v. 6, n. 3, p. 449-465, 1979. DOI: 10.1525/ae.1979.6.3.02a00030.
- BURY, J. Mining mountains: Neoliberalism, land tenure, livelihoods, and the new Peruvian mining industry in Cajamarca. *Environment and Planning A: Economy and Space*, v. 37, n. 2, p. 221-239, 2005. DOI: 10.1068/a371.
- CARNEY, J. *Black rice: The African origins of rice cultivation in the Americas*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2001.
- CARNEY, J. Subsistence in the Plantationocene: Dooryard gardens, agrobiodiversity, and the subaltern economies of slavery. *Journal of Peasant Studies*, advance online publication, 2020. DOI: 10.1080/03066150.2020.1725488.
- CARNEY, J.; WATTS, M. Manufacturing dissent: Work, gender, and the politics of meaning in a peasant society. *Africa*, v. 60, n. 2, p. 207-241, 1990. DOI: 10.2307/1160333.
- CASTREE, N. Geography and the Anthropocene II: Current contributions. *Geography Compass*, v. 8, n. 7, p. 450-463, 2014. DOI: 10.1111/gec3.12140.
- CHARI, S. Political work: The Holy Spirit and the labours of activism in the shadows of Durban’s refineries. *Centre for Civil Society Research Report*, v. 30, p. 1-36, 2005.
- CHAYANOV, A. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THORNER, D.; KERBLAY, B.; SMITH, R. (eds.). *The theory of peasant economy*. Homewood, IL: Irwin, 1966. p. 1-28.
- CHICHAVA, S. They can kill us, but we won’t go to the communal villages: Peasants and the policy of “socialisation of the countryside” in Zambezia. *Kronos*, v. 39, n. 1, p. 112-130, 2013.
- CHUNG, Y. B. The grass beneath: Conservation, agro-industrialization, and land-water enclosures in postcolonial Tanzania. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 1, p. 1-17, 2019. DOI: 10.1080/24694452.2018.1484685.
- COOPER, F. *From slaves to squatters: Plantation labour and agriculture in Zanzibar and coastal Kenya, 1890-1925*. New Haven, CT: Yale University Press, 1982.
- COOPER, F.; STOLER, A. (eds.). *Tensions of empire: Colonial cultures in a bourgeois world*. Berkeley: University of California Press, 1997.
- COWEN, M.; SHENTON, R. *Doctrines of development*. London and New York: Routledge, 1996.

CRUTZEN, P. J.; STOERMER, E. F. The “Anthropocene”. *Global Change Newsletter*, v. 41, p. 17-18, 2000.

CURLEY, A. *T’á’a hw’o aj’y t’ee* and the moral economy of Navajo coal workers. *Annals of the American Association of Geographers*, v. 109, n. 1, p. 71-86, 2019. DOI: 10.1080/24694452.2018.1488576.

DAVIS, J.; MOULTON, A. A.; VAN SANT, L.; WILLIAMS, B. Anthropocene, capitalocene, ...plantationocene? A manifesto for ecological justice in an age of global crises. *Geography Compass*, v. 13, n. 5, p. e12438-15, 2019. DOI: 10.1111/gec3.12438.

DEININGER, K.; BYERLEE, D. *Rising global interest in farmland: Can it yield sustainable and equitable benefits?* 2011. Disponível em: <<https://siteresources.worldbank.org/DEC/Resources/Rising-Global-Interest-in-Farmland.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

DE SCHUTTER, O. *Report of the special rapporteur on the right to food: The transformative potential of the right to food. Final report*, 2014. Disponível em: <<https://undocs.org/A/HRC/25/57>>. Acesso em: 24 ago. 2020.

DuBOIS, W. E. B. *Black reconstruction in America: An essay toward a history of the part which Black folk played in the attempt to reconstruct democracy in America, 1860-1880*. New York: Oxford University Press, 2007.

DURKHEIM, E. *The division of labor in society*. New York: Simon and Schuster, 2014.

EDELMAN, M.; WOLFORD, W. Introduction: Critical agrarian studies in theory and practice. *Antipode*, v. 49, n. 4, p. 959-976, 2017. DOI: 10.1111/anti.12326.

ESCOBAR, A. Worlds and knowledges otherwise: The Latin American modernity/coloniality research program. *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 179-210, 2007. DOI: 10.1080/09502380601162506.

FAIRBAIRN, M. Foreignization, financialization and land grab regulation. *Journal of Agrarian Change*, 15 (4):581-91, 2015. DOI: 10.1111/joac.12112.

FAIRBAIRN, M. *Fields of gold: Financing the global land rush*. New York: Cornell University Press, 2020.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M. *Misreading the African landscape: Society and ecology in a forest-savanna mosaic*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1996.

FANON, F. *The wretched of the earth*. New York: Grove, 1963.

FELDMAN, S.; GEISLER, C. Land expropriation and displacement in Bangladesh. *The Journal of Peasant Studies* 39 (3-4):971-93, 2012. DOI: 10.1080/03066150.2012.661719.

FINNEY, S. C.; EDWARDS, L. E. The “Anthropocene” epoch: Scientific decision or political statement? *GSA Today*, 26 (3):4-10, 2016. DOI: 10.1130/GSATG270A.1.

FITZGERALD, D. *Every farm a factory*. New Haven, CT: Yale University Press, 2003.

FOX, C. R. R.; VALDEZ, F. O.; PURSER, G.; SEXSMITH, K. *Milked: Immigrant dairy farmworkers in New York State*, 2017. Disponível em: <<http://www.iwj.org/>

resources/milked-immigrant-dairy-farmworkers-in-new-york-state: Acesso em: 25 ago. 2020.

FREYRE, G. *The masters and the slaves: A study in the development of Brazilian civilization*. Berkeley: University of California Press, 1986.

FRIEDMAN, H.; MCMICHAEL, P. Agriculture and the state system: The rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. *Sociologia Ruralis*, 29 (2):93-117, 1989. DOI: 10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x.

GALEANA, F. Legitimizing the state and the movement: Clientelism, brokerage, and the territorial turn in Honduras. *The Journal of Latin American Geography*, 19 (4): 11-42, 2020. DOI: 10.1353/lag.2020.0099.

GHERTNER, A. *Rule by aesthetics: World-class city making in Delhi*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2015.

GILROY, P. *The Black Atlantic: Modernity and double consciousness*. New York: Verso, 1993.

GOLDSTEIN, J. E.; PAPROCKI, K.; OSBORNE, T. A manifesto for a progressive land-grant mission in an authoritarian populist era. *Annals of the American Association of Geographers*, 109 (2):673-84, 2019. DOI: 10.1080/24694452.2018.1539648.

GORMAN, T. Moral economy and the upper peasant: The dynamics of land privatization in the Mekong Delta. *Journal of Agrarian Change*, 14 (4):501-21, 2014.

GRAIN. Seized! The 2008 land grab for food and financial security, 2008. Disponível em: <<https://www.grain.org/article/entries/93-seized-the-2008-land-grab-for-food-and-financial-security>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

GRANDIN, G. *Fordlandia: The rise and fall of Henry Ford's forgotten jungle city*. New York: Macmillan, 2009.

GUTHMAN, J. *Agrarian dreams: The paradox of organic farming in California*. Berkeley: University of California Press, 2004.

HARAWAY, D. Anthropocene, Capitalocene, Plantationocene, Chthulucene: Making kin. *Environmental Humanities*, 6 (1):159-65, 2015. DOI: 10.1215/22011919-3615934.

HARAWAY, D.; ISHIKAWA, N.; GILBERT, S. F.; OLWIG, K.; TSING, A. L.; BUBANDT, N. Anthropologists are talking – About the Anthropocene. *Ethnos*, 81 (3):535-64, 2016. DOI: 10.1080/00141844.2015.1105838.

HARRIS, C. I. Whiteness as property. *Harvard Law Review*, 106 (8):1707-91, 1993. DOI: 10.2307/1341787.

HART, G. Development critiques in the 1990s: Culs de sac and promising paths. *Progress in Human Geography*, 25 (4):649-58, 2001. DOI: 10.1191/030913201682689002.

HART, G. Geography and development: Development/s beyond neoliberalism? Power, culture, political economy. *Progress in Human Geography*, 26 (6):812-22, 2002. DOI: 10.1191/0309132502ph405pr.

- HAYES, M. Rebranding of Cornell plantations to better reflect mission, vision. *Cornell Chronicle*. Disponível em: <<https://news.cornell.edu/stories/2016/08/rebranding-cornell-plantations-better-reflect-mission-vision>>. Acesso em: 25 ago. 2016.
- HENNESSY, E. *On the backs of tortoises: Darwin, the Galapagos and the fate of an evolutionary Eden*. New Haven, CT: Yale University Press, 2019.
- HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS. Investing in small-holder agriculture for food security. Rome: Food and Agriculture Organization, 2013. Disponível em: <<http://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/273868/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- HODGE, J. M. *Triumph of the expert: Agrarian doctrines of development and the legacies of British colonialism*. Athens: Ohio University Press, 2017.
- HOLSTON, J. The misrule of law: Land and usurpation in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, 33 (4):695-725, 1991. DOI: 10.1017/S0010417500017291.
- ISAACMAN, A. F. *Cotton is the mother of poverty: Peasants, work, and rural struggle in colonial Mozambique, 1938-1961*. Portsmouth, NH: Heinemann, 1996.
- ISAACMAN, A. F.; ISAACMAN, B. *Mozambique: From colonialism to revolution, 1900-1982*. Boulder, CO: Westview, 1983.
- JAMES, C. L. R. *The Black Jacobins: Toussaint L'Ouverture and the San Domingo Revolution*. New York: Vintage, 1963.
- KAUTSKY, K. *The agrarian question*. London: Zwan, 1899.
- KIRKSEY, E. *Emergent ecologies*. Durham, NC: Duke University Press, 2015.
- KULL, C. A. *Isle of fire: The political ecology of landscape burning in Madagascar*. Chicago: University of Chicago Press, 2004.
- LATOUR, B.; STENGERS, I.; TSING, A.; BUBANDT, N. Anthropologists are talking – About capitalism, ecology, and apocalypse. *Ethnos*, 83 (3):587-606, 2018. DOI: 10.1080/00141844.2018.1457703.
- LENIN, V. I. The development of capitalism in Russia. In: *Lenin: Collected works*, v. 4. Moscow: Progress Publishers, [1899] 1964. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1899/devel/>>. Acesso em: 8 fev. 2017.
- LESSER, J. *Negotiating national identity: Immigrants, minorities and the struggle for ethnicity in Brazil*. Durham, NC: Duke University Press, 1999.
- LEVIEN, M.; WATTS, M.J.; HAIRONG, Y. Agrarian Marxism. *The Journal of Peasant Studies*, 45 (5-6):853-83, 2018. DOI: 10.1080/03066150.2018.1534101.
- LEWIS, A. *The theory of economic growth*. Homewood, IL: Irwin, 1955.
- LEWIS, W. A. Economic development with unlimited supplies of labour. *The Manchester School*, 22 (2):139-91, 1954. DOI: 10.1111/j.1467-9957.1954.tb00021.x.
- LI, T. M. *The will to improve: Governmentality, development, and the practice of politics*. Durham, NC: Duke University Press, 2007.
- LI, T. M. *Land's End: Capitalist relations on an indigenous frontier*. Durham, NC: Duke University Press, 2014.

LÖVBRAND, E.; BECK, S.; CHILVERS, J.; FORSYTH, T.; HEDR'EN, J.; HULME, M.; LIDSKOG, R.; VASILEIADOU, E. Who speaks for the future of Earth? How critical social science can extend the conversation on the Anthropocene. *Global Environmental Change*, 32:211-18, 2015. DOI: 10.1016/j.gloenvcha.2015.03.012.

LOWDER, S. K.; SKOET, J.; RANEY, R. The number, size, and distribution of farms, smallholder farms, and family farms worldwide. *World Development*, 87:16-29, 2016. DOI: 10.1016/j.worlddev.2015.10.041.

MAHOWALD, N. M.; WARD, D. S.; DONEY, S. C.; HESS, P. G.; RANDERSON, J. T. Are the impacts of land use on warming underestimated in climate policy? *Environmental Research Letters*, 12 (9), 2017. DOI: 10.1088/1748-9326/aa836d.

MAKKI, F. Development by dispossession: Terra Nullius and the social-ecology of new enclosures in Ethiopia. *Rural Sociology*, 79 (1):79-103, 2014. DOI: 10.1111/ruso.12033.

MARX, K. *Capital: A Critique of Political Economy*. V. 1. New York: Vintage, 1977.

MARX, K. 1857. *Grundrisse: Notebook III – The chapter on capital*. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1857/grundrisse/ch06.htm> [Google Scholar].

MARX, K. [1867]. 1976. *Capital*. Vol. I. Accessed August 25, 2020. <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1867-c1/ch01.htm> [Google Scholar].

MCCARTHY, J. First world political ecology: Lessons from the wise use movement. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 34 (7):1281-1302, 2002. DOI: 10.1068/a3526.

MCCARTHY, J. Scale, sovereignty, and strategy in environmental governance. *Antipode*, 37 (4):731-53, 2005. DOI: 10.1111/j.0066-4812.2005.00523.x.

MCKITTRICK, K. On plantations, prisons and a black sense of place. *Social & Cultural Geography*, 12 (8):947-63, 2011. DOI: 10.1080/14649365.2011.624280.

MCKITTRICK, K. Plantation futures. *Small Axe: A Caribbean Journal of Criticism*, 17 (3):1-15, 2013. DOI: 10.1215/07990537-2378892.

MCMICHAEL, P. The land grab and corporate food regime restructuring. *The Journal of Peasant Studies*, 39 (3-4):681-701, 2012. DOI: 10.1080/03066150.2012.661369.

MINTZ, S. W. *Sweetness and power: The place of sugar in modern history*. New York: Penguin, 1986.

MITCHELL, T. Everyday metaphors of power. *Theory and Society*, 19 (5):545-77, 1990. DOI: 10.1007/BF00147026.

MITCHELL, T. *Rule of experts: Egypt, techno-politics, modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.

MITMAN, G. President's address: Forgotten paths of empire: Ecology, disease, and commerce in the making of Liberia's plantation economy. *Environmental History*, 22 (1):1-22, 2017. DOI: 10.1093/envhis/emw097.

MOORE, J. W. The Capitalocene, Part I: On the nature and origins of our ecological crisis. *The Journal of Peasant Studies*, 44 (3):594-630, 2017. DOI: 10.1080/03066150.2016.1235036.

MOORE, J. W. The Capitalocene Part II: Accumulation by appropriation and the centrality of unpaid work/energy. *The Journal of Peasant Studies*, 45 (2):237-43, 2018. DOI: 10.1080/03066150.2016.1272587.

MOSCA, J. *A experiência “socialista” em Moçambique (1975-1986)* [The “socialist” experience in Mozambique (1975-1986)]. Lisbon: Instituto Piaget, 1999.

MOYO, S. Land concentration and accumulation after redistributive reform in post-settler Zimbabwe. *Review of African Political Economy*, 38 (128):257-76, 2011. DOI: 10.1080/03056244.2011.582763.

MURPHY, H. Pinterest and The Knot pledge to stop promoting plantation weddings. *The New York Times*, December 5, 2019. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2019/12/05/style/plantation-weddings-pinterest-knot-zola.html>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

NADASDY, P. Boundaries among kin: Sovereignty, the modern treaty process, and the rise of ethno-territorial nationalism among Yukon First Nations. *Comparative Studies in Society and History*, 54 (3):499-532, 2012. DOI: 10.1017/S0010417512000217.

NADASDY, P. *Sovereignty’s entailments: First Nation state formation in the Yukon*. Toronto: University of Toronto Press, 2017.

NEHRING, R. Yield of dreams: Marching west and the politics of scientific knowledge at the Brazilian Agricultural Research Corporation (EMBRAPA). *Geoforum*, 77:206-17, 2016. DOI: 10.1016/j.geoforum.2016.11.006.

NEUMANN, R. Local challenges to global agendas: Conservation, economic liberalization, and the pastoralists’ rights movement in Tanzania. *Antipode*, 27 (4):363-82, 1995. DOI: 10.1111/j.1467-8330.1995.tb00285.x.

NEWITT, M. *A history of Mozambique*. Bloomington: Indiana University Press, 1995.

OFSTEHAGE, A. The construction of an alternative quinoa economy: Balancing solidarity, household needs, and profit in San Agustín, Bolivia. *Agriculture and Human Values*, 29 (4):441-54, 2012. DOI: 10.1007/s10460-012-9371-0.

OFSTEHAGE, A. Farming out of place: Transnational family farmers, flexible farming, and the rupture of rural life in Bahia, Brazil. *American Ethnologist*, 45 (3):317-29, 2018. DOI: 10.1111/amet.12667.

OWEN, R. *A new view of society: Or, Essays on the principle of the formation of the human character, and the application of the principle to practice*, 1813. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/subject/economics/owen/ch02.htm>>. Acesso em: 25 ago. 2020.

PAIGE, J. *Agrarian revolution: Social movements and export agriculture in the underdeveloped world*. New York: Free Press, 1978.

- PAPROCKI, K. Threatening dystopias: Development and adaption regimes in Bangladesh. *Annals of the American Association of Geographers*, 108 (4):955–73, 2018. DOI: 10.1080/24694452.2017.1406330.
- PATEL, R. *ProSavana, anti-peasant*, 2012. Disponível em: <<http://rajpatel.org/2012/10/24/prosavana-antipeasant/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.
- PEET, R.; WATTS, M. *Liberation ecologies: Environment, development, social movements*. London: Routledge, 1996.
- PELUSO, N. L. Plantations and mines: Resource frontiers and the politics of the smallholder slot. *The Journal of Peasant Studies*, 44 (4):834-69, 2017. DOI: 10.1080/03066150.2017.1339692.
- PEÑALVER, E. M. Property's memories. *Fordham Law Review*, 80 (3):1071-88, 2011.
- PEREIRA, A. God, the devil and development in northeast Brazil. *Praxis: The Fletcher Journal of Development Studies*, 15:1-18, 1999.
- PERFECTO, I.; VANDERMEER, J. The agroecological matrix as alternative to the land-sparing/agriculture intensification model. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 107 (13):5786-91, 2010. DOI: 10.1073/pnas.0905455107.
- PINGALI, P. Agricultural policy and nutrition outcomes – Getting beyond the preoccupation with staple grains. *Food Security*, 7 (3):583-91, 2015. DOI: 10.1007/s12571-015-0461-x.
- POLANYI, K. *The great transformation: The political and economic origins of our time*. Boston: Beacon, [1945] 2001.
- PRITCHARD, S.; WOLF, S.; WOLFORD, W. Knowledge and the politics of land. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 48 (4):616-25, 2016. DOI: 10.1177/0308518X15604171.
- PROUDHON, P.-J. *What is property? An inquiry into the principle of right and of government*, 1876. Disponível em: <<https://www.marxists.org/reference/subject/economics/proudhon/property/>>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- PULIDO, L. Geographies of race and ethnicity II: Environmental racism, racial capitalism and state-sanctioned violence. *Progress in Human Geography*, 41 (4):524-33, 2017. DOI: 10.1177/0309132516646495.
- RASMUSSEN, M. B.; LUND, C. Reconfiguring frontier spaces: The territorialization of resource control. *World Development*, 101:388-99, 2018. DOI: 10.1016/j.worlddev.2017.01.018.
- RICARDO, D. *On the principles of political economy and taxation*. London: John Murray, 1817.
- ROBBINS, P. *Political ecology: A critical introduction*. London: Wiley, 2012.
- SAFRANSKY, S. Land justice as a historical diagnostic: Thinking with Detroit. *Annals of the American Association of Geographers*, 108 (2):499-512, 2018. DOI: 10.1080/24694452.2017.1385380.

- SCHROEDER, R. Community, forestry, and conditionality in the Gambia. *Africa*, 69 (1):1-22, 1999. DOI: 10.2307/1161075.
- SCHWARTZ, S. *Sugar plantations in the formation of Brazilian society: Bahia, 1550-1835*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1986.
- SCOONES, I.; HALL, R.; BORRAS, S. M.; WHITE, B.; WOLFORD, W. The politics of evidence: Methodologies for understanding the global land rush. *The Journal of Peasant Studies*, 40 (3):469-83, 2013. DOI: 10.1080/03066150.2013.801341.
- SCOTT, J. C. *The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia*. New Haven, CT: Yale University Press, 1976.
- SCOTT, J. C. *Seeing like a state: How certain schemes to improve the human condition have failed*. New Haven, CT: Yale University Press, 1998.
- SCOTT, J. C. *The art of not being governed: An anarchist history of upland Southeast Asia*. New Haven, CT: Yale University Press, 2010.
- SEED, P. *Ceremonies of possession in Europe's conquest of the New World, 1492-1640*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995.
- SHANIN, T. *The awkward class, political sociology of peasantry in a developing society, Russia, 1910-25*. Oxford, UK: Clarendon, 1972.
- SHANIN, T. *Peasants and peasant societies*. Middlesex, UK: Penguin, 1976.
- SHANKLAND, A.; GONÇALVES, E. Imagining agricultural development in South-South cooperation: The contestation and transformation of ProSAVANA. *World Development*, 81:35-46, 2016. DOI: 10.1016/j.worlddev.2016.01.002.
- SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos* [Clandestine workers and their rights]. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- SKOCPOL, T. *States and social revolutions: A comparative analysis of France, Russia, and China*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1979.
- SLATER, C. *Entangled Edens: Visions of the Amazon*. Berkeley: University of California Press, 2001.
- SMITH, A. *The wealth of nations: An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations*. Hampshire, UK: Harriman House, 2010.
- SNEDDON, C. *Concrete revolution: Large dams, Cold War geopolitics, and the US Bureau of Reclamation*. Chicago: University of Chicago Press, 2015.
- STAATZ, J. M.; EICHER, C. K. Agricultural development ideas in historical perspective. In: *International agricultural development*. 3. ed., ed. C. K. EICHER and J. M. STAATZ, 8-38. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press, 1998.
- STEIN, S. *Vassouras: A Brazilian coffee county, 1850-1900. The roles of planter and slave in a plantation society*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1986.
- STOLCKE, V. *Coffee planters, workers and wives*. New York: St. Martin's, 1988.
- STOLER, A. L. *Capitalism and confrontation in Sumatra's plantation belt, 1870-1979*. New Haven, CT: Yale University Press, 1985.

SUNDBERG, J. Conservation and democratization: Constituting citizenship in the Maya Biosphere Reserve, Guatemala. *Political Geography*, 22 (7):715-40, 2003. DOI: 10.1016/S0962-6298(03)00076-3.

SWYNGEDOUW, E. Anthropocenic politicization: From the politics of the environment to politicizing environments. In: *Green utopianism*, ed. K. Bradley and J. Hedr'en, 23-38. New York: Routledge, 2014.

THOMPSON, E. P. The moral economy of the English crowd in the 18th century. *Past and Present*, 50 (1):76-136, 1971. DOI: 10.1093/past/50.1.76.

TILLEY, H. *Africa as a living laboratory: Empire, development, and the problem of scientific knowledge, 1870-1950*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

TOLSTOY, L. *How much land does a man need?* Trans.: B. Dralyuk. Calypso Editions, [1886] 2010.

UNITED NATIONS. Food production must double by 2050 to meet demand from world's growing population, innovative strategies needed to combat hunger, experts tell Second Committee, 2009. Disponível em: <<https://www.un.org/press/en/2009/gaef3242.doc.htm>>. Acesso em: 17 dez. 2019.

VERDERY, K. *The vanishing hectare: Property and value in postsocialist Transylvania*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 2003.

VERG'ES, F. Racial Capitalocene. In: *Futures of black radicalism*, ed. G. T. Johnson and A. Lubin, 72-82. London: Verso, 2017.

VIOTTI DA COSTA, E. *The Brazilian empire: Myths and histories*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, [1985] 2000.

WALSH-DILLEY, M. Negotiating hybridity in highland Bolivia: Indigenous moral economy and the expanding market for quinoa. *The Journal of Peasant Studies*, 40 (4):659-82, 2013. DOI: 10.1080/03066150.2013.825770.

WARMAN, A. *Corn and capitalism: How a botanical bastard grew to global dominance*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

WATTS, M. Development and governmentality. *Singapore Journal of Tropical Geography*, 24 (1):6-34, 2003. DOI: 10.1111/1467-9493.00140.

WATTS, M. *Silent violence: Food, famine, and peasantry in northern Nigeria*. Athens: University of Georgia Press, [1983] 2013.

WATTS, M. On the poverty of theory: Natural hazards research in context. In: *Environment: Critical essays in human geography*, ed. B. Braun, 57-88. London and New York: Taylor & Francis, 2017.

WEBER, M. *The theory of social and economic organization*. New York: Simon and Schuster, 2009.

WILKERSON, I. *The warmth of other suns: The epic story of America's great migration*. New York: Vintage, 2010.

WISE, T. What happened to the biggest land grab in Africa? Searching for ProSavana in Mozambique, 2014. Disponível em: <<https://foodtank.com/news/2014/12/what-happened-to-the-biggest-land-grab-in-africa-searching-for-prosavana-in/>>. Acesso em: 23 dez. 2019.

WOLF, E. *Peasant wars of the 20th century*. New York: Harper and Row, 1969.

WOLF, E. *Europe and the people without history*. Berkeley: University of California Press, 1982.

WOLFORD, W. Agrarian moral economies and neoliberalism in Brazil: Competing worldviews and the state in the struggle for land. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 37 (2):241-61, 2005. DOI: 10.1068/a3745.

WOLFORD, W. *This land is ours now: Social mobilization and the meanings of land in Brazil*. Durham, NC: Duke University Press, 2010.

WOLFORD, W. From Pangaea to partnership. *Sociology of Development*, 1 (2):210-32, 2015. DOI: 10.1525/sod.2015.1.2.210.

WOLFORD, W. The colonial roots of agricultural modernization in Mozambique: The role of research from Portugal to ProSavana. *The Journal of Peasant Studies*, 48(2): 254-273, 2021. DOI: 10.1080/03066150.2019.1680541.

WOLFORD, W.; BORRAS, S. M.; HALL, R.; SCOONES, I.; WHITE, B. Governing global land deals: The role of the state in the rush for land. *Development and Change*, 44 (2):189-210, 2013. DOI: 10.1111/dech.12017.

WOLFORD, W.; NEHRING, R. Constructing parallels: Brazilian expertise and the commodification of land, labour and money in Mozambique. *Canadian Journal of Development Studies/Revue Canadienne D'études du D'veloppement*, 36(2):208-23, 2015. DOI: 10.1080/02255189.2015.1036010.

WOODS, C. *Development arrested: The blues and plantation power in the Mississippi Delta*. New York: Verso, 1998.

WORLD BANK. *Bridging the Atlantic: Brazil and sub-Saharan Africa, South-South partnering for growth*. Washington, DC: World Bank, 2011.

WYNTER, S. Novel and history, plot and plantation. *Savacou*, 5 (june): 95-102, 1971.

YUSOFF, K. *A billion black Anthropocenes or none*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2018.

Narrativas épicas sobre a Revolução Verde no Brasil, na China e na Índia¹

*Lídia Cabral
Poonam Pandey
Xiuli Xu*

Introdução

Para os sistemas agrícolas dos países em desenvolvimento, a Revolução Verde (RV) é frequentemente retratada como o advento da modernidade científica e tecnológica, ajudando-os a evitar a fome e a reverter os déficits alimentares. Pingali (2012, p. 12.302) afirmou que

O mundo em desenvolvimento testemunhou um extraordinário período de crescimento da produtividade das culturas de alimentos nos últimos 50 anos, apesar da crescente escassez de áreas agrícolas e do aumento do valor das áreas existentes. Embora a população tenha mais do que dobrado, a produção de cereais triplicou durante este período, com apenas 30% de aumento na área cultivada. As previsões de uma fome malthusiana foram desmentidas, e grande parte do mundo em desenvolvimento foi capaz de superar seus déficits alimentares mais crônicos.

Desdobrando-se entre o final dos anos 1940 e 1980,² a RV foi um processo conduzido pelo Estado, de cima para baixo, que envolveu o desenvolvimento de variedades agrícolas de alto rendimento com forte recurso ao uso de fertilizantes químicos e irrigação. O objetivo era intensificar a produção e a

¹ Este artigo foi produzido no âmbito do projeto de pesquisa Revoluções Verdes no Brasil, na China e na Índia, e seus ecos na Cooperação Sul-Sul na África, financiado pelo Economic and Social Research Council (bolsa ES/R00658X/1), Reino Unido (UK). A versão original do artigo, escrita em língua inglesa, encontra-se publicada na revista *Agriculture and Human Values* (2021). <<https://doi.org/10.1007/s10460-021-10241-x>>.

² Nosso panorama cronológico para o que ficou conhecido como a primeira Revolução Verde começa com as primeiras experiências de cultivo de trigo no México, apoiadas pelo governo dos Estados Unidos e pela Fundação Rockefeller (COTTER, 2003; WRIGHT, 2012), e termina com a primeira onda de expansão da agricultura moderna no Centro-Oeste brasileiro (PEREIRA *et al.*, 2012). Entretanto, a periodização da primeira Revolução Verde é contestada, como discutido exaustivamente por Patel (2013b). A questão levantada por Patel é se a Revolução Verde já terminou e esse é de fato um tema central neste artigo.

produtividade, e tratar de preocupações urgentes relacionadas à fome, estabilidade social e desenvolvimento industrial. Apesar do tempo decorrido, a RV continua sendo uma poderosa “lenda” (STONE 2019), que continua a ecoar, inspirar e influenciar perspectivas e práticas em ciência e tecnologia agrícola (C&T). Apelos para uma dupla revolução verde (CONWAY, 1998), uma segunda revolução verde (Singh 2006) e uma revolução sempre verde (SWAMINATHAN, 2010) ilustram a influência duradoura da RV. A Revolução Verde Africana é a última expressão do revivalismo da RV (BLAUSTEIN, 2008; MORRIS *et al.*, 2009; TOENNIESSEN *et al.*, 2008).

O ressurgimento da RV acontece apesar desta ter sido uma das experiências mais polêmicas da história agrícola moderna, questionada desde o início. A pesquisa sobre o impacto da tecnologia da RV na Índia, realizada em paralelo à implementação da política e práticas da RV em meados dos anos 70, expôs equívocos sobre tipos de cultivo de alto rendimento. Por exemplo, pesquisas destacaram como o papel desempenhado pela irrigação foi negligenciado nos relatos de sucesso, e os muitos fatores (não apenas os de rendimento) que determinam a adoção da tecnologia por parte dos agricultores, incluindo relações trabalhistas, subsídios e acesso à água (BARDHAN, 1970; FARMER, 1977; LADEJINSKY, 1969).

Ao longo dos anos, os pesquisadores têm estudado a RV a partir de múltiplos ângulos, enfatizando (por exemplo): a inacessibilidade à tecnologia moderna por parte de produtores de baixo rendimento e o impacto prejudicial desta tecnologia na diversificação de culturas e vulnerabilidade a pragas (LIP-TON; LONGHURST, 1989); a dinâmica geopolítica que sustenta os programas de cooperação em Ciência e Tecnologia agrícola (CULLATHER, 2004; PERKINS, 1997); a propagação das desigualdades de classe e de gênero pelas tecnologias da RV (DAS, 2002; PATEL, 2013b; SHIVA, 1992; SOBHA, 2007); e os impactos sociais, sanitários e ambientais nocivos (SHIVA, 1991, 2016). Outros buscaram revisar as questões levantadas por algumas críticas (CONWAY, 1998; SWAMINATHAN, 2010). A longa controvérsia sobre o legado da RV foi reacendida com apelos para uma RV africana (BLAUSTEIN, 2008; SANCHEZ; SWAMINATHAN, 2005; TOENNIESSEN *et al.*, 2008), os quais foram questionados pelo fato de servirem aos interesses dos grandes produtores, corporações internacionais do agronegócio e doadores no setor (MOSELEY *et al.*, 2015), e por não beneficiarem as massas rurais da África (ANSEEUW, 2013). As posições acadêmicas sobre a possibilidade de extensão ou reforma da RV permanecem bastante divididas (HARWOOD, 2018).

Em vez de tentar resolver essa polêmica constante, este artigo procura entender como e por que a agora distante RV mantém seu poder de inspiração

e influência. Para isso, concentramo-nos em três países – Brasil, China e Índia – os quais, nos últimos anos, têm exportado ativamente sua Ciência e Tecnologia agrícola para a África. Isso foi feito através da cooperação Sul-Sul, que abrange recursos materiais (variedades de culturas e máquinas), conhecimentos científicos, bem como relatos sobre conquistas agrícolas do passado (BRÄUTIGAM, 1998; CHERU; MODI, 2013; SCOONES *et al.*, 2016).

Este texto se concentra nos processos domésticos que sustentam estas transações de cooperação internacional – especificamente, narrativas sobre a história da Ciência e Tecnologia agrícola que contextualizam a RV como um momento de grandes e heroicas realizações. Embora não sejam o foco deste documento, essas narrativas de sucesso ultrapassam fronteiras e alimentam imaginários sobre política e transferência de tecnologia, segundo sugestões de que a RV do Brasil constitui um modelo de referência para o cinturão verde de savana da África (THE ECONOMIST, 2010; BANCO MUNDIAL, 2009).

Nesses três países, relatos institucionalizados retratam um momento passado de transformação agrícola liderada pela ciência de forma glorificante – uma época de imperativos nacionais urgentes, conquistas tecnológicas sem precedentes e indivíduos e organizações heroicas. Na China, o advento da “agricultura científica” nos anos 50 é retratado como a materialização da modernização da agricultura camponesa e a implantação da Ciência e Tecnologia como um instrumento de luta de classes, construção da nação e modernização.³ Na Índia, a RV dos anos 60 é descrita como “o início da agricultura científica na Índia” que salvou o país da fome (SWAMINATHAN, 1993). No Brasil, a expansão da agricultura moderna para o cerrado⁴ desde meados dos anos 70 é considerada como a “revolução tropical”, impulsionada pela ciência do próprio país, que acabou transformando o Brasil em uma potência agrícola em nível mundial (ALBUQUERQUE; SILVA, 2008).

Essas “narrativas épicas” são histórias sobre o passado que produzem significado e procuram dar poder àqueles que as articulam – indivíduos, organizações ou governos. Elas validam um “regime de verdade”, no sentido foucaultiano, que define o que é conhecimento legítimo e o que são formas váli-

³ O termo “Revolução Verde” não é amplamente utilizado na China para explicar a transformação agrícola do país, liderada pela ciência. Isso não surpreende, pois o termo foi criado nos EUA como um contraponto à “revolução vermelha” da China (SCHMALZER, 2016). Em vez disso, “agricultura científica” é o termo adotado na China para referir-se ao advento da Ciência e Tecnologia agrícola nos anos 50. O papel da Ciência e Tecnologia na agricultura tem sido destacado de modo especial desde que a China iniciou sua política de portas abertas no final dos anos 70.

⁴ O cerrado é o bioma de savana do Brasil, que cobre uma área de cerca de 2 milhões de km² e representa quase 24% do território do país.

das de saber (SCOONES, 2016), e conferem autoridade para imaginar o futuro (JASANOFF; KIM, 2009). As narrativas épicas sobre a RV centram-se em aumentos recorde de produtividade, alcançados através de variedades de cultivo geneticamente superiores associadas a outros insumos modernos, e processos impulsionados por governos e cientistas dedicados para (segundo a narrativa) evitar a fome e alimentar populações em crescimento. Tais narrativas estão ligadas a uma epistemologia positivista que celebra a ciência e uma visão malthusiana do mundo que vê a fome e a insegurança alimentar como resultado da falta de disponibilidade de alimentos, e não de desigualdades estruturais (PATEL, 2013a) ou falhas de direitos ou ‘entitlements’ (SEN, 1981).

A narrativa épica da RV prestigia um paradigma técnico-econômico que enfatiza a importância da Ciência e Tecnologia e o aumento da produtividade e da competitividade em consonância com o dominante regime agroalimentar corporativo (LANG, 2015; McMICHAEL, 2009). A partir dessa perspectiva, as narrativas dos três países são análogas à narrativa da RV mundial associada à influência americana da (primeira) Revolução Verde, e às “grandes missões de inovação agrícola” (WRIGHT, 2012) defendidas pela filantropia americana (como a Fundação Rockefeller), e indivíduos heroicos (como Norman Borlaug). O trabalho de Borlaug sobre o trigo anão, de alto rendimento e resistente a doenças (desenvolvido pela primeira vez no México), dominou os estágios iniciais da RV e ajudou, em suas palavras, a “alimentar um mundo faminto” (BORLAUG, 2007). O reconhecimento de seus feitos heroicos o levou a receber o Prêmio Nobel da Paz de 1970, que o tornou o pai global da RV e seu mais reconhecido “herói de marca” (SUMBERG *et al.*, 2012).

Nosso uso da noção de “épico” visa retratar o processo subjetivo de enquadramento histórico – ou seja, a narração da RV como um esforço passado, acabado e heroico. Partimos do argumento de Patel (2013b) de que o próprio ato de periodizar a RV é um ato político, e que é necessário expor as continuidades (bem como os ajustes) de seu projeto “biopolítico” subjacente.⁵

Ao promover uma ‘segunda Revolução Verde’, a primeira Revolução Verde precisa ser vendida como um sucesso. Para isso, é necessário que a primeira Revolução Verde seja considerada concluída, e que seja considerada inequivocamente eficaz. Mas se a Revolução Verde ainda está em curso, como eu defendo, e se seus resultados foram ambíguos, como veremos, então o conhecimento básico necessário para reformular o projeto da Revolução Verde requer um trabalho contínuo e permanente para legitimar as ações realizadas em seu nome (PATEL, 2013b, p. 4).

⁵ Patel (2013b) sugere que a RV é considerada por muitos como um projeto biopolítico de estados, no Norte e no Sul do planeta, que tenta racionalizar e controlar os fenômenos biológicos.

As formas pelas quais as narrativas comemorativas sobre a RV empoderaram indivíduos, organizações e corporações têm sido objeto de análise na literatura. Cotter (2003), por exemplo, oferece uma análise exaustiva de como os agrônomos mexicanos exerceram sua autoridade profissional e asseguraram sua ascensão abraçando a RV. As alegadas “grandes missões de inovação agrícola” defendidas pela Fundação Rockefeller (WRIGHT, 2012) são vistas sob uma ótica diferente através de análises que expõem as relações próximas entre a filantropia, as corporações e os estados, e como as agendas de pesquisa estão atreladas aos interesses políticos e econômicos (HOLT-GIMÉNEZ, 2008; PATEL, 2013b; SMITH, 2009).

Neste artigo, exploramos especificamente os processos pelos quais atores nos países do Sul – os anfitriões dos experimentos com a RV – constroem suas próprias narrativas épicas da RV⁶. Em vez de simplesmente reproduzir a narrativa épica global focada nos EUA, as narrativas dos três países acrescentam seu próprio significado, destacando seus interesses, conquistas e heróis nacionais. Analisamos como as narrativas internas dos países do Sul sobre as transformações agrícolas baseadas na ciência são utilizadas para produzir uma história nacional e uma identidade científica que fortalece e dá legitimidade a esses países e suas instituições de Ciência e Tecnologia como líderes da modernização agrícola no Sul global no século 21. Em outras palavras, os atores de Ciência e Tecnologia nesses países do Sul usam suas narrativas históricas sobre a RV para apoiar políticas e argumentos sobre novas RV onde podem novamente desempenhar um papel central, seja internamente ou no exterior.

Nossa análise se baseia em literatura existente e uma seleção de entrevistas realizadas no Brasil, China, Índia e Reino Unido (UK) entre março de 2018 e novembro de 2019. Realizamos 32 entrevistas com informantes-chave que conhecem a história da RV e com atores dos sistemas de Ciência e Tecnologia dos três países, incluindo as organizações científicas que estiveram na vanguarda durante a fase de experimentação da RV: a Embrapa, a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, a Universidade Agrícola da China, a Universidade Agrícola de Punjab em Ludhiana e o Instituto Indiano de Pesquisa Agrícola em Nova Delhi.⁷

⁶ Neste artigo, analisamos os processos pelos quais as narrativas épicas são criadas, replicadas e modificadas. Não exploramos se essas narrativas são amplamente aceitas pelo público em geral. No entanto, documentamos as tentativas feitas pelos governos para obter o apoio geral (como na emissão de selos comemorativos na Índia), e também observamos frequente caracterização de cientistas associados à RV como figuras heroicas.

⁷ Foram oito entrevistas no Brasil, 12 na Índia, oito na China e quatro no Reino Unido.

Prosseguimos elaborando nossa abordagem teórica mais detalhadamente na próxima seção. Em seguida, revisamos, para cada um dos três países, o momento histórico que veio a ser enaltecido através de narrativas épicas (seção 2). Também discutimos os processos de criação e reconstrução de tais narrativas (seção 3), bem como as suas motivações de base (seção 4).

Abordagens teóricas sobre a dimensão política do conhecimento sobre a RV

As narrativas épicas apresentam a RV como resultado de um processo liderado pelo Estado orientado por um forte sentido de urgência e propósito (fome, industrialização, soberania nacional e estabilidade social), que motivou cientistas e técnicos altamente qualificados (alguns deles se tornaram figuras lendárias) a trabalhar arduamente para produzir grandes feitos científicos, como novas variedades/tipos de cultivo de trigo, arroz e soja de alto rendimento e resistentes a pragas.⁸ Na Índia, a RV visava combater a fome e afirmar a soberania nacional depois da colonização e, pelo menos em primeira instância, adaptar variedades de trigo de alto rendimento desenvolvidas no México ao cultivo indiano. A “revolução tropical” do Brasil tinha como objetivo tornar o país autossuficiente e apoiar a industrialização, modernizando o interior e, especificamente, domesticando o cerrado visto como “improdutivo”, em grande parte permitindo o cultivo de soja em grande escala em um ambiente tropical. Na China, a “agricultura científica” envolveu o desenvolvimento de arroz de alto rendimento por cientistas líderes juntamente com uma aproximação da ciência ao conhecimento camponês, em um contexto em que o papel do Estado no fornecimento de alimento era fundamental para garantir a estabilidade social de um país recém-estabelecido.

A dimensão épica capta um passado heroico nacional, “um mundo de ‘começos’ e ‘tempos de pico’ na história nacional” e “um mundo de pais e fundadores” (BAKHTIN, 1981, p. 15). Mas a narração épica não é um ato neutro de construção da história ou de lembrança nostálgica; ao contrário, é um exercício ativo de fazer história que desempenha um papel, como na legitimação de um “projeto biopolítico” (PATEL, 2013b). Como conceitualizado

⁸ Em seu livro, *The Doubly Green Revolution* (A Dupla Revolução Verde): Alimentos para todos no século XXI, Conway (1998) começa com uma referência a um poema épico, A Odisseia de Homero, onde morrer de fome é descrito como o mais amargo de todos os destinos. Conway também parece estruturar sua análise da RV e sua agenda para uma RV duplamente mais produtiva e ainda mais “verde” em torno da missão épica de alimentar o mundo. Embora afirmando não ser um malthusiano, ele expressa preocupação com o desafio de alimentar mais de 2,5 bilhões de pessoas no mundo em desenvolvimento, e confiança no poder da ciência e da tecnologia para evitar a fome.

pela teoria do discurso, uma narrativa, enquadramento ou enredo é usado pelos atores para justificar, influenciar e posicionar-se em um campo disputado (HAJER, 1997, 2005; JØRGENSEN; PHILLIPS, 2002). Como abordado neste artigo e partindo dessa perspectiva, as narrativas épicas desses países podem ser consideradas como “carimbos de autoria” para as instituições científicas que fizeram parte dos passados épicos que são narrados.

Enquanto a narração épica da RV se concentra no passado, sua implantação ativa é sustentada pela política do presente e pelas negociações sobre o futuro. Isso nos remete ao conceito de “imaginário sociotécnico”, definido em Estudos de Ciência e Tecnologia (STS, sigla em inglês) como “[...] visão coletiva, institucionalmente estabilizada e publicamente realizada de futuros desejáveis, movida por entendimentos compartilhados de formas de vida social e ordem social alcançáveis através de avanços na ciência e na tecnologia, e que os apoiam” (JASANOFF, 2015, p. 322). Os imaginários sociotécnicos projetam visões de futuros desejáveis e seus proponentes defendem que eles são diferentes das “narrativas mestras”, que são extrapolações de eventos passados usados para fins justificados (JASANOFF; KIM, 2009).

Neste texto, nós nos baseamos nessa conceituação, mas acrescentamos mais uma camada a ela, sugerindo que os processos de recordar eventos passados e imaginar o futuro, do ponto de vista atual, não são separados. Em vez disso, a autoridade de um ator para justificar sua postura no presente e projetar o futuro é reivindicada através de uma representação do passado que o amplifica e valoriza. Porém, como discutiremos em relação ao “greening” [enverdeamento] da narrativa RV, em consonância com a normalização da agenda sobre sustentabilidade, o paradigma da RV não é fixo, mas sim permeável a ajustes que incorporam preocupações e valores dos tempos atuais. Isso remete ao ponto de Patel (2013b) sobre a contínua remodelação da RV e ao uso de novos termos para a referenciar.

Este processo de criação e reprodução épica é político, pois reflete e reforça uma configuração específica de poder em Ciência e Tecnologia, com convenções e regras definidas pelos atores dominantes. O “regime da verdade”,⁹ asso-

⁹ Seguindo Foucault, Scoones (2016, p. 305) sugere que “regimes de verdade” são sobre “quem entende o quê e em qual quadro” e eles “podem impor formas de governabilidade (...) que definem o que é considerado como conhecimento e prática legítimos e justificáveis para as transformações de sustentabilidade, dessa forma restringindo e canalizando caminhos”. Referindo-se especificamente à ciência ambiental e climática, ele também observa que “a adoção de tais regimes de verdade pode ocorrer através de práticas e rotinas específicas, criando instrumentos de cálculo para gerar, por exemplo, mudanças ambientais ou modelos climáticos que forneçam justificativa científica para o que precisa ser feito”.

ciado à épica da RV, favorece a ciência em detrimento do conhecimento a partir da experiência, das inovações tecnológicas em detrimento das inovações sociais e dos objetivos nacionais em detrimento das necessidades locais (IPES-Food, 2015; LEACH; SCOONES, 2007). Ele define o sucesso na Ciência e Tecnologia agrícola em grande parte como o aumento dos rendimentos e a intensificação produtiva, e está firmemente ligado ao malthusianismo (a necessidade de continuar expandindo a produção para alimentar o mundo) e uma visão da modernização agrícola, ou da agricultura industrial, como o único caminho virtuoso a seguir. Caminhos alternativos e diferentes formas de conhecer e fazer agricultura são marginalizados (IPES-Food, 2016).

Este regime dominante é reproduzido em culturas de avaliação da inovação tecnológica que alegam ser apolíticas e guiadas por uma ciência objetiva e métricas observáveis, ao mesmo tempo que negligenciam variáveis e dinâmicas complexas que são difíceis de serem quantificadas (THOMPSON; SCOONES, 2009). Por exemplo, Luna e Dowd-Urbe (2020) ilustram como as narrativas de sucesso sobre o algodão geneticamente modificado (Bt) em Burkina Faso se baseiam apenas nos rendimentos e ignoram os efeitos sobre a qualidade do algodão ou seus impactos em termos de distribuição de rendimento. O fato de o algodão Bt beneficiar desproporcionalmente os agricultores mais ricos é irrelevante para estudos agrônômicos que ignoram as complexas interações sociais e as dinâmicas de poder que definem como os agricultores se relacionam com a tecnologia. A análise dos autores sugere não apenas um viés epistemológico em tais avaliações, mas também como este viés serve aos interesses de certos atores – neste caso, os da Monsanto (a proprietária da tecnologia do algodão Bt) – já que avaliações positivas podem ter contribuído para um aumento no preço da semente Bt e no pagamento de royalties à empresa. A política de conhecimento em Ciência e Tecnologia é, portanto, sobre como as formas específicas de conhecer e estruturar o sucesso estão ligadas ao poder e aos interesses materiais.

Essa dinâmica discursivo-material foi destacada pela “economia político-cultural” nas análises do novo capitalismo neoliberal (JESSOP, 2010; SUM, 2009). Os atores, com acesso desigual ao poder e aos recursos, interagem para elaborar, contestar e negociar imaginários alternativos que simplificam uma realidade complexa de forma a atender seus interesses (materiais). Os projetos hegemônicos são estruturados como “esforços dos atores para produzir e reproduzir uma política intelectual, moral, e de autoliderança no âmbito de populações específicas” (SUM, 2009, p. 186). Em nossa análise, a narrativa épica da RV que retrata o sucesso como orientado pela ciência e centrado na produtividade agrícola fortalece o projeto hegemônico de modernização agrícola que serve

as instituições de Ciência e Tecnologia dominantes. Neste artigo, não discutimos as ligações entre Estado e capital nem entre cientistas e capital no projeto hegemônico da RV – um aspecto que tem sido discutido na literatura (CLEAVER Jr., 1972; McMICHAEL, 2009; PATEL, 2013b; SESHIA; SCOONES, 2003), contudo, merece mais atenção no contexto dos três países em estudo.

Nas próximas seções, destacamos a maneira como as narrativas épicas da RV se apresentam nos três países e analisamos através de quais esforços discursivos e simbólicos o projeto hegemônico da RV é mantido ao longo do tempo. Entendemos que, ao construir a história através de aparatos discursivos e cultivar um senso de – e identidade centrado no – nacionalismo científico, excepcionalismo e herança, as narrativas épicas da RV perpetuam as relações de poder e conhecimento em Ciência e Tecnologia agrícola, que, por sua vez, são sustentadas por um paradigma hegemônico de modernização agrícola. Ao analisarmos as dinâmicas de política em torno da formulação de narrativas épicas e sua representação parcial da história, chamamos a atenção para os processos sutis de marginalização, desqualificação profissional e desvalorização que ameaçam a diversidade dos sistemas de conhecimento agrícola no Sul global.

Embora este texto não se debruce em detalhe sobre alternativas ao paradigma hegemônico, vale a pena observar aqui a crescente força e credibilidade dos sistemas de conhecimento que valorizam a produção de conhecimento e inovação a partir da base, socialmente inseridos e ecologicamente íntegros, tal como enfatizado pelo trabalho sobre inovações transformadoras (SMITH; STIRLING, 2018) e pelo campo analítico abrangente da ecologia política (FORSYTH, 2003; GOLDMAN *et al.*, 2011; ROBBINS, 2012). Especialmente a agroecologia gerou “inovações cognitivas, tecnológicas, e sociopolíticas” (HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013, p. 93), combinando elementos do conhecimento tradicional e da ciência moderna, ao mesmo tempo que se tem em mente a dinâmica do poder e a necessidade de resistir à cooptação pelo paradigma hegemônico (ALTIERI; TOLEDO, 2011; ROSSET; ALTIERI, 2017). Voltaremos de forma breve aos contrapontos à RV quando considerarmos os ajustamentos discursivos e o “greening” da narrativa da RV. A seguir, vamos apresentar os perfis das RV dos três países que vieram a ser considerados como momentos épicos.

As Revoluções Verdes da China, da Índia e do Brasil

Esta seção apresenta os momentos históricos glorificados pelas narrativas épicas em cada um dos três países. Contextualizamos decisões para fortalecer os sistemas de Ciência e Tecnologia e também para desenvolver variados

des de alto rendimento, além de discutir o impacto dessas decisões sobre a produção e o rendimento/retorno/lucro. Também consideramos a criação de um sistema de ciência agrícola e o surgimento da identidade de agricultor moderno em cada país. Em seções posteriores, analisaremos os processos pelos quais narrativas épicas são criadas e protegidas, bem como as motivações de base para aqueles que adotam tais narrativas.

1. A agricultura científica da China

A transformação agrícola da China está ligada ao advento da “agricultura científica”, que implicou a combinação de pesquisa de ponta, liderada pelo Estado, principalmente sobre o arroz híbrido, com um enorme incentivo para conectar os cientistas e a tecnologia moderna com as bases camponesas. Uma aliança entre o Estado, os cientistas e os camponeses, combinando a modernização com uma necessidade de provimento do Estado (que fazia parte da revolução socialista), constituiu a essência da agricultura científica, a qual permaneceu inquestionável ao longo dos anos, mesmo se adaptada ao contexto em mudança.

As origens da agricultura científica podem ser encontradas desde 1840, quando a China foi puxada pelo Ocidente rumo a uma trajetória de modernização e globalização (ZHONG, 1997). No entanto, a noção exata de “agricultura científica” (科学种田, *kexue zhongtian*) e suas estruturas institucionais foram formalmente implantadas com a fundação da República Popular da China (RPC) em 1949.¹⁰ Garantir a autossuficiência de grãos foi essencial para garantir a soberania nacional e a integridade territorial, e o Plano de Desenvolvimento Científico e Tecnológico de longo prazo entre 1956 e 1967 estabeleceu a “quimicalização, mecanização e eletrificação” como prioridades para aumentar a produção de grãos e garantir provisões básicas de alimentos e vestuário para a população. O Plano indicava o seguinte: “[...] o princípio de garantia da segurança alimentar por meio da autossuficiência de grãos deve ser a prioridade máxima de uma estratégia de desenvolvimento, e este princípio nunca deve ser flexibilizado” (Comitê de Planejamento Científico, 1956, p. 4). Com essa orientação política, a Academia Chinesa de Ciências Agrícolas (CAAS) foi criada em 1957 para capacitar talentos em ciência agrícola, com o objetivo de coordenar uma extensa rede de institutos de pesquisa e faculdades em todo o país.

¹⁰ Após a guerra civil chinesa e a vitória das forças comunistas, Mao Tse Tung declarou a fundação da República Popular da China (RPC) e tornou-se o líder do país.

No entanto, a Revolução Cultural (1966-76) levou à suspensão dos institutos de pesquisa e faculdades representadas pela CAAS. O governo enfatizou que a ciência precisava se conectar à prática de campo, levando à criação de novas unidades de pesquisa abaixo do nível de municípios, o que visava conectar os cientistas com a população de base. Um sistema de extensão de cima para baixo, que havia sido criado nos anos 1920 por agrônomos e economistas agrícolas chineses treinados nos EUA, foi substituído por um sistema de extensão popular (SWANSON Jr.; MAO, 2019). O Sistema de Ciência e Tecnologia deveria se tornar um instrumento de luta de classes que libertasse os camponeses da opressão da burocracia elitista (SCHMALZER, 2016). Enquanto a Conferência Nacional sobre Ciência e Tecnologia Agrícola de 1963 já havia estabelecido campos experimentais onde novas sementes e métodos poderiam ser testados e demonstrados aos agricultores, a Revolução Cultural propiciou as bases para o desenvolvimento de metodologias de transferência de tecnologia e interação entre extensionistas e agricultores, que se tornariam conhecidos como autênticos chineses, tal como visto nas iniciativas contemporâneas de transferência de tecnologia na África (BRÄUTIGAM, 1998; XU *et al.*, 2016).

Juntamente com essas mudanças no que tange à comunidade rural/popular (*grassroots*), o governo central apoiou programas científicos de grande porte envolvendo colaborações entre institutos de pesquisa chineses. O mais representativo deles foi o arroz híbrido, que começou em 1964 com pesquisas sobre a esterilidade masculina do arroz (CHEN *et al.*, 2004; LI *et al.*, 2009).¹¹ Uma figura-chave na época foi o falecido Yuan Longping, que hoje é aclamado pelo trabalho pioneiro de cultivo de arroz desenvolvido entre o final dos anos 60 e o início dos anos 70 (CHEN, 2006). Sua humilde personalidade e suas realizações científicas fizeram dele o “camponês intelectual” ideal, que poderia conectar a ciência de ponta com a prática popular (SCHMALZER, 2016). Yuan relatou suas descobertas sobre plantas de arroz estéreis masculinas mutantes no boletim científico chinês de 1966, que lhe deu o título de “pai do arroz híbrido”, apesar da tecnologia do arroz híbrido ser o resultado de um esforço de colaboração mais amplo.¹²

Embora o sistema moderno de Ciência e Tecnologia tenha sido parcialmente extinto durante a Revolução Cultural, os recursos para apoiar a conti-

¹¹ Li *et al.* (2009) apresentam as várias etapas da pesquisa de arroz híbrido da China, de 1964 a 2009, e descrevem o apoio governamental através de políticas, padrões e investimentos em recursos humanos e infraestruturas de apoio.

¹² Para encontrar o “aborto selvagem” (WA, 野败 *yebai*) – uma etapa-chave para o desenvolvimento do arroz híbrido – uma grande equipe de pesquisadores e agricultores foi mobilizada. Essa iniciativa foi iniciada na província de Hunan em 1970, mas logo se espalhou pelo país.

nuação do programa de arroz híbrido foram protegidos, dada sua importância estratégica.¹³ Embora a visão do Estado chinês sobre Ciência e Tecnologia tenha sofrido mudanças consideráveis durante esse período, ela estabeleceu as bases da agricultura científica através: da criação de um sistema de Ciência e Tecnologia agrícola com a CAAS no topo; do desenvolvimento de metodologias para transferência de tecnologia e sua apresentação aos agricultores; do desenvolvimento de grandes pesquisas colaborativas sobre tecnologias de ponta, em que o arroz híbrido foi o mais simbólico.

Enquanto os aumentos na produção de grãos neste período inicial resultaram principalmente da expansão da fronteira agrícola e da disseminação de insumos modernos (como fertilizantes e pesticidas), inovações científicas (como a do arroz híbrido) criaram as bases para ganhos subsequentes (LI *et al.*, 2009). O sucesso da agricultura científica e o papel dos cientistas tornaram-se mais visíveis após os anos 80, quando a China iniciou sua política de “portas abertas” bem como suas reformas orientadas para o mercado. As conquistas no desenvolvimento agrícola nas quatro décadas anteriores, manifestadas através dos ganhos de produtividade da terra e do trabalho, foram oficialmente atribuídas ao poder da Ciência e Tecnologia. A famosa declaração de Deng Xiaoping, “a ciência e a tecnologia são as principais forças produtivas”, foi feita pela primeira vez em uma reunião com o presidente tchecoslovaco Gustáv Husák em 1988 (ZHONG, 1997, p. 503-505). Desde então, o desenvolvimento da ciência e tecnologia avançou rapidamente, e muitos programas nacionais foram colocados em prática. Os elogios à ciência e aos cientistas passaram a ser amplamente praticados. Em 2000, o Conselho do Estado criou o mais alto prêmio nacional de Ciência e Tecnologia para valorizar a ciência, destacar sua contribuição para a sociedade e incentivar os cientistas a fazer esforços incessantes em prol do desenvolvimento nacional no âmbito da Ciência e Tecnologia.

Atualmente a agricultura científica da China continua a destacar o sucesso do abastecimento de alimentos em grande escala, e isso é feito através de um modelo de tecnologia moderna patrocinado pelo Estado, adaptado às necessidades do agricultor. Embora as conquistas expressivas da China no que diz respeito à produtividade de arroz tenham ocorrido nos anos 70 e estejam associadas ao trabalho de Yuan Longping, a longa história do arroz chinês é destacada em referências aos terraços de arroz de Honghe Hani na província

¹³ O programa de arroz híbrido foi considerado uma prioridade tão alta quanto o programa de segurança nacional “Duas bombas, um Satélite”, um programa nuclear e espacial.

de Yunnan, e datam de 1.300 anos atrás (CHEN, 2006).¹⁴ Portanto, a agricultura científica engloba tanto a ciência moderna quanto o conhecimento das bases e a tradição milenar.

2. A revolução do trigo na Índia

Na Índia, experimentos agrícolas que utilizavam variedades melhoradas de culturas e outros insumos, como irrigação e máquinas agrícolas, estavam em andamento desde o início do século 20 (SAHA; SCHMALZER, 2016; SWAMINATHAN, 1993). Essas melhorias se concentravam nas condições agroclimáticas locais e eram voltadas especificamente para as necessidades locais e para os insumos disponíveis. Entretanto, dentro da estratégia de crescimento rápido pós-independência através da industrialização, os avanços locais e lentos na agricultura passaram a ser considerados um obstáculo ao progresso.

Comitês liderados por especialistas norte-americanos (incluindo a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional [USAID], a Fundação Ford e a Fundação Rockefeller) identificaram diversas limitações no âmbito da agricultura indiana que incluíam práticas de cultivo orientadas para a subsistência, bem como a falta de investimento de risco pelos agricultores (PERKINS, 1990; PATEL, 2013b). As variedades de culturas tradicionais e as técnicas agrícolas eram consideradas inadequadas para atender às necessidades do setor industrial e de uma população em crescimento.

Novas estratégias e programas para modernizar a agricultura foram lançados imediatamente após a independência do domínio colonial britânico. Em um famoso discurso de 1948, Jawaharlal Nehru, o primeiro Primeiro-Ministro da Índia, disse que “todo o resto pode esperar, menos a agricultura” (SWAMINATHAN, 1993, p. vii). Para que a agricultura pudesse acompanhar a velocidade da industrialização, os anos 60 testemunharam uma grande reestruturação na organização da pesquisa agrícola, de acordo com as diretrizes do Conselho de Pesquisa Científica e Industrial. Isso incluía universidades agrícolas, institutos de pesquisa e programas de financiamento no âmbito do Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola (ICAR), mas também o início de programas coordenados por toda a Índia para diferentes culturas, que se concentravam no uso orientado de Ciência e Tecnologia com metas e prazos definidos (SUBRAMANIAM, 1979). O governo indiano iniciou uma série de programas com o apoio das agências

¹⁴ Os terraços de arroz de Honghe Hani são um sistema complexo de terraços que se desenvolveu ao longo de 1.300 anos. Foi designado como um Patrimônio Mundial da UNESCO.

americanas de pesquisa e financiamento (SAHA; SCHMALZER, 2016). Estes programas incluíam o desenvolvimento de variedades que respondessem aos insumos, irrigação, produção de fertilizantes, intensificação de pesquisas em universidades agrícolas selecionadas e a organização de um serviço nacional de extensão (ABROL, 1983; SWAMINATHAN, 1993).

Durante esses programas, duas secas consecutivas em 1965 e 1966 levaram a uma situação semelhante à da fome. Em resposta, a Índia importou 10 milhões de toneladas de trigo dos EUA no âmbito do programa PL480. Para um país recentemente independente com um grande setor agrícola, sobreviver com a ajuda dos EUA era uma questão de profunda preocupação política (SUBRAMANIAM, 1979). Além da pressão interna para lidar com a seca, a fome e o aumento da população, havia uma pressão externa vinda do meio acadêmico e da mídia internacional, que rotulou a liderança indiana como incapaz de lidar com a situação de crise, resultando no aumento do desemprego rural, da pobreza, e dos conflitos (EHRlich 1975).

Foi nesse contexto que Chidambaram Subramaniam, então Ministro da Agricultura, lançou uma nova estratégia para a agricultura que envolvia a liberação em grande escala de variedades híbridas de trigo com base em sementes mexicanas para ampla utilização (VISVANATHAN, 2003). Junto com a reestruturação da Ciência e Tecnologia, um dos principais focos da modernização agrícola foi o desenvolvimento de infraestruturas que pudessem facilitar a produção, a aquisição e a distribuição de grãos. Essas iniciativas incluíam o melhoramento das redes viárias, dos sistemas de energia elétrica em áreas rurais e das unidades de armazenamento. O apoio do Estado também incluiu preços mínimos, compras a granel, sistemas de distribuição pública subsidiada, empréstimos agrícolas e a concessão de crédito. Entretanto, para uma eficiente implantação no cultivo, ainda havia desafios pela frente: os cientistas tinham que conquistar a confiança dos agricultores, os quais eram em sua maioria considerados “tradicionais” em seu modo de lidar com a agricultura, incentivando-os a plantar essas variedades modernas e a seguir um conjunto de práticas (SUBRAMANIAM, 1979). Para motivar os agricultores, o governo os personificava como os “soldados” que defendiam a segurança (alimentar) nacional.¹⁵

¹⁵ Lal Bahadur Shastri, o segundo Primeiro-Ministro da Índia, usou o *slogan* “Jai Jawan Jai Kisan” durante a guerra indo-paquistanesa em 1965, quando os Estados Unidos da América (EUA) ameaçaram parar as remessas de PL480. O *slogan* se traduz como “vitória para o soldado e vitória para o agricultor” (BAJPAI, 2018). Shastri usou o *slogan* para apresentar os agricultores e soldados como heróis nacionais que defenderam a soberania da nação, e assim motivá-los a contribuir ativamente para a segurança alimentar através de uma iniciativa em prol da defesa nacional.

Os impactos desses investimentos na produção e no rendimento foram logo sentidos nas variedades anãs híbridas de trigo e arroz, que respondiam bem aos insumos. O ano de 1968 marcou o ápice da RV na Índia com uma colheita de 17 milhões de toneladas métricas de trigo. Isso foi considerado uma conquista muito significativa para um país que havia recentemente obtido sua independência, e que lutava para alimentar sua população, em meio a desafios internos e geopolíticos. De acordo com Monkombu Sambasivan Swaminathan, que ficou conhecido como o pai da RV indiana, “[...] a colheita de 1968 mudou o destino agrícola da Índia com o início de uma revolução do trigo que se tornou uma chama de afirmação em meio ao mar do desespero” (GOPALKRISHNAN; SWAMINATHAN, 2002, p. 46). De um país dependente da ajuda alimentar dos EUA nos anos 1960, a Índia tornou-se autossuficiente na produção de alimentos em 1977 (GOPALKRISHNAN; SWAMINATHAN, 2002).

O sucesso da RV indiana é frequentemente atribuído a instituições lendárias como o Instituto Indiano de Pesquisa Agrícola, a Universidade Agrícola de Punjab, a Universidade Agrícola de Tamil Nadu e os pais fundadores, como o M.S. Swaminathan. Ao passo que as instituições difundem seu papel na RV através de seus websites,¹⁶ os cientistas são muitas vezes celebrados como heróis nacionais.

3. A revolução tropical brasileira

Nos anos 70, a expansão da agricultura rumo ao cerrado é vista como um marco histórico no advento da modernização da agricultura brasileira (ALBUQUERQUE; SILVA, 2008). A incorporação do cerrado foi parte indispensável da estratégia do Estado de modernizar o interior e conectá-lo ao litoral – um processo que começou na década de 1930 com a “Marcha ao Oeste” (SCHALLENBERGER; SCHNEIDER, 2009). Ela também foi motivada pela industrialização e pela necessidade de alimentar as cidades em crescimento, em uma época na qual o Brasil era dependente da importação de alimentos (ALVES, 2010). A Ciência e a Tecnologia têm desempenhado um papel importante na viabilização da agricultura no cerrado, através do desenvolvimento de variedades agrícolas, forrageiras e práticas de cultivo que permitiram o desenvolvimento em grande escala da produção de grãos e da pecuária em solos ácidos e pobres em nutrientes (PEREIRA *et al.*, 2012). Algumas das con-

¹⁶ Em sua página na web, a Universidade Agrícola de Punjab, Ludiana se apresenta como a “mãe” da Revolução Verde. Disponível em: <https://www.pau.edu/index.php?_act=manageLink&DO=firstLink&intSubID=13>.

quistas da Ciência e Tecnologia incluem: a adaptação de variedades de soja às condições do cerrado; a criação de variedades de rizóbio, uma bactéria que ajuda a fixar nitrogênio nas leguminosas, o que reduz a necessidade de fertilizantes; e a melhoria de gramíneas, como as variedades de brachiaria que melhoraram a estrutura do solo e possibilitaram a pecuária em grande escala. A próxima passagem reproduz um discurso que enfatiza a centralidade de tais conquistas na transformação do Brasil em uma referência mundial no campo da agricultura tropical.

A ciência aplicada desvenda o mistério dos solos ácidos e anteriormente imprestáveis do cerrado. As novas cultivares transformam em produção, a taxas crescentes, as descobertas científicas. A ineficiente e extensiva pecuária de corte da região cede lugar a uma agricultura tropical pioneira e eficiente. Incorporam-se, potencialmente, mais de 200 milhões de hectares à agricultura brasileira. O Brasil tornou-se exemplo, para o mundo, de como transformar recursos naturais inaproveitáveis em recursos produtivos (ALVES *et al.*, 2008, p. 73).

Entre 1970 e 2006, a produção de grãos no cerrado cresceu de 8 milhões para 48 milhões de toneladas e, ao final deste período, somente essa região representava 50% da produção de grãos do país, incluindo 60% da soja (ARRAES PEREIRA *et al.*, 2012). A conversão tecnológica do cerrado é frequentemente chamada de “revolução tropical” (CRESTANA; MORI, 2015; NEPSTAD; STICKLER, 2008). Norman Borlaug a descreveu como “uma das grandes conquistas da ciência agrícola no século 20” (AMERICAN SOCIETY OF AGRONOMY, 2006). Embora a maioria dos ganhos significativos em produtividade tenha ocorrido após 1980, argumenta-se que os avanços científicos e tecnológicos do período anterior criaram as bases que permitiram ao Brasil vir a se tornar uma potência agrícola (PEREIRA *et al.*, 2012; CONTINI, 2014).

A transformação do cerrado e a modernização mais ampla da agricultura brasileira são frequentemente atribuídas à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, Embrapa, retratada como a heroína da revolução tropical brasileira, tanto em nível nacional como mundial (ALBUQUERQUE; SILVA, 2008; ALVES, 2010; HOSONO; HONGO, 2012; The ECONOMIST, 2010). A Embrapa foi criada em 1973, durante o regime militar, com o objetivo de reestruturar a pesquisa agrícola de modo que ela pudesse contribuir diretamente para a modernização da agricultura, aumentando sua competitividade e fortalecendo seus vínculos com a indústria (MENGEL, 2015). Essa reestruturação envolveu a criação de programas de pesquisa focados na lavoura e investimentos sem precedentes na capacidade de pesquisa, principalmente através de um programa de pós-graduação que enviou pesquisadores brasileiros para o exterior, principalmente para os EUA.

Além de aumentar a capacidade de pesquisa, o pacote de políticas para a transformação do cerrado também incluiu crédito subsidiado para a compra de insumos modernos, serviços de extensão e infraestrutura de transportes para permitir que os produtos chegassem tanto ao mercado nacional quanto ao internacional. Essas políticas foram acompanhadas por programas de incentivo ao desenvolvimento local, os quais permitiram a criação de fazendas que utilizavam alta tecnologia (HOSONO; HONGO, 2012), muitas vezes atraindo agricultores do Sul do país, onde a agricultura era mais desenvolvida, mas as tensões sobre o acesso à terra vinham aumentando (DELGADO, 2010). Esses programas favoreceram ainda mais a integração entre agricultura e indústria, contribuindo para o desenvolvimento de grandes complexos agroindustriais (OLIVEIRA, 2016; PIRES, 2007).

A tecnologia moderna combinada com subsídios estatais e programas de financiamento transformou o cerrado em uma terra de monoculturas de soja e pastagens extensivas de gado, onde a agricultura se tornou cada vez mais um negócio profissionalizado para agricultores empreendedores, como descreve o relato abaixo:

Com o preço da terra baixo e altos subsídios, nós atraímos o interesse de agricultores do Sul e Sudeste, agricultores que tinham experimentado as agriculturas mais desenvolvidas do país. Um agricultor do Mato Grosso, por exemplo, colhendo 20 sacos de soja por hectare tinha um retorno ao seu processo produtivo de 20%. [...] No fim da década de 70, começo de 80, terminados os subsídios, esse mesmo agricultor para ter os mesmos 20% de retorno na sua atividade produtiva teria que colher 50 sacos por hectare. [...] A partir daquele momento, essa atividade era apenas para profissionais. Foi um marco histórico. No final dos anos 70, início dos anos 80, não havia mais lugar para a agricultura amadora. Havia que ter agricultura profissional e substituir o palpite pela ciência. Aqueles que não se prepararam e não se capacitaram para ser profissionais foram alijados do processo (EMBRAPA, 2014a).

4. Comparação entre as Revoluções Verdes

Os três países passaram por processos de modernização agrícola algo semelhantes em diferentes momentos e com contextos políticos distintos: um país socialista recentemente instituído (China nos anos 1950); uma nação que havia conquistado sua independência recentemente (Índia nos anos 1960); e um país no auge de uma ditadura militar (Brasil nos anos 1970). E, ainda assim, os governos dos três países tinham preocupações em comum com a soberania nacional e a autossuficiência alimentar, e uma forte determinação para modernizar as zonas rurais e auxiliar no processo de industrialização. Liderada pelo Estado, a ciência foi fundamental para tais objetivos, permitin-

do uma ruptura com as práticas tradicionais, muitas vezes consideradas retrógradas, embora na China a Revolução Cultural tenha estabelecido um forte elo entre a ciência e a sabedoria popular camponesa (SAHA; SCHMALZER, 2016). As variedades modernas de trigo anão, arroz híbrido e soja tropicalizada abriram o caminho para novas e modernas práticas a serem adotadas por agricultores conhecedores da tecnologia, inovadores e especializados.

Mas o alcance da RV foi além da tecnologia agrícola. Tratava-se de reivindicar a soberania nacional na Índia pós-colonial e na nova República Popular da China. Tratava-se de legitimar o Estado e alcançar todo o território, tanto no apoio militar da Embrapa no Brasil como na busca de autossuficiência da China. Tratava-se de garantir a estabilidade social, como no provimento do governo chinês à população camponesa ou no esforço do governo brasileiro para aliviar a pressão sobre as terras no Sul do país, incentivando os agricultores empreendedores a se aventurarem em um cerrado comparativamente despovoado. Esses imperativos mais amplos deram força política ao esforço tecnocrático e garantiram investimentos sem precedentes em Ciência e Tecnologia agrícola. Os próprios cientistas e as organizações de pesquisa dos três países se destacaram por suas conquistas, e, a partir daqui, narrativas épicas nacionais da RV – retratando façanhas excepcionais e figuras heroicas – começaram a ganhar forma (Tabela 1).

Tabela 1: Comparação entre as Revoluções Verdes

País	China	Índia	Brasil
Epopéia Nacional Período	Agricultura científica 1950 a 1980	Revolução do trigo 1960 a 1970	Revolução tropical 1970 a 1980
Cenário político	Recentemente fundada a RPC	Novo país independente	Ditadura Militar
Imperativos nacionais	Soberania, autossuficiência de grãos, modernização e estabilidade agrícola	Soberania, prevenção da fome, modernização	Modernização do interior do país, industrialização, autossuficiência alimentar
Cultura simbólica da RV	Arroz híbrido	Trigo anão	Soja tropical
Organizações líderes em Ciência e Tecnologia agrícola	Academia Chinesa de Ciências Agrícolas e Universidade Agrícola da China (especialmente após os anos 80)	Conselho Indiano de Pesquisa Agrícola	Embrapa
Personagens heroicos	Yuan Longping, pai do arroz híbrido	M. S. Swaminathan, pai da revolução do trigo indiano	A Embrapa como mentora do milagre do cerrado

Assim, através de quais esforços (seção 4) e por quais motivos (seção 5) as experiências de modernização agrícola dos três países passaram a ser retratadas como esforços épicos?

Como as narrativas épicas são construídas e preservadas

Há dois processos distintos, porém, complementares em jogo. Um é a constituição da narrativa épica através de símbolos, celebração de heróis e construção de uma herança ou identidade enraizada na história, que sela o momento épico como distante, acabado e hierarquicamente superior (BAKH-TIN, 1981); a epopeia da RV épica precisa ser vista como concluída para que possa ser celebrada (PATEL, 2013b). O outro processo é a incorporação do épico em narrativas do presente, assim como em imaginários sobre o futuro. Esse segundo processo é perceptível na adoção da agenda da sustentabilidade pelo *establishment* da Ciência e Tecnologia agrícola. Sem desmerecer a epopeia da RV e seu legado, a nova proposta é que intensificação produtiva seja desenvolvida de forma sustentável. As reivindicações por revoluções verdes “sempre verdes”, “segundas” ou “duplas” sugerem não apenas que uma nova epopeia é necessária, mas também que os fundamentos da primeira permanecem válidos.

1. Narração épica através de símbolos, heróis e criação de heranças

Em 1968, o governo da Índia emitiu um selo postal especial com o título “revolução do trigo”. Mesmo antes que William Gaud tivesse cunhado o termo “revolução verde”, o selo “revolução do trigo” foi lançado para comemorar o momento histórico do “salto quântico” na produção do trigo e para “trazer tais conquistas ao conhecimento do público” (SWAMINATHAN, 2010, p. 456).¹⁷ O selo retratava três galhos de trigo ao lado de um gráfico de barras comparando o rendimento do trigo entre 1951 e 1968, com a biblioteca do Instituto Indiano de Pesquisa Agrícola (IARI, sigla em inglês) em segundo plano. Nas palavras de Swaminathan (2013, p. 183), o selo simbolizava o “papel da ciência na transformação do potencial de rendimento do trigo”.

A epopeia indiana da RV foi divulgada ao público através de representações coloridas de vários desses selos ao longo dos anos, contribuindo para manter viva a memória da RV. Esses selos destacavam diferentes aspectos da

¹⁷ Depois que Gaud popularizou o termo “RV” para a transformação geral da agricultura, o termo “revolução do trigo” tornou-se menos conhecido na Índia.

RV, tais como a produção doméstica de fertilizantes, irrigação através de barragens, máquinas agrícolas como tratores, instalações de armazenamento e a declaração da Índia de autossuficiência em grãos alimentícios. Além dos selos, outros meios através dos quais a epopeia da RV é divulgada ao público incluem a exibição da história da RV em museus agrícolas, ambientes urbanos com o nome de cientistas que se tornaram celebridades, maquetes de instituições científicas que lideraram a RV, e canções transmitidas em televisão nacional. Em todas essas diferentes formas de comunicar a epopeia ao público, a narrativa do ganho de rendimento e a vitória da Ciência e Tecnologia sobre a catástrofe malthusiana permanecem presentes.

Na China, durante a Revolução Cultural, cartazes de propaganda documentaram – com poderoso efeito visual – como a tecnologia havia se tornado um instrumento de luta camponesa e de modernização no campo (FU; YAN, 2017). E, durante o período de reforma orientada ao mercado, narrativas sobre a importância da Ciência e Tecnologia, bem como o prestigioso papel dos cientistas na sociedade, foram amplamente divulgados nos canais de mídia para moldar a mentalidade da burocracia e do público (ZHONG, 1997).

A aclamação dos heróis das transformações agrícolas lideradas pela ciência é outro elemento presente no processo de criação épica. Ao lado de Borlaug, o pai global da RV, outras figuras “paternas” surgiram em todo o Sul global, incluindo Swaminathan na Índia e Yuan Longping na China (RAO, 2015; SCHMALZER, 2016). Em seu 90º aniversário, M.S. Swaminathan foi elogiado como uma ‘lenda viva’:

Muitas safras se passaram de agora até as duas primeiras décadas da independência, quando o Swaminathan fez suas contribuições científicas espetaculares, tanto dentro quanto fora do campo, que levaram à transformação do país de um ‘cesto’ à conquista da autossuficiência de grãos alimentícios (DAMODARAN, 2015).

A recente morte de Yuan Longping também foi recebida com luto popular e inúmeras homenagens em toda a China, onde ele é reconhecido como um cientista famoso, respeitado pela comunidade científica e bem conhecido do público em geral (CABRAL; XU, 2021).

No âmbito mundial, o Prêmio Mundial de Alimentação (prêmio semelhante ao Nobel e idealizado por Borlaug para feitos no campo da alimentação e agricultura) tem sido um canal para aclamação de heróis (tipicamente masculinos) e reprodução de uma visão de mundo malthusiana. Swaminathan recebeu o primeiro Prêmio Mundial de Alimentação em 1987 e foi reconhecido como um líder mundial da RV. Os cientistas da Embrapa, Edson Lo-

bato e Alysson Paolinelli, juntamente com o cientista americano Colin McClung, receberam o prêmio em 2006 por suas participações na “transformação do cerrado – uma região de vastas e outrora inférteis planícies tropicais que se estendem por todo o Brasil – em terras de cultivo altamente produtivas”.¹⁸ Yuan Longping foi laureado em 2014 e foi retratado como o pai do milagre do arroz híbrido da China.¹⁹

O malthusianismo está enraizado na celebração de feitos heroicos da ciência agrícola. Em seu discurso de aceitação do Prêmio Mundial de Alimentação, M.S. Swaminathan afirmou:

Não temos tempo para relaxar em relação à produção de alimentos, como meu bom amigo Dr. Norman Borlaug costuma nos lembrar. É verdade que as reservas globais de grãos de alimentos, leite em pó e manteiga estão crescendo diariamente. Mas simultaneamente, o número de crianças, mulheres e homens que vão dormir com fome também está aumentando. Porque todos os nossos recursos intelectuais, tecnológicos, financeiros e espirituais não conseguiram encontrar uma solução para esta ironia milenar. [...] Na maioria dos países em desenvolvimento, um crescimento vertical da produtividade e uma maior intensidade de cultivo são os dois principais caminhos pelos quais os alimentos complementares necessários terão de ser produzidos (SWAMINATHAN, 1987, p. 1-3).

Os heróis da ciência agrícola também têm sido homenageados na esfera nacional, como já foi observado. Na China, Longping e outros cientistas como Yan Longan, Zhang Xiancheng e Li Bihu receberam o Prêmio de Intervenção de Primeira Classe em 1981 por seu trabalho sobre o arroz híbrido, embora as notícias e relatórios tenham dado mais destaque a Yuan. Ele também recebeu a Medalha Republicana em 2019, a maior honra da China, e é amplamente considerado um dos mais notáveis cientistas que já serviu ao Estado chinês. Além de heróis individuais, as organizações científicas também são elogiadas. A epopeia da agricultura chinesa inclui organizações icônicas, sendo a CAAS (estabelecida em 1957) a mais proeminente.²⁰ Para a construção de uma identidade científica, a CAAS instituiu a cultura da pesquisa representada pelo “Qiyang Station Spirit”²¹ e pelo “China Cotton Ins-

¹⁸ Cf. The World Food Prize. Disponível em: <https://www.worldfoodprize.org/en/laureates/20002009_laureates/2006_lobato_mcclung_paolinelli/>.

¹⁹ Cf. The World Food Prize. Disponível em: <https://www.worldfoodprize.org/en/laureates/20002009_laureates/2004_jones_and_yuan/>.

²⁰ A CAAS tem 34 institutos de pesquisa diretamente afiliados e mais de 10.000 funcionários.

²¹ A Estação de Qiyang é a estação experimental da CAAS que realiza a gestão de solo e água e a demonstração agrícola na área de solo vermelho de Qiyang, Hunan. A Estação Espírito de Qiyang representa a dedicação dos técnicos agrícolas.

titute Spirit”,²² que enfatizam valores de dedicação e sacrifício em prol dos interesses da nação.

No Brasil, a Embrapa é indiscutivelmente a heroína da RV com um lugar de destaque na história da agricultura moderna do Brasil (ALBUQUERQUE; SILVA, 2008) e é aclamada mundialmente por suas conquistas (BORLAUG, 2007; The ECONOMIST, 2010; BANCO MUNDIAL, 2009). Ao comemorar seu 40º aniversário, em 2013, uma iniciativa denominada Memória Embrapa homenageou sua história e as contribuições de seus ilustres cientistas, entre elas a consolidação da agricultura no cerrado, a tropicalização dos grãos, a inserção do Brasil na linha de frente da ciência agrícola tropical e a alimentação do mundo – “o que a Embrapa semeia, o mundo colhe” (EMBRAPA, 2014b).

A herança científica celebrada pela Memória Embrapa está estreitamente ligada à intensificação da produção e a uma visão do agricultor como um beneficiário das tecnologias desenvolvidas por especialistas. Esta memória oficializada simplifica uma história complexa, purificando-a de falhas e contestações, e ignora a experimentação com múltiplas abordagens de pesquisa científica e inovação tecnológica que não se encaixam nos padrões científicos convencionais, incluindo diferentes formas de interação com os agricultores, observadas em pesquisas-ação sobre inovação social e no trabalho com comunidades indígenas (BUSTAMANTE *et al.*, 2017; SIMONI EIDT; UDRY, 2019). A Memória Embrapa pode ser considerada como um exercício de *branding* que enraíza a organização em uma história épica e, assim, cria um senso de herança científica compartilhada a ser nutrida e levada adiante pelas gerações mais jovens de cientistas (CABRAL, 2020).

2. Proteção da narrativa épica

Apesar das narrativas épicas da RV representarem a celebração de um passado ‘isolado’, isso não significa que o governo que as utiliza não tenha se adaptado aos novos tempos – como observa Patel (2013b, p. 4), “[...] que a Revolução Verde tem sido longa não significa que ela tenha permanecido constante”. O segundo processo de criação de narrativas que desejamos destacar aqui é a inserção do épico nas narrativas do presente. Isso pode ser visto em afirmações sobre: (1) o quão verde foi a RV e (2) como as instituições científi-

²² O China Cotton Institute está localizado em Anyang, Henan. A geração mais antiga de cientistas desistiu de condições de vida confortáveis para viver em um ambiente hostil em nome da pesquisa científica.

cas que a decretaram podem liderar a busca de revoluções científicas mais verdes e mais sustentáveis.

O esforço para “esverdear” a RV para preservar o passado épico é perceptível na literatura. Por exemplo, afirma-se que os ganhos de produtividade proporcionados pela RV pouparam milhões de hectares de área do desmatamento (STEVENSON *et al.*, 2013; SWAMINATHAN, 2010) e que a possibilidade de produzir mais em menos área permitiu a diversificação agrícola e o uso não agrícola da terra (LI *et al.*, 2009). Pingali (2012, p. 12.304) afirma que “[...] a intensificação impulsionada pela RV evitou que novas áreas fossem convertidas para a agricultura, uma fonte conhecida de emissões de gases de efeito estufa e vetor da mudança climática, e permitiu a liberação de áreas remotas de produção agrícola para o fornecimento de serviços ambientais alternativos, tais como a regeneração da cobertura florestal”. Embora reconheça os custos ambientais do uso intensivo de pesticidas e irrigação, ele argumenta que os danos ambientais não foram causados pela tecnologia da RV em si, mas pelo “ambiente político que promoveu o uso imprudente e exagerado de insumos bem como a expansão do cultivo em áreas que não podiam sustentar altos níveis de intensificação” (PINGALI, 2012, p. 12.304).

Entretanto, as instituições científicas que adotaram a epopeia da RV abraçaram a agenda de sustentabilidade ambiental integrada nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (NAÇÕES UNIDAS, 2015) e estão agora apresentando soluções ‘verdes’ para a agricultura, compreendendo diferentes tipos da chamada “agricultura climática inteligente” e suas interpretações (altamente contestadas) sobre a ‘agroecologia’ (BERGIUS; BUSETH, 2019; GIRALDO; ROSSET, 2016; HOLT-GIMÉNEZ; ALTIERI, 2013). Mas, apesar da narrativa da RV ter se tornado, na aparência, mais verde, o mesmo *ethos* centrado no poder heroico da ciência para guiar os agricultores e alimentar o mundo tem sido levado adiante. Porém, os ODS são utilizados de forma parcial – a reformulação da narrativa está alinhada com as metas dos ODS em torno do aumento da produtividade e produção para acabar com a fome e a insegurança alimentar, porém negligencia as metas relacionadas à agrobiodiversidade, reconhecimento, inclusão e distribuição, que são relevantes do ponto de vista da “sustentabilidade equitativa” (LEACH *et al.*, 2018).

Em todos os três países, processos similares de tornar a epopeia da RV mais verde e de apropriar a agenda da sustentabilidade são perceptíveis. Na Índia, desde seu momento mais alto em 1968, a narrativa épica de “uma revolução liderada pela ciência” (RAO, 2015, p. 26) tem sido repetidamente ensaiada para legitimar intervenções lideradas pela ciência na agricultura (PANDEY,

2016). A epopeia da RV é apresentada como um momento da história que continua a cumprir sua promessa, garantindo a autossuficiência alimentar para uma população crescente (SWAMINATHAN, 2013).

Como resultado, sucessivos apelos por uma ‘segunda’ RV fazem com que o poder legitimador da epopeia da RV justifique suas estratégias políticas atuais e futuras. Por exemplo, em 2006, enquanto se dirigia ao 93º Congresso Científico indiano, o Primeiro-Ministro Singh lembrou a glória da RV passada e estimulou os cientistas a trabalhar para uma ‘segunda’ RV (SINGH, 2006). Da mesma forma, apesar das diferenças ideológicas, o Primeiro-Ministro Modi pediu repetidamente uma ‘segunda’ RV na agricultura para os estados orientais da Índia (DEOGHARIA, 2015). A prática de acrescentar prefixos à RV é novamente perceptível na promoção de culturas geneticamente modificadas – ao exigir uma revolução ‘genética’, corporações multinacionais, políticos e cientistas insistem na confiança do público na RV passada para obter apoio para tal tecnologia (VISVANATHAN, 2003).

Além disso, a mudança para a sustentabilidade na ciência agrícola da Índia é bem representada pela M.S. Swaminathan Research Foundation (MS-SRF), criada em 1988 com fundos do Prêmio Mundial de Alimentação. Ela foi criada para transformar a missão da RV em uma ‘Revolução Sempre Verde’ (SWAMINATHAN, 2006), colocando “ciência e tecnologia a serviço da sociedade” (RAO, 2015, p. 36). Através de um processo tão simples quanto acrescentar um prefixo, a narração épica serviu como uma ferramenta para justificar um paradigma dominante de Ciência e Tecnologia agrícola que perdura, mas se ajusta às preocupações atuais. A MSSRF defende uma mudança de foco da produtividade para “produtividade perpétua” (isto é, sem comprometer o meio ambiente e garantindo a produtividade no futuro), da segurança alimentar para a segurança nutricional, e da agricultura centrada na cultura para a agricultura centrada nos recursos naturais (KESAVAN; SWAMINATHAN, 2008). Embora essa visão de desenvolvimento agrícola sustentável contraste com a RV original, ela desempenha a mesma confiança na ciência como motor de uma grande transformação da sociedade, e o mesmo foco na produtividade como a principal métrica do sucesso.

No Brasil, a aproximação à agenda da sustentabilidade por parte das principais organizações de Ciência e Tecnologia seguiu uma intensa crítica, que surgiu na década de 1980 e se generalizou na década de 1990, destacando a destruição ambiental, bem como as desigualdades criadas pela primeira RV. Tais preocupações foram manifestadas ao longo dos anos por movimentos de agricultura alternativa, agrários, ambientalistas e agroecologistas (Federação Brasileira das Associações de Engenheiros Agrônomos – FAEAB e Associa-

ção de Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro – AERJ, 1984; SHIVA, 1991; WOLFORD, 2005). O fim da ditadura militar em 1985 permitiu um nível sem precedentes de mobilização social para a justiça fundiária e laboral, e para uma transformação social e política mais ampla na agricultura (GRZYBOWSKI, 1990), que se consolidaria ao longo dos anos e eventualmente daria lugar a políticas públicas (GRISA; SCHNEIDER, 2015; SCHMITT *et al.*, 2016). A Embrapa incorporou algumas das suas preocupações ao ampliar de forma gradual a sua população-alvo e, mais tarde, ao criar um programa de pesquisa dirigido aos agricultores familiares. O termo ‘sustentabilidade’ foi, por fim, incluído na sua declaração de missão e visão para o futuro, Visão 2030, cujo foco é a intensificação sustentável (EMBRAPA, 2018).

O pacote de novas tecnologias de intensificação sustentável inclui (por exemplo) sistemas de integração cultura-pecuária-florestal (ILPF). Com base em inovações tecnológicas anteriores sobre forragens, fixação biológica de nitrogênio, melhoria do solo e plantio direto, a ILPF alterna culturas, pecuária e árvores na mesma unidade agrícola (geralmente soja ou milho, gado bovino e eucaliptos). Ao explorar sinergias entre sistemas individuais, esta tecnologia promete aumentar a eficiência, rentabilidade e competitividade, enquanto reduz riscos e contribui para o sequestro de carbono. A ILPF também visa recuperar pastagens degradadas, o que se tornou um problema generalizado no cerrado, onde 80% dos pastos apresentam algum grau de degradação (CORDEIRO *et al.*, 2015) – um legado da RV. Criticada por manter uma abordagem difusionista de cima para baixo na inovação, devido a seu viés para grandes fazendas (que podem arcar com os custos da tecnologia), e por não tomar em consideração a biodiversidade local (usando eucaliptos em vez de árvores nativas), a tecnologia ILPF é ilustrativa das mais recentes soluções para os agricultores, mantendo a abordagem de pacotes fechados centrados na produtividade e rentabilidade, mas que agora estão sendo apresentadas em torno de uma forte narrativa de sustentabilidade.

Na China, as preocupações com a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade vieram à tona a partir dos anos 90, com foco na contribuição das variedades modernas. O Plano Decenal de Ciência e Tecnologia (1991-2000) chamou a atenção para a proteção ambiental e o uso racional dos recursos naturais (Comissão Nacional de Ciência e Tecnologia 1991). Essa foi a primeira vez que tais preocupações foram associadas à Ciência e Tecnologia agrícola. Dessa forma, o governo chinês alinhou-se às tendências globais – um passo fundamental para estabelecer sua imagem como uma potência moderna e responsável em nível mundial. Desde a virada do século, a agricultura científica da China tem enfatizado a biotecnologia e a tecnologia da informação

para otimizar a alocação de recursos e promover o desenvolvimento industrial. No período 2000-2010, o discurso político uniu inovação tecnológica e sustentabilidade, ao mesmo tempo em que vinculava o desenvolvimento industrial com a renovação e a ecologização das áreas rurais. O décimo segundo Plano Quinquenal (2011-2015) incorpora essas preocupações e apresenta a indústria biológica como estratégica (CHEN, 2015), com a expectativa de que as empresas privadas desempenhem um papel central na agricultura científica. Com os últimos avanços em biotecnologia, a agricultura científica era agora vista como verdadeiramente sustentável e capaz de proporcionar ‘desenvolvimento científico’ (CHEN, 2015). Nas palavras de um cientista da Universidade Agrícola da China,

Como a tecnologia de sensoriamento remoto e a tecnologia genética são amplamente utilizadas na agricultura, a reciclagem de recursos e o desenvolvimento ambiental sustentável tornar-se-ão caminhos importantes a serem seguidos no futuro desenvolvimento agrícola, e a RV será ‘realmente verde’.²³

A qualidade, higiene e segurança dos alimentos têm sido enfatizadas recentemente, refletindo a consciência dos consumidores bem como a preocupação generalizada com o arroz geneticamente modificado e com os alimentos contaminados que têm sido objeto de atenção por parte de pesquisadores, organizações não governamentais (ONGs) e do público em geral. Em resposta, o governo anunciou que a melhoria da qualidade dos alimentos e o ‘desenvolvimento verde’ são os novos principais motores da agricultura da China (MNW, 2018). A agricultura científica não é mais apenas uma questão de rendimento, mas também de sustentabilidade e segurança alimentar.

De modo geral, há dois processos simultâneos na criação de epopeias: um glorifica o passado através de símbolos, heróis e construção de heranças; o outro reformula a narrativa sobre a modernização agrícola, seja afirmando que a primeira RV foi benéfica ao meio ambiente, seja apresentando a inovação científica e tecnológica para a agricultura como a fonte de novas epopeias mais verdes. A essência que permanece inalterada é a firme crença no poder heroico da ciência para evitar uma catástrofe malthusiana, e a prevalência da produtividade e da rentabilidade como métricas de sucesso. Os aspectos ambientais são incorporados porque garantem a produtividade no futuro e proporcionam, como disse Swaminathan (2006), ‘produtividade com perpetuidade’.

²³ Entrevista com pesquisador da Universidade Agrícola da China (Pequim, 20 de janeiro de 2019).

Por que as narrativas épicas são utilizadas

Vários fatores explicam a utilização de narrativas épicas, com algumas variações entre os três países. São elas: o esforço de autopreservação através da liderança das organizações de Ciência e Tecnologia cuja história está ligada à RV (especialmente no Brasil e na Índia); os esforços dos Estados e das corporações de Ciência e Tecnologia para conquistar a confiança do público na tecnologia (Índia e China); e a construção de uma identidade científica nacional que permita a esses países do Sul se consolidarem internacionalmente (Brasil e China).

No Brasil e na Índia, a narração épica da RV é um ato discursivo de líderes do sistema de Ciência e Tecnologia agrícola, cuja história e identidade estão intimamente ligadas à RV. Essa narração demonstra um esforço para preservar sua credibilidade e posição no sistema, face ao acúmulo de evidências questionando os resultados da RV e destacando seus impactos sociais e ambientais negativos (AGGARWAL, 1973; BARDHAN, 1970; BYRES, 1981; FARMER, 1977; HARRISS-WHITE; HARRISS, 2007; LIPTON; LONGHURST, 1989; PIMENTEL; PIMENTEL, 1990; PRAHLADACHAR, 1983). Ela é também uma reação à crítica cada vez mais articulada e enérgica à intensificação produtiva por parte de organizações da sociedade civil que se desenvolveu desde meados dos anos 80 e início dos anos 90 (PETERSEN *et al.*, 2013; SHIVA, 1991), inclusive dentro das ciências agrícolas (FAEAB; AERJ, 1984).

No Brasil, diante da crescente conscientização sobre as tensões e desigualdades ambientais nas áreas rurais, a Embrapa investiu na comunicação com o público em geral (não apenas com os agricultores) para criar uma “mentalidade positiva em favor da ciência”²⁴ mais ampla. Estabeleceu vínculos diretos com a mídia, levando à criação de um programa de televisão (Globo Rural) que se tornaria um canal-chave para mostrar os sucessos da Embrapa, e que fortaleceu o poder político da organização e garantiu um fluxo estável de financiamento público (MENGEL, 2015). Desde os anos 2000, a posição da Embrapa em Ciência e Tecnologia foi desafiada pelos avanços das corporações multinacionais agroquímicas e de sementes. Tendo estado na vanguarda da pesquisa de soja durante décadas, a Embrapa acabou sendo ultrapassada pela Monsanto, que atualmente domina o mercado de soja transgênica (BONACELLI *et al.*, 2015; CRESTANA; MORI, 2015).

Neste contexto desafiador, a elaboração de uma narrativa épica ilustra o esforço para afirmar e proteger o legado da organização (CABRAL, 2020).

²⁴ Entrevista com o ex-presidente da Embrapa (Brasília, 6 de fevereiro de 2019).

Esta valorização da identidade da Embrapa, enraizando-a em uma história de sucesso, assegura a continuidade da organização ao inspirar novas gerações de cientistas, “desvinculados do passado quase épico que constituiu a empresa” (NAVARRO; ALVES, 2014, p. 8), e que podem levar o legado adiante.²⁵ Também constrói um “patrimônio histórico como a maior empresa de pesquisa tropical do mundo”, o que ajuda a projetar a organização internacionalmente e a colocá-la na linha de frente da ciência agrícola mundial. A preservação da relevância da Embrapa, tanto internamente quanto no exterior, é, portanto, assegurada pela afirmação de suas credenciais sobre “tecnologia agrícola sustentável para os trópicos”. No entanto, enquanto vislumbra este futuro, a Embrapa continua a usar o milagre do cerrado do passado como testemunho dos seus feitos épicos que garantem sua credibilidade em um ambiente cada vez mais competitivo. A legitimidade da Embrapa para justificar sua posição atual e projetar o futuro é, portanto, invocada através de uma representação glorificadora do seu passado.

Na Índia, a variedade de maneiras pelas quais a epopeia é inserida em uma narrativa demonstra sua capacidade de influenciar a política de conhecimento e as relações de poder. Como resultado, ela é utilizada por diferentes atores para legitimar seus interesses e justificar suas ações. Para os cientistas agrícolas, tal como no Brasil, isso também tem feito parte de um esforço para manter um ambiente favorável à Ciência e Tecnologia agrícola, criando uma aliança com o governo, agências de financiamento e agricultores. Quando questionado sobre o papel das instituições agrícolas na garantia da segurança alimentar nacional, um cientista da Universidade Agrícola de Punjab corroborou nossa análise dizendo que “as instituições produziram a RV e posteriormente a RV viabilizou as instituições”.²⁶ Isso significa que a estrutura institucional que criou espaço para a RV num primeiro momento é agora reforçada pela narrativa épica, que posiciona a Ciência e Tecnologia e os cientistas em seu cerne. A narrativa épica, e sua reprodução em vários níveis, funciona para assegurar a confiança do público nas instituições agrícolas e nos cientistas.

Na China, a consagração da agricultura científica ajudou a consolidar uma narrativa de excepcionalismo não ocidental na trajetória de modernização do país. A agricultura científica “com características chinesas” conecta o avanço científico (alinhado com as tendências globais) com o imperativo do-

²⁵ Entrevista com membro da Diretoria de Comunicações da Embrapa (Brasília, 12 de setembro de 2019) e pesquisador da Embrapa (Aracaju, 7 de novembro de 2019).

²⁶ Entrevista com cientista da Universidade Agrícola de Punjab (Ludiana, 11 de fevereiro de 2019).

méstico de provisão estatal para o bem-estar coletivo. A conexão direta entre cientistas e camponeses, impulsionada pelo Estado durante a Revolução Cultural, definiu a “epistemologia radical” da Revolução Verde da China, que combina sabedoria camponesa, ideologia partidária e tecnologia moderna (SAHA e SCHMALZER, 2016, p. 166).²⁷

No entanto, com o advento da biotecnologia, esta conexão tem sido posta em causa. Devido à sua complexidade, a biotecnologia tem fortalecido as relações hierárquicas entre cientistas e técnicos de base, contribuindo para a “ascensão dos cientistas como guardiães de conhecimentos cada vez mais especializados” (CHEN, 2015, p. 226). Ela também trouxe para o sistema novos atores privados e preocupações com a qualidade e segurança dos alimentos em uma sociedade mais voltada para o mercado, onde os alimentos falsificados e contaminados se tornaram um problema generalizado. Neste cenário, restabelecer o vínculo entre o Estado e o bem-estar coletivo é parte de um processo de construção da nação onde o Estado presta atenção não apenas a seus produtores rurais, mas também conquista a confiança de consumidores cada vez mais exigentes. A agricultura científica estatal com motivações de desenvolvimento reafirma este elo e o contrato social entre o Estado e o povo à medida que a modernização avança e a produção científica se torna cada vez mais um híbrido de esforços privados e públicos.

Conclusão

A RV mantém-se uma poderosa referência histórica na Ciência e Tecnologia agrícola. Relatos sobre a determinação dos Estados e a dedicação dos cientistas, que levaram a aumentos sem precedentes nos rendimentos e na produção agrícola que evitaram a fome, continuam a inspirar, e os anúncios de novas RVs têm sido recorrentes. Este artigo analisou os contextos históricos das RVs no Brasil, na China e na Índia, e como os Estados e atores de Ciência e Tecnologia construíram narrativas sobre transformações agrícolas de proporções épicas lideradas pela ciência. Tais narrativas retratam metas ambiciosas, avanços científicos sem precedentes e indivíduos e organizações heroicas.

Entendemos que as narrativas sobre as realizações científicas e tecnológicas passadas têm tido uma influência significativa na produção de uma história nacional e uma identidade científica que conferem legitimidade e empo-

²⁷ A conexão entre camponeses e tecnocracia não era algo totalmente novo, mas pode ser encontrada no final do período imperial e no uso da ciência agrônoma pelo Estado como uma ferramenta de afirmação da regra legítima (BRAY, 2008).

deram esses países e suas instituições científicas e tecnológicas como líderes da modernização agrícola do século 21 no Sul global. Desvendar essas complexas narrativas épicas e as culturas e identidades científicas subjacentes ajudam a interpretar como os atores de Ciência e Tecnologia desses países recorrem a suas interpretações subjetivas sobre o passado para sustentar suas posições no atual setor.

Este capítulo se concentrou nos processos de elaboração de narrativas dentro dos três países e esclareceu como as histórias nacionais, as organizações, os indivíduos e as ideias sobre modernização e desenvolvimento foram combinados para produzir significados e empoderar atores nos sistemas de Ciência e Tecnologia nacionais. As narrativas épicas – sobre o estabelecimento da agricultura científica na China, sobre a revolução do trigo na Índia e sobre a revolução tropical no cerrado – ajudam na construção e consolidação de uma identidade científica nacional que salvaguarda o papel das principais organizações de Ciência e Tecnologia e a cultura científica que elas endossam.

Nossa análise aponta para dois mecanismos de fabricação de narrativas épicas: a afirmação da epopeia através de símbolos, aclamação de heróis e formação de heranças; e a incorporação de elementos épicos (e das credenciais de seus heróis) em narrativas do presente e chamamentos a novas e mais verdes revoluções. Como sugere Patel (2013b), a RV é contínua, mas não é constante. Mas, embora os contornos dessas narrativas tenham evoluído com o passar do tempo, elas preservaram sua essência epistemológica, que privilegia a ciência moderna sobre o conhecimento experimental e local, e prioriza medidas de produtividade sobre outras dimensões sociais e ecológicas da agricultura.

Estas narrativas também protegeram suas raízes históricas, que conferem legitimidade e credibilidade aos atores que as empregam. Assim, embora a Embrapa não mais defenda um pacote tecnológico como o divulgado nos anos 1970, sua autoridade – inclusive na criação de soluções sustentáveis para a agricultura tropical futuramente – está firmemente ligada àquela incorporação ‘bem-sucedida’ do cerrado no passado, independentemente de seu impacto negativo sobre os solos, sobre a distribuição de terras, sobre os recursos hídricos e sobre a biodiversidade. Na Índia, a noção de produtividade com perpetuidade significa a continuidade da busca de rendimentos, no entanto, inclui preocupações quanto à sustentabilidade. E, enquanto a agricultura científica chinesa está enraizada no passado do país (e o casamento da ciência de ponta com a prática popular), não se trata mais de massificação moderna de insumos patrocinada pelo Estado, mas de parcerias entre o Estado e as empresas com o objetivo de intensificar a sustentabilidade.

Ao destacar a natureza discursiva e política da RV, este artigo reforça uma crítica de longa data sobre agendas hegemônicas de modernização agrícola no desenvolvimento internacional que consideram as RVs (passado e presente) como iniciativas apolíticas e tecnocráticas, embora dissimulem os interesses ocultos que essas iniciativas buscam servir (LUNA; DOWD-URIBE, 2020; MOSELEY *et al.*, 2015; PATEL, 2013b). O conjunto de narrativas da RV, no tocante ao sucesso científico centrado na produtividade, é um projeto profundamente político, que diz respeito à construção do Estado, à preservação institucional e à afirmação de certas ideias e imaginários sobre o avanço científico que estão alinhados com o projeto de modernização agrícola hegemônica e os interesses de seus atores dominantes. Embora tal visão esteja bem consolidada no campo de Estudos de Ciência e Tecnologia (STS) (LUNA; DOWD-URIBE, 2020; SAHA; SCHMALZER, 2016; SMITH, 2009; STONE, 2019), assim como no campo da História e Sociologia da Ciência (HARWOOD, 2013; PERKINS, 1990; SHIVA, 1992), ela é frequentemente negligenciada nas Ciências Agrícolas e nos Estudos para o Desenvolvimento, onde os registros históricos da RV têm sido frequentemente parciais e centrados em soluções técnicas (HARWOOD, 2018).

O desenvolvimento internacional continua a se alimentar de histórias de sucesso pouco estruturadas e receitas de transferência linear de soluções (BLAUSTEIN, 2008; TOENNIESSEN *et al.*, 2008; BANCO MUNDIAL, 2009). Avançar para histórias mais plurais e políticas de Ciência e Tecnologia agrícola em desenvolvimento demanda um trabalho de levantamento de experiências e percursos históricos alternativos e dar voz a um conjunto mais diversificado de atores (IPES-Food, 2016). A agroecologia tem avançado na crítica à RV ao valorizar a produção de conhecimento e inovação na agricultura a partir da base, socialmente inserida e ecologicamente íntegra. No entanto, há um vazio a ser preenchido no que diz respeito à compilação de outras histórias agrícolas que possam dar luz a outros feitos, marcos históricos e heróis esquecidos, incluindo as contribuições das mulheres que são frequentemente invisíveis em epopeias centradas em figuras masculinas.

Embora se encontrem semelhanças entre a narrativa épica internacional da RV associada a heróis americanos e organizações filantrópicas (SUMBERG *et al.*, 2012; WRIGHT, 2012) e as narrativas épicas dos três países aqui estudados, este artigo não explorou especificamente de que modo as narrativas domésticas e internacionais confluem (e por que razão algumas características dessas narrativas permanecem as mesmas e outras são diferentes) ou quais as variações em cada um dos três países. Embora a grande influência dos EUA tenha sido discutida na literatura (NEHRING, 2016; SAHA; SCHMALZER,

2016), existe uma necessidade de análise comparativa da inter-relação entre a política do conhecimento nacional e mundial na construção de histórias de ciência agrícola e narrativas de sucesso na atual geopolítica, especialmente à medida que os três países conquistam seus espaços, em nível internacional, como de referências de conhecimento científico-tecnológico no âmbito da modernização e do desenvolvimento agrícola.

Embora se afirme a qualidade e relevância da perícia e tecnologia ‘do Sul’ para a agricultura de outros países em desenvolvimento (CABRAL, 2016; CHERU; MODI, 2013; SCOONES *et al.*, 2016), a cooperação científica Sul-Sul tem estabelecido conexões com atores globais de Ciência e Tecnologia, como na colaboração entre a CAAS e centros do Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR) – como entre o Centro Internacional de Melhoramento de Milho e Trigo (CIMMYT) e o Instituto Internacional de Pesquisa de Arroz (IRRI) (CAAS, 2016). A maneira como as narrativas épicas nacionais e argumentos sobre o excepcionalismo do Brasil, da China e da Índia se conjugam com as narrativas e declarações dos atores globais de Ciência e Tecnologia – cujas próprias histórias estão associadas à epopeia global da RV – é digna de investigação. Isso ampliaria a perspectiva temporal sobre a ‘longa duração’ da RV (PATEL, 2013b) em uma análise sobre a (des)continuidade das epopeias atuais da Revolução Verde em contextos nacionais e internacionais.

Referências

- ABROL, Dinesh. American involvement in Indian agricultural research. *Social Scientist*, v. 11, n. 10, p. 8-26, 1983. <https://doi.org/10.2307/3517040>.
- AGGARWAL, Partap. *The Green Revolution and rural labour – A study in Ludhiana*. New Delhi: Shri Ram Centre for Industrial Relations and Human Resources, 1973.
- ALBUQUERQUE, Ana Christina S.; SILVA, Aliomar G. da (eds.). Agricultura Tropical: Quatro Décadas de Inovações Tecnológicas, Institucionais e Políticas. *Portal Embrapa*, v. 1, Embrapa Informação Tecnológica, 2008. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/acre/busca-de-publicacoes/-/publicacao/507674/agricultura-tropical-quatro-decadas-de-inovacoes-tecnologicas-institucionais-e-politicas>>. Acesso em: 17 jun. 2021.
- ALTIERI, Miguel A.; TOLEDO, Victor Manuel. The agroecological revolution in Latin America: Rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. *The Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011. <https://doi.org/10.1080/03066150.2011.582947>.
- ALVES, Eliseu. Embrapa: A success story of institutional innovation. In: *Brazilian agriculture: Development and changes*. Brasília: Embrapa Studies and Training, 2010.

ALVES, Eliseu; CONTINI, Elisio; GASQUES, José Garcia. Capítulo 2: Evolução da Produção e Produtividade da Agricultura Brasileira. In: Agricultura tropical: Quatro décadas de inovações tecnológicas, institucionais e políticas. Embrapa Informação Tecnológica. *Portal Embrapa*, v. 1, p. 67-99, 2008. <https://www.embrapa.br/acre/busca-de-publicacoes/-/publicacao/507674/agricultura-tropical-quatro-decadas-de-inovacoes-tecnologicas-institucionais-e-politicas>. Acesso em: 17 jun. 2021.

AMERICAN SOCIETY OF AGRONOMY. 2006 World Food Prize recipients to be recognized at soils congress. *EurekAlert!*, 2006. Disponível em: <http://www.eurekalert.org/pub_releases/2006-06/asoa-2wf062306.php>. Acesso em: 17 jun. 2021.

ANSEEUW, Ward. The rush for land in Africa: Resource grabbing or Green Revolution? *South African Journal of International Affairs*, v. 20, n. 1, p. 159-177, 2013. <https://doi.org/10.1080/10220461.2013.780326>.

PEREIRA, Pedro A. Arraes; MARTHA Junior, Geraldo Bueno; SANTANA, Carlos A.; ALVES, Eliseu. The development of Brazilian agriculture: Future technological challenges and opportunities. In: *Brazilian agriculture: Development and changes*. Brasília: Embrapa Studies and Training, 2012. p. 13-42.

BAJPAI, Anandita. Making the new Indian citizen in times of the Jawan (soldier) and the Kisan (farmer), 1962-1965. *Comparativ*, v. 28, n. 5, p. 97-120, 2018.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *The dialogic imagination: Four essays*. Texas: University of Texas Press, 1981.

BARDHAN, Pranab. "Green Revolution" and agricultural labourers. *Economic and Political Weekly*, v. 5, n. 29/31, p. 1.239-1.246, 1970.

BERGIUS, Mikael; BUSETH, Jill Tove. Towards a green modernization development discourse: the new green revolution in Africa. *Journal of Political Ecology*, v. 26, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.2458/v26i1.22862>.

BLAUSTEIN, Richard J. The Green Revolution arrives in Africa. *BioScience*, v. 58, n. 1, p. 8-14, 2008. <https://doi.org/10.1641/B580103>.

BONACELLI, Maria Beatriz; FUCK, Marcos Paulo; CASTRO, Ana Célia. O sistema de inovação agrícola: Instituições, competências e desafios do contexto Brasileiro. In BUAINAIN, Antônio Márcio; BONACELLI, Maria Beatriz; MENDES, Cássia MENDES (org.). *Propriedade intelectual e inovações na agricultura*. Brasília and Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Estratégias e Desenvolvimento (INCT/PPED), IdeiaD. p. 89-109, 2015.

BORLAUG; Norman. Editorial: Feeding a hungry world. *Science*, v. 318, n. 5.849, p. 359, 2007.

BRÄUTIGAM, Deborah. *Chinese aid and African development: Exporting Green Revolution*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 1998.

BRAY, Francesca. Science, technique, technology: Passages between matter and knowledge in Imperial Chinese agriculture. *The British Journal for the History of Science*, v. 41, n. 3, p. 319-344, 2008. <https://doi.org/10.1017/S0007087408000873>.

BUSTAMANTE; GOULART, Patricia; BARBIERI, Rosa Lia; SANTILLI, Juliana. *Conservação e uso da agrobiodiversidade: relatos de experiências locais*. Brasília: Embrapa, 2017. Disponível em: <<https://www.ciodaterra.com.br/conservacao-e-uso-da-agrobi-odiversidade>>.

BYRES, Terence. The new technology, class formation and class action in the Indian countryside. *The Journal of Peasant Studies*, v. 8, n. 4, p. 405-454, 1981. <https://doi.org/10.1080/03066158108438146>.

CAAS. CAAS advances partnership with CIMMYT and IRRI. *Chinese Academy of Agricultural Sciences*, v. 3, 2016. Disponível em: <http://www.caas.cn/en/newsletter/20161/201603/intl_cooperation_201603/275309.html>.

CABRAL, Lídia. Brazil's tropical solutions for Africa: Tractors, matracas and the politics of "appropriate technology". *The European Journal of Development Research*, v. 28, n. 3, p. 414-430, 2016. <https://doi.org/10.1057/ejdr.2016.13>.

CABRAL, Lídia. Embrapa and the construction of scientific heritage in Brazilian agriculture: Sowing memory. *Development Policy Review*, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/https://doi.org/10.1111/dpr.12531>>.

CABRAL, Lídia; XU, Xiuli. Yuan Longping, the "father of hybrid rice": A people's scientist. *Institute of Development Studies blog*, 2021. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/opinions/yuan-longping-the-father-of-hybrid-rice-a-peoples-scientist/>>.

CHEN, Nancy. Consuming biotechnology: Genetically modified rice in China. In: *Dreamscapes of modernity: Sociotechnical imaginaries and the fabrication of power*, ed. Sheila Jasanoff and Sang-Hyun Kim. Chicago: The University of Chicago Press, 2015. p. 219-232.

CHENG, Shi-hua; CAO, Li-yong; YANG, Shi-hua; ZHAI, Hu-qu. Forty years' development of hybrid rice: China's experience. *Rice Science*, v. 11, n. 5-6, p. 225-230, 2004.

CHERU, Fantu; MODI, Renu. *Agricultural development and food security in Africa: The impact of Chinese, Indian and Brazilian investments*. ed. London: Zed Books, 2013.

CHEN, Zhangliang. Green Revolution in China: Past and future. *China Agricultural University*, 2006; 2015. Disponível em: <https://www.worldfoodprize.org/documents/filelibrary/images/borlaug_dialogue/2006/transcripts/Chen_ppt06_9444AACF05E03.pdf>.

CLEAVER, Jr.; HARRY, M. The contradictions of the Green Revolution. *American Economic Review*, v. 62, n. 2, p. 177, 1972.

CONTINI, Elísio. Exportações na dinâmica do agronegócio brasileiro: Oportunidades econômicas e responsabilidade mundial. In: *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*, 1. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 149-173.

CONWAY, Gordon. *The Doubly Green revolution: Food for all in the 21st century*. Ithaca, New York: Comstock Pub Associates, 1998.

CORDEIRO, Luiz Adriano; VILELA, Lourival; MARCHÃO, Robélio; João KLUTHCOUSKI, João; JÚNIOR, Geraldo. Integração lavoura-pecuária e integração lavoura-pecuária-floresta: Estratégias para intensificação sustentável do uso do solo. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 32, n. 1/2, p. 15-53, 2015.

COTTER, Joseph K. *Troubled harvest: Agronomy and revolution in Mexico, 1880-2002*. Westport, Connecticut: Greenwood Publishing Group. 2003.

CRESTANA, Maria Beatriz; MORI, Claudia. Tecnologias e inovação no agro: Algumas tendências, premências e drivers de mudanças. In: BUAINAIN, Antônio Márcio; BONACELLI, Maria Beatriz; MENDES Cássia (org.). *Propriedade intelectual e inovações na agricultura*. Brasília; Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED, IdeiaD, 2015. p. 59-85.

CULLATHER, Nick. Miracles of modernization: The Green Revolution and the apotheosis of technology. *Diplomatic History*, v. 28, n. 2, p. 227-254, 2004. <https://doi.org/10.1111/j.1467-7709.2004.00407.x>.

DAMODARAN, Harish. A living legend: Swaminathan@90. *The Indian Express* (blog), 2015. Disponível em: <<https://indianexpress.com/article/india/india-others/a-living-legend-swaminathan90/>>.

DAS, Raju J. The Green Revolution and poverty: A theoretical and empirical examination of the relation between technology and society. *Geoforum*, v. 33, n. 1, p. 55-72, 2002. [https://doi.org/10.1016/S0016-7185\(01\)00006-9](https://doi.org/10.1016/S0016-7185(01)00006-9).

DELGADO, Nelson G. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao governo Lula. In: MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina (org.). *Dimensões rurais de políticas brasileiras*. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, 2010.

DEOGHARIA, Jaideep. PM calls for second Green Revolution. *The Times of India*, 2015. Disponível em: <<https://timesofindia.indiatimes.com/india/PM-calls-for-second-Green-Revolution/articleshow/47858305.cms>>.

EHRlich, Paul R. *The population bomb*. River City, Massachusetts: River City Press, 1975.

EMBRAPA. *Memória Embrapa*. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Disponível em: <<https://www.embrapa.br/memoria-embrapa/inicial>>. Acesso em: 4 mar. 2020.

EMBRAPA. Anos 80 – Edson Lobato. *Memória Embrapa*, 2014a. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=8d5gY4aWBp8>>.

EMBRAPA. O que a Embrapa planta, o mundo colhe. *Projeto Embrapa 40 Anos de Histórias*, 2014b. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=RLqSeEXEW0I>>.

EMBRAPA. *Visão 2030: O futuro da agricultura Brasileira*. Brasília: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, 2018.

FAEAB; AERJ. *Anais do II Encontro Brasileiro de agricultura alternativa*. Petrópolis: Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil e Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado do Rio de Janeiro, 1984.

FARMER, Bertram Hughes. *Green Revolution? Technology and change in rice-growing areas of Tamil Nadu and Sri Lanka*. *Palgrave Macmillan*, 1977. Disponível em: <<https://www.palgrave.com/gp/book/9781349049387>>.

FORSYTH, Tim. *Critical political ecology: The politics of environmental science*. London: Routledge, 2003.

FU, Yuzhu; YAN, Cheng. The performances of Chinese peasants' new life in propaganda poster of China 1949-1976. In: *International Conference on Innovations in Economic Management and Social Science 2017*. Hangzhou: Atlantis Press, 2017. Disponível em: <<https://www.atlantis-press.com/proceedings/iemss-17/25873028>>.

GIRALDO, Omar; ROSSET, Peter. *La agroecología en una encrucijada: entre la institucionalidad y los movimientos sociales*, p. 14-37, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308313540_La_agroecologia_en_una_encrucijada_entre_la_institucionalidad_y_los_movimientos_sociales>. Acesso em: 17 jun. 2021.

GOLDMAN, Mara J.; Paul, NADASDY; TURNER, Matthew D. *Knowing nature: Conversations at the intersection of political ecology and science studies*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.

GOPALKRISHNAN, Gita; SWAMINATHAN, Mankombu Sambasivan. *One man's quest for a hunger free world*. Madras: Education Development Center Inc., 2002.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sérgio (orgs.). *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

GRZYBOWSKI, Cândido. Rural workers' movements and democratisation in Brazil. *Journal of Development Studies*, v. 26, n. 4, p. 19-43, 1990. <https://doi.org/10.1080/00220389008422172>.

HAJER, Maarten A. *The politics of environmental discourse*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

HAJER, Maarten A. Coalitions, practices, and meaning in environmental politics: From acid rain to BSE. In: HOWARTH, David; TORFING, Jacob (org.). *Discourse theory in European politics: Identity, policy and governance*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2005. p. 297-315.

HARRISS-WHITE, Barbara; HARRISS, John. *Green Revolution and after: The "North Arcot Papers" and longterm studies of the political economy of rural development in South India*. QEH Working Paper 146. Oxford: Queen Elizabeth House, University of Oxford, 2007.

HARWOOD, Jonathan. Has the Green Revolution been a cumulative learning process? *Third World Quarterly*, v. 34, n. 3, p. 397-404, 2013. <https://doi.org/10.1080/01436597.2013.784599>.

HARWOOD, Jonathan. Another Green Revolution? On the perils of “extracting lessons” from history. *Development* 61, p. 43-53, 2018. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1057/s41301-018-0174-5>.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. Out of AGRA: The Green Revolution returns to Africa. *Development* 51, v. 4, p. 464-471, 2008. <https://doi.org/10.1057/dev.2008.49>.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric; ALTIERI, Miguel A. Agroecology, food sovereignty, and the new Green Revolution. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, p. 90-102, 2013. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.716388>.

HOSONO, Akio; HONGO, Yutaka. *Cerrado agriculture: A model of sustainable and inclusive development*. JICA Research Institute, 2012.

IPES-Food. *The new science of sustainable food systems: Overcoming barriers to food systems reform*. The Global Alliance for the Future of Food and IPES-Food, 2015. Disponível em: <http://www.ipes-food.org/images/Reports/IPES_report01_1505_web_br_pages.pdf>.

IPES-Food. *From uniformity to diversity: A paradigm shift from industrial agriculture to diversified agroecological systems*. International Panel of Experts on Sustainable Food Systems, 2016. Disponível em: <http://www.ipes-food.org/images/Reports/UniformityToDiversity_FullReport.pdf>.

JASANOFF, Sheila. Imagined and invented worlds. In: JASANOFF, Sheila; KIM, Sang-Hyun (org.). *Dreamscapes of modernity: Sociotechnical imaginaries and the fabrication of power*. Chicago; London: The University of Chicago Press, 2015. p. 321-344.

JASANOFF, Sheila; KIM, Sang-Hyun. Containing the atom: Sociotechnical imaginaries and nuclear power in the United States and South Korea. *Minerva*, v. 47, n. 2, p. 119, 2009. <https://doi.org/10.1007/s11024-009-9124-4>.

JESSOP, Bob. Cultural political economy and critical policy studies. *Critical Policy Studies*, v. 3, n. 3-4, p. 336-356, 2010. <https://doi.org/10.1080/19460171003619741>.

JØRGENSEN, Marianne; PHILLIPS, Louise J. *Discourse analysis as theory and method*. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2002.

KESAVAN, P. C.; SWAMINATHAN, Monkombu Sambasivan. Strategies and models for agricultural sustainability in developing Asian countries. *Philosophical Transactions: Biological Sciences*, v. 363, n. 1.492, p. 877-891, 2008.

LADEJINSKY, Wolf. The Green Revolution in Punjab: A field trip. *Economic and Political Weekly*, v. 4, n. 26, p. A73-A82, 1969.

LANG, Tim. *Food wars*. 2nd edition. London: Routledge, 2015.

LEACH, Melissa; REYERS, Belinda; BAI, Xuemei; BRONDIZIO, Eduardo S.; COOK, Christina; DÍAZ, Sandra; ESPINDOLA, Giovana; SCOBIE, Michelle; STAFFORD-SMITH, Mark; SUBRAMANIAN, Suneetha M. Equity and sustainability in the Anthropocene: A social-ecological systems perspective on their intertwined futures. *Global Sustainability*, v. 1, 2018. <https://doi.org/10.1017/sus.2018.12>.

LEACH, Melissa; SCOONES, Ian. *Mobilising citizens*. Social movements and the politics of knowledge. IDS Working Paper 276. Brighton: Institute of Development Studies, 2007. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/publications/mobilising-citizens-social-movements-and-the-politics-of-knowledge/>>.

LI, Jiming; XIN, Yeyun; YUAN, Longping. *Hybrid rice technology development: Ensuring China's food security*. 00918. IFPRI Discussion Paper. Washington DC: International Food Policy Research Institute, 2009.

LIPTON, Michael; LONGHURST, Richard. *New seeds and poor people*. London: Unwin Hyman, 1989.

LUNA, Jessie K.; DOWD-URIBE, Brian. *Knowledge politics and the Bt cotton success narrative in Burkina Faso*, v. 136, n. 105.127, 2020. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2020.105127>.

MCMICHAEL, Philip. A food regime genealogy. *The Journal of Peasant Studies*, v. 36, n. 139-169, 2009. <https://doi.org/10.1080/03066150902820354>.

MENGEL, Aléx. *Modernização da agricultura e pesquisa no Brasil: A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Embrapa*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2015.

MNW. *Press Conference by Minister of Agriculture and Rural Affairs Han Changfu at the National People's Congress and the Chinese Political Consultative Conference*, 2018. Disponível em: <<http://www.mnw.cn/news/china/1953075.html>>.

MORRIS, Michael; BINSWANGER-MKHIZE, Hans P.; BYERLEE, Derek. *Awakening Africa's sleeping giant*. Directions in Development – Agriculture and Rural Development. Washington DC: The World Bank, 2009. Disponível em: <<http://elibrary.worldbank.org/doi/book/10.1596/978-0-8213-7941-7>>.

MOSELEY, William; SCHNURR, Matthew; KERR, Rachel B. Interrogating the technocratic (neoliberal) agenda for agricultural development and hunger alleviation in Africa. *African Geographical Review*, v. 34, n. 1, p. 1-7, 2015. <https://doi.org/10.1080/19376812.2014.1003308>.

NATIONAL SCIENCE AND TECHNOLOGY COMMISSION. *Ten-Year Plan for Science and Technology Development (1991-2000) and Outline of the Eighth Five-Year Plan*, 1991.

NAVARRO, Zander; ALVES, Eliseu. Os novos desafios da Embrapa. *Estadão*, 20 de agosto, 2014. Disponível em: <<http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,os-novos-desafios-da-embrapa-imp-,1546563>>.

NEHRING, Ryan. Yield of dreams: Marching west and the politics of scientific knowledge in the Brazilian Agricultural Research Corporation (Embrapa). *Geoforum*, v. 77, p. 206-217, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2016.11.006>.

- NEPSTAD, Daniel C.; STICKLER, Claudia M. Managing the tropical agriculture revolution. *Journal of Sustainable Forestry*, v. 27, n. 1-2, p. 43-56, 2008. <https://doi.org/10.1080/10549810802225226>.
- OLIVEIRA, Gustavo de L. T. The geopolitics of Brazilian soybeans. *Journal of Peasant Studies*, v. 43, n. 2, p. 348-372, 2016. <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.992337>.
- PANDEY, Poonam. Sociotechnical imaginaries and India's crusade for nanotechnology. In: *Yearbook 2014 of the Institute for Advanced Studies on Science, Technology and Society*. Munich and Vienna: Profil, 2016, p. 83-99. Disponível em: <<https://www.ifz.at/ias/IAS-STS/Publications/Yearbook-2014>>.
- PATEL, Raj. *Stuffed and starved: From farm to fork: The hidden battle for the world food system*. London: Portobello Books Ltd., 2013a.
- PATEL, Raj. The long Green Revolution. *The Journal of Peasant Studies*, v. 40, n. 1, p. 1-63, 2013b. <https://doi.org/10.1080/03066150.2012.719224>.
- PERKINS, John H. The Rockefeller Foundation and the Green Revolution, 1941-1956. *Agriculture and Human*, v. 7, n. 3, p. 6-18, 1990. <https://doi.org/10.1007/BF01557305>.
- PERKINS, John H. *Geopolitics and the Green Revolution: Wheat, genes, and the Cold War*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1997.
- PETERSEN, Paulo; MUSSOI, Eros M.; DAL SOGLIO, Fabio. Institutionalization of the agroecological approach in Brazil: Advances and challenges. *Agroecology and Sustainable Food Systems*, v. 37, n. 1, p. 103-114, 2013. <https://doi.org/10.1080/10440046.2012.735632>.
- PIMENTEL, David; PIMENTEL, Marcia. Comment: Adverse environmental consequences of the Green Revolution. *Population and Development Review*, v. 16, p. 329-332, 1990. <https://doi.org/10.2307/2808081>.
- PINGALI, Prabhu L. Green Revolution: Impacts, limits, and the path ahead. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 109, n. 31, p. 12.302-12.308, 2012. <https://doi.org/10.1073/pnas.0912953109>.
- PIRES, Mauro Oliveira. Programas agrícolas na ocupação do cerrado. *Sociedade e Cultura*, v. 3, n. 1, 2007. <https://doi.org/10.5216/sec.v3i1.459>.
- PRAHLADACHAR, M. Income distribution effects of the Green Revolution in India: A review of empirical evidence. *World Development*, v. 11, n. 11, p. 927-944, 1983. [https://doi.org/10.1016/0305-750X\(83\)90055-4](https://doi.org/10.1016/0305-750X(83)90055-4).
- RAO, Nitya. *Ms Swaminathan in conversation with Nitya Rao: From reflections on my life to the ethics and politics of science*. New Delhi: Academic Foundation, 2015.
- ROBBINS, Paul. *Political ecology: A critical introduction*. Critical Introductions to Geography. 2. ed. Oxford: Wiley-Blackwell, 2012.
- ROSSET, Peter M.; ALTIERI, Miguel A. *Agroecology: Science and politics*. Nova Scotia: Fernwood Publishing, 2017.

SAHA, Madhumita; SCHMALZER, Sigrid. Green-Revolution epistemologies in China and India: Technocracy and revolution in the production of scientific knowledge and peasant identity. *BJHS Themes*, v. 1, p. 145-167, 2016. <https://doi.org/10.1017/bjt.2016.2>.

SANCHEZ, Pedro A.; SWAMINATHAN, M. S. Hunger in Africa: The link between unhealthy people and unhealthy soils. *The Lancet (British Edition)*, v. 365, n. 1 9.457, p. 442-444, 2005. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(05\)70241-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(05)70241-5).

SCHALLENBERGER, Erneldo; SCHNEIDER, Iara Elisa. Políticas de colonização: Uma análise da região oeste do Paraná antes e depois do golpe militar de 1964. *Revista de Estudos Sociais*, n. 1, p. 163-176, 2009.

SCHMALZER, Sigrid. *Red Revolution, Green Revolution: Scientific farming in socialist China*. Chicago: University of Chicago Press, 2016.

SCHMITT, Claudia; NIEDERLE, Paulo; ÁVILA, Mario; SABOURIN PETERSEN, Paulo; SILVEIRA, Luciano; ASSIS, William; PALM, Juliano. *A experiência Brasileira de construção de políticas públicas em favor da agroecologia*, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/321437208_A_experiencia_brasileira_de_construcao_de_politicas_publicas_em_favor_da_agroecologia>.

SCIENCE PLANNING COMMITTEE. National Long-Term Plan for Scientific and Technological Development, 1956-1967. *State Council*, 1956. Disponível em: <<http://www.most.gov.cn/kjgh/lskjgh/>>.

SCOONES, Ian. 2016. The politics of sustainability and development. *Annual Review of Environment and Resources*, v. 41, n. 1, p. 293-319, 2016. <https://doi.org/10.1146/annurev-environ-110615-090039>.

SCOONES, Ian; AMANOR, Kojo; FAVARETO, Arilson; QI, Gubo. *A new politics of development cooperation? Chinese and Brazilian engagements in African agriculture*, v. 81, p. 1-12, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2015.11.020>.

SEN, Amartya. *Poverty and famines: An essay on entitlement and deprivation*. Oxford: Clarendon Press, 1981.

SESHIA, Shaila; SCOONES, Ian. *Tracing policy connections: The politics of knowledge in the Green Revolution and biotechnology eras in India*. IDS Working Paper 188. Brighton: Institute of Development Studies, 2003.

SHIVA, Vandana. *The violence of the Green Revolution: Third World agriculture, ecology and politics*. London: Zed Books, 1991.

SHIVA, Vandana. Women's indigenous knowledge and biodiversity conservation. *India International Centre Quarterly*, v. 19, n. 1/2, p. 205-214, 1992.

SHIVA, Vandana. *Stolen harvest: The hijacking of the global food supply*. Lexington: University Press of Kentucky, 2016.

SIMONI EIDT, Jane; UDRY, Consolacion. *Sistemas agrícolas tradicionais no Brasil*. v. 3. Coleção Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília: Embrapa, 2019.

SINGH, Manmohan. Inaugural Address at 93rd Session of Indian Science Congress – Press Release. Prime *Minister's Office*, 2006. Disponível em: <<https://pib.gov.in/newsite/erelcontent.aspx?relid=14717>>.

SMITH, Adrian; STIRLING, Andrew. Innovation, sustainability and democracy: An analysis of grassroots contributions. *Journal of Self-Governance and Management Economics*, v. 6, n. 1, p. 64-97, 2018.

SMITH, Elta. Imaginaries of development: The Rockefeller Foundation and rice research. *Science as Culture*, v. 18, n. 4, p. 461-482, 2009. <https://doi.org/10.1080/09505430903186070>.

SOBHA, I. Green Revolution: Impact on gender. *Journal of Human Ecology (Delhi)*, v. 22, n. 2, p. 107-113, 2007. <https://doi.org/10.1080/09709274.2007.11906008>.

STEVENSON, James R.; VILLORIA, Nelson; BYERLEE, Derek, KELLEY, Timothy; MAREDDIA, Mywish. Green Revolution research saved an estimated 18 to 27 million hectares from being brought into agricultural production. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 110, n. 21, p. 8.363-8.368, 2013. <https://doi.org/10.1073/pnas.1208065110>.

STONE, Glenn Davis. Commentary: New histories of the Indian Green Revolution. *The Geographical Journal*, v. 185, n. 2, p. 243-250, 2019. <https://doi.org/10.1111/geoj.12297>.

SUBRAMANIAM, C. *The new strategy in Indian agriculture: The first decade and after*. New Delhi: Vikas Publishing House for the Development Studies Centre, 1979. Disponível em: <<https://dds.crl.edu/crldelivery/10185>>.

SUM, Ngai-Ling. The production of hegemonic policy discourses: “Competitiveness” as a knowledge brand and its (re)contextualizations. *Critical Policy Studies*, v. 3, n. 2, p. 184-203, 2009. <https://doi.org/10.1080/19460170903385668>.

SUMBERG, James; KEENEY, Dennis; DEMPSEY, Benedict. Public agronomy: Norman Borlaug as ‘brand hero’ for the Green Revolution. *The Journal of Development Studies*, v. 48, n. 11, p. 587-1.600, 2012. <https://doi.org/10.1080/00220388.2012.713470>.

SWAMINATHAN, Monkombu Sambasivan. Our common agricultural future. Acceptance Speech on the occasion of the presentation of the General Food World Food Prize on 6 October 1987. *World Food Prize*, 1987. Disponível em: <https://www.worldfoodprize.org/en/laureates/19871999_laureates/1987_swaminathan/>.

SWAMINATHAN, Monkombu Sambasivan. *Wheat revolution, a dialogue*. Macmillan. Disponível em: <<http://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=US201300261978>, 1993>.

SWAMINATHAN, Monkombu Sambasivan. An evergreen revolution. *Crop Science*, v. 46, n. 5, p. 2.293-2.303, 2006.

SWAMINATHAN, Monkombu Sambasivan. *From Green to Evergreen Revolution: Indian agriculture: Performance and emerging challenges*. New Delhi: Academic Foundation, 2010.

SWAMINATHAN, Mankombu Sambasivan. Genesis and growth of the yield revolution in wheat in India: lessons for shaping our agricultural destiny. *Agricultural Research*, v. 2, n. 3, p. 183-88, 2013.

SWANSON Jr., Louis E.; MAO, Kuoray. Thinking globally about universities and extension: The convergence of university-based and centralized extension systems in China. *Journal of Extension*, v. 57, n. 6, p. 1-8, 2019.

THE ECONOMIST. Brazilian agriculture: The miracle of the cerrado. *The Economist*, 28 aug. 2010. Disponível em: <<http://www.economist.com/node/16886442>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

THOMPSON, John; SCOONES, Ian. Addressing the dynamics of agri-food systems: An emerging agenda for social science research. *Environmental Science & Policy*, v. 12, n. 4, p. 386-397, 2009. <https://doi.org/10.1016/j.envsci.2009.03.001>.

TOENNIESSEN, Gary; ADESINA, Akinwumi; DEVRIES, Joseph. Building an Alliance for a Green Revolution in Africa. *Annals of the New York Academy of Sciences*, v. 1.136, n. 1, p. 233-242, 2008. <https://doi.org/10.1196/annals.1425.028>.

UN. Transforming our world: The 2030 Agenda for Sustainable Development. A/RES/70/1. *United Nations*, 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

VISVANATHAN, Shiv. From the Green Revolution to the Evergreen Revolution: Studies in discourse analysis. Paper presented at the *IDS Seminar on Agriculture Biotechnology and the Developing World*, 2003. Disponível em: <<https://www.ids.ac.uk/files/SVCPGreenrev.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2021.

WOLFORD, Wendy. Agrarian moral economies and neoliberalism in Brazil: Competing worldviews and the state in the struggle for land. *Environment and Planning A.*, v. 37, n. 2, p. 241-261, 2005. <https://doi.org/10.1068/a3745>.

WORLD, Bank. *Awakening Africa's sleeping giant: Prospects for commercial agriculture in the Guinea savannah zone and beyond*. Washington DC: The World Bank, 2009.

WRIGHT, Brian D. Grand missions of agricultural innovation. *Research Policy*, v. 41, n. 10, p. 1.716-1.728, 2012. <https://doi.org/10.1016/j.respol.2012.04.021>.

XU, Xiuli; LI, Xiaoyun; QI, Gubo; TANG, Lixia; MUKWEREZA, Langton. Science, technology, and the politics of knowledge: The case of China's agricultural technology demonstration centers in Africa. *World Development*, v. 81, p. 82-91, 2016. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2016.01.003>.

ZHONG, Xiancai. *History of Chinese agricultural thought*. Shanghai: Shanghai Academy of Social Sciences Press, 1997.

Landnahme e a governança ambiental do agroextrativismo 4.0

Klemens Laschefski

Introdução: grilagem, *landgrabbing*, *Landnahme*

Recentemente, o debate sobre a apropriação de terras, no contexto da financeirização da economia global, conquistou uma posição de destaque. Isso levou a uma redescoberta da tese de acumulação ampliada de Rosa Luxemburgo, que afirma na essência que a lógica de reprodução social sob o capitalismo não pode ser explicada apenas sistemicamente pelas leis inerentes ao mercado, mas requer sempre um meio externo, não capitalista, de acumulação. Com sua hipótese de que a chamada acumulação “primitiva” – a expulsão dos camponeses “libertados”, o cercamento de terras, a exploração e a violência aberta etc. – seria permanentemente necessária para a reprodução do capital, ela se distanciou da interpretação de Marx de que o processo era uma precondição histórica para o surgimento do capitalismo. Nessa base, teorizou o imperialismo como indispensável para compreender a acumulação de capital em sua totalidade, que conseqüentemente chegaria ao fim no momento em que todos os países ou territórios não capitalistas do mundo estivessem completamente subordinados a ele (LUXEMBURGO, 1923).

David Harvey (2004), por sua vez, atualizou essas ideias com a formulação do conceito de acumulação por despossessão. Segundo esse autor, o capital não se limitaria a explorar os meios não capitalistas ainda não subordinados, mas sempre criaria novos ambientes de acumulação externos. Nessa perspectiva, Harvey também destaca a interação de formas modernas de acumulação não capitalista com práticas já conhecidas do período colonial, tais como

[...] a mercantilização e privatização da terra e a expulsão forçada das populações camponesas [...]; conversão de várias formas de direitos de propriedade (comuns, coletivos, estatais, etc.) em direitos exclusivos de propriedade privada [...]; supressão dos direitos aos bens comuns; mercantilização da força de trabalho e supressão de formas alternativas (indígenas) de produção e consumo; processos coloniais, neocoloniais e imperiais de apropriação de bens (incluindo recursos naturais); monetização da troca e da tributação, particularmente da terra; o comércio de escravos (que continua particularmente na indústria do sexo); e a usura, a dívida nacional e, o mais devas-

tador de todos, a utilização do sistema de crédito como meio radical de acumulação por despossessão (HARVEY, 2004, p. 159).

Inspirados nessas reflexões, muitos outros autores também apontaram a interação de estratégias neoliberais de transferência de bens públicos do Estado para empresas privadas, o que levaria à sua “comodificação”. Basicamente, de acordo com Appadurai (2005), o termo refere-se à alocação de um valor monetário econômico a certas coisas e serviços para permitir o intercâmbio dos mesmos como *commodities* de acordo com as regras de mercado do capitalismo. Atualmente, as empresas públicas (de transportes, de telecomunicações e de setores estratégicos, como infraestrutura, mineração e serviços públicos), os recursos naturais (terra, água, florestas, ar e até mesmo partes do corpo) e os serviços governamentais (em bem-estar social, saúde e educação) são colocados nas mãos de empresas privadas. Com frequência, isso também ocorre em estruturas mistas por meio de contratos entre instituições públicas estatais e empresas, tais como parcerias público-privadas (BORRAS *et al.*, 2020). Neste trabalho, concentramo-nos no problema específico da apropriação de terras, frequentemente referido pelo termo inglês *land grabbing*, no contexto da financeirização da economia global. Corroboramos a definição de Borrás *et al.* (2012), que não só consideram as atividades ilegais de atores estrangeiros, como em outras abordagens, mas também

A captura do controle de extensões relativamente vastas de terra e outros recursos naturais através de uma variedade de mecanismos e formas que envolvem capital em larga escala que muitas vezes muda a orientação do uso dos recursos para o caráter extrativista [...] seja para fins internacionais ou domésticos, como resposta do capital à convergência de crises alimentares, energéticas e financeiras, imperativos de mitigação da mudança climática e demandas por recursos de novos polos de capital global (BORRAS *et al.*, 2012, apud BORRAS *et al.*, 2020, tradução nossa).

Dörre (2010) distingue ainda, em seus enfoques para a apropriação de terras, a articulação dialética entre a “*Landnahme* interna” e a “*Landnahme* externa”, que, como descrito na teoria do imperialismo de Luxemburgo, ainda estaria ocorrendo hoje, certamente de uma forma modificada.¹ O ponto de partida são, antes de tudo, os programas de modernização iniciados no curso da descolonização em meados do século 20, geralmente em um ambiente político autoritário, que visava à industrialização e à urbanização de acordo com

¹ Ao contrário do termo inglês *land grabbing*, o autor também inclui no termo *Landnahme* o “outro” dentro das próprias sociedades capitalistas, ou seja, não apenas regiões e territórios, mas também grupos, estruturas e atividades não capitalistas. Para fins de distinção conceitual, mantivemos o termo alemão *Landnahme*, como é de praxe na literatura acadêmica internacional.

os ideais eurocêntricos de desenvolvimento. Naqueles tempos, a modernização consistiu principalmente no estabelecimento de estruturas fordistas (produção em massa, processos de produção especializados padronizados, estruturas hierárquicas baseadas na divisão do trabalho, “parcerias sociais” para estimular o consumo em massa) tanto em áreas urbanas quanto rurais.

O pré-requisito para esse processo foi a reestruturação da agricultura, frequentemente chamada de “Revolução Verde”, por meio da mecanização, da quimização e do ajustamento da estrutura fundiária a fim de produzir excedentes, necessários para alimentar a população urbana em rápido crescimento e para a exportação. A geração de divisas através da produção para os mercados externos foi necessária para pagar a dívida externa que foi assumida para financiar os programas de desenvolvimento.

Em princípio, foram criadas dependências através dessas “medidas de ajuste estrutural” que permitiram que o “espaço ambiental” das antigas colônias fosse destinado aos países desenvolvidos. Referimo-nos a esse processo num sentido socioambiental mais amplo como “monoculturização”, pois ele afeta não apenas as práticas de cultivo, mas também a organização social dentro das novas paisagens agroeconômicas assim criadas. Existe uma vasta bibliografia sobre as desastrosas consequências ecológicas e sociais desta forma de *Landnahme*. Seu *modus operandi* corresponde à lógica das estruturas industriais urbanas e não tem relação com os metabolismos territoriais dos modos de vida policulturais das comunidades rurais tradicionais (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019).

A *Landnahme* no Brasil

Dörre (2010) enfatiza que, diferentemente da tomada de terra “fordista”, os novos processos são “impulsionados financeiramente”. Pelo menos no Brasil, eles também se diferenciam da apropriação dos territórios em fases de modernização anteriores, em seus objetivos políticos. Nos anos 60, os investimentos estatais em infraestrutura de transporte e energia e a reestruturação do setor agrícola tradicional – mesmo nas regiões remotas do cerrado e da Amazônia – ocorreram de acordo com o lema “integrar para não entregar” (diante das cobiças territoriais vindas do exterior), visando consolidar a soberania do Estado-nação, que ainda hoje não se “territorializou” completamente dentro das fronteiras do Brasil.

A nova *Landnahme*, por outro lado, em curso desde a redemocratização, visa à integração internacional no mercado mundial, conforme expresso nos programas Ação Brasil (1996-1999), Avança Brasil (2000-2003), sob o Presidente Fernando Henrique Cardoso, e nos Programas de Aceleração do Cresci-

mento (PAC 1 – 2007-2010 – e 2 – 2010-2016) nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Os programas foram articulados com a Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), criada em 2000, com o objetivo de facilitar a cooperação de doze países diferentes em projetos coordenados de infraestrutura transfronteiriça nos setores de transporte, energia e telecomunicações.

A IIRSA visou assim a lançar as bases para a criação de mercados competitivos no âmbito da iniciativa privada em um ambiente internacional de liberalização econômica. Não é surpreendente que, exatamente, esse período coincida com o *boom* das *commodities* nos setores de agronegócios e mineração (1999-2012), o que levou os governos da América Latina, independentemente de sua orientação política, a definir o rumo político para a reprimarização da economia. Esse fenômeno é geralmente descrito na literatura acadêmica como “consenso de *commodities*” com respeito ao neoextrativismo, também impulsionado, entre outras coisas, pela financeirização (KATO; LEITE, 2020; LAS-CHEFSKI; ZHOURI, 2019; SVAMPA, 2012; GUDYNAS, 2009).

O último aspecto constitui a diferença decisiva para numerosas ondas anteriores de extrativismo de mercadorias integradas no mercado mundial, que era, a princípio, a principal plataforma para as relações de comércio exterior – incluindo os deslocamentos sociais e ecológicos associados – dos países em desenvolvimento desde o início da colonização. Tais processos ilustram de alguma forma, de acordo com Dörre (2010), a dialética interna/externa da *Landnahme*:

[...] sob as condições de crescente interdependência, penetração pela tecnologia da informação e relativa autonomização de vários segmentos do mercado financeiro ... O excesso de liquidez nos mercados financeiros tornou-se o húmus sobre o qual floresceu a transformação do capital financeiro (síntese do capital real e monetário) em capital fictício (baseado unicamente em reclamações certificadas dos credores). G, expresso em títulos financeiros, foi cada vez mais transformado de um meio de pagamento e crédito em um puro objeto de especulação, utilizado com o objetivo de realizar G', mais dinheiro. Naturalmente, ignorando processos de trabalho complexos, que, juntamente com a natureza não humana, são a única fonte de valores de uso (DÖRRE, 2010, p 84, tradução nossa).

Na prática, essa dialética entre interior e exterior se reflete na apropriação de terras e territórios através de seu crescente valor especulativo. Cada vez mais, a proximidade com os projetos de infraestrutura acima mencionados, as várias medidas de regulamentação e propriedade da terra, ou até a importância atribuída a eles em termos de proteção ambiental e climática internacional, desempenham um papel mais forte em termos de expectativas de lucro do que o po-

tencial de criação de valor agregado através do uso real do solo. Quanto a isso, devem ser mencionadas várias medidas de reconhecimento legal retroativo da apropriação ilegal de terras, que dizem particularmente respeito às “terras devolutas” ou terras estatais não regulamentadas (BACKHOUSE, 2020).

Um exemplo é o Projeto de Lei (PL) 2.633/2020, também chamado “PL da Grilagem”, que foi aprovado pela Câmara dos Deputados em 03 de agosto de 2021 e, no momento da elaboração deste texto, ainda aguardava apreciação pelo Senado Federal (BRAGANÇA, 2021). Outro exemplo chamou atenção internacionalmente: o PL 490/2007, projeto de lei relativo ao estabelecimento de um novo marco temporal para os Territórios Indígenas demarcados, cuja proposta prevê que somente os povos que viviam em seus territórios ancestrais no dia da promulgação da Constituição Federal, 5 de outubro de 1988, têm direito a esses territórios. Seria muito mais difícil para os grupos tradicionais anteriormente deslocados lutar para retornar aos seus territórios ancestrais (ABA, 2020a; ABA, 2020b).

A sucessiva flexibilização do regulamento ambiental desempenha um fator de influência da financeirização da terra, que acontece, em princípio, há anos, mas que atingiu seu auge sob o governo Bolsonaro (2019-2022). Significativamente, em 22 de maio de 2020, Ricardo Salles, o então Ministro do Meio Ambiente brasileiro, sugeriu aproveitar a presença predominante da pandemia da Covid-19 na mídia para “passar a boiada”. Por último, mas não menos importante, os investimentos em pesquisa agrícola e assistência técnica na produção de *commodities* agrícolas aptas para o mercado mundial, bem como os programas de crédito rural e outros programas de financiamento associados, contribuem para a transformação de terras em ativos especulativos que podem ser negociados, por exemplo, nos mercados de derivativos ou futuros (KATO, LEITE, 2020).

Entretanto, essa mudança para mercados “virtuais” tem consequências sobre a economia real através de uma infinidade de ‘mecanismos de transferência’, como mostram as atuais imagens da floresta amazônica em chamadas e notícias sobre a penetração de frentes agrícolas e mineiras em territórios de povos indígenas e comunidades tradicionais, bem como a violência aberta contra esses grupos, seus líderes e representantes de movimentos sociais e organizações ambientalistas (LASCHEFSKI; ZHOURI, 2019). O Presidente Bolsonaro está incentivando esses processos através de discursos ultrapassados sobre a necessidade de desenvolver os últimos territórios “subutilizados” e seus recursos para o desenvolvimento nacional, que remontam aos tempos dos governos militares (1964-1985) (PONTES, 2020).

A busca de uma governança global da *Landnahme* pelo Agronegócio 4.0

À primeira vista, as causas da disseminação desenfreada das diversas frentes do extrativismo parecem evidentes: um governo ultradireitista, às vezes chamado ultraliberal, subordinou-se ao capital internacional e abriu o caminho para a exploração irrestrita de pessoas, de povos e da natureza. Mas, estranhamente, essa situação parece muito caótica mesmo para o capital, representado aqui pelos setores de mineração e agronegócios. Em várias declarações, representantes destes setores conclamaram o governo a moderar seus ataques à proteção ambiental e aos povos indígenas, a fim de evitar maiores danos à imagem do Brasil no exterior e, assim, um ambiente de investimento negativo (BENITES, 2020). De fato, parece haver um crescente apelo internacional por mais regulamentação para conter as tendências destrutivas, especialmente na região amazônica.

As negociações sobre o acordo UE-Mercosul foram suspensas devido às manchetes negativas sobre o Brasil acima mencionadas e ao comportamento contraproducente da sua liderança política. Apareceram também conflitos entre os estados-membros politicamente mais influentes dentro da UE. Foi sobretudo o governo francês que se recusou a ratificar o tratado, que havia sido negociado por mais de 30 anos. Adicionalmente aos desastres ambientais na Amazônia, os motivos protecionistas dos agricultores franceses contra a temida concorrência latino-americana também tiveram um papel importante (NOLTE; NETO, 2021).

A Alemanha, por outro lado, está trabalhando para a elaboração mais concreta de um capítulo de sustentabilidade no tratado, que visa a um controle moderado do mercado através de mecanismos de governança específicos, que discutiremos mais adiante. Evidentemente, existem interesses econômicos tangíveis por trás dos motivos aparentemente moral-normativos. Não se trata apenas das enormes possibilidades de expansão do potencial de exportação para a indústria mecânica e automotiva alemã, mas também dos interesses dos gigantes dos agroquímicos como BASF, BAYER, Monsanto, Syngenta, Bosch, Stihl e várias *startups* no campo da tecnologia agrícola (Ag Techs) que estão se tornando cada vez mais importantes (ROSE, 2021).

Uma das empresas mais poderosas nesse campo é a desenvolvedora de software empresarial SAP – frequentemente chamada de “Microsoft alemã” – que inaugurou em 2020 uma unidade em São Leopoldo (Rio Grande do Sul) para implementar projetos de digitalização específicos para o setor de agronegócios (ROSE, 2021). Tais iniciativas estão surgindo no contexto da chamada quarta revolução industrial, por meio da digitalização, que também está se

disseminando rapidamente na agricultura brasileira com termos como Agro 4.0, *Smart Farming* (ROSE, 2021).

A agropecuária, responsável por cerca de um quarto dos gases de efeito estufa, recebeu também maior atenção no contexto da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP 26), realizada em Glasgow, Escócia, do 1º a 12 de novembro de 2021. Se essas emissões não forem drasticamente reduzidas, a produção global de milho poderá cair em quase um quarto até 2100. Isso levaria a problemas significativos de abastecimento em grandes partes do mundo, mesmo levando em conta o possível aumento na produção de trigo de cerca de 17% em regiões com climas temperados (JÄGERMEYER *et al.*, 2021).

Diante de uma visão tão sombria, tem se falado de medidas para promover a agricultura sustentável e sistemas alimentares dentro de estratégias para uma “transição justa [para a adaptação ao clima] nas áreas rurais” nos países em desenvolvimento, entre outras. O Banco Mundial pretende alocar US\$ 25 bilhões anuais até 2025 para seu Plano de Ação Climática (*Climate Action Plan*), incluindo a agricultura e sistemas alimentares (*food systems*). O setor privado se apresenta como “*nature positive*” (positivo para a natureza). Ao mesmo tempo, o Brasil enfatiza a continuação do programa ABC+ para promover a agricultura de baixo carbono e reduzir um bilhão de toneladas de emissões até 2030 (ONU, 2021).

Nesse contexto, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) apresentou propostas para reduzir as emissões de gás metano a fim de implementar um “agronegócio tecnológico” e uma agricultura limpa (BRASIL, 2021). Além disso, a Missão de Inovação Agrícola para o Clima (AIM – *Agriculture Innovation Mission for Climate*) – uma iniciativa dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e dos Estados Unidos da América (EUA) – envolvendo cerca de 30 países e cerca de 40 organizações não governamentais (ONGs), tem como objetivo apoiar “[...] a inovação em agricultura e sistemas alimentares inteligentes” (*climate-smart agriculture and food systems innovation*) com quatro bilhões de dólares americanos. Essa iniciativa envolve empresas como BAYER, BASF, Syngenta e ONGs como o *Good Food Institute*, que trabalha com carne e fermentação de origem vegetal para, nas palavras deles, “alimentar mais pessoas com menos recursos” (AIM, 2022).

O Brasil também parece estar no meio de uma grande mudança para métodos de produção ditos sustentáveis no campo. Com a chegada da quarta revolução industrial no setor agrícola, impulsionada por campanhas publicitárias como a da TV Globo “Agro: a indústria-riqueza do Brasil”, com o *slogan* “Agro é Tech; Agro é Pop; Agro é Tudo”, parece que estamos à beira de resolver os problemas

mundiais de alimentação, sustentabilidade e mudanças climáticas. Por meio da digitalização e inovações biotecnológicas, o uso excessivo de agroquímicos, o controle de insetos e a compactação do solo, entre outros problemas, poderiam ser reduzidos a um nível ecologicamente sustentável (START AGRO, 2021).

Além disso, seria possível produzir mais em menos área, o que permitiria uma produção agrícola “sem desmatamento”, como pedem algumas vozes na Europa (BMEL, 2019). A evolução tecnológica do Agronegócio 4.0 beneficiaria tanto os produtores agrícolas industriais como a agricultura familiar, que também seria “agro” (SALATI, 2021a). Mesmo os ribeirinhos da Amazônia teriam a chance de usar métodos agroecológicos para melhorar não só sua produção, mas também sua qualidade de vida e seu meio ambiente (SALATI, 2021b). Portanto, não é surpreendente que o termo *Climate Smart Agriculture and Food Systems* seja aplicado tanto ao Agronegócio 4.0, quanto aos projetos de adaptação climática dos povos indígenas, como o sistema Chakra, do povo Kichwa, na região amazônica do Equador, que se baseia em sistemas agrofloretais milenares e na agricultura itinerante (FAO, 2021).

Esse processo recebeu um impulso com a aprovação da Lei nº 14.108 de 16 de dezembro de 2020, que concede incentivos fiscais para dispositivos IoT (*Internet of Things* – Internet das Coisas – permitindo o controle de máquinas e dispositivos via Internet), dando um enorme impulso à digitalização da economia como um todo. Além disso, desde janeiro de 2021 (válido provisoriamente até 2025), as taxas para o tipo M2M (*machine-to-machine* – máquina a máquina) de telecomunicações e a exigência de certas licenças ambientais para órgãos de controle central foram suspensas (ROSE, 2021). Por um lado, os novos desenvolvimentos tecnológicos oferecem enormes oportunidades na economia global para o agronegócio brasileiro, mas, por outro, devido aos desastres socioecológicos que provocaram, estão em profunda crise de confiança em sua autoimagem como pilares do desenvolvimento nacional.

No entanto, desde 1992, como parte do processo de *follow up* (acompanhamento posterior) da Conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento em 1992, e especialmente após a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC) em 1995, tem havido intensa atividade para criar sistemas de governança internacional participativa. Esses sistemas geralmente procuram utilizar instrumentos de mercado voluntários que sejam compatíveis com as regras sobre não discriminação da OMC e visam a envolver organizações internacionais, o setor privado e os governos dos estados nacionais, bem como a sociedade civil organizada, para promover o investimento privado “responsável” (LASCHEFSKI, 2002).

No contexto da agricultura, destacam-se:

- a) os Princípios para Investimento Responsável na Agricultura (PRAI) em 2010, estabelecidos pelo Banco Mundial, a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), a UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento);
- b) os Princípios para Investimento Responsável das Nações Unidas (PRI);
- c) os Princípios para Investimento Responsável em Terras Agrícolas em 2011;
- d) as Diretrizes Voluntárias sobre a Governança Responsável da Posse de Terra, Pesca e Florestas no Contexto da Segurança Alimentar Nacional, (VGGT) pelo Comitê de Segurança Alimentar Internacional em 2012;
- e) os Princípios para Investimento Responsável em Agricultura e Sistemas Alimentares (PRIAFS) (BORRAS *et al.*, 2012).

Vários autores já criticaram a eficácia dessas iniciativas por causa de suas fragilidades estruturais devido ao voluntarismo, à proliferação de tais iniciativas, ao risco de lavagem verde, à falta de monitoramento e verificação, e outros (KATO; LEITE, 2020; CLAPP, 2017; BORRAS *et al.*, 2012). Para evitar isso, estão surgindo novos sistemas de auditoria de responsabilidade social corporativa (RSC), como o Conselho de Normas Contábeis de Sustentabilidade (SASB, 2021a), que procura avaliar o desempenho em relação aos critérios ambientais, sociais e de governança (ESG). Aparentemente, os ganhos de reputação decorrentes da divulgação de medidas de RSC também se traduzem em maior valorização das ações (GUNAWAN; SUSILO, 2021). Portanto, não é surpreendente que empresas como Bunge, BASF, BAYER, Vale e BHP-Billiton e outras publiquem seus relatórios de sustentabilidade através de tais plataformas (SASB, 2021b).

Em vista dessa disposição das empresas dos setores extrativistas – que já são conhecidos como os piores vilões sociais e ambientais – de se submeterem voluntariamente a novas formas de governança, surge agora outra questão: de que forma tais avaliações estão institucionalmente ancoradas dentro de uma sociedade cada vez mais permeada pela financeirização, a fim de domesticar os processos internos e externos de *Landnahme* descritos acima?

Um relatório recente do governo alemão sobre o estado da agricultura oferece uma visão interessante de suas estratégias dentro da UE e da economia global:

O Governo Federal está perseguindo os objetivos de fortalecer o funcionamento dos mercados futuros agrícolas, prevenindo abusos de mercado e evitando perigos para o abastecimento mundial de alimentos através de possíveis desenvolvimentos indesejáveis nos mercados futuros agrícolas. Em tempos de mercados agrícolas globalizados, é particularmente importante conciliar a proteção da saúde humana e animal, bem como dos recursos natu-

rais e do meio ambiente, com os interesses agrícolas e fornecer aos consumidores e à indústria alimentícia uma gama acessível, confiável e ampla de alimentos e *commodities* agrícolas.

[...]

A base da política comercial agrícola do Governo Federal é a produção baseada no mercado, mercados abertos e uma política comercial baseada em valores e regras. O Governo Federal está ativamente envolvido na formação contínua do mercado interno da UE, na política comercial da UE e em organizações internacionais e multilaterais, e apoia a facilitação do comércio através da harmonização das normas internacionais.

[...]

No comércio global de *commodities* agrícolas, as cadeias de abastecimento sustentáveis e livres de desmatamento devem ser fortalecidas. Assim, o governo alemão ... se pronunciou a favor de apoiar iniciativas para cadeias de fornecimento de *commodities* agrícolas sustentáveis e livres de desmatamento (BMEL, 2020, p. 60. tradução nossa).

Obviamente, tais discursos não estão limitados à Alemanha. Vozes semelhantes já podem ser ouvidas da China, que muitas vezes é retratada como um país que representa uma das maiores ameaças ao meio ambiente em nível internacional por causa de sua “fome” de *commodities* (TROPICAL FOREST ALLIANCE, 2020).

Cabe destacar que, segundo Borrás e coautores (2020), com base em uma extensa revisão da literatura, a pesquisa e os debates políticos sobre a apropriação global da terra se concentram principalmente; 1) nas condições socioeconômicas e políticas globais que deram origem à atual corrida aos recursos; 2) nas formas de acumulação de capital baseado na terra que surgiram a partir disso; 3) nas consequências sobre as pessoas e seus modos de vida, e 4) no papel do conjunto de “atores” (por exemplo, o Estado, corporações) e “instituições” – ou seja, as regras, normas e procedimentos informais e formais, estatais e não estatais, utilizados para facilitar, acelerar, suavizar ou legitimar a apropriação de terras. Porém, de acordo com os autores, que analisaram a posição da União Europeia na rede global de apropriação de terras, existem ainda poucos estudos sobre o último ponto, que inclui o papel contraditório do Estado na facilitação dos negócios de terra como meio de acumulação de capital, por um lado, e na tentativa de alcançar um certo grau de legitimidade política através do envolvimento de instituições de atores não governamentais e da sociedade civil, por outro.

Este capítulo pretende ser uma contribuição complementar a esse tema, na medida em que analisa certas iniciativas de certificação que exercem um papel importante nos desenhos das políticas públicas da União Europeia como sistemas globais de governança *multi-stakeholder*. Diante do contexto exposto, algumas questões se colocam: (a) tais iniciativas propostas no plano internacio-

nal conseguiriam mitigar os efeitos negativos das relações de dependência fortalecidas ou criadas recentemente pelo extrativismo, ou b) pelo contrário, configurariam de fato mais um mecanismo de “fachada verde” para a invasão de uma nova frente de colonização em territórios ainda não incorporados à sociedade urbano-industrial-capitalista?

A governança *multi-stakeholder* da *Landnahme* na prática: o exemplo FSC

O foco de análise se concentra no funcionamento dessas iniciativas de auditoria e certificação socioambiental, que, na maioria dos casos, preveem a participação dos chamados *stakeholders* (partes interessadas). No âmbito desse texto, reproduzimos de forma reduzida alguns trechos de uma publicação recente, que aborda a questão com profundidade (LASCHEFSKI, 2021).

Um dos maiores idealizadores para a certificação de *commodities* no mercado global é o Programa Economia Verde e Governança de Recursos na *L'Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne* (EPFL), que iniciou, em meados da primeira década do milênio, a Mesa Redonda sobre Biocombustíveis (RSB – *Round Table on Sustainable Biofuels*) visando ao desenvolvimento de padrões para a certificação de matérias-primas agroenergéticas. O primeiro encontro regional do RSB para a América Latina foi realizado em 2007 durante a feira Ecolatina em Belo Horizonte, Minas Gerais (RSB, 2020). Posteriormente, o RSB se separou da EPFL e foi renomeada Mesa Redonda de Biomateriais Sustentáveis (*Round Table on Sustainable Biomaterials*), e agora se entende como “[...] uma organização global *multi-stakeholder* independente que impulsiona o desenvolvimento de uma nova bioeconomia mundial através de soluções de sustentabilidade, certificação, inovação e parcerias colaborativas” (RSB, 2020).

Desde sua fundação, a RSB tem mantido laços estreitos com o Conselho de Manejo Florestal (*Forest Stewardship Council* – FSC, 2013). Fundado em 1993 por renomadas ONGs internacionais como WWF, Greenpeace e Friends of the Earth, o FSC pode ser considerado como pioneiro na governança global *multi-stakeholder* orientada para o mercado. Vale destacar que o FSC, em 1996, já havia certificado a empresa Mil Madeireira no estado Amazonas, celebrada pela Greenpeace, na época, como a primeira madeireira mundial que adota um sistema responsável e ambientalmente viável para explorar florestas tropicais primárias. Contudo, a certificação foi internacionalmente contestada diante da inviabilidade ecológica do sistema, conflitos com os ribeirinhos e a estimulação do corte ilegal de madeira para complementar as remessas de madeira com destino para Europa (LASCHEFSKI, 2002).

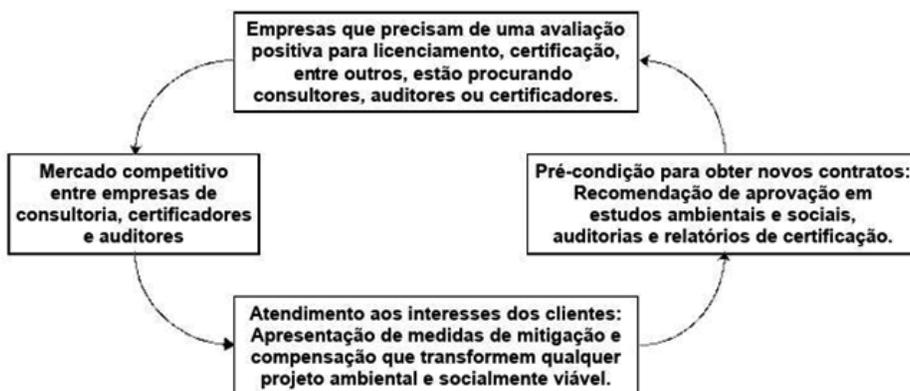
Em 1998, o FSC certificou as plantações de eucalipto da Plantar e Vallourec & Mannesmann nos municípios de Curvelo e Felixlândia, na região central de Minas Gerais. Tais empresas, que produzem carvão vegetal para fundição de aço, procuraram o selo do FSC para obter créditos de carbono através de um projeto pioneiro do Banco Mundial, o *Prototype Carbon Fund*. Entretanto, as propostas provocaram inúmeros protestos em nível internacional, devido a seus efeitos socioambientais negativos, como veremos mais adiante (LASCHEFSKI, 2005).

Desde então, um número significativo de pesquisadores aponta para a insuficiente consideração da questão da sustentabilidade social, justiça ambiental e segurança dos modos de vida locais ameaçadas dentro dos esquemas internacionais de certificação (PONTE, 2014; BLABER-WEGG, HODBOD, TOMEI, 2015; HUNSBERGER *et al.*, 2014; LASCHEFSKI, 2019; KILL, 2016; COUNSELL, LORAAS, 2002). No âmbito deste texto, não é possível aprofundar o exame dos problemas identificados, dos quais os “*displacement effects*” (efeitos de deslocamento) (DEHUE; MEYER; HAMELING, 2007) como é chamada a apropriação de terra no jargão da União Europeia, são os mais significativos. Portanto, vamos nos concentrar em alguns aspectos estruturais que surgiram em quase todas as certificações controversas analisadas.

Em geral, os sistemas de certificação são baseados em princípios e critérios (C&I) certamente prudentes, por exemplo, em relação aos aspectos ambientais e sociais, à legislação e mesmo aos direitos costumeiros da população local. Um componente essencial é o processo *stakeholder* acima mencionado, que tem como objetivo promover o diálogo com todas as partes interessadas a fim de chegar a soluções de consenso em casos de conflito.

Mesmo que haja pouco a criticar sobre o conteúdo dessas ideias, os problemas mais profundos estão na prática da certificação. O elemento-chave provavelmente mais problemático – como em todos os outros sistemas de gestão ambiental – é a realização de avaliações por consultorias contratadas pelas empresas interessadas no certificado, que constituem o pano de fundo para todo o funcionamento do sistema. Entretanto, enquanto os consultores forem diretamente contratados ou pagos pelas empresas a serem avaliadas, a avaliação independente é quase impossível, simplesmente devido à racionalidade econômica que impulsiona o mercado competitivo das certificadoras, como mostrado na Figura 1.

Figura 1: O círculo vicioso do campo de consultores, auditores e certificadores



Fonte: LASCHEFSKI, 2021.

De agora em diante, nossa atenção se volta para a FSC, que é considerado uma organização pioneira, principalmente porque tornou obrigatórios o chamado processo *Stakeholder* e uma política de diálogo dirigida às pessoas diretamente afetadas. Em estudos de campo, constatamos que o processo de certificação para as empresas de eucalipto Plantar e Vallourec & Mannesmann, mencionado acima, terminou com uma experiência traumática para a população local. As comunidades nas imediações das plantações de eucalipto das empresas denunciaram os impactos ambientais nocivos, tais como a contaminação do solo e da água por pesticidas e a perda da soberania alimentar no ambiente local alterado. Em vez de obter respostas informadas às suas perguntas, foram confrontadas com discursos de apoio às empresas em questão por parte de instituições públicas nacionais e internacionais, pesquisadores e até mesmo ONGs locais. Os argumentos da comunidade foram rejeitados com o argumento de que não havia evidência científica de umnexo causal entre as atividades das empresas e os problemas denunciados por elas (LASCHEFSKI, 2005).

Essas breves observações mostram que a abordagem do processo stakeholder não considera as assimetrias entre os sujeitos dentro desse tipo de campo político artificialmente criado, como explanamos acima. Tais sistemas de governança são geralmente dominados por membros das classes média e alta. Os participantes incluem políticos, representantes de instituições estatais e do setor privado, e membros proeminentes de ONGs ambientais ou do cenário dos movimentos sociais, a maioria dos quais possui diplomas universitários e habilidades de comunicação pública.

Como regra, os integradores nestes campos políticos, criados artificialmente (no sentido de BOURDIEU, 2001), compartilham o ideal de modernização ecológica, ou seja, a adaptação do meio ambiente ao desenvolvimento industrial clássico por meios técnicos e administrativos dentro da lógica de adequação ecológica. De acordo com essa ideologia, é possível que monoculturas agrícolas e florestais de grande escala, megabarragens, projetos de infraestrutura e mineração, incluindo atualmente até mesmo barragens de rejeitos, que já foram símbolos de aberrações ecológicas e sociais, possam ser descritas como sustentáveis, como mostram iniciativas recentes no setor da mineração (LASCHEFSKI, 2021).

Com base nesta *doxa* (BOURDIEU, 2001), os atores dominantes, a exemplo dos segmentos elencados acima, negociam entre si as vantagens econômicas, ecológicas ou sociais a fim de alcançar soluções vantajosas para ambas as partes (soluções *win win*). Em tal situação, a construção de consenso poderia ser possível, de acordo com critérios técnicos e sociais, semelhantes aos das listas de verificação da certificação. Em muitos casos, é inegável o avanço do desempenho ambiental e social em nível operacional. O cumprimento da legislação ambiental e social, a segurança operacional, a organização dos trabalhadores e as medidas técnicas para promover a eficiência energética muitas vezes oferecem ganhos econômicos, sociais e ambientais.

Entretanto, a situação é diferente quando se fala de impactos ambientais ou necessidades territoriais que se estendem para além do terreno da empresa e afetam áreas da população rural marginalizada. A desvantagem desses grupos (especialmente se são povos tradicionais ou indígenas) no campo da governança ambiental se reflete na falta de capital social necessário para participar de ritos e procedimentos que estão profundamente enraizados na cultura da sociedade urbano-industrial capitalista. Portanto, é quase impossível para eles intervir no processo de tomada de decisões e influenciar a verdade oficial que o campo político da governança ambiental comunica ao mundo exterior. Nessas circunstâncias, o conceito de *stakeholder* do FSC, que contribuiu significativamente para a disseminação da abordagem de resolução negociada de conflitos em busca de um consenso, provou ser ingênuo na prática.

Uma das experiências mais amargas dos representantes da comunidade no contexto das plantações de eucalipto certificadas pelo FSC em Minas Gerais foi a retaliação que sofreram após denunciarem irregularidades ambientais e violações de direitos humanos em uma reunião das partes interessadas da qual participaram os diretores da empresa. Alguns dias depois, representantes da empresa visitaram líderes comunitários para intimidá-los e ameaçá-los. Outra estratégia foi espalhar rumores de que a empresa teria que fechar e

todos os trabalhadores seriam demitidos se a empresa perdesse seu certificado. Os funcionários da empresa que temiam a perda de seus empregos ameaçavam até mesmo os seus parentes. Em tais situações, dificilmente é possível encontrar e punir os verdadeiros instigadores da violência. A resistência foi quebrada e a empresa manteve seu certificado (LASCHEFSKI, 2005).

Essas breves reflexões mostram que, nestes sistemas de governança internacional, a perspectiva da justiça ambiental está sub-representada. A visão hegemônica do desenvolvimento como resultado do crescimento econômico domina, enquanto a diversidade cultural e a necessidade territorial dos povos indígenas e tradicionais, embora frequentemente mencionadas de maneira retórica, não são consideradas na prática.

Outro aspecto revelador que explica a crescente aceitação de empresas globais com registros ambientais e sociais negativos é o fato de que os sistemas de governança *multi-stakeholder* são projetados de tal forma que é quase impossível desafiar os próprios projetos. Em caso de resistência ou crítica a esses projetos, uma estratégia que denominamos *sistema perito para a deslegitimação* dos grupos afetados e seus apoiadores está sendo acionada. Os integrantes do campo da governança ambiental (conselheiros, gerentes, administradores, mas também os membros das câmaras sociais, ambientais e econômicas) atuam principalmente em nível global. Portanto, eles estão, em sua maioria, a uma distância real e cognitiva dos contextos locais e, por essa razão, contam com peritos externos para verificar a relevância de qualquer crítica. Para isso, eles geralmente recorrem às mesmas consultorias responsáveis pela controversa certificação, que, conforme dissemos, se encontram em um círculo vicioso de consultores, como já mostramos na Figura 1.

A título de exemplo, lembramos o documentário crítico sobre o FSC intitulado “Exploitation of the Forests”, transmitido pela emissora de televisão franco-alemã ARTE, em outubro de 2018 (LADWIG; THOMAS, 2018). Em cartas de reclamação, o FSC criticou o relatório unilateral, que não levava suficientemente em conta o sucesso do FSC (FSC-Deutschland, 2018). Entretanto, o filme mostrou várias entrevistas com representantes próximos ou afiliados ao FSC, que foram explicitamente convidados a comentar os casos mostrados. Mesmo assim, em um documento que anunciou uma *verificação dos fatos*, o FSC listou inúmeras informações supostamente falsas (FSC, 2018) baseadas em alegadas provas, as quais se referiam na verdade a outras situações, às vezes, em outros países (LANG, 2018).

O funcionamento do *sistema perito de deslegitimação* pode ser demonstrado a partir do caso de uma mulher indígena que descreveu as precárias condições de vida na aldeia de Nova Esperança, no extremo sul da Bahia, no docu-

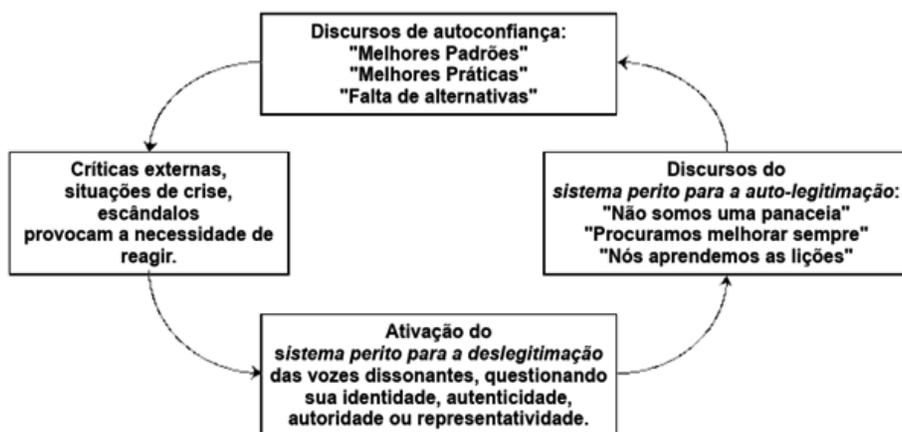
mentário de televisão acima mencionado. O assentamento indígena está localizado no meio de plantações de eucalipto da fábrica de celulose Veracel, uma *joint venture* da brasileira Fibria e da finlandesa Stora Enso, que possui um certificado FSC desde 2008. Após a entrevista, a certificadora IMAFLORA, credenciada pelo FSC, entrou em contato com a Federação Indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do Extremo Sul da Bahia – FINPAT – para questionar a credibilidade da mulher que teria sido entrevistada no relatório como a “líder” da aldeia. Em uma declaração, a FINPAT queixou-se longamente sobre a suposta deturpação do papel da Veracel no processo de demarcação das terras da aldeia, que se arrastou por décadas. Contudo, o documentário transmitido na televisão nem sequer mencionou esta questão levantada pela FINPAT.

Além disso, a organização acusou a equipe de repórteres de entrar em territórios indígenas sem a devida autorização das autoridades competentes (FINPAT, 2018). Entretanto, não foi necessária a permissão oficial dos órgãos responsáveis, pois a demarcação foi formalizada somente após a transmissão da reportagem na Alemanha e na França. A organização, então, não foi capaz de trazer a desejada “perícia deslegitimadora”.

Deve-se notar que as denúncias muito sérias sobre os problemas ambientais e sociais reais levantados na reportagem não foram abordadas em nenhum momento. Portanto, trata-se de um exemplo típico de uma tentativa de desqualificar as vozes críticas em termos de seu “lugar de fala”, utilizando apenas argumentos relacionados com a representatividade reconhecida na burocracia oficial. Enquanto isso, vale notar que a empresa – que produz celulose para exportação como matéria-prima para papel higiênico para consumidores ambientalmente conscientes na Europa – continua envolvida em vários conflitos fundiários mesmo após a cobertura crítica da mídia (ISA, 2020).

Contudo, o campo da certificação, em casos como o acima mencionado, em que não foi possível a deslegitimação de vozes críticas, desenvolveu outro *sistema perito*, desta vez para a autolegitimação, em parte auto-hagiográfico, para defender a própria organização. Os “peritos” que atribuem credibilidade a tais sistemas são principalmente os representantes de ONGs, empresários e cientistas globalmente ativos no FSC. Também na reportagem de televisão por ocasião do 25º aniversário do FSC, foi apresentado o discurso que tem sido constantemente repetido desde as primeiras certificações escandalosas, de que a organização ainda “jovem” não é uma panaceia e que ela se empenharia ao máximo para aprender com os erros através do “*learning by doing*” (aprendendo fazendo) (vide Figura 2).

Figura 2: O círculo vicioso do campo dos comitês participativos, conselhos ambientais e sistemas de governança *multi-stakeholder*



Fonte: LASCHEFSKI, 2021.

Considerações finais

Os mecanismos dentro das iniciativas globais de certificação aqui resumidos mostram que, de acordo com a LANG (2018), “nada pode impedir a certificação”. Essas iniciativas estão intimamente entrelaçadas com as redes globais de *Landnahme* e formam um elo perverso com os afetados no nível local.

Os nobres postulados de sustentabilidade ambiental e social ou de responsabilidade corporativa escondem, por um lado, as relações de poder assimétricas dentro desses processos *stakeholder* e, por outro, as contradições de uma prática baseada nos princípios da concorrência entre certificadoras. Por meio das estratégias extremamente eficazes de neutralização de vozes críticas e das proclamações de sua própria credibilidade levadas ao público mundial, elas representam elementos importantes da governança ambiental neoliberal, que proporcionam uma fachada verde perfeita para o que denominamos o “modelo colonial modernizado 4.0”, cuja aplicação a todos os setores do extrativismo é iminente em nível internacional no contexto das negociações em torno das medidas em relação à mudança climática e do tratado UE-Mercosul.

Gostaríamos de lembrar as consequências da digitalização da agricultura, que produz cada vez menos mão de obra em áreas cada vez maiores. A esse respeito, basicamente se gera trabalho morto para a maquinaria automatizada, o que apenas beneficia uma pequena elite agrícola. Assim, o setor não produz efeitos de desenvolvimento por meio da geração de renda para o país.

A governança ambiental criada para esse sistema tende, portanto, a propagar um não desenvolvimento rotulado de sustentável, enquanto os sem-terra e desempregados migram para outras áreas como a Amazônia, muitas vezes em busca da sua sorte em ambientes ilícitos, como o garimpo.

É interessante que em um momento em que o Brasil está sendo criticado internacionalmente pelo desmanche das regulamentações ambientais e sociais para atender aos interesses dos vários setores do extrativismo, as empresas estão bastante abertas a essas novas formas de governança. As razões para isto provavelmente residem mais no medo de perder mercados internacionais do que em qualquer consciência real em relação às questões ambientais e sociais. Dadas as expectativas de lucratividade associadas à certificação, esse tipo de governança ambiental *multi-stakeholder* pode, portanto, ser entendido como um discurso socioambiental de camuflagem da *Landnahme* neoimperalista por meio da financeirização.

Referências

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. *Parecer sobre proposta de votação da nova lei geral do licenciamento ambiental (Projeto de Lei 3.729/2004)*. 10 maio 2020a. Disponível em: <https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2021/05/Parecer_Te%CC%81cnico-Cienti%CC%81fico_Comite%CC%82_da_ABA_PL-3.729-2004.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. *Moção de Apelo da ABA ao STF contra o estabelecimento de um marco temporal para o reconhecimento de Terras Indígenas no Brasil*. 06 nov. 2020b. Disponível em: <http://www.aba.abant.org.br/files/20201203_5fc963f23a347.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

AIM – Agriculture Innovation Mission for Climate. *About AIM for Climate*. 2022. Disponível em: <<https://www.aimforclimate.org/#about-aim-for-climate>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

APPADURAI, Arjun. Definitions: Commodity and Commodification. In: ERTMAN, Martha; WILLIAMS, Joan C. (eds.). *Rethinking Commodification: Cases and Readings in Law and Culture*. New York University Press, 2005. p. 34-44.

BACKHOUSE, M. Landnahmen, lokale Wissensordnungen und Widerständigkeit in Amazonien. *Soz Passagen*, v. 12, p. 237-253, dec. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s12592-020-00366-x>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BLABER-WEGG, Tina; HODBOD, Jennifer.; TOMEI, Julia. Incorporating equity into sustainability assessments of agrofuels. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, v. 14, p. 180-186, jun. 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cosust.2015.05.006>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BENITES, Afonso. Descaso no Pantanal e Amazônia ameaça negócios do Brasil enquanto Governo se isenta de responsabilidade. *El País*, 16 set. 2020. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-16/descaso-no-pantanal-e-amazonia-ameaca-negocios-do-brasil-enquanto-governo-se-isenta-de-responsabilidade.html>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BMEL – Bundesministerium für Ernährung und Landwirtschaft. *Agrarpolitischer Bericht der Bundesregierung 2019*. Berlin: BMEL. Disponível em: <<https://www.bmel.de/SharedDocs/Downloads/DE/Broschueren/Agrarbericht2019.html>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BMZ – Bundesministerium für Wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung (2019). *Bundesentwicklungsminister Müller fordert verbindliche Zertifizierung von entwaldungsfreiem Soja im Mercosur-Abkommen*. Press Release, 12/16/2019. Disponível em: <<https://www.bmz.de/de/aktuelles/mueller-zertifizierung-entwaldungsfrei-soja-mercosur-83208>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BORRAS, Saturnino M. Jr.; MILLS, Elyse N.; SEUFERT, Philip; BACKES, Stephan; FYFE, Daniel; HERRE, Roman; MICHÉL, Laura. Transnational land investment web: land grabs, TNCs, and the challenge of global governance. *Globalizations*, v. 17, n. 4, p. 608-628, set. 2020. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/14747731.2019.1669384>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BORRAS, S. M. Jr.; FRANCO, J. C.; GÓMEZ, S., KAY, C.; SPOOR, M. Land grabbing in Latin America and the Caribbean. *The Journal of Peasant Studies*, v. 39, n. 3-4, p. 845-872, maio 2012. Disponível em: <<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/03066150.2012.679931>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Das politische Feld: Zur Kritik der politischen Vernunft*. 1. ed. Konstanz: UVK. 2001.

BRAGANÇA, Daniele. Câmara volta do recesso e aprova PL da grilagem. *(O)Eco*, 03 ago. 2021. Disponível em: <<https://oeco.org.br/noticias/camara-volta-do-recesso-e-aprova-pl-da-grilagem/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). *Livestock and Food Supply*. Plan for adaptation and low carbon emission in agriculture strategic vision for a new cycle. Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Sustentável e Irrigação. Brasília: MAPA, 2021. Disponível em: <<https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/plano-abc/arquivo-publicacoes-plano-abc/adapting-to-climate-change-strategies-for-brazilian-agricultural-and-livestock-systems.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

COUNSELL, Simon; LORAAS, Kim T. (ed.): *Trading in Credibility: The Myth and the Reality of the Forest Stewardship Council*. London. 2002. Disponível em: <https://globalforestcoalition.org/wp-content/uploads/2010/12/Trading-in-Credibility1.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

CLAPP, Jennifer. Responsibility to the Rescue: Governing Global Private Financial Investment in Agriculture. *Agriculture and Human Values*, v. 34, n. 1, p. 223-235, mar.

2017. Disponível em: <<https://link.springer.com/article/10.1007/s10460-015-9678-8>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DEHUE, Bart; MEYER, Sebastian; HAMELINCK, Carlo. *Towards a harmonised sustainable biomass certification scheme*. Utrecht: ECOSYS. 2007. Disponível em: <https://wwfint.awsassets.panda.org/downloads/harmonised_sustainable_biomass_scheme.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2022.

DÖRRE, Klaus. Neue Landnahme? *Vorgänge*, v. 3, n. 191, p. 80-91, set. 2010. Disponível em: <<https://www.humanistische-union.de/publikationen/vorgaenge/191-vorgaenge/publikation/neue-landnahme/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FAO – Food and Agricultural Organization. *Climate-smart agriculture case studies 2021 – Projects from around the world*. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cb5359en>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FINPAT – Federação indígena das Nações Pataxó e Tupinambá do extremo Sul da Bahia. *Nota Pública – Informe de vídeo veiculado nas mídias sobre Aldeia Pataxó Nova Esperança, Porto Seguro/BA, 24 out. 2018*. Disponível em: <<https://www.fsc-deutschland.de/preview.original-dokumente-indigener-huptlinge-zu-die-ausbeutung-der-urwlder.a-1271.pdf>>. Acesso em: 22 nov. 2021.

FSC – Deutschland. *Stellungnahme: ARD, Die Ausbeutung der Urwälder*”. 16 out. 2018. Disponível em: <<https://www.fsc-deutschland.de/download.statement-und-faktencheck-arte-film.a-1251.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FSC – Forest Stewardship Council. *FSC statement on documentary*. 16 out. 2018. Disponível em: <<https://ic.fsc.org/file-download.fsc-fact-checks.7762.htm>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

FSC – Forest Stewardship Council. A RSB – Roundtable on Sustainable Biofuels reconhece as florestas certificadas pelo FSC – Forest Stewardship Council. *FSC Brasil*, 11 mar. 2013. Disponível em: <<https://br.fsc.org/pt-br/novidades/id/42>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: CAAP – Centro Andino de Acción Popular; CAES – Centro Latinoamericano de Ecología Social (eds.). *Extractivismo, política y sociedad*, Quito: caap y Claes, p. 187-225, nov. 2009. Disponível em: <<http://www.gudynas.com/publicaciones/GudynasNuevoExtractivismo10Tesis09x2.pdf>>. Acesso em: 22 jan 2022.

GUNAWAN, Juniati; SUSILO, Hermawan. Corporate Social Responsibility, Corporate Reputation, And Share Price: A Study of Consumer Goods Industries Using Sustainable Accounting Standard Board (SASB) Disclosures. *Journal Magister Akuntansi Trisakti*, v. 8, n. 1, p. 65-84, fev. 2021. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.25105/jmat.v8i1.8770>>. Acesso em: 22 jan 2022.

HARVEY, David. The ‘new’ imperialism: accumulation by dispossession. *Socialist Register*, v. 40, p. 63-87, jan. 2004. Disponível em: <<https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5811/2707>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

HUNSBERGER, Carol; BOLWIG, Simon; CORBERA, Esteve; CREUTZIG, Felix. Livelihood impacts of agrofuel crop production: Implications for governance. *Geoforum*, v. 54, p. 248-260, 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.09.022>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ISA – Instituto Socioambiental. *Autorizações para desmatamento na Bahia incluem gigante da celulose e fazendeiro parricida*. 18 jul. 2020. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/pt-br/noticia/207498>>. Acesso em: 22 jan 2022.

JÄGERMEYER, Jonas; MÜLLER, Christoph, RUANE, Alex et al.: Climate change signal in global agriculture emerges earlier in new generation of climate and crop models. *Nature Food*, v. 2, p. 873-885, nov. 2021. [DOI: 10.1038/s43016-021-00400-y]. Disponível em: <<https://www.nature.com/articles/s43016-021-00400-y#citeas>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

KATO, Karina Yoshie Martins; LEITE, Sergio Pereira Leite. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 458-489, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12506/pdf_1>. Acesso em: 22 jan. 2022.

KILL, Jutta. The role of voluntary certification in maintaining the ecologically unequal exchange of wood pulp: the Forest Stewardship Council's certification of industrial tree plantations in Brazil. *Journal of Political Ecology*, v. 23, n. 1, p. 434-445, nov. 2016. Disponível em: <<https://doi.org/10.2458/v23i1.20247>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LADWIG, Manfred; Reuther, THOMAS. 2018. *The exploitation of the Jungle*. Deutsche Welle (primeira emissão: ARTE: 10 set. 2018). Disponível em: <<https://www.dw.com/en/the-exploitation-of-jungle/av-49730430>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LANG, Chris. *In denial: FSC'S response to the Arte Documentary*, 2018. Disponível em: <<https://fsc-watch.com/2018/11/03/in-denial-fscs-response-to-the-arte-documentary/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LASCHEFSKI, Klemens. Extractivism 4.0 and the “regime of environmental coronelism”: The articulation of the Brazilian environmental systems with global multistakeholder governance schemes. *AMBIENTES: Revista de Geografia e Ecologia Política*, v. 3, n. 2, p. 107-161, dez. 2021. DOI: 10.48075/amb.v3i2.28409. Disponível em: <<https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28409>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LASCHEFSKI, Klemens. O Comércio de Carbono, as Plantações de Eucalipto e a Sustentabilidade de Políticas Públicas: uma análise geográfica. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PERREIRA, Doralice Barros (org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 245-286.

LASCHEFSKI, Klemens. *Nachhaltige Entwicklung durch Forstwirtschaft in Amazonien?: geographische Evaluierungen des Forest Stewardship Council*. Heidelberg, 2002. Disponível em: <10.11588/heidok.00002975>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LASCHEFSKI, Klemens; ZHOURI, Andréa. Indigenous Peoples, Traditional Communities and the Environment: The “Territorial Question” Under the New Developmentalist Agenda in Brazil. In: PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis F. (org.). *The Brazilian Left in the 21st Century – Conflict and Conciliation in Peripheral Capitalism*. 1. ed. London: Palgrave, Macmillan, 2019. p. 110-138. Disponível em: <https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-030-03288-3_10>. Acesso em: 22 jan. 2022.

LUXEMBURG, Rosa. *Die Akkumulation des Kapitals: ein Beitrag zur ökonomischen Erklärung des Imperialismus* (Rosa Luxemburg Gesammelte Werke VI). Berlin: Vereinigung Internationaler Verlagsanstalten, 1923.

NOLTE, Detlev; NETO, Clarissa C. R. Mercosur and the EU: The false Mirror. Dossiê – 30 Anos de Mercosul, *Lua Nova*, v. 112, p. 87-122, , jan./abr. 2021. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/1n/a/9Msq5gFqcKCBxWL9zDFDps/?format=pdf&lang=en>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Nations and business commit to create sustainable agriculture and land use*. UN Climate Change Conference UK 2021, 06 nov. 2021. Disponível em: <<https://ukcop26.org/nations-and-businesses-commit-to-create-sustainable-agriculture-and-land-use/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PONTE, Stefano. Roundtabeling’ sustainability: Lessons from the agrofuel industry. *Geoforum*, v. 54, p. 261-271, jul. 2014. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.07.008>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

PONTES, Nádia. “Governo Bolsonaro pratica nacionalismo seletivo na Amazônia”. Entrevista com a antropóloga Andréa Zhouri. *Deutsche Welle*, 17 set. 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/governo-bolsonaro-pratica-nacionalismo-seletivo-na-amaz%C3%B4nia/a-54956948>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ROSE, Gloria. Marktstruktur: Brasiliens Agrarwirtschaft zieht Anbieter an. *GTAI-German Trade and Invest*, 21 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.gtai.de/gtai-de/meta/ueber-uns/was-wir-tun/schwerpunkte/digitalisierung/marktstruktur-brasiliens-agrarwirtschaft-zieht-anbieter-an-636310>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

RSB – Roundtable on Sustainable biomaterials. *Trusted Solutions for a New World*, 2020. Disponível em: <<https://rsb.org/wp-content/uploads/2020/06/RSB-Brochure-12-Principles-Digital.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SASB – Sustainability Accounting Standards Board. *SASB Standards & Other ESG Frameworks*. 2021a. Disponível em: <<https://www.sasb.org/about/sasb-and-other-esg-frameworks/>>. Acesso em: 22 jan. 2022

SASB – Sustainability Accounting Standards Board. *Find your industry*. 2021b. Disponível em: <<https://www.sasb.org/find-your-industry/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SALATI, Paula. De onde vem o que eu como: aplicativos conectam consumidor a alimentos da agricultura familiar. *GI*, 17 set. 2021a. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2021/09/17/de-onde-vem-o-que-eu-como-aplicativos-conectam-consumidor-a-alimentos-da-agricultura-familiar.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SALATI, Paula. Gente do campo: projeto estimula o cultivo sustentável do açaí nas comunidades ribeirinhas do Marajó. *G1*, 30 jul. 2021b. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/agro-a-industria-riqueza-do-brasil/noticia/2021/07/30/gente-do-campo-projeto-estimula-o-cultivo-sustentavel-do-acai-nas-comunidades-ribeirinhas-do-marajo.ghtml>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

SVAMPA, Maristella. Consenso de los *commodities*, giro ecoterritorial y pensamiento crítico en América Latina. *Revista del Observatorio Social de América Latina*, v. 13, n. 32, p. 15-38, nov. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120927103642/OSAL32.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

START AGRO. *O exemplo que vem do campo*, 27 jun. 2021. Disponível em: <<https://startagro.agr.br/o-exemplo-que-vem-do-campo/>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

TROPICAL FOREST ALLIANCE. *Press Release: Brazil-China dialogue advances sustainable livestock management solutions in Brazil's Amazon and cerrado regions*. 20 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.tropicalforestalliance.org/en/news-and-events/news/brazil-china-dialogue-advances-sustainable-livestock-management-solutions-in-brazils-amazon-and-cerrado-regions>>. Acesso em: 22 jan. 2022.

Estratégias da financeirização do café no Sul de Minas Gerais

Luiza Borges Dulci

Introdução

Nos últimos séculos, e mais ainda nas últimas décadas, vimos muitas mudanças na forma como a produção agrícola e a terra, na forma de títulos e ativos, circulam entre paisagens e atores ao redor do globo. Tal circulação é possível devido a ferramentas tecnológicas e financeiras.

O presente estudo¹ se dedica à análise das finanças no universo cafeeiro e suas estratégias de inserção na região Sul de Minas Gerais. A região-objeto desta análise se destaca como a principal região cafeeicultora do principal país produtor de café do mundo, na medida em que provê mais de 30% do café brasileiro e 10% do café mundial – considerando a espécie arábica, a produção mineira corresponde a 54% do total nacional e 72,1% da área de cultivo no Brasil.

O exame das relações em torno da produção, transformação, comercialização, consumo e descarte do café emprega a chave analítica da Rede de Produção Global (RPG). Esta abordagem considera que as características da rede e os arranjos que a governam são produzidas coletivamente pelo conjunto de seus participantes, agentes econômicos e não econômicos, observadas as desigualdades de escala e de poder entre os mesmos. Trata-se, portanto, de uma tentativa de compreensão da “complexidade da globalização econômica [...] capaz de oferecer uma leitura analítica sobre as transformações internacionais na distribuição da produção e do consumo – e a viabilidade de diferentes estratégias de desenvolvimento às quais elas se relacionam” (HENDERSON *et al.*, 2011, p. 5). Conforme apontam Gereffi e Korzeniewicz (1994), as estruturas de governança compreendem “as relações de poder e autoridade que

¹ Este estudo é fruto de uma pesquisa de doutorado realizada entre 2017 e 2021, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), financiada pela Capes. Na pesquisa, a financeirização é entendida como um dos três pilares da governança da rede, juntamente com o par concentração-internacionalização e a regulação privada do negócio do café.

determinam como recursos financeiros, materiais e humanos são alocados e fluem no âmbito da cadeia” (GEREFFI; KORZENIEWICZ, 1994, p. 97).

Embora a relação entre finanças e agricultura não seja um fenômeno novo, há novidades históricas a serem analisadas. Em “What is land? Assembling a resource for global investment”, Li (2014) aponta que a terra pode ser muitas coisas ao mesmo tempo para diferentes atores. Semelhante a esta abordagem, Clapp (2015) mobiliza a ideia de paisagens agrícolas distantes – *distant agricultural landscapes* – para mostrar as “formas cada vez mais complexas de ‘distância’ que separam os alimentos tanto geográfica quanto mentalmente das paisagens em que foram produzidos” (CLAPP, 2015, p. 305). Aponta ainda que entre as principais consequências dos movimentos de industrialização, globalização, corporatização e financeirização está a produção de externalidades ecológicas e sociais.

A análise que segue se baseia na literatura especializada na financeirização e em dados primários e secundários coletados nos últimos anos sobre a produção cafeeira sul mineira. Os dados primários provêm de 44 entrevistas, realizadas entre março de 2019 e março de 2021. A maior parte delas foram empreendidas durante o trabalho de campo no Sul de Minas Gerais², realizado entre os dias 22 de julho e 01 de agosto de 2019. Na ocasião foram visitadas cooperativas, torrefadoras, armazéns gerais, sindicatos, acampamentos e assentamentos rurais, fazendas e sítios produtores de café, corretoras, exportadoras, órgãos públicos e universidades em nove municípios da região: Lavras, Três Pontas, Varginha, Alfenas, Campo do Meio, Guaxupé, Carmo de Minas, Delfim Moreira³ e São Gonçalo do Sapucaí. Já os dados secundários compreendem relatórios, vídeos e outros documentos provenientes dos setores privado, público e de organizações da sociedade civil, nacionais e estrangeiras, ligadas ao negócio do café.

Com base nesse conjunto de fontes e em diálogo com a literatura sobre o tema, o presente estudo se dedica à compreensão do papel dos dispositivos financeiros no transporte e na manipulação à distância das terras e da produção cafeeira. Para tanto, na sequência desta Introdução, a seção dois promove

² O trabalho de campo foi realizado pelos pesquisadores Luiza Dulci, Jéssica Siviero e Júnior Aleixo, no âmbito da pesquisa “Expansão do Agronegócio, mercado e estrangeirização de terras e ação do Estado: um olhar crítico sobre as transformações no meio rural brasileiro”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Cnpq), conduzida pelo Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap).

³ Delfim Moreira não se destaca como município cafeeiro. Foi incluído no trabalho de campo para fins de investigação da Fazendas Bartira, controlado pelo Brookfield Asset Manager.

o diálogo entre interpretações teóricas sobre o fenômeno que tem sido caracterizado como a financeirização da terra e da produção agropecuária. Em seguida, a seção três informa dados gerais sobre a produção cafeeira do Sul de Minas Gerais e sua projeção nacional e global. Munida dessas análises e dados, uma quarta seção se volta para três estratégias de penetração das finanças no café sul mineiro a partir dos casos da Ipanema Coffees, do Grupo Montesanto Tavares e da Cooperativa Cooxupé. Finalmente, são apontadas considerações sobre a financeirização do café à luz das reflexões dispostas ao longo do texto.

Terra: ativo produtivo e reserva de valor

Antes de aterrissar nas propriedades cafeeiras do Sul de Minas Gerais, cabe refletir sobre as singularidades da terra e da produção agropecuária como “ativos” propriamente financeiros. Em que pese não se trate de um tema novo nos campos da economia política e da sociologia econômica, os estudos sobre terra, e, em particular, seus aspectos financeiros, vivenciam o que a literatura chama de “redescoberta da terra”. Isso ocorre na medida em que diversos autores têm se debruçado sobre o processo de financeirização, revisitando análises clássicas e agregando novas leituras em sintonia com a realidade contemporânea.

No que diz respeito aos clássicos, David Ricardo é comumente apontado como pioneiro nos estudos sobre a natureza das rendas da terra e da propriedade fundiária em particular⁴. Em “Princípios de Economia Política e Tributação”, de 1817, o autor propõe duas espécies de renda advindas da terra, as quais denomina de rendas diferenciais I e II. A renda diferencial I decorre das características próprias da terra, como a fertilidade e a localização. Já a renda diferencial II é explicada pela produtividade decorrente do capital ali investido. Assim, enquanto a renda diferencial I está ligada ao uso extensivo da terra, a renda adicional, diferencial II, tem a ver com o processo de uso intensivo.

Embora postulado como pioneiro no assunto, há elaborações anteriores. Foster (2000) recupera trabalhos de James Anderson, escocês e contemporâneo de Ricardo, que em 1777, em “An inquiry into the nature of the corn laws”, já havia proposto elementos para uma teoria da renda da terra. Embora tenha notado o papel da “fertilidade absoluta” dos solos, Anderson conferiu

⁴ Outro autor de referência é Thomas Malthus, que já havia levantado reflexões iniciais sobre o tema em “An investigation of the cause of the present high price of provisions”, de 1800 (FOSTER, 2000).

mais importância à produtividade advinda do desenvolvimento histórico das técnicas produtivas.

Segundo Foster (2000), ciente das reflexões de Anderson, no terceiro volume de “O Capital”, Marx acrescenta outra espécie de renda, a renda de monopólio, derivada da propriedade da terra. Cabe lembrar que, para Marx, o valor advém exclusivamente do trabalho. Isto é, a terra – natureza – produz valor de uso, mas não valor de troca, ou mais valor. Assim, a renda da terra não é entendida como a remuneração do fator de produção terra, mas como pagamento pelo direito ao uso de uma propriedade para fins de emprego da força de trabalho. Ligada à renda de monopólio, há a renda absoluta, existente somente na agricultura, onde a composição orgânica do capital é mais alta do que nos demais setores da economia. Nesse caso, é produzido ainda mais valor-trabalho, o qual vem somar no cálculo geral da renda da terra (ALMEIDA; MONTE-MOR, 2017).

À luz deste conjunto de interpretações e teorias da economia política clássica, o economista brasileiro Ignácio Rangel propôs uma quarta categoria de renda da terra. Para ele, a quarta renda é fundada na noção de renda especulativa, decorrente da “expectativa de valorização”. Trata-se de “uma renda peculiar, que os clássicos não estudaram, e que se aplica inclusive à terra que não é utilizada, porque também ela se valoriza. Mais ainda, ela faz do *título imobiliário* um *ativo mobiliário* como as ações e as obrigações” (RANGEL, 1986, p. 76).

A análise de Polanyi (1980 [1944]) problematiza aspectos subjacentes a toda essa discussão. O autor parte do pressuposto de que a terra não é uma mercadoria qualquer, pois não pode ser reproduzida como as demais. Nesse sentido, toma a terra – juntamente com o trabalho e o dinheiro – como mercadoria fictícia, haja vista que nenhuma delas foi concebida para ser transacionada no mercado.

Dentre as abordagens mais contemporâneas, Fairbairn (2014) identifica a terra como um ativo singular: “é um ativo produtivo que se passa por ativo financeiro” (FAIRBAIRN, 2014, p. 779). É fator de produção, ao mesmo tempo que constitui reserva de valor, de tal forma que cria riqueza por meio da apreciação passiva. Em razão disso, sugere que a natureza dual da propriedade fundiária é mais bem analisada pela noção de ativo quase-financeiro (*quasi-financial*) (FAIRBAIRN, 2014). Na mesma linha, Fix e Paulani (2019) apontam que esta dualidade existe porque a terra nunca abandona sua forma concreta de meio de produção e condição objetiva do trabalho, ao mesmo tempo que nunca se desfaz da propriedade de estocar riqueza.

É nesse contexto que as terras agrícolas são frequentemente referidas pelos investidores financeiros como *black gold* (FAIRBAIRN, 2014). A referên-

cia ao ouro remete ao fato de que são ativos limitados em quantidade; possuem grande potencial de valorização; e estão mais salvaguardados nos períodos de crises econômicas. Porém, diferentemente do ouro, a terra é também fator de produção, o que lhe confere mecanismos de valorização adicionais, sobretudo quando associados à oferta de infraestrutura produtiva, à ligação com canais logísticos e à regulação das normas de propriedade e uso e ocupação dos solos. Destarte, os movimentos de redescoberta – política, econômica, cultural e *analítica* – da terra levantam aspectos contemporâneos que complementam interpretações anteriores sobre o processo de valorização das terras e da produção agropecuária. Nesse contexto, há que se ressaltar que, embora a relação entre finanças e agricultura não seja recente (CRONON, 1991), foi somente a partir dos anos 1970 que a dinâmica financeira passou a se sobrepor a certos processos organizativos e produtivos agrícolas.

Desde então um novo conjunto de práticas e dispositivos passou a capitalizar as distâncias, criando dinheiro em contextos de crescimento econômico e aumento do consumo – mas também a despeito deles (BREGGER-BUSH, 2012). Se, por um lado, há o descolamento das finanças em relação aos chamados ativos reais ou produtivos, por outro, são forjadas novas formas de conexão entre agricultores e comerciantes de café situados em distintas regiões do globo (CLAPP, 2015).

Uma das definições de financeirização mais difundidas na literatura aponta-a como o “crescente papel de motivos, mercados, atores e instituições financeiras na operação das economias nacionais e internacionais” (EPSTEIN, 2005, p. 3). Tal processo envolve, portanto, um conjunto de fenômenos relacionados ao domínio das ferramentas financeiras na gestão das empresas e dos governos, assim como a crescente centralidade do sistema financeiro internacional na distribuição de capital no mundo (FLIGSTEIN; CALDER, 2015).

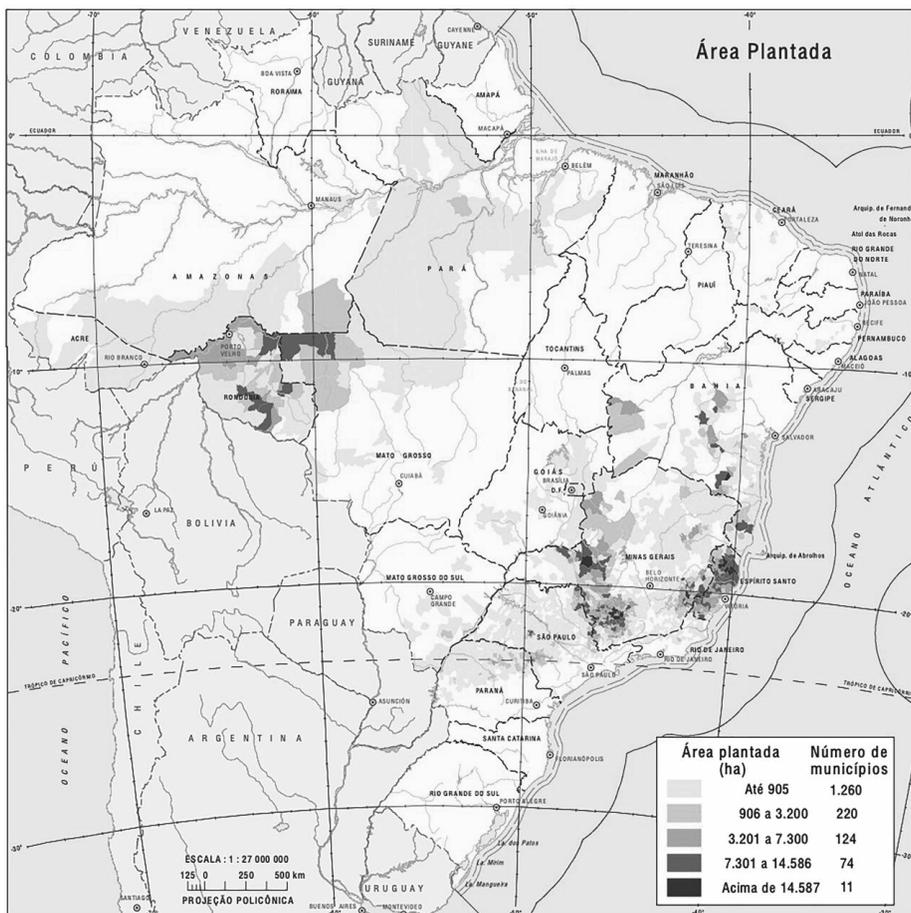
Considerando o papel histórico que o café desempenhou na formação dos mercados de *commodity* e nos desenvolvimentos da relação entre finanças e agricultura, os dados coletados e analisados nas páginas que seguem fornecem pistas sobre o que está a se passar na atualidade, assim como dão a dimensão da relevância do Sul de Minas Gerais na rede global do café.

A produção cafeeira do Sul de Minas Gerais

A liderança de Minas Gerais e do Sul de Minas, em particular, na produção cafeeira nacional data dos anos 1970, na esteira das grandes geadas que atingiram os cafezais do Paraná e de São Paulo. Conforme aponta o Mapa 1, a seguir, a “geografia do café no Brasil contemporâneo” é sustentada

[...] pela liderança mineira e capixaba e pela contínua expansão dessa cultura em direção ao cerrado do oeste baiano e ao eixo da Rodovia BR-364 no estado de Rondônia, área pioneira de cultivo do café na região Norte do país, assim como alguns municípios situados na Rodovia Transamazônica (IBGE, 2016, p. 25).

Figura 1: Concentração da área plantada de café em 2013



Fonte: IBGE, 2016, p. 29.

Atualmente, o parque cafeeiro mineiro é composto por cerca de 4,3 bilhões de pés (em formação e produção), distribuídos em 1,2 milhão de hectares, em 517 dos 853 municípios do estado. A produção mineira corresponde a 54% do total nacional e 72,1% da área de café arábica brasileira. Em 2020, ano de bienalidade positiva para o café, a produção mineira atingiu 34,6 milhões

de sacas, 55,3% delas provenientes da região Sul do estado. O Valor Bruto da Produção (VBP)⁵ do café chegou a R\$21 bilhões, correspondentes a 22% do VBP agropecuário do estado e 60% do faturamento das lavouras cafeeiras brasileiras (SEAPA/MG, 2020b).

Em 2019, as exportações mineiras de café somaram US\$3,56 bilhões, o equivalente a 44,6% das exportações do chamado agronegócio⁶ mineiro. Quanto ao nível de processamento, 99,7% das exportações foram de café verde; 0,2% de extratos, solúvel e resíduos; e 0,1% de café torrado. O Sul de Minas é a principal região exportadora do estado (US\$2,79 bilhões), com destaque para os municípios de Varginha, Guaxupé e Alfenas (SEAPA/MG, 2020a). Tida como “a capital do café no Brasil”, Varginha concentra “mais de 100 empresas coligadas ao negócio do café”, dentre as quais “mais de 20 multinacionais” (Entrevistado 23⁷).

A maior parte do café do Sul de Minas é cultivado em pequenas propriedades. Dados do Censo Agropecuário de 2017⁸ evidenciam que mais da metade do café arábica brasileiro (51,38%), mineiro (52,77%) e sul mineiro (50,6%) é cultivado em estabelecimentos de área entre 1 e menos de 10 hectares. No outro espectro da estrutura fundiária, estabelecimentos com mais de 200 hectares constituem 2,06%, 2,44% e 2,74%, respectivamente; e aqueles com área superior a 500 hectares são 0,55%, 0,63% e 0,6%, respectivamente.

As Figuras 2 e 3 mostram a predominância das pequenas unidades produtivas no Sul de Minas. Apesar disso, é notável o quanto a região contribui para o valor agregado do café do estado.

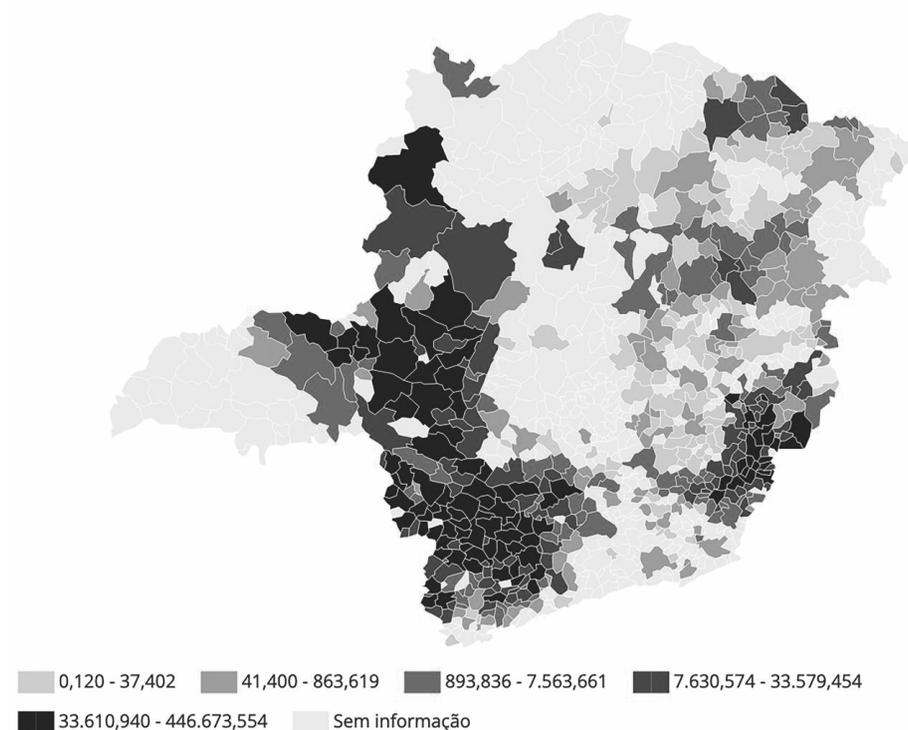
⁵ Indicador que representa uma estimativa da geração de renda no meio rural, divulgado mensalmente pelo MAPA.

⁶ Conforme análise de Pompéia (2021), a categoria ‘agronegócio’ é heterogênea e abarca interesses fragmentados e, em alguma medida, conflitivos. Ela deriva do termo agribusiness, idealizado nos anos 1950 na Escola de Negócios de Harvard/EUA, para marcar um novo paradigma de relação entre agricultura e negócios. Em que pese sua primeira utilização no Brasil date de 1969, foi apenas nos anos 1990 que a categoria ganhou força e veio a ser traduzida para ‘agronegócio’.

⁷ Representante do Centro de Comércio do Café de Minas Gerais (CCC-MG). Entrevista realizada na sede do CCC-MG, em Varginha, em 24 de julho de 2019. A numeração corresponde àquela disposta no Anexo A da tese publicada pela autora.

⁸ Dados referentes à Tabela Sidra 6956 do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, com o somatório de estabelecimentos com menos e com mais de 50 pés plantados.

Figura 2: Espacialização do valor da produção de café Arábica
de Minas Gerais (2017) – em (x1.000) R\$

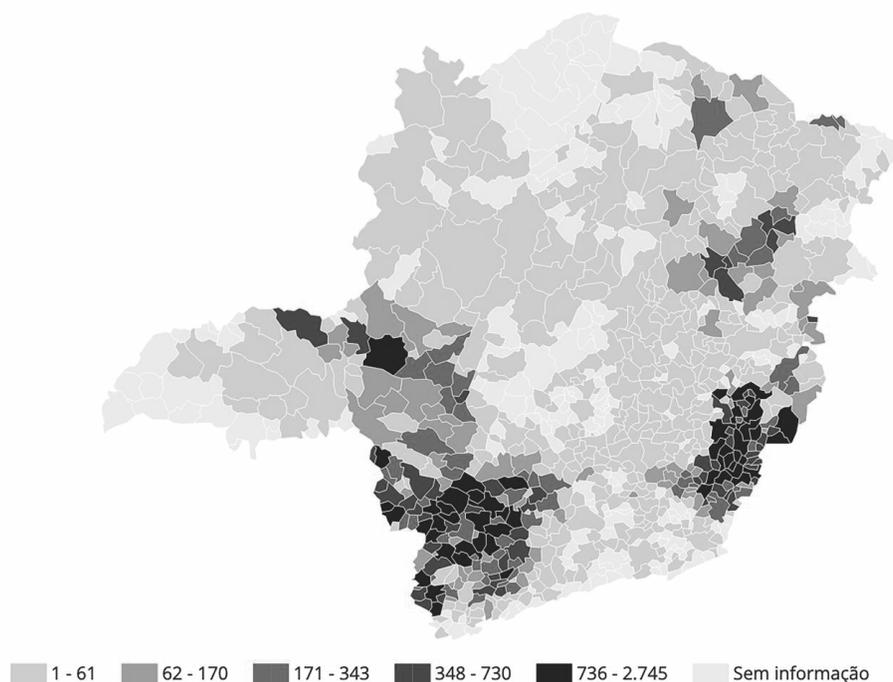


* Estabelecimentos com mais de 50 pés de café em 30 de setembro de 2017.

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE⁹.

⁹ Cartograma disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=31&tema=78229>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Figura 3: Espacialização do número de estabelecimentos que cultivam café Arábica em Minas Gerais (2017)



* Estabelecimentos com mais de 50 pés de café em 30 de setembro de 2017.

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE¹⁰.

As figuras 2 e 3 evidenciam que as regiões do Sul de Minas e Zona da Mata mineira concentram numericamente a maior parte dos estabelecimentos, via de regra, de pequeno porte. Já no cerrado mineiro há sobretudo grandes fazendas. Em termos de valores da produção, sul, cerrado e zona da mata, respectivamente, constituem-se como as três principais regiões produtoras de café do estado. Das três, o Sul de Minas se destaca pela presença de uma diversidade de empresas de exportação, assim como indústrias de torrefação e moagem.

Ainda que minoritária, é crescente a presença de grandes fazendas de monocultura de café na região. Sua relevância se dá em termos de quantidade de grãos produzidos, assim como se impõe nas relações de poder na região.

¹⁰ Cartograma disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=31&tema=76252>. Acesso em: 25 abr. 2022.

Grandes fazendas não apenas estão no centro de episódios de conflitos por terra – como o do Quilombo Campo Grande no município de Campo do Meio –, como também predominam nas diretorias das grandes cooperativas cafeceiras e controlam boa parte do negócio de exportação dos grãos.

Tanto nas grandes quanto nas médias e pequenas unidades, a mediação¹¹ das finanças tem sido fundamental para os resultados comerciais do café. Destacam-se o papel dos dispositivos e ferramentas de crédito, as linhas de financiamento público e privado e a capacidade de transportar valores no tempo-espaço.

Ao analisar a agricultura brasileira, Balestro e Lourenço (2014) examinam a crescente importância das finanças nas estratégias corporativas agropecuárias, seja pela via do financiamento da produção, seja pelo crescente número de investidores institucionais atuando diretamente nos mercados agrícolas. Os autores chamam a atenção para a frequência com que estes investimentos acabam por comprometer a sustentabilidade de longo prazo dos negócios produtivos em favor da maximização dos lucros a serem distribuídos entre os acionistas, com base no princípio do *shareholder value*.

Tipos coletivos de propriedade se fazem presentes na agricultura na forma de Sociedades Anônimas, de capital aberto ou fechado; e dos chamados investidores institucionais, que compreendem “diversos tipos de fundos (pensão, soberanos, *hedge*, *endowments*, *private equity*) e corporações (bancos, seguradoras e empresas)” (BERNARDES *et al.*, 2017).

Segundo Isakson (2013), a trajetória de mudanças institucionais, formais e informais, das últimas décadas colocou de pé uma nova arquitetura financeira. Juntamente com o desmantelamento de políticas públicas e do sistema financeiro de Bretton Woods, viu-se em todo o mundo o aprofundamento de medidas de liberalização do comércio e dos capitais – sob a orientação dos chamados Consenso de Washington e Consenso de Paris (ABDELAL, 2006). Nesse contexto, “o impacto das exportações de *commodities* sobre a ‘riqueza das nações’ tornou-se uma questão central” (DAVIRON; PONTE, 2005, p. 15), de tal forma que o aumento do comércio passou a ser compreendido como uma etapa crucial na agenda de desenvolvimento. “A atenção mudou das rendas dos agricultores para as receitas de exportação, a divisão internacional do trabalho e os ganhos ou vantagens que se podem esperar das exportações de *commodities*” (idem).

¹¹ Conforme aponta a literatura da Teoria do Ator-Rede (LATOUR, 2012), dispositivos e atores mediadores se distinguem de simples intermediários. Os mediadores não somente intermedeiam a relação entre agricultores, comerciantes, torrefadores e consumidores, mas desempenham funções específicas que, de fato, alteram a essência e os sentidos das relações produtivas e, juntas, movem a rede global do café.

Ao analisar as intersecções do que caracteriza como vias primárias e secundárias da globalização, Knowles dá ênfase ao aspecto da “hiperlocalidade”. Isto é, mostra que a globalização “é feita de pequenas seções ‘hiperlocais’, todas elas conectadas” (KNOWLES, 2014, p. 307). Embora formado majoritariamente por pequenas unidades produtivas de café, o que caracterizaria o Sul de Minas como um local próprio das vias secundárias da globalização, também ali se veem práticas e relações que explicitam os traços mais emblemáticos das vias primárias, com ênfase na financeirização e na confluência de exportadoras, torrefadoras, corretoras e outras instituições do café, com conexões globais diretas e indiretas.

Inspirada por esta abordagem, a seção a seguir propõe (hiper)localizar as manifestações do capital financeiro no Sul de Minas. Trata-se de um exercício de mapeamento que abrange formas mais clássicas e outras possibilidades de aterrissagem das finanças no território. Quais as diferentes estratégias de penetração do capital financeiro na região? O que cada uma delas nos diz sobre *as práticas, os processos e o projeto* (WILLIAMS *et al.*, 2013) da financeirização e da globalização de maneira geral?

Além de evidenciar a dinâmica hiperlocal das finanças, os três casos em questão problematizam a naturalização da relação entre financeirização e comoditização, na medida em que mostram o avanço da lógica financeira sobre produtos e mercados “exclusivos”, como é o caso dos cafés especiais.

Três estratégias de financeirização do café no Sul de Minas Gerais

1. Ipanema Coffees

Sociedade Anônima de capital fechado, atualmente a Ipanema Coffees reúne capital de origem nacional e estrangeiro, mais especificamente japonês e alemão. Produz sobretudo cafés especiais, distribuídos em três fazendas: Conquista, Rio Verde e Capoeirinha, localizadas nos municípios de Alfenas e Conceição do Rio Verde, na região Sul de Minas Gerais. Uma das primeiras empresas brasileiras a obter reconhecimento internacional no mercado de “especiais”, a Ipanema participou da fundação da *Brazilian Specialty Coffee Association* (BSCA), em 1991, e investiu de forma pioneira na certificação e no rastreamento do café. Entre 2002 e 2012, obteve selos das certificadoras UTZ; C.A.F.E/Starbucks; RainForest Alliance; AAA Nespresso/Nestlé e Fair Trade USA¹².

¹² As certificações socioambientais integram os chamados padrões voluntários de sustentabilidade. São novidades “não estatais” direcionadas ao mercado, que “ditam padrões de negócios

O capital financeiro esteve presente na trajetória da empresa desde a sua fundação, em 1969. À época, o empresário Luiz Cyrillo Fernandes¹³ se associou ao Grupo Gomes Almeida e buscou parceria com o banco Bozano Simonsen para concretizar o negócio. Nas décadas de 1970 e 1980 houve a expansão das atividades de cultivo e comercialização, e em 1991 teve início o processo de exportação de café – período que coincide com a extinção do Instituto Brasileiro do Café (IBC) e o fim das cláusulas econômicas do Acordo Internacional do Café (AIC).

Nos anos 2000 e 2010, uma série de mudanças acionárias e incorporações de investimentos estrangeiros moldaram um novo perfil para a empresa. Com o desligamento do Banco Bozano, foi firmada parceria de três anos (2006-2008) com o fundo de multimercados e *private-equity* Gávea Investimentos¹⁴. Da mesma forma, três antigos clientes da Ipanema tornaram-se sócios da empresa, a norueguesa Kaffehuset Friele AS;¹⁵ a trader japonesa Mitsubishi; e a Tchibo, uma das principais processadoras de café e rede de cafeterias da Alemanha. Em 2016, simultaneamente à saída da Friele, os primeiros donos deixaram a empresa, e nova sócia foi incorporada, a brasileira Santa Colomba Investimentos Agrícolas (SC)¹⁶, “focada em produções de larga escala e com potencial de mecanização”.

A trajetória da Ipanema é, portanto, marcada por distintas composições acionárias e societárias, com investidores de dentro e de fora do café. A relação com o fundo Gávea retrata um dos processos clássicos da financeirização contemporânea, qual seja, a participação e/ou controle de empresas por fundos de investimentos desconectados com a história das firmas e com seus ramos produtivos. Neste caso em particular, a parceria de três anos com o Fundo Gávea permitiu à Ipanema angariar recursos para a realização de melhoramentos produtivos, como o sistema de irrigação e a renovação do parque cafeeiro. O Fundo, por sua vez, tinha buscas de retorno financeiro e investiu na empresa sem expectativas de aprofundar sua relação com o mercado cafeeiro em particular.

acima de requisitos legais, estabelecem mecanismos para promover a qualidade e geralmente concedem rótulos para diferenciar e promover as empresas e os produtos envolvidos” (RAY-NOLDS, 2014, p. 500).

¹³ A família de sua esposa cultivava café na região do Sul de Minas desde 1887.

¹⁴ Tem como um dos sócios o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga.

¹⁵ À época, 40% do capital da Friele era pertencente à Sara Lee. De 2012 para cá, a Sara Lee passou por diversos processos de fusões e aquisições e hoje pertence à Jacobs Douwe Egberts (JDE), atualmente controlada pela JAB Holding.

¹⁶ A SC Investimentos Agrícolas possui sede corporativa em São Paulo/SP e unidades produtivas em Cocos/BA e Mambai/GO.

Segundo apontou um dos representantes da empresa em entrevista realizada na Fazenda Conquista, em Alfenas, o interesse das estrangeiras envolve outra sorte de questões. Elas mudaram da condição de clientes que importavam cafés da Ipanema para a condição de sócias em função de estratégia de marketing.

Eles já compravam café nosso e queriam falar ‘a partir de agora não quero falar que eu compro café no Brasil, quero falar que sou dono de uma fazenda de café no Brasil’. Então muda o marketing pra eles também (Entrev.31).¹⁷

O envolvimento da Santa Colomba Investimentos Agrícolas parte de motivações distintas, pois desde o início ela manifestou intenções explícitas de promover mudanças nos planos produtivos da Ipanema. Antes de tornar-se sócia, a SC havia contratado uma consultoria da Ipanema para o cultivo de café no oeste baiano. Ao final do contrato, diante da recusa da Ipanema em seguir com o trabalho, a SC comprou ações da empresa e, na condição de sócia, convenceu os demais investidores a apoiarem um projeto de três anos na região do cerrado baiano. Ao final do período, a Ipanema avaliou que os custos foram muito altos e encerrou sua atividade cafeeira na região – decisão que evidencia o peso dos aspectos propriamente produtivos nas estratégias de sustentação da Ipanema Coffees (SIVIERO VICENTE; BARROS JR.; DULCI, 2021).

2. Grupo Montesanto Tavares

O caso do Grupo Montesanto Tavares joga luz sobre outra estratégia de financeirização do café na região do Sul de Minas. Ela envolve o acordo firmado em 2018 entre o Grupo e o *Public Sector Pension Investment Board (PSP Investments)*, fundo de pensão de servidores públicos canadenses, das forças armadas e da Real Polícia Montada do Canadá.

Com essa parceria, o PSP tornou-se sócio minoritário do Grupo, considerando as exportadoras Atlantica Coffee, Cafebras-BR e Ally Coffee USA/EU; e as fazendas Atlantica Agro, Primavera e Matilde, em Minas Gerais; e Rio de Janeiro e Mimosa, na Bahia. O montante aportado foi de US\$326 milhões, o equivalente a R\$1,5 bilhão (SAMBO; BATISTA, 2018), de um total de US\$118 bilhões disponíveis para investimento do Fundo. Com essa injeção de capital, o Grupo Montesanto Tavares planeja quintuplicar sua produção em 10 anos, atingindo a marca de 500 mil sacas de café (IC, 2018).

¹⁷ Representante da Ipanema Coffees. Entrevista realizada na Fazenda Conquista, sede da Ipanema Coffees, em Alfenas, em 26 de julho de 2019.

Fundado em 1998, o Grupo¹⁸ constitui uma Sociedade Anônima fechada e é um dos expoentes de cafés especiais entre grandes produtores¹⁹, haja vista que mais de 60 países compõem seu portfólio de exportação de café. Apresenta-se como uma “*holding* com experiência em todas as etapas da cadeia cafeeira, atuando desde a originação dos cafés até a venda dos *blends* no exterior”. Além de cultivar seu próprio café, também comercializa grãos de pequenos produtores. Até 2019 sediado em Belo Horizonte, decidiu migrar toda sua estrutura física para Varginha, onde já se situava a sede da Atlantica Coffee. Além de Varginha, em Minas Gerais, o Grupo possui unidades em Manhuaçu, Zona da Mata mineira; Angelândia, Vale do Jequitinhonha; e Patrocínio, no Alto Paranaíba/Triângulo mineiro. As fazendas somam mais de 9 mil hectares e possuem certificação da 4C, C.A.F.E./Starbucks e UTZ.

Antes da parceria celebrada com o PSP em 2018, a relação com o capital financeiro já era prática corrente do Grupo. Seu histórico envolve contratos futuros de café em dólar (*Non Deliverable Forward (NDF)*) negociados na bolsa de Nova York; contratos de compra e venda futura de café junto a corretoras e bancos; contratos de *swap* de dólar para Certificado de Depósito Interbancário (CDI); e contratos de dólar futuro na Bolsa de Mercadorias e Futuros de São Paulo – BM&F Bovespa (PWC, 2020).

Cabe lembrar que o envolvimento do fundo de pensão canadense em negócios agrícolas no Brasil não compreende um caso isolado. Fundos de pensão aportam recursos em busca de lucros e dividendos em negócios espalhados por todo o mundo. No contexto da ‘redescoberta das terras’ do início do século XXI, atividades agrícolas e minerais tornaram-se alvo corrente destes investidores. Um dos casos mais conhecidos é o do *Teachers Insurance and Annuity Association – College Retirement Equities Fund (TIAA CREF)*, fundo de pensionistas estadunidenses que investiu em fazendas na região do Matopiba²⁰ nos anos 2000 e 2010 (SIVIERO VICENTE, 2020). O caso chegou à primeira página do jornal *The New York Times* em 2008, que denunciou as conexões entre professores aposentados de Nova York, grileiros e pequenos agricultores expulsos de suas terras no interior do Piauí.

¹⁸ Ver portal da empresa: <<https://www.atlanticacoffee.com/quem-somos/#grupo-montesanto-tavares>> e <<https://www.atlanticacoffee.com/grupo-montesanto-tavares-do-plantio-a-comercializacao-internacional-do-cafe/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

¹⁹ Entre as empresas direta ou indiretamente controladas pelo Grupo, algumas são sediadas no exterior: Ally Coffee, sediada em Plantation/Florida, Estado Unidos; Atlântica Overseas, sediada nas Ilhas Virgens Britânicas; e Ally, sediada em Lausanne, na Suíça (PWC, 2020).

²⁰ Região que compreende o sul dos estados do Piauí e do Maranhão, o oeste da Bahia e o estado de Tocantins.

No caso da parceria entre o fundo canadense e o Grupo Montesanto Tavares, embora conectados por meio dos recursos financeiros, os pensionistas canadenses encontram-se muito distantes dos pequenos sítiantes cafeicultores do Sul de Minas. Vale destacar: o distanciamento não é apenas geográfico, mas carrega dimensões ideológicas, culturais, cognitivas, econômicas e políticas (CLAPP, 2015).

3. Cooxupé

O caso da Cooxupé configura um terceiro perfil de financeirização do café no Sul de Minas Gerais. Maior cooperativa de cafeicultores do mundo, ela está inteiramente integrada aos mercados internacionais. Exporta café para cerca de 50 países e possui relação com mais de 50 bancos. No entanto, diferentemente da Ipanema Coffees e do Grupo Montesanto Tavares, a Cooxupé não possui sócios estrangeiros, sejam eles empresas ou fundos. Na condição de cooperativa, suas ações pertencem aos próprios cooperados, contingente que ultrapassa 15 mil cafeicultores. Como ocorre, portanto, sua aproximação com o capital financeiro?

Uma das vias prioritárias de mobilização das finanças pela Cooperativa é o crédito. No caso da Cooxupé, bancos públicos e privados, nacionais e internacionais fornecem crédito para os cooperados e para a Cooperativa em si. Outra via de contato envolve a comercialização de insumos. Cooxupé e demais grandes cooperativas de café do Sul de Minas ofertam insumos e maquinário agrícola em suas lojas espalhadas pela região. Igualmente, promovem eventos como feiras e festivais com o propósito de apresentar e comercializar esses produtos, além de ofertá-los nas visitas da assistência técnica prestada aos cooperados. As lojas da Cooxupé comercializam mais de 3 mil itens, distribuídos entre 15 segmentos. Em 2019, foram vendidas 279.658 toneladas de fertilizantes, sendo 6% na forma de *barter*²¹. Parte das vendas se deu no âmbito da campanha “Café com Lucro”, durante a qual 91 fornecedores ofertaram 1.219 produtos. O faturamento com a venda de defensivos foi da ordem de R\$166,7 milhões, enquanto a comercialização de máquinas e implementos somou R\$64 milhões em 2019 (COOXUPÉ, 2019).

Os contratos futuros e outros contratos da bolsa constituem, por sua vez, uma terceira forma de penetração do capital financeiro do dia a dia da

²¹ Nesse tipo de transação, os agricultores levam para casa o insumo desejado e se comprometem a entregar os grãos na safra seguinte em um preço já combinado, ou seja, efetua-se a “trava” do café em determinado preço.

Cooxupé e de seus cooperados. Na medida em que todo o café comercializado pela Cooperativa tem como referência o preço praticado em Nova York, pode-se dizer que ela funciona quase como um entreposto daquela praça financeira no Sul de Minas. Diariamente os números da bolsa repercutem por toda a região: “cada loja tem um painel que acompanha o preço do dólar, acompanha o mercado de futuros, o preço físico” (Entrev. 38²²). Enquanto as lojas físicas da Cooperativa funcionam como uma espécie de *hub* das praças financeiras, há também uma plataforma *online* sobre a qual os cooperados têm autonomia para movimentar seus próprios estoques, vendendo parte ou todo ele, a depender da necessidade de capital e dos preços ofertados. Outro canal de comunicação e difusão do dia a dia da Bolsa são as listas de transmissão do aplicativo *whatsapp*, que conferem temporalidade imediata às interações entre cooperados e Cooperativa e entre estes e o universo da Bolsa: “eu mando o preço do café daqui a pouco e 9 mil contatos recebem na hora. A gente dá essa informação pra ele poder criar a estratégia dele de mercado” (Entrev. 38).

Cooperados que não têm volume de produção suficiente²³ para atuar de forma autônoma na bolsa contam com o apoio da Cooperativa para fazê-lo:

Como a maioria são pequenos, a gente imagina que fazer uma operação de mercado de futuros por exemplo, seria difícil. Porque pra gente travar na bolsa de Nova York precisa de 330 sacas pra fazer uma operação e tem gente que não produz isso. Acesso ao mercado, acesso ao sistema financeiro, a Cooperativa ajuda (Entrev. 38).

São também disponibilizados técnicos para ajudar os cooperados a entender os termos e as condicionantes do mercado – aspectos que fazem da Cooxupé uma das principais tradutoras da linguagem do mercado financeiro para os territórios de cultivo do café no Sul de Minas. A figura do “comercializador” é o agente-tradutor. A ele compete facilitar a transação para os clientes que desconhecem tais linguagens: “‘Não sei lidar com esses dados’. Vai lá e conversa com o comercializador que ele ajuda” (Entrev. 38).

Considerações finais

O presente estudo mostrou que a centralidade cada vez maior das finanças e seu domínio econômico e político global dependem da sua capacidade

²² Representante da Cooperativa Regional dos Cafeicultores de Guaxupé (Cooxupé). Entrevista realizada na sede da Cooxupé, em Guaxupé, em 30 de julho de 2019.

²³ Cada contrato de Café Arábica na B3/BM&F Bovespa compreende 100 sacas de 60kg. Contratos de Café Arábica na ICE/Nova York têm limite mínimo 37.500 libras, equivalentes a 283 sacas de 60kg.

de penetração nas dinâmicas, paisagens e atores locais. Isso significa que o controle da rede global do café por atores produtivos e financeiros do Norte não se dá a despeito dos territórios de produção dos grãos.

O estudo optou por uma análise dos diferentes fenômenos agrupados no bojo da financeirização a partir de uma abordagem hiperlocal, isto é, que busca pistas do que se passa globalmente a partir de processos em curso no território em questão. Assim, foram identificados padrões distintos de inserção das finanças, expressos em três estudos de caso – Ipanema Coffees, Grupo Montesanto Tavares e Cooxupé. Se, por um lado, há diferenças marcantes entre eles, que podem inclusive nos levar a problematizar o próprio uso generalizado do termo ‘financeirização’, por outro verifica-se o imperativo dos preços e dinâmicas da bolsa de valores de Nova York como referência hegemônica na região.

Os três casos mostraram ainda como a comercialização do café é mediada por uma série de dispositivos e inscrições financeiras e envolve uma gama variada de atores e paisagens. Junto aos grãos verdes transporta-se a própria lógica das grandes praças financeiras globais para os pequenos municípios e sítios do Sul de Minas Gerais. Como consequência, cria-se um amálgama dos circuitos produtivo, agrícola, industrial e financeiro, que caracteriza a lógica “multidimensional” do capital na contemporaneidade (FREDERICO; GRAS, 2017).

As dinâmicas e consequências dos processos analisados anteriormente relativos à financeirização da produção agrícola somam-se aspectos ligados à financeirização das terras propriamente ditas. O descolamento entre preços das *commodities* e preços das terras no Brasil é uma das evidências do tratamento da terra como ativo financeiro, discutido na seção dois deste texto. Tais movimentos de desconexão geram renda a partir da especulação. Desde 2011, vivemos um período de redução dos preços das *commodities* agrícolas. Todavia, o preço da terra não cessou de crescer. Flexor e Leite (2017) analisam os dados da Consultoria Economics FNP, que calcula a série histórica do preço das terras no Brasil e mostra que, entre 2010 e 2015, o preço médio do hectare brasileiro saltou de R\$4.756,00 para R\$10.083,00, um crescimento de 112%.

Os mesmos dados nos permitem examinar as dinâmicas específicas do café. O cruzamento de dados da Conab (2017) sobre os custos de produção no café com os da Consultoria FNP²⁴ sobre o preço das terras para Patrocínio/MG (principal município produtor de café do país, localizado no cerrado mi-

²⁴ Os dados do preço das terras levantados pela Consultoria FNP foram adquiridos pelo Grupo de Estudos em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (Gemap), no âmbito da pesquisa “Por uma sociologia das transformações agrárias no Brasil recente: financeirização da agricultura, apropriação e estrangeirização da terra” (2018-), financiada pelo CNPq.

neiro) dá sinais de que está em curso processo de descolamento semelhante. Entre os anos de 2008 e 2016, o preço da saca de café no município aumentou de R\$251,22 para R\$482,24, o que equivale a um aumento de 92%. Por sua vez, a variação no preço das terras entre os anos de 2008 e 2017 foi de 183,7%. Para fins de comparação, a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), aumentou 71% entre 2008 e 2016.

Tais dados reforçam indícios da integração das lavouras cafeeiras mineiras no novo mercado global de terras (SASSEN, 2016), o qual é moldado por lógicas e dinâmicas globais e sustentado por políticas adotadas por governos locais, regionais e nacionais. Dominada por interesses privados, a lógica das finanças é uma das principais formas de captura da renda e de concentração de renda e poder nas mãos de poucos atores, alguns dos quais estranhos a quaisquer atividades diretamente ligadas à produção e à transformação dos grãos.

Uma das consequências de todas estas transformações – aumento do volume e da importância do capital financeiro na agricultura; emergência de novos atores e investidores; mudanças nos arranjos institucionais e nas legislações; e outras – é a requalificação do “pacto da economia política do agronegócio” no Brasil. De fato, a Economia do Agronegócio (DELGADO, 2012) do período recente difere daquela dos anos 1970 (HEREDIA; PALMEIRA; LEITE, 2010). Se antes os aspectos distintivos foram a industrialização e a mecanização da agricultura, no presente sobressaem as tecnologias eletrônicas e digitais da Agricultura 4.0 (WILKINSON, 2019) e a dimensão empresarial, com ênfase na lógica do gerenciamento, na proeminência das rendas financeiras e na ligação direta com os mercados externos. Esse conjunto de processos cria cada vez mais obstáculos à captura da renda em nível local e reforça a tendência concentradora que favorece atores corporativos situados no Norte Global.

Responsáveis por mais de 70% da produção cafeeira mundial, os pequenos agricultores retêm apenas 5% a 10% do lucro (FJP, 2018). Quando considerado o nível de importação (preço CIF²⁵), que costumeiramente já inclui processos iniciais de separação e transformação dos grãos, a proporção retida nos países produtores ainda é inferior a 15%. Todo o resto é capturado por comerciantes, torrefadores e varejistas.

Se é verdade que nem todas as transformações vivenciadas no mercado cafeeiro nas últimas décadas têm a ver diretamente com o domínio das finan-

²⁵ Referido como preço CIF (*cost, insurance and freight*), onde custos de seguro e frete são pagos pelo exportador e não pelo cliente que importa o café.

ças, é inegável seu papel de potencializar e catalisar movimentos que intensificam a concentração de renda e poder. Estes, como vimos, privilegiam poucos atores, em sua maioria, situados no Norte Global. A reversão deste padrão desigual requer um novo arranjo de governança comprometido com a desconcentração, que leve em conta outra composição escalar; a redução de mediadores e das assimetrias de informação; e o aumento do controle das etapas de comercialização por parte de agricultores do Sul.

Referências

- ABDELAL, Rawi. Writing the Rules of Global Finance: France, Europe and Capital Liberalization. *Review of International Political Economy*, v. 13, n. 1, p. 1-27, fev. 2006.
- ALMEIDA, Renan; MONTE-MOR, Roberto. Renda da terra e o espaço urbano capitalista contemporâneo. *Revista de Economia Política*, v. 37, n. 2 (147), p. 417-436, abr./jun. 2017.
- BALESTRO, Moisés; LOURENÇO, Luiz Carlos. Notas para uma análise da financeirização do agronegócio: além da volatilidade do preço das *commodities*. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; NAVARRO, Z. (orgs.). *O mundo rural no Brasil do século 21: A formação de um novo padrão agrário e agrícola*. Brasília: Embrapa, 2014. p. 241-265.
- BERNARDES, Júlia A.; FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla; HERNÁNDEZ, Valéria; MALDONADO, Gabriela (orgs.). *Globalização do agronegócio e land grabbing: A atuação das megaempresas argentinas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2017.
- BREGER-BUSH, Sarah. *Derivatives and development: A political economy of global finance, farming, and poverty*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2012.
- CLAPP, Jennifer. Distant agricultural landscapes. *Sustain Sci*, n. 10, p. 305-316, 2015.
- CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. A cultura do café: Análise dos custos de produção e da rentabilidade nos anos safra 2008 a 2017. *Compêndio de Estudos Conab*, v. 12, 2017.
- COOXUPÉ. Cooperativa Regional dos Cafeicultores em Guaxupé Ltda. *Relatório de Gestão 2019*. Disponível em: <<https://www.cooxupe.com.br/wp-content/uploads/2020/03/Folder-Relatorio-De-Gestao-2019.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2020.
- CRONON, William. *Nature's Metropolis: Chicago and the Great West*. New York: W.W. Norton & Company Inc., 1991.
- DAVIRON, Benoit; PONTE, Stefano. *The Coffee Paradox*. Londres/Nova York: Zed Books, 2005.
- DELGADO, Guilherme. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2012.
- EPSTEIN, Gerald. Introduction: Financialization and the World Economy. In: *Financialization and the World Economy*. Edward Elgar Publishing, 2005.

FAIRBAIRN, Madeleine. 'Like gold with yield': evolving intersections between farmland and finance. *The Journal of Peasant Studies*, v. 41, n. 5, p. 777-795, 2014.

FIX, Mariana, PAULANI, Leda. Considerações teóricas sobre a terra como puro ativo financeiro e o processo de financeirização. *Revista de Economia Política*, v. 39, n. 4, p. 638-657, out./dez. 2019.

FJP. Fundação João Pinheiro. A produção de café em Minas Gerais: desafios para a industrialização. Fundação João Pinheiro, Diretoria de Estatística e Informações. Belo Horizonte: FJP, 2018. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.mg.gov.br/consulta/verDocumento.php?iCodigo=76915&codUsuario=0>>. Acesso em: 04 jan. 2020.

FLEXOR, George; LEITE, Sérgio. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. *Contexto Internacional*, v. 39, n. 2, maio/ago. 2017.

FLIGSTEIN, Neil; CALDER, Ryan. Architecture of Markets. In: SCOTT, R.; KOSS-LYN, S. (orgs.). *Emerging Trends in the Social and Behavioral Sciences: An Interdisciplinary, Searchable, and Linkable Resource*. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons Inc., 2015.

FOSTER, John. *Marx's Ecology*. Nova York: Monthly Review Press, 2000.

FREDERICO, Samuel; GRAS, Carla. Globalização financeira e land grabbing: constituição e transnacionalização das megaempresas argentinas. In: *Globalização do agronegócio e land grabbing: a atuação das megaempresas argentinas no Brasil*, 2017.

GEREFFI, Gary; KORZENIEWICZ, Miguel. Introduction: Global Commodity Chains. In: GEREFFI, G.; KORZENIEWICZ, M. (eds.). *Commodity Chains and Global Capitalism*. Westport/USA: Praeger Publishers, 1994.

HENDERSON, Jeffrey; DICKEN, Peter; HESS, Martin; COE, Neil; YEUNG, Henry. Redes de produção globais e a análise do desenvolvimento econômico. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159-176, 2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *A geografia do café*. IBGE/Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

IC. Internacional Comunicaffe. Canadian public sector pension fund invests in Brazilian coffee company. Publicado em 21 de setembro de 2018. Disponível em: <<https://www.comunicaffe.com/canadian-fund-brazilian-coffee/>>. Acesso em: 21 mar. 2021.

ISAKSON, Ryan. Financialization and the transformation of agro-food supply chains: A political economy. *Food Sovereignty: A Critical Dialogue*. International Conference, September 14-15, 2013.

KNOWLES, Caroline. Trajetórias de um chinelo: microcenos da globalização. *Contemporânea*, v. 4, n. 2, p. 289-310, 2014.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social* – Uma introdução à Teoria do Ator-Rede. Salvador/Bauru: Edufba/Edusc, 2012.

LI, Tania. What is land? Assembling a resource for global investment. *Transactions of the Institute of British Geographers*, v. 39, n. 4, p. 589-602, 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 [1944].

POMPÉIA, Caio. *Formação política do agronegócio*. São Paulo: Elefante, 2021.

PWC. Price Waterhouse Coopers. Montesanto Tavares Group Participações S.A. *Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019 e relatório do auditor independente*. 2020. Disponível em: <https://www.atlanticacoffee.com/wp-documents/pt/Juridico_Montesanto.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2021.

RANGEL, Ignácio. A questão da terra. *Revista de Economia Política*, v. 6, n. 4, p. 71-77, out./dez. 1986.

RAYNOLDS, Laura. Fair trade, certification, and labor: global and local tensions in improving conditions for agricultural workers. *Agriculture and Human Values*, v. 31, n. 3, p. 499-511, 2014.

SAMBO, Paula; BATISTA, Fabiana. *Fundo de pensão do Canadá investe na expansão do café no Brasil*. Publicado em 19 de setembro de 2018. Bloomberg/UOL. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2018/09/19/fundo-de-pensao-do-canada-investe-na-expansao-do-cape-no-brasil.htm>>. Acesso em: 03 set. 2020.

SASSEN, Saskia. *Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SEAPA. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. *Panorama do Comércio Exterior do Agronegócio de Minas Gerais*. Seapa/MG, 2020a. Disponível em: <http://www.agricultura.mg.gov.br/images/Arq_Relatorios/Publicacoes/Panorama-2020B.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2020.

SEAPA. Secretaria Estadual de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais. *Balanco do Agronegócio de Minas Gerais 2020*. Seapa/MG, 2020b. Disponível em: <http://agricultura.mg.gov.br/images/documentos/Balanco_Agronegocio_2020.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

SIVIERO VICENTE, Jéssica. *Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil*. 210 p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2020.

SIVIERO VICENTE, Jéssica; BARROS Jr., Orlando; DULCI, Luiza. Estratégias de financeirização no agro: Três casos de investimentos na agricultura e nos mercados de terras no Brasil. *Estudios Rurales*, v. 11, 2021.

WILKINSON, John. O setor privado lidera a inovação radical no sistema agroalimentar desde a produção até o consumo. In: GOULET, Frédéric; Le COQ, Jean François; SOTOMAYOR, Octavio. *Sistemas y políticas de innovación para el sector agropecuario en América Latina*. Rio de Janeiro: E-papers, 2019.

WILLIAMS, Steve; BRADLEY, Harriet; DEVADASON, Ranji; ERICKSON, Mark. *Globalization and work*. Cambridge: Polity Press, 2013.

Agricultura familiar e dinâmicas de institucionalização da ação política na Zona da Mata Mineira

Elisa de Jesus Garcia

Introdução

Este capítulo analisa a atuação das organizações sociais nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural a partir da problematização da representação política e das relações e práticas de poder características desses processos.¹ Tal análise parte da constatação de que novas formas de interação entre Estado e sociedade tecidas por meio da criação de espaços institucionais de participação social e de um novo conjunto de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil têm incidido sobre a dinâmica das organizações sociais de agricultores familiares, nos últimos anos².

A partir de meados dos anos noventa, com o crescente reconhecimento político e social da agricultura familiar, a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf) e outras políticas públicas direcionadas ao meio rural junto à emergência de espaços institucionais de participação social, as organizações sociais de agricultores familiares tiveram seus meios de atuação institucional ampliados no país. A partir desse período, há um estreitamento entre as ações empreendidas pelo Estado junto à agricultura familiar e aquelas priorizadas por parte dos movimentos sociais rurais na construção de sua agenda e na definição de suas áreas de atuação.

¹ Este texto apresenta alguns resultados parciais da pesquisa em desenvolvimento no doutorado do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), sob orientação de Leonilde S. de Medeiros. Agradecimentos à Capes pelo financiamento para a realização da pesquisa.

² Os termos trabalhadores rurais e agricultores familiares serão utilizados para designar o conjunto de atores sociais representados pelos sindicatos pesquisados. Embora, no período caracterizado pela fundação dessas organizações, o termo utilizado na legislação em vigor e na nomenclatura da organização fosse trabalhadores rurais, a partir da criação da Lei da Agricultura Familiar, em 2011, e da definição e reconhecimento legal dessa categoria social, alguns desses sindicatos modificaram estatutariamente seus nomes, acrescentando o termo agricultores familiares para designar sua base de atuação.

Recentes estudos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado no Brasil apresentam um conjunto de questionamentos a respeito das implicações da ação e participação institucional para as organizações e movimentos sociais (TATAGIBA, 2011; SILVA; SCHMITT, 2012; SILVA, 2015). Entre os temas apontados está o modo como essas organizações têm combinado ações de contestação e ação institucional, ocorridas nos espaços de participação social e nas políticas públicas. Além disso, também se questiona a capacidade para atuar de forma conjunta com o Estado, considerando os custos e limites dessa atuação e as mudanças causadas a partir da opção pelo caminho institucional da ação política. Tais estudos também têm apontado limitações nas correntes analíticas que colocaram de lados opostos ações reivindicativas e propositivas e assentaram a ideia de uma reduzida probabilidade desses movimentos manterem sua autonomia diante da aproximação com o Estado.

O objeto empírico dessa pesquisa compreende um conjunto de organizações sociais, sindicatos, associações e cooperativas, localizados na mesorregião da Zona da Mata no estado de Minas Gerais. Tais organizações protagonizaram uma série de disputas pelo reconhecimento político desses atores sociais e vêm ocupando há cerca de três décadas um lugar expressivo na organização política, social e econômica dos agricultores familiares da região. Resultado da ação política de trabalhadores rurais e agricultores familiares de diferentes municípios da região, esses sindicatos e organizações sociais, desde sua fundação, têm atuado num conjunto diversificado de ações, entre elas, o acesso aos serviços públicos de saúde e aos direitos sociais, além da mediação jurídica para formalização de contratos de trabalho e de parcerias entre agricultores para compartilhamento do uso da terra.

Com a criação do Pronaf, parte desses sindicatos, seguindo uma tendência do sindicalismo rural em âmbito nacional, acrescentaram ao conjunto de suas ações uma série de atividades referentes à implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural. Compõem o escopo dessas ações a criação de novas organizações sociais para acesso a essas políticas, a elaboração e execução de projetos, a organização e participação em espaços públicos de gestão e controle social, como os CMDRs, os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, os Colegiados Territoriais³.

³ A partir da atuação militante junto às organizações sociais da região da Zona da Mata e de trabalhos de assessoria realizados junto a esses sindicatos, entre os anos de 2005 e 2012, pude vivenciar a importância atribuída pelas lideranças que dirigem essas organizações à atuação na implementação de políticas públicas. Muitos dos sindicatos pesquisados possuem um profissional, diretor sindical liberado ou funcionário contratado, para trabalhar com o Pronaf. Alguns também possuem uma sala, espaço específico dentro da sede do sindicato, para atendimentos

Neste texto, propomo-nos analisar as relações e práticas de poder que permeiam a atuação dos agricultores familiares, por meio dessas organizações, nos processos de implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural na Zona da Mata mineira, buscando entender de que forma essas políticas têm interferido na dinâmica dessas organizações.

Novas interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil

No Brasil, a restauração da democracia e o período após a promulgação da Constituição de 1988 apresenta um amplo e diversificado conjunto de mudanças com importantes implicações para as relações entre movimentos sociais e Estado, como a criação de conselhos gestores e a valorização das esferas locais na gestão das políticas públicas. Os processos de implementação de políticas públicas se configuram como um campo rico para análise dessas relações, considerando o conjunto diversificado de atores, normas, estratégias e práticas de poder que envolvem o âmbito da sociedade e do Estado. Sua compreensão carece da consideração dos aspectos históricos e culturais que compõem o campo político a partir do qual são estabelecidas.

Estudos recentes têm apontado a necessidade de revisão dos referenciais teóricos sobre as relações entre movimentos sociais e Estado, problematizando o caráter dicotômico e normativo com que tais relações aparecem com frequência na literatura, tensionadas pelas possibilidades de cooptação e de institucionalização da ação política que levaria, muitas vezes, à burocratização e perda de autonomia dos movimentos sociais.⁴ Coloca-se diante dos trabalhos de pesquisa a respeito dessas relações o desafio de identificar e compreender as diferentes estratégias de ação, relações e práticas que excedem os marcos e categorias que homogeneízam e contrapõem atores, espaços e dinâmicas nos movimentos sociais e no Estado (ABERS; Von BULLOW, 2011; SILVA, 2015).

A importância da autonomia no exercício da ação política ocupou parte importante dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil e dimensionava

relacionados ao Pronaf e, em alguns casos, também ao Crédito Fundiário. Há sindicatos que possuem dias da semana voltados exclusivamente para esse tipo de atendimento. Além disso, entre os anos de 2008 e 2009, foi na sede de um sindicato que funcionou um espaço de articulação do Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), do qual trataremos mais adiante nesse texto.

⁴ Ao tratarmos da institucionalização da ação política no âmbito das organizações sociais que são objeto dessa pesquisa, estamos nos referindo a processo de organização da ação política ocorrido de forma conjunta com o Estado e o sistema político e, de modo específico, em espaços públicos de participação ou na implementação de políticas criadas a partir da esfera estatal.

a existência de um *ethos* militante que colocava sociedade e Estado de lados opostos no campo político. Silva (2010) problematiza como, no país, as experiências de oposição ao Estado que ocorreram na Ditadura serviram para a categorização da contestação como elemento caracterizador de movimentos sociais. Determinadas características como a capacidade de contestação, relativa autonomia e poder de mobilização aparecem na literatura como intrínsecas aos movimentos. Nesse contexto, o afastamento do Estado aparecia como qualidade positiva e necessária às organizações sociais. Abers e Von Bulow (2011, p. 79) apontam que, “apesar da ênfase nos ‘novos movimentos sociais’, entre as décadas de 1960 e 1980, muita energia ainda era direcionada para a discussão sobre quais movimentos eram legítimos, realmente transformadores, ou relevantes socialmente”.

Se, na década de 1980, parte importante da literatura chamou atenção para as diferentes formas de organização, atores e temas insurgentes na cena política, destacando sua capacidade de apresentar demandas e reivindicações ao Estado por meio de uma postura contestatória que garantiria em princípio a autonomia desses movimentos, a partir dos anos 1990, e no período mais recente, alguns estudos têm buscado ressaltar novas questões ao tratar dos processos de organização política no Brasil. Transformações no cenário político conduzidas em grande medida por mudanças na forma de governo e pela Constituição Federal, aprovada em 1988, conformaram um novo contexto para as relações entre movimentos sociais e Estado, indicando novas questões para o campo da ação política. Ao longo dos anos noventa, como resultado das reivindicações pela efetivação dos direitos políticos de organização e mobilização e por uma ampliação dos espaços de participação social, os movimentos sociais deram institucionalidade a diversas pautas de luta política levando, em diferentes áreas, à criação de novos órgãos de gestão, políticas públicas e espaços públicos de participação social.

As novas possibilidades de relação com o Estado que passam a compor a trajetória dessas organizações a partir da construção democrática estimulam a elaboração de novas questões a respeito da sua autonomia, da sua capacidade de mobilização social e dos instrumentos de sua ação política ao mesmo tempo que se intensificam os dilemas em torno da participação, da representação política e da construção de identidades políticas. A esse respeito Silva (2015, p. 9) afirma que

[...] sempre houve uma tensão entre a afirmação de que as mudanças vinham das “ruas” e a utilização das diferentes (e, naquela conjuntura, poucas) oportunidades institucionais disponíveis. O debate e o confronto entre as alternativas institucionais e não-institucionais, inclusive com a formula-

ção de diversas propostas de novas instituições participativas reunidas sob a bandeira da “participação popular”, marcou as redes de movimentos sociais no Brasil (e, como um ator importante dentro de grande parte destas redes, o PT) ao longo de toda a década de 1980.

Tatagiba (2011, p. 1) também considera que,

No caso brasileiro, os movimentos sociais foram atores fundamentais na criação e consolidação da arquitetura participativa em várias áreas de políticas públicas. Em estreita conexão com atores da arena político-institucional, os movimentos sociais apostaram na luta “por dentro do Estado” como estratégia de transformação social. O próprio surgimento do Partido dos Trabalhadores se insere no âmbito dessa aposta. Uma aposta que gerou lutas longas, e no geral árduas, que resultaram na criação e reconhecimento de novos direitos de cidadania que mudaram o ambiente político no qual os governos deveriam passar a operar desde então.

Os resultados de processos reivindicativos das décadas anteriores, entre eles a criação de novas políticas públicas e novos instrumentos de participação e gestão social, configuram-se como campos de disputa para os movimentos sociais e produzem uma série de problemáticas que passam a ser apontadas pela literatura diante de novas formas de organização e de interação com o Estado, principalmente aquelas surgidas a partir dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Tatagiba (2011, p. 1) apresenta um conjunto de questões relevantes a esse respeito que podem guiar um olhar analítico sobre esses processos.

Passadas mais de duas décadas de intensa experimentação democrática, como os movimentos avaliam esses investimentos na participação institucional? Qual o lugar que a participação institucional ocupa nas suas estratégias de ação vis-à-vis outras estratégias potencialmente disponíveis como a ação direta, a violência, as relações clientelistas? Em um cenário caracterizado por uma oferta significativa de participação, quais os riscos e as vantagens de participar e de não participar? Quais os dilemas específicos que a ampliação dos canais de participação impõe à ação dos movimentos e como eles têm buscado responder a esses desafios? O que acontece com os movimentos quando eles trilham o caminho institucional? E quando movimentos fortes e combativos em determinadas áreas de políticas não investem nos espaços de participação gerados, quais os impactos sobre a qualidade do debate público e a efetividade da participação que neles se engendra?

Nas discussões acerca das relações entre movimentos sociais e Estado, ganha dimensão o crescente envolvimento das organizações sociais nas políticas públicas, principalmente a partir da década de 1990. Já a partir do início dos anos 2000, vemos aflorar uma nova série de relações, conflitos, estratégias e formas de ação no âmbito dessas relações para as quais é preciso olhar com atenção, como propõe a autora. O contexto social e político aponta, portanto,

para o desafio de abandonar um viés dicotômico e lançar mão de proposições teóricas que permitam compreender os movimentos sociais em sua interface e relações de interdependência com Estado.

Dilemas da construção democrática: movimentos sociais mais perto do Estado

No Brasil, a partir do início dos anos 2000, as relações entre movimentos sociais e Estado passam a ser compostas por uma série de especificidades constituídas a partir da eleição de um candidato do PT para a Presidência da República. O conjunto diversificado de atores sociais e suas organizações de representação, os quais compuseram a trajetória que levou o PT a ocupar o governo por 14 anos, adentraram num cenário diferente daquele constituído anteriormente a partir do processo de democratização do país. Nesse sentido, Abers e Von Bulow (2011) indicam algumas questões importantes sobre os caminhos de pesquisa das relações entre Estado e movimentos sociais, nesse contexto. As autoras chamam atenção para os recentes esforços da literatura sobre movimentos sociais em romper paradigmas que assombram a definição desse objeto de estudo. Tais esforços vão no sentido de impedir que um excessivo trabalho teórico de delimitação do objeto obscureça diferentes relações entre os movimentos sociais e o Estado, as quais não devem ser percebidas *a priori* como antagônicas.

Para as autoras, correntes teóricas que, nos anos mais recentes, vêm adotando o conceito de sociedade civil no estudo de ações coletivas, a partir de uma forte influência habermasiana, contribuíram para uma importante ampliação da unidade de pesquisa com a inclusão de diferentes formas e tipos de organizações sociais. Entretanto, esses estudos não foram muito além na busca por ampliar a compreensão das formas de relação entre Estado e sociedade, na medida em que tenderam a considerar a sociedade fora do Estado. Em contrapartida, na corrente teórica do processo político, a presença do Estado aparece como referência principal da ação coletiva enquanto movimento social e adquire papel central na definição do conflito, contribuindo para que fossem excluídos da agenda de pesquisa movimentos sociais que não possuíam o Estado como interlocutor, reduzindo o alcance da análise. A ênfase na luta e no conflito teria levado à exclusão de outras formas importantes de ação coletiva e de interação entre ativistas de movimentos sociais e atores estatais, priorizando uma visão analítica baseada no viés do conflito, reduzindo o alcance da análise e colaborando para a reprodução de uma visão estreita de política nesses estudos.

A partir dessa perspectiva, torna-se imprescindível considerar que movimentos sociais não estariam em oposição ou fora do Estado. Essa dicotomia impede a compreensão analítica de importantes relações, estratégias e formas de interação circunscritas nessas fronteiras. Mudanças no campo social e político dos últimos anos e transformações nos debates teóricos têm conduzido a novas formas de pensar os movimentos sociais, indicando, principalmente, que sua delimitação enquanto objeto de pesquisa não deve pressupor uma exterioridade frente ao Estado, mas, ao contrário, apontam para a impossibilidade de uma separação radical entre movimentos sociais e Estado. Para as autoras,

Se pensarmos o Estado como um bloco homogêneo que opera em um espaço organizativo distinto, dificilmente conseguiremos reconhecer redes que cruzam as fronteiras entre Estado e sociedade civil como parte importante dos movimentos sociais. [...] Na América Latina – e, em particular, no Brasil – as redes de movimentos sociais muitas vezes cruzam essas fronteiras (ABERS; Von BULOW, 2011, p. 64).

Essa abordagem implicaria reconhecer que os movimentos sociais não podem ser reduzidos a ações de contestação, uma vez que os sujeitos políticos dos movimentos sociais também agem a partir do Estado para conseguir atingir seus objetivos. Abers e Von Bulow (2011, p. 65) enfatizam que “os movimentos sociais têm lutado tanto para transformar comportamentos sociais como para influenciar políticas públicas. Como parte desses esforços, muitas vezes se mobilizam em prol de mudanças nos processos de tomada de decisão estatal, demandando a inclusão da sociedade civil em novos espaços participativos”.

Silva (2015) também chama atenção para a necessidade de olhar para como os atores dos movimentos sociais têm, cada vez mais, combinado contestação e ação institucionalizada na sua prática política. O autor destaca que a dicotomia que colocou de lados opostos o exercício autônomo do papel de representação política e a atuação conjunta com o Estado tem gerado limitações em análises que tratam de maneira reducionista a ação das organizações de movimentos sociais (OMSs) a partir de instrumentos e espaços institucionalizados.

Se, de um lado, um segmento da sociedade civil brasileira, especialmente a partir do início dos anos 1990, vai apostar nas possibilidades de participação institucional oferecidas pelos diversos canais que estavam se constituindo naquele momento, de outro lado, uma parcela significativa das OMSs vai desenvolver repertórios de ação compósitos, combinando formas de atuação institucionais com a manutenção de formas de ação confrontacionais extra-institucionais. Neste sentido, observam-se OMSs que lançam candidatos às eleições, participam da implementação de políticas públicas, atuam

em instituições participativas, possuem ativistas ocupando cargos governamentais e, ao mesmo tempo, desenvolvem repertórios conflitivos. Por vezes, são exatamente os recursos (financeiros, informações, relações etc.) obtidos através de diferentes formas de atuação institucional que garantem as condições para a realização de ações extra-institucionais. Tais ações, por sua vez, se constituem também em recursos importantes para as disputas que são travadas pelos ativistas destas OMSs no interior das estruturas institucionais (SILVA, 2015, p. 9).

A dinâmica das organizações sociais que compõe o escopo desse trabalho tem como importante característica a atuação em espaços institucionais de participação social e na implementação de políticas públicas, principalmente nos últimos vinte anos. A compreensão dos aspectos da ação política exercida por meio dos sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar precisa levar em conta as ações realizadas em parceria com o Estado, seja na prestação de alguns serviços, como a emissão de documentos, a execução de recursos públicos, ou mesmo na indicação de beneficiários para acesso a políticas públicas. Embora o processo de formação dessas organizações tenha ocorrido ancorado em mobilizações em torno de um conjunto de ações reivindicativas, com intensa confrontação com agentes políticos locais e com o Estado, inúmeros dilemas e conflitos a respeito da dinâmica entre contestação e institucionalização surgiram tão logo se iniciou um processo formal de estruturação e funcionamento dessas organizações.

Uma análise atenta dessa dinâmica permite compreender como esses conflitos são vividos pelos agricultores e lideranças no cotidiano dessas organizações. Do mesmo modo, uma percepção menos normativa permitirá inserir esses dilemas em torno das relações com o Estado no conjunto de questões necessárias para entender esses movimentos, sem atirá-los no limbo do cooperação e da ilegitimidade. Tatagiba (2011, p. 3) afirma que “o que caracteriza os movimentos sociais contemporâneos é a combinação de diferentes formas de ação, o que os torna muito mais flexíveis em relação às suas táticas do que os movimentos do passado”. Para a autora, entretanto, essa característica requer maior atenção analítica.

As decisões estratégicas são dilemáticas e resultam de um jogo complexo no qual intenções, recursos, oportunidades e posições relacionais aparecem como determinantes da ação. A análise dos repertórios de ação dos movimentos exige sensibilidade aos dilemas táticos e estratégicos impostos pelas mudanças conjunturais e/ou pela configuração estrutural dos campos em disputa, assim como para a natureza cultural dos processos pelos quais os atores definem as questões em jogo, os campos em disputa e conformam suas identidades a partir dos seus múltiplos pertencimentos e dos compromissos, muitas vezes contraditórios, que eles geram (TATAGIBA, 2011, p. 4).

Análises de repertórios de interação no Brasil⁵ apontam que os movimentos sociais têm, com frequência, conjugado diferentes estratégias de ação junto ao Estado, como tem ocorrido no campo político da agricultura familiar. Os movimentos combinam ações de contestação e de participação institucional com repertórios específicos de apresentação de demandas e reivindicação de políticas e recursos, como ocorre no caso do Plano Safra da Agricultura Familiar, cuja dinâmica de construção, ano a ano, envolve diferentes momentos de negociação e atos reivindicatórios coordenados em boa parte dos casos pelo movimento sindical rural (ABERS; SERAFIM; TATAGIBA, 2014; GRISA; SCHNEIDER, 2015). Uma questão relevante a ser colocada diante desse diagnóstico é o modo como essas combinações de repertórios de interação tem ocorrido em nível local, a partir das organizações sociais dos agricultores familiares em cada município. Também é preciso investigar como esses repertórios de interação, como apresentados acima, são operacionalizados no cotidiano e nos contextos de experiência dos próprios movimentos e organizações colocando questões sobre sua efetividade para os atores sociais e sobre as práticas de poder que interferem nesses repertórios.

É importante realçar que, no caso das experiências de interações entre movimentos sociais e Estado no Brasil, principalmente aquelas que ocorrem a partir de mecanismos institucionais, tal análise precisaria levar em conta uma problematização a respeito dos mecanismos de representação política nesses movimentos. Outra questão importante é como os atores sociais e suas organizações selecionam os canais de interação com o Estado e, principalmente, de que modo essa interação repercute no cotidiano dessas organizações sociais. Nessa direção, Cortes e Silva (2010) também chamam atenção para a necessidade de compreensão das relações entre movimentos sociais e Estado a partir de duas dimensões: a dimensão político-institucional e a dimensão organizacional. Para os autores,

⁵ Diante da necessidade de teorizar sobre como os movimentos sociais constroem vínculos com o Estado, Abers, Serafim e Tatagiba (2014) propõem, a partir de uma atualização do conceito de repertório de ação, de Charles Tilly, o conceito de repertório de interação Estado-sociedade. As autoras apontam quatro rotinas comuns de interação Estado-sociedade: protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia. Essas formas de interação e seus modos de combinação são carregados de aspectos históricos constitutivos das trajetórias dos movimentos e do próprio governo e, portanto, devem ser analisados também a partir de uma perspectiva histórica, nas diferentes áreas de política pública. Isso implica que formas institucionais de interação com legitimidade no âmbito do Estado não devem ser analisadas de forma isolada em relação a outras estratégias ou instrumentos menos institucionalizados. Além disso, tais interações são dinâmicas e, por isso, passariam por adaptações definidas pelos próprios atores sociais e suas organizações.

Por um lado, as lentes de análise devem ser capazes de examinar as configurações sociais existentes no âmbito da sociedade civil e do Estado, enfocando as profundas interdependências entre atores e processos abrangidos por aqueles conceitos. Por outro, atores sociais e estatais são reflexivos, fazem escolhas entre oportunidades de ação e estratégias a serem adotadas, levando em conta as possibilidades limitadas pelas condições institucionais em que agem e os contextos conjunturais em que se encontram (CORTES; SILVA, 2010, p. 437).

Os dilemas entre contestação e institucionalização que compõem o campo dos movimentos sociais nos anos mais recentes e as implicações da ação institucional para as organizações sociais encerram debates importantes para o campo de estudo das relações entre movimentos sociais e Estado. A esse respeito, Tatagiba (2011) aponta a importância de uma perspectiva de análise dinâmica e relacional que tome em conta a heterogeneidade do Estado e da sociedade e considere os múltiplos e complexos processos gerados a partir dessas relações.

Movimentos sociais do campo, políticas públicas e os dilemas da ação política

Para a realização da pesquisa, cujos resultados iniciais compartilhamos nesse artigo, debruçamo-nos sobre um conjunto de experiências vivenciadas a partir de ações em parceria com o Estado, principalmente por meio da atuação na implementação de políticas públicas, a partir dos próprios atores, olhando para seus dilemas e buscando compreendê-los como parte da construção de uma ação política no campo. A pesquisa analisa a trajetória histórica e o conjunto de experiências vivenciadas por agricultores familiares e suas lideranças políticas nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (STR) da Zona da Mata mineira vinculados à Fetraf e à Contag e associações e cooperativas da agricultura familiar a partir de questões a respeito do modo como o exercício de funções de execução e operacionalização de diferentes políticas e programas interferem na construção de uma ação política no campo e as relações e práticas de poder que envolvem tais processos.

O surgimento das organizações sociais que são objeto desta pesquisa e sua constituição enquanto movimento social são resultados de um processo de mobilização realizado junto a agricultores familiares da Zona da Mata Mineira, cuja base remete ao trabalho realizado pela Igreja Católica, principalmente por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). A fundação de sindicatos em diferentes municípios da região, ao longo dos anos oitenta, representou a institucionalização de um conjunto de demandas e reivindicações relacionadas a diferentes aspectos sociais, econômicos e culturais das condi-

ções de vida desses agricultores, naquele período. Em grande medida, compunham o conjunto dessas reivindicações a busca por melhores condições de vida, trabalho e produção, a luta pelo rompimento de relações de dependência e práticas clientelísticas com grandes proprietários de terra, organizações patronais e políticos locais. A religiosidade e as relações de vizinhança e parentesco contribuíram para a conformação de uma identidade política e para a construção da ação política por esse conjunto de atores enquanto um movimento social (GARCIA, 2013).

Uma das características centrais desse movimento é a existência de uma articulação de caráter regional que envolve, além dos sindicatos, um conjunto de atores e organizações sociais, como organizações não governamentais (ONGs), associações comunitárias, cooperativas, Escolas Família Agrícola (EFA), pastorais católicas. Essa articulação, que poderíamos caracterizar enquanto uma rede de movimentos sociais da Zona da Mata, implicou a própria ampliação do processo de fundação desses sindicatos e a configuração de repertórios de ação comuns que envolvem uma agenda de atuação diversificada em torno de temas como direitos, produção sustentável, comercialização, tecnologias alternativas, educação do campo e, mais recentemente, agroecologia, cooperativismo de crédito e gênero.

A fundação desses sindicatos é, portanto, resultado de uma ação política que se constitui enquanto movimento social. Sua caracterização enquanto um movimento é primordial para a compreensão de sua ação no campo político e sua relação com o Estado, especialmente no processo de implementação de políticas públicas. Sua trajetória remete à ampliação da atuação dos movimentos em torno da democratização do Estado e da sociedade no Brasil e aponta para o surgimento de um conjunto de dilemas e conflitos que permearam a ação política desde esse período. Nesse sentido, suas relações com o Estado precisam ser analisadas levando em conta sua trajetória histórica enquanto movimento e considerando os diferentes aspectos de sua atuação no cotidiano da luta política. Luta essa que tem sido realizada a partir de diferentes frentes de ação e de uma diversidade importante de atores sociais, pautas de reivindicações e formas de articulação.

Foram realizadas trinta e sete entrevistas com agricultores familiares e lideranças políticas que atuam em sindicatos, associações e cooperativas da região da Zona da Mata mineira. As entrevistas foram conduzidas a partir das concepções metodológicas da História Oral, estimulando os atores sociais a contarem suas histórias de vida e suas trajetórias de ação política desde suas origens sociais, sua atuação nos movimentos sociais e suas organizações, par-

tidos políticos e organizações governamentais⁶. As questões que orientaram as entrevistas tinham como objetivo principal revelar os mecanismos de tomada de decisão presentes na dinâmica de representação política exercida no âmbito das organizações sociais da agricultura familiar e perceber as mudanças e impactos nas práticas dessas organizações a partir da participação institucional exercida nos processos de implementação de políticas públicas.

Os resultados da pesquisa indicam algumas mudanças vivenciadas pelos agricultores familiares e lideranças políticas organizados nos movimentos sociais da agricultura familiar, em âmbito local, diante dos novos instrumentos de gestão das políticas públicas e das recentes transformações no cenário político e apontam como tais mudanças têm se traduzido em estratégias de atuação, definição de agendas e mudanças para as organizações sociais.

Uma análise um pouco mais atenta da dinâmica desses movimentos e da trajetória de ação política dos agricultores familiares da região permitiu observar que a atuação na promoção do acesso a programas governamentais e à execução de ações públicas não são inovações. No caso específico dos sindicatos fundados na região, na década de 80, a emissão de documentos, como a Carteira do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS) e a promoção do acesso à aposentadoria e outros direitos da previdência social, principalmente a partir do início dos anos 1990, estão entre as diferentes ações desempenhadas por essas organizações no âmbito institucional.

A partir do início dos anos 2000, a atuação na implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural passa a ocupar importante lugar na dinâmica das organizações sociais da agricultura familiar na região, reconfigurando sua agenda e seus repertórios de ação política. A própria construção dessas políticas públicas para o rural e a institucionalização de um lugar para a agricultura familiar entre os órgãos de governo é resultado de um conjunto de reivindicações desses movimentos, os quais tiveram o Estado como interlo-

⁶ As perspectivas metodológicas da história oral orientaram a condução da pesquisa no sentido de ouvir os atores sociais sem lhes apresentar, *a priori*, um conjunto rígido de questões a serem respondidas. As entrevistas foram guiadas por algumas questões norteadoras relacionadas aos problemas centrais propostos e construídas a partir de pesquisa documental realizada anteriormente. A História Oral permitiu ainda que, a partir da liberdade dada aos informantes para contar suas experiências, pudessem ser feitos registros orais de um conjunto de informações a respeito do exercício da ação política que não aparecem em documentos institucionais. A transcrição completa das entrevistas, como orienta a metodologia da História Oral, permitiu a análise das trajetórias das lideranças, da construção de relações, mudanças nas suas práticas e dilemas vividos, conforme apresentamos no texto.

cutor privilegiado na luta pelo atendimento público de suas demandas e interesses (GRISA; SCHNEIDER, 2015).

Desde a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), em 1996, os sindicatos estudados acrescentaram ao conjunto de suas ações uma série de funções e atividades referentes à implementação dessas políticas, entre elas a criação de novas organizações sociais para acesso a essas políticas, a elaboração e execução de projetos, a organização e participação em espaços públicos de gestão social. Criadas nos anos mais recentes, as cooperativas de crédito e de produção têm sua criação e atuação fortemente marcadas pelas exigências das políticas públicas.

De acordo com os agricultores entrevistados, é o acesso ao Pronaf o principal estímulo para a fundação de cooperativas de crédito. Já as cooperativas de produção, de acordo com as lideranças entrevistadas, foram fundadas para executar o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Os resultados da pesquisa apontam que o exercício dessas atividades e funções nos programas e políticas públicas interfere nos processos de tomada de decisões e aciona uma série de disputas no interior dessas organizações e junto aos demais atores envolvidos no campo político da agricultura familiar. As organizações são confrontadas pela necessidade do desempenho de novas funções, do cumprimento de novas exigências legais e da execução de novas atividades que reconfiguram seu modo de funcionamento, suas demandas e os processos de representação política.

A intensa atuação dos movimentos sociais nas políticas públicas tem interferido na dinâmica de aproximação dos agricultores com as organizações e no engajamento de novos sujeitos políticos, bem como nos critérios de ocupação de cargos de direção e na dinâmica de representação política desses agricultores. Parte das lideranças entrevistadas, principalmente jovens e mulheres, relataram descobrir a existência de sindicatos, associações e cooperativas da agricultura familiar durante a procura pelo acesso a alguma política pública, seja buscando o crédito do Pronaf, a casa do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) ou vender seus produtos para a alimentação escolar.

Outro aspecto importante evidenciado pela pesquisa é que novas habilidades adquiriram importância entre os atores sociais para a condução dessas organizações. A partir das entrevistas é possível identificar um grupo de lideranças mais jovens que ascendeu politicamente nos sindicatos, cooperativas e associações e passou a ocupar cargos de direção por suas habilidades técnicas e pela capacidade de exercer funções administrativas. Há ainda lideranças que relataram ter sido convidadas a ocupar cargos de direção devido ao reconhecimento adquirido pelo trabalho na execução de alguma política pública.

Além disso, a criação de novas organizações sociais para atender exigências das políticas altera as relações de poder no âmbito desses movimentos. Sindicatos, cooperativas e associações têm sua relevância política avaliada pelas lideranças na lógica do acesso às políticas públicas, alterando os critérios de definição de prioridades de alocação de recursos do movimento e ativando as disputas por cargos e posições políticas de direção entre os agricultores nessas organizações.

Os resultados apontam ainda para a existência de diversos dilemas relacionados às inúmeras funções e papéis exercidos pelas lideranças na implementação de políticas públicas. Os agricultores entrevistados afirmam que o trabalho de base ocorreu de forma cada vez menos intensa, gerando alguns problemas para organização, como a diminuição das ações de mobilização relacionadas à luta por novos direitos, bem como o envolvimento em ações de caráter mais reivindicativo. Entretanto, a atuação em ações de implementação de políticas é apontada pela maioria das lideranças entrevistadas como prioridade para agenda das organizações sociais, uma vez que a presença nos espaços institucionais de participação e a promoção de acesso às políticas públicas contribuem para sua legitimidade no campo político e viabilizam parte de sua sustentabilidade econômica. Ademais, a promoção do acesso à política pública se configura como forma da organização mobilizar novos agricultores e formar lideranças.

As políticas públicas, sua chegada e as relações estabelecidas a partir das mesmas, também interferiram na construção de uma legitimidade social e política da categoria agricultura familiar em nível local, implicando sua adesão e dinamizando o debate a esse respeito. Tais políticas e suas normativas contribuíram para que o termo se assentasse entre os atores sociais e passasse a designá-los, alterando os processos de construção de identidade. Com o reconhecimento político da categoria, parte significativa dos sindicatos da Zona da Mata mudaram sua nomenclatura passando a incluir, além dos termos trabalhadores e trabalhadoras rurais, os termos agricultor e agricultora familiar para identificar as categorias que compunham sua base de atuação. A crescente adesão às pautas e lutas organizadas em torno da produção e comercialização e de políticas públicas voltadas à pequena agricultura foi aliada às pautas dos direitos previdenciários na luta política dos sindicatos, associações e cooperativas na região, sendo reforçada também pelo crescimento da pauta do crédito rural junto ao surgimento das cooperativas de crédito.

Um resultado desse processo, verificado com a pesquisa, é que, em alguns casos, assalariados rurais, aposentados e atores sociais do campo não

enquadrados na categoria agricultor familiar se tornaram os “sem DAP”⁷ e tiveram alterados seus lugares no processo de organização política na região num contexto em que nacionalmente a categoria agricultura familiar ganhou institucionalidade e prioridade política nas pautas do governo federal, junto à criação do Pronaf, do MDA, e outras políticas públicas. A partir das proposições teóricas de Bourdieu (2007), é possível afirmar que as políticas públicas funcionaram como instrumentos de ordenamento simbólico e social a respeito do mundo desses atores.

Nos movimentos sociais rurais da Zona da Mata, a adesão e engajamento em torno do termo agricultura familiar também implicou uma crescente redução do espaço dos assalariados rurais nas organizações de representação política. Para parte importante dos assalariados e moradores de fazenda, o processo crescente de institucionalização da agricultura familiar significou um esvaziamento de suas bandeiras de luta dentro dessas organizações.

Considerações finais

A partir desses primeiros resultados é possível elaborar algumas considerações a respeito das relações entre movimentos sociais e Estado. A atuação na implementação de políticas públicas e a opção pelo caminho institucional da ação política se configuram como parte das estratégias dos atores sociais para a manutenção e o fortalecimento das organizações de movimentos sociais. O investimento em ações institucionais não pode, desse modo, ser reduzido à cooptação, considerando que a aproximação com o Estado também é uma forma de manter o próprio movimento social ativo e reconhecido no campo político e junto à sua base social. Não se trata, tampouco, de abrir mão da autonomia, mas de construir uma relação com o Estado que beneficie a principal base de atuação das organizações, os agricultores familiares. Para os atores dos movimentos sociais envolvidos na pesquisa, atuar na implementação de políticas em parceria com o Estado significa promover acesso aos direitos.

⁷ DAP é a sigla utilizada para o documento de Declaração de Aptidão ao Pronaf. Ao longo das últimas décadas, a posse da DAP pelos agricultores e agricultoras foi condição para o acesso a importantes políticas públicas de desenvolvimento rural. Em boa parte dos municípios brasileiros, a emissão da DAP ficava a cargo dos órgãos públicos de extensão rural e dos sindicatos de trabalhadores rurais e da agricultura familiar. Embora em 2017, após a extinção do MDA, o governo federal tenha criado, por meio do Decreto N° 9.064/2017, o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF), uma espécie de cadastro geral para os agricultores e agricultoras familiares, ainda na ocasião da elaboração do presente texto a DAP continua sendo o principal documento de identificação dos agricultores e agricultoras familiares para o acesso a políticas públicas federais.

O espaço institucional ocupado pelas organizações da agricultura familiar em determinadas políticas públicas só foi possível devido a um processo histórico de organização política e institucional iniciada nesses municípios nos anos 1980. O acesso às oportunidades institucionais oferecidas nesse contexto se tornou possível num cenário em que a dinâmica organizacional dos agricultores e agricultores havia resultado da mobilização anterior desses atores sociais e de articulações políticas locais construídas ao longo dos anos.

Além disso, os resultados indicam que não é possível vincular de forma simplista a capacidade de mobilização dos movimentos sociais ao exercício de ações de caráter institucional. A diminuição ou aumento dessa capacidade está vinculada a um conjunto de fatores como as condições de vida do conjunto da base social dessas organizações, ao seu histórico de atuação e ao tema ao qual se refere a mobilização. Os movimentos sociais analisados não abandonaram formas de ação de caráter disruptivo, mas combinaram a essas ações um conjunto de práticas institucionais que passaram a compor o cotidiano de funcionamento das suas organizações, suas relações na arena política local e suas interações com o Estado.

Ademais, é possível considerar que a institucionalização da ação política é composta de processos de disputas pela participação nos espaços públicos de decisão do sistema político, nos partidos, nos canais institucionais de participação social e nas políticas públicas. E é, também, composta por processos de disputas internos aos movimentos sociais e suas organizações relacionados à disputa por cargos de direção, por remuneração para o exercício do trabalho político, para exercer influência sobre a política local, para disputar cargos eleitorais. Essa dinâmica é orientada para o aumento do capital político das organizações sociais, mas também gera dentro dessas organizações processos políticos contraditórios. A dimensão que esses conflitos adquirem pode implicar a desmobilização da organização, como ocorreu em alguns casos verificados na pesquisa. Essa desmobilização aparece menos relacionada à incapacidade de gerir recursos financeiros e mais fortemente ligada a divergências e conflitos de interesses em torno do aumento de capital político dentro das organizações. Nesse contexto, os processos de institucionalização ocorridos nas organizações sociais ativam e reconfiguram as disputas pelo poder e atualizam as práticas de ação política dos agricultores familiares.

Referências

ABERS, R.; Von BULOW, M. Movimentos Sociais na teoria e na pratica: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e Sociedade? *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 28, p. 52-84, set./dez. 2011.

ABERS, A.; SERAFIM, L.; TATAGIBA, L. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a experiência na era Lula. DADOS. *Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357, 2014.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CORTES, S. V.; SILVA, M. K. Sociedade Civil, Instituições e Atores Estatais: interdependências e condicionantes da atuação de atores sociais em Fóruns Participativos. *Estudos sociológicos*, Araraquara, v.15, n. 29, p. 425-444, 2010.

GARCIA, E. J. *Entre promessas e contradições: dilemas da ação política na trajetória do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Muriaé-MG*. 81 p. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG, 2013.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (org.). *Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

SILVA, M. K. De volta aos movimentos sociais? Reflexões a partir da literatura brasileira recente. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 46. n. 1, p. 2-9, 2010.

SILVA, M. K. Movimentos sociais no Brasil: institucionalização e contestação. *III Congresso Latinoamericano y Caribeño de Ciencias Sociales*, realizado FLACSO-Ecuador, Quito, nos dias 26 a 28 de agosto de 2015. 15 p.

SILVA, M. K.; SCHMITT, C. J. Políticas em rede: uma análise comparativa das interdependências entre o Programa de Aquisição de Alimentos e as redes associativas no Rio Grande do Sul e na Bahia. In: *36º Encontro Anual da Anpocs*, 2012, Águas de Lindoia. Anais: Anpocs, 2012, 35 p.

TATAGIBA, L. A questão dos atores, seus repertórios de ação e implicações para o processo participativo. In: PIRES, R. R. C. (org.). *Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. v. 7. Brasília: Ipea, 2011. p. 171-186.

Agroecologia em território de avanço do agronegócio da soja: práticas e mobilização de agricultores familiares no Planalto de Santarém, Pará

Mariana Piva

Emilie Coudel

Danielle Wagner Silva

Beatriz Abreu dos Santos

Introdução

Os sistemas agroalimentares têm ocupado papel crucial nos debates sobre sustentabilidade socioambiental. Ao mesmo tempo que muitos desses sistemas causam severos impactos ambientais e sociais (por exemplo, grandes áreas de pecuária extensiva e monoculturas) (BENTON *et al.*, 2021; FAO; UNDP; UNEP, 2021), outros podem ser parte da solução para restaurarmos ecossistemas e buscarmos formas mais saudáveis e socialmente justas de vivermos nesse planeta (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012).

Os impactos socioambientais da agricultura industrial de larga escala atrelada a grandes corporações que dominam cadeias produtivas inteiras no mundo são amplamente conhecidos (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012; FAO; WHO, 2019). E num esforço tremendo, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, cientistas entre outros atores ao redor do mundo vêm se unindo para denunciar e combater tais impactos, e também pensar modelos de agriculturas que assegurem justiça social e qualidade de vida às pessoas e aos ecossistemas (GLIESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019). Nesse sentido, ganha destaque o campo da agroecologia que se articula com princípios da soberania alimentar para construir coletivamente caminhos possíveis de transições para agroecossistemas alimentares socialmente justos e sustentáveis (ALTIERI, 2010; GLIESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019). Por meio da ciência, de práticas, do respeito e inclusão de diversas culturas e povos, da ecologia, de mudanças sociais na produção e consumo de alimentos, de questionamentos das estruturas de poder dominantes nos sistemas alimentares atuais,

essa combinação (agroecologia e soberania alimentar) vem buscando a integridade e sustentabilidade dos territórios (GLIESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019).

O chamado para uma transição para modelos de agricultura mais sustentáveis pautados em princípios agroecológicos tem sido urgente tanto para a mitigação da mudança climática quanto para evitar o agravamento da insegurança alimentar que vem aumentando nos últimos anos (FAO *et al.*, 2021; IPCC, 2019). Isso se torna particularmente importante em territórios como a Amazônia, de extrema importância para a regulação do clima do planeta, e onde ameaças a seus ecossistemas e povos vêm se intensificando sem precedentes (GLOBAL WITNESS, 2021). Grande parte dessas ameaças estão associadas às cadeias de agricultura e pecuária industrial de larga escala, as quais têm sido responsáveis por altas taxas de desmatamento, conflitos fundiários e ataques aos modos de vida locais (BOWMAN *et al.*, 2012; FAMINOW, 1997; FEARNSIDE, 2019; MALHI *et al.*, 2008), e que nos últimos anos têm sido extremamente favorecidas por um sistemático afrouxamento de regulações ambientais (FEARNSIDE, 2019; SCANTIMBURGO, 2018).

Diversos movimentos sociais, organizações da sociedade civil e cientistas vêm alertando e trabalhando em diversas frentes para reverter esse cenário trágico que acomete a Amazônia (ABREU *et al.*, 2021; BRONDIZIO *et al.*, 2021; SOUZA *et al.*, 2021). A agroecologia tem emergido como uma importante referência de contraposição ao agronegócio na região nos discursos de diversos atores sociais locais (ANA, 2015; SILVA; SIVIERO; ALVES, 2018). Isso inclui os atores e parceiros que coconstruíram essa pesquisa, majoritariamente integrantes dos STTRs dos municípios de Santarém, Belterra e Mojuí dos Campos, os quais compõem na área conhecida como Planalto Santareno, no estado do Pará. Esses sindicatos, historicamente bastante atuantes no combate dos impactos da expansão do agronegócio da soja para os ambientes e populações rurais da região (COSTA, 2012), têm crescentemente se aprofundado e se apoiado na agroecologia para elaborar seus contrapontos ao referido modelo agrícola industrial. E também para pensar estratégias de resistência para a agricultura familiar cada vez mais cercada por plantios de soja, e como agir para recuperar o meio ambiente, a qualidade de vida dos agricultores familiares, melhorar a geração de renda, segurança alimentar e lidar com as injustiças sociais geradas e externalizadas pelo agronegócio (ABREU; LAMINE; BELLON, 2009; CHAPPELL; LAVALLE, 2011; PIRAUX *et al.*, 2012; TONÁ; GUHUR, 2009).

No entanto, ante os inúmeros e importantes estudos dos impactos do avanço do agronegócio de grãos na região de Santarém, parecem estar bem menos registradas as formas de resistência, inovação e possíveis transições agroecológicas.

cológicas que agricultores familiares vêm desenvolvendo em meio às mudanças de ocupação e uso da terra. Entendemos que transições agroecológicas podem ocorrer em diversas escalas e domínios e apresentar variados níveis de interação e integração entre diversos processos, como transformações de sistemas agroalimentares para bases mais ecológicas, novas relações de reciprocidade e sustentabilidade, mudanças nas estruturas sociais pautadas por valores democráticos de equidade social, participação, justiça social etc. (ANDERSON *et al.*, 2019; GLI-ESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019). Na Amazônia, estudos mostram exemplos promissores de possíveis transições agroecológicas em curso, relacionadas principalmente à agricultura familiar que caminha em direção à manutenção e criação de serviços ecossistêmicos, geração de renda e organização social através do engajamento de agricultores familiares com práticas agroecológicas (BRON-DIZIO *et al.*, 2021; DE SOUZA *et al.*, 2021; LOCH *et al.*, 2021).

Com base em uma visão ampla da agroecologia envolvendo ciência, prática e movimento (WEZEL *et al.*, 2009), o objetivo desse artigo, portanto, é analisar de que forma a agroecologia vem se manifestando entre os agricultores familiares, seja na familiaridade com o conceito, nas práticas de produção agrícola, e no engajamento com movimentos agroecológicos. Com isso, esse artigo visa contribuir para o debate e reflexões sobre as manifestações da agroecologia na região e, também, para a construção de políticas públicas e estratégias por parte dos movimentos sociais de fomento e suporte para a difusão de seus princípios e práticas.

Área de estudo e processo de pesquisa

Os modos de pensar e fazer ciência evoluíram nas últimas décadas, notadamente no que diz respeito ao envolvimento de atores extracientíficos. Diferentes modelos emergiram, adotando como princípio a construção coletiva de conhecimento ou coconstrução, com a dupla premissa de que os atores locais podem contribuir com a produção de conhecimento, na perspectiva de produzir um “conhecimento usável” (do inglês *usable knowledge*), ou seja, destinado a ser aplicado, na tomada de decisão ou na resolução de problema (CAVALCANTE; NASUTI, 2019; DILLING; LEMOS, 2011). É nessa linha de pensamento que, a partir de 2016, um grupo de pesquisadores brasileiros e europeus se uniu para construir um “Observatório das dinâmicas socioambientais”¹ junto com as entidades da sociedade civil de Santarém.

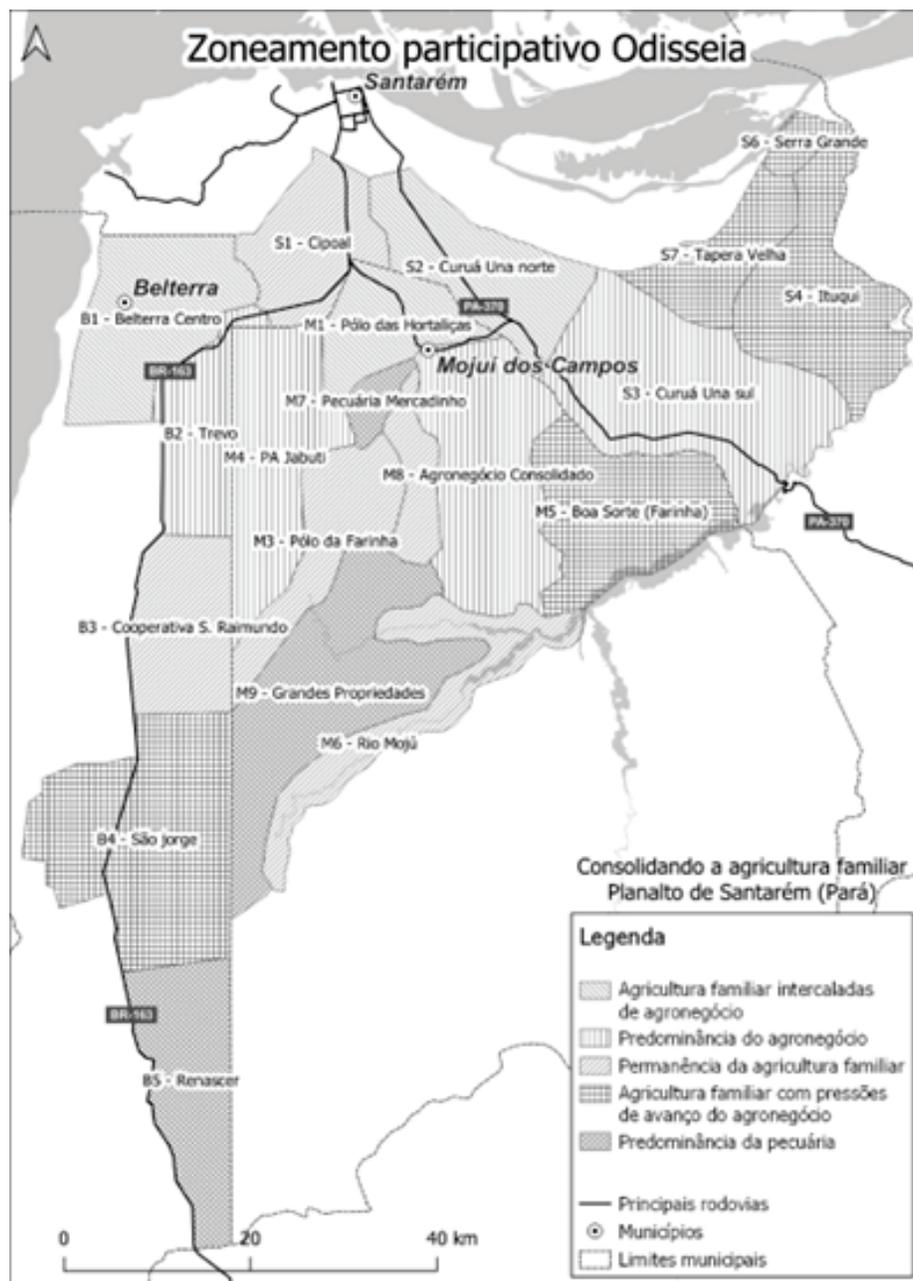
¹ A construção desse Observatório ocorreu graças ao Projeto Odyssea, financiado pela União Europeia (Edital Marie Skłodowska-Curie actions, Horizon 2020), e ao INCT Odisseia (MCTI/CNPq/CAPES/FAPs n. 16/2014).

Aos poucos, fomos conduzindo um trabalho de priorização das demandas da sociedade civil para o observatório, em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais dos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. A partir de metodologias participativas que permitem aos representantes de cada comunidade se posicionarem individualmente e depois conversar em grupo sobre as escolhas, descobrimos que a população rural da região compartilhava três preocupações principais, a saber: a contaminação por agrotóxicos, a defesa de seus territórios, e a maneira de impulsionar práticas mais agroecológicas. Atrás dessas preocupações, uma raiz comum: a expansão da soja, que tem afetado muito as comunidades rurais nos últimos 20 anos, desde que começou a ser implantada no território.

Na parceria com os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Agricultores e Agricultoras familiares (STTRs), a equipe Odisseia aceitou um duplo desafio: junto com a produção de dados localizados, aceitou formar jovens ligados aos sindicatos para se tornarem os principais protagonistas da pesquisa. Para o STTR de Santarém, um dos mais antigos do Brasil, a formação de jovens lideranças é uma ação estratégica para dar continuidade às lutas e manter a mobilização nas organizações de base. Assim, cada sindicato selecionou um coordenador de campo e seis jovens para se tornarem pesquisadores comunitários. Juntos construímos um questionário que atendia às demandas dos sindicatos, usando a linguagem dos próprios agricultores. Também convidamos os jovens a refletir sobre a postura deles, enquanto pesquisadores nas suas próprias comunidades, e os desafios que isso poderia trazer.

A partir de um zoneamento participativo comum (CORTES *et al.*, 2020), com os representantes das comunidades rurais, definimos as diferentes zonas do território do Planalto: aquelas onde a soja já era dominante, outras onde a agricultura familiar persistia no meio da soja, outras que eram principalmente de agricultura familiar, mas onde a soja estava avançando (Figura 1).

Figura 1: Mapa realizado por meio de um zoneamento participativo com representantes das comunidades rurais



Fonte: Adaptado de Cortes *et al.* (2020).

Durante três meses, de abril a junho de 2019, as equipes de cada município organizaram reuniões com as lideranças nas comunidades centrais das zonas, para levantar informações sobre a população total, as principais produções e mudanças nos últimos anos atingindo as comunidades. Na sequência, a partir de um aplicativo de celular, KoboToolBox, as equipes de pesquisadores comunitários foram a campo entrevistar as famílias sobre suas produções, suas práticas agrícolas, suas dificuldades na atividade agrícola e como avaliavam a expansão da soja no seu entorno. Ao todo, foram feitas 12 reuniões comunitárias, com a presença de 38 comunidades, e foram entrevistadas 544 famílias, representando um total de 2.143 pessoas. As famílias entrevistadas estão distribuídas por todo o Planalto em meio a áreas onde a presença da soja é forte, moderada e avançando conforme indica o zoneamento acima mencionado. Ao todo, estima-se que o universo dos agricultores familiares no Planalto santareno represente cerca de seis mil famílias de agricultores, ou seja, entrevistamos quase 10% delas.

Após a fase de campo, os resultados foram analisados e compartilhados com as equipes de campo visando envolvê-las na interpretação dos dados. Foram realizadas duas oficinas entre pesquisadores comunitários e pesquisadores universitários, para troca de aprendizados e dificuldades sobre a experiência de campo da pesquisa. Nestas duas ocasiões houve trocas sobre as experiências individuais vividas durante o processo de pesquisa, descobertas importantes sobre a realidade do território e de suas próprias comunidades. Na análise dos resultados, as interpretações deles foram fundamentais para trazer mais vida e vivências atrás dos dados frios, relatando os depoimentos que receberam, enquanto preenchiam os questionários. Envolvê-los nessa fase também garantiu a apropriação dos resultados pelos pesquisadores comunitários, para eles se tornarem multiplicadores dos resultados nas suas comunidades.

Em seguida, foram produzidas cartilhas para os sindicatos, escritas em parceria com eles². Para o lançamento das cartilhas, organizamos, também em parceria com os sindicatos, um seminário para discutir as perspectivas de consolidação da agricultura familiar no Planalto Santareno. Esse evento, realizado por videoconferência em razão da pandemia de Covid, teve a participação de aproximadamente 80 pessoas, representando o Ministério Público Estadual do Pará, a Pastoral da Terra, extensionistas da Emater, lideranças de comunidades rurais e de grupos de mulheres, representantes dos sindicatos, os pesqui-

² As cartilhas e os *cards* podem ser encontrados no site do INCT Odisseia: <<http://inct-odisseia.i3gs.org/interface-com-a-sociedade/>>.

sadores comunitários e professores e estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) que não tinham participado do projeto. A partir de grupos de trabalho, foram propostas perspectivas para ações concretas no território, que apresentaremos no final da discussão.

Esse artigo se debruçará sobre as perguntas do questionário realizado com 544 famílias da agricultura familiar no Planalto Santareno que tiveram o intuito de explorar o nível de conhecimento dos entrevistados(as) sobre o conceito de agroecologia, sobre as possíveis atividades que exercem e que consideram ser agroecológicas e outras práticas nem sempre atribuídas como sendo agroecológicas, mas que ressoam com seus princípios.

Agricultura Familiar e Agroecologia no Planalto Santareno

Até o final da década de 1990, na região do Planalto Santareno predominavam áreas de produção familiar formada por povos tradicionais, por um campesinato originário de diversas frentes de migração, com perfil agroextrativista (SILVA; CONCEIÇÃO, 2018) e por áreas de fazendas de criação de gados bovino e bubalino (CÔRTEZ; D'ANTONA, 2016). A partir dos anos 2000, houve a expansão do agronegócio de grãos, favorecido pela implantação do porto graneleiro da empresa Cargill em Santarém e pelos baixos preços da terra e incentivos governamentais (SAUER, 2018).

Segundo dados compilados pela Agência de Defesa Agropecuária do Pará (Adepará), a pedido do Ministério Público Estadual, em 2019, os plantios de soja somavam 58.414 hectares nos municípios de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra (comunicação pessoal). Estimativas indicam que, de 2004 a 2014, áreas de agricultura anual aumentaram 272%, de 14.325 ha para 53.332 ha respectivamente (ALMEIDA *et al.*, 2014).

Cortes e D'Antona (2010) mencionam que, a partir dos anos 2000, vários lotes e fazendas foram vendidos para a implantação do agronegócio no Planalto Santareno. Destarte, Nahum e Paixão (2014) afirmam que a intensificação do agronegócio gerou aumento de concentração de terra. Oliveira (2001) aponta que, ao incorporar grandes áreas para atividades agrícolas, o agronegócio força a desagregação na agricultura familiar, impulsionando inclusive a ida de migrantes das áreas rurais para as cidades, processo este associado com esquemas de grilagem de terras e expulsão compulsória.

Apesar desses desafios, a agricultura familiar ainda é predominante no tecido social dos três municípios que configuram a área metropolitana de Santarém (CORTES *et al.*, 2019) e de crucial importância para o abastecimento de alimentos nas áreas rurais e na cidade. Por exemplo, nossa pesquisa estimou que o valor bruto anual total da produção das famílias entrevistadas foi de R\$

13 milhões. E a maior parte dessa produção, que não é consumida pelas famílias, é vendida na cidade de Santarém. Segundo os dados coletados, a área média dos estabelecimentos agrícolas familiares é de 20 hectares (ha). Nos domicílios das famílias entrevistadas residem em média 4 pessoas. As unidades familiares são formadas principalmente pelo casal (esposa/ esposo) e filhos. Os principais sistemas de cultivos existentes são roça (84%), quintal produtivo (70%), hortaliças (27%), monocultivos (21%), plantios consorciados (7%) e pasto (6%).

Nas subseções a seguir, evidenciamos como práticas agroecológicas vêm se afirmando mesmo num contexto de mudanças na ocupação e uso da terra e de conflitos socioambientais na área de estudo.

1. Um movimento de afirmação progressiva da agroecologia

Entre os entrevistados, 40% (206) já ouviram falar do termo agroecologia. Ao serem indagados sobre o que entendiam por agroecologia, 76% desses entrevistados informaram não saber explicar ou responder. Para os outros entrevistados (24%), agroecologia está associada principalmente a se produzir respeitando a natureza, com destaque para as categorias natureza, meio ambiente, preservação, respeito à natureza e a não utilização de agrotóxicos (visto como produzir de forma natural) (Figura 2). Resultado semelhante foi encontrado por Guimarães *et al.* (2020) em pesquisa com jovens rurais do município de Santarém. No estudo feito pelas autoras, a maioria dos jovens entrevistados considerou que agroecologia se refere “ao modo de produção sustentável sem agredir o meio ambiente” (GUIMARÃES *et al.*, 2020).

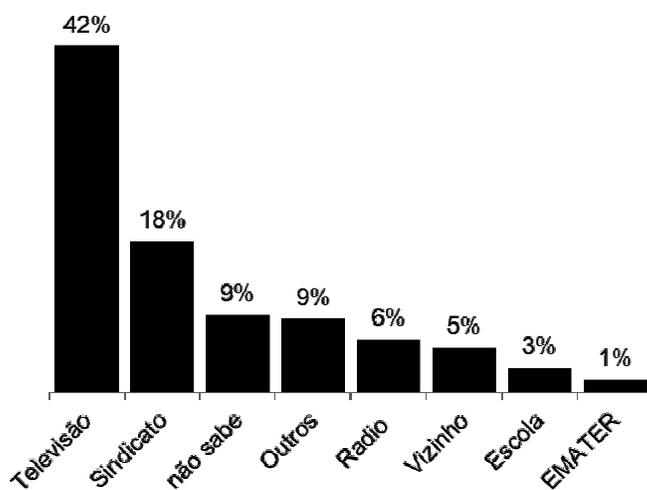
Figura 2: Nuvem de palavras sobre o que é agroecologia



Na literatura, agroecologia tem caráter plural polissêmico (NORDER *et al.*, 2016), envolvendo prática, movimento e ciência (WEZEL *et al.*, 2009), mas a maioria dos entrevistados associou o termo ao modo de fazer agricultura, ressaltando sua compreensão como prática. Caporal e Costabeber (2004), ao discutirem sobre agroecologia no início dos anos 2000, já ressaltavam que, no geral, esse termo lembrava estilos de agricultura menos agressivos ao meio ambiente e alertavam para o equívoco de se reduzir sua compreensão a modelo de agricultura ecológica.

Para a maioria dos entrevistados, a primeira vez que ouviram falar de agroecologia foi na televisão (42%), seguido das atividades dos sindicatos (18%) e dos programas de rádio (6%) (Figura 3).

Figura 3: Onde os agricultores (as) ouviram falar de agroecologia pela primeira vez (n=201)



Mesmo que com menor impacto em relação aos veículos de comunicação de massa, os resultados mostram que os STTRs de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra também são agentes difusores da agroecologia. Como estratégias de defesa da Agricultura Familiar, as narrativas de fomento à produção agroecológica fazem parte das ações dos sindicalistas em frentes de mobilização social em oposição à expansão da produção de grãos. Essa característica reafirma que a discussão sobre agroecologia é crescente no bojo dos movimentos sociais do campo, principalmente a partir das ações promovidas pela Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), rede à qual os STTRs são afiliados e em que são ativos.

Se, por um lado, os agentes sindicais estão difundindo a agroecologia, a extensão rural está muito pouco representada nas respostas. Apenas 1% dos entrevistados que já ouviram falar sobre esse termo afirmam terem tomado conhecimento a partir da Emater-PA. Apesar da participação ativa de extensionistas da Emater-PA na promoção da agricultura orgânica nos municípios de Santarém e Mojuí dos Campos (SIVIERO *et al.*, 2018), observa-se a contribuição incipiente do serviço público de extensão rural para difusão da agroecologia.

2. Uma prática bastante difundida, mas ainda pouco afirmada

Apesar da agroecologia não ser um termo tão reconhecido entre os entrevistados, a pesquisa mostra que muitos realizam práticas agrícolas ressonantes com os princípios e práticas agroecológicos. Consideramos aqui três conjuntos de práticas: a diversificação, o tipo de adubação e o tipo de defensivos utilizados. Confrontamos essas práticas entre quem considera fazer algo agroecológico e quem não considera que faz algo.

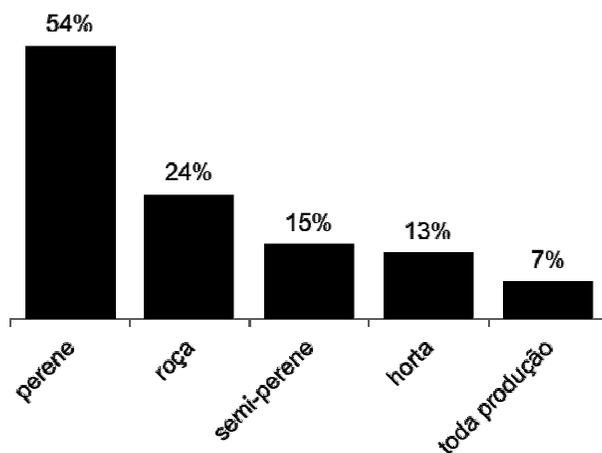
2.1. Diversificação dos sistemas produtivos

A diversificação produtiva e a diversificação de espécies na composição das parcelas cultivadas são características de agroecossistemas agroecológicos (GLIESSMAN, 2009). Nossos resultados mostram que existe uma diversificação tanto pela combinação de sistemas produtivos quanto por consórcios de espécies de plantas. Cerca de 80% dos entrevistados adotam mais de um sistema de cultivo, o que pode incrementar o número de espécies nos lotes. A combinação mais comum observada foi entre roça e quintal produtivo (57%).

Entre aqueles que já ouviram falar em agroecologia (40%), 55% consideram que cultivam algo agroecológico³. Entre os principais cultivos que mencionaram ser agroecológicos estão a produção de perenes (principalmente frutíferas, em plantios sós ou quintais produtivos) (54%) e a roça de mandioca (24%) (Figura 4).

³ Não há diferenças específicas entre os agricultores que disseram que produzem algo agroecológico e os que não mencionaram fazê-lo; de acordo com os dados, eles compartilham formas e itens de cultivo e localizam-se por toda a área onde a pesquisa foi realizada. As diferenças detectadas entre eles estão associadas a diferentes proporções dentro de cada grupo (os que declararam e os que não declararam fazer algo agroecológico) das mesmas variáveis.

Figura 4: Tipos de cultivos considerados como produção agroecológica pelos entrevistados que avaliam que produzem algo de forma agroecológica



Entre os (as) entrevistados (as) que consideram que cultivam algo agroecológico, a média do número de espécies por lote / entrevistado (a) foi de 15 espécies, enquanto entre aqueles (as) que mencionaram não cultivar algo agroecológico esse número foi de 11 espécies.

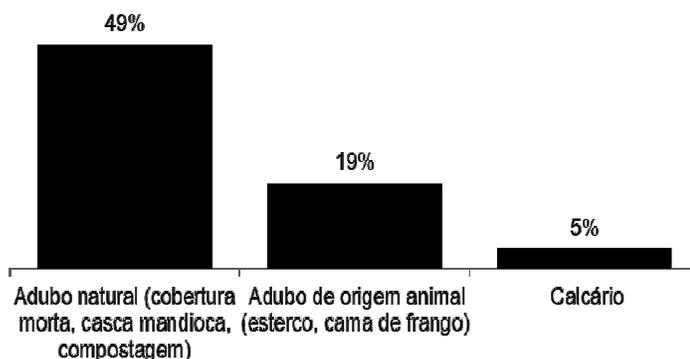
Os dados apontam na direção da diversificação produtiva e inovações nos sistemas de cultivo para diversificar e aumentar a renda. Dentre os 29% dos entrevistados que iniciaram uma atividade nova nos últimos cinco anos, 52% deles investiram no plantio de espécies perenes, como banana, cumaru, pimenta do reino, urucum, abacate e frutas cítricas. Entre os agricultores que consideram fazer algo agroecológico, 42% iniciaram uma atividade nova nos últimos cinco anos, representada por plantios de espécies perenes (como banana, cítrus, cumaru, pimenta do reino), semiperenes (abacaxi e maracujá) e hortaliças.

Cabe destacar que, de acordo com o censo agropecuário do IBGE de 2017, a região do planalto santareno tem significativa participação na cadeia da fruticultura do estado do Pará. O município Mojuí dos Campos, por exemplo, é o quarto maior produtor estadual de maracujá, o sexto de limão, sétimo de mamão e o oitavo de abacaxi; enquanto Santarém é o maior produtor estadual de melão, o segundo de melancia, o sétimo de laranja, e o quinto maior de macaxeira (IBGE, 2017). Trata-se de espécies produzidas predominantemente pela agricultura familiar e destinadas ao autoconsumo e ao abastecimento de áreas urbanas regionais.

2.2. Uso de produtos químicos para adubação e como defensivos agrícolas

Os dados mostram que a maioria dos entrevistados (58%) não utiliza adubação química nas áreas cultivadas, priorizando o uso de adubos de origem vegetal (49%) e/ou animal (19%) (Figura 5).

Figura 5: Práticas de adubação sem utilização de produtos químicos adotadas por aqueles (as) que não usam adubos químicos (n=355)

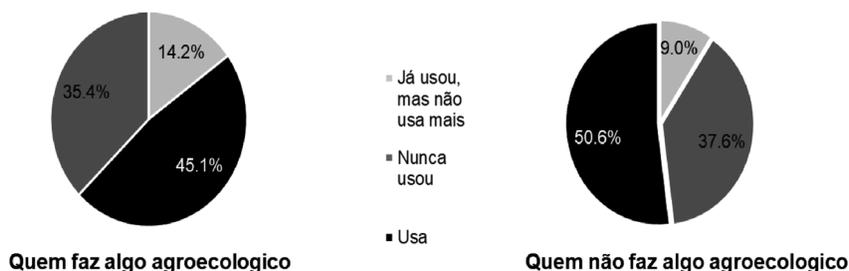


O uso de agrotóxicos para o combate de pragas e plantas pioneiras também não tem sido praticado pela maioria dos entrevistados. Em relação às pragas, 53% deles disseram que não costumam usar inseticidas, optando por retirar manualmente as partes afetadas por pragas (39%), utilizar defensivos naturais (15%), rotação de cultivos (7%) e associações de plantas repelentes de pragas (3%).

No manejo das plantas pioneiras, conhecidas popularmente como “mato” e/ou “ervas daninhas”, o uso de herbicidas é realizado por apenas 34% dos agricultores entrevistados. Entretanto, 66% disseram nunca utilizar produtos químicos para combater plantas pioneiras em roça e/ou pasto. As práticas de maior destaque para combater essas pragas entre estes agricultores são ações manuais de retirada das partes das plantas afetadas (93%) e o uso de maquinário leve como roçadeiras (32%).

De forma geral, 53% de todos os entrevistados afirmam que usam produtos químicos, 39% nunca usaram tais produtos e 10% já usaram e atualmente não usam mais esses produtos. Entre estes últimos, a preocupação com a saúde da família foi o principal motivo para deixarem de usar produtos químicos no combate de ervas daninhas.

Figura 6: Uso de herbicidas entre quem faz (a) e quem não faz algo agroecológico (b)



Podemos notar que, entre os agricultores que fazem algo agroecológico, há mais agricultores que deixaram de usar agrotóxicos (14,2%) e mais deles nunca usaram (45,1%).

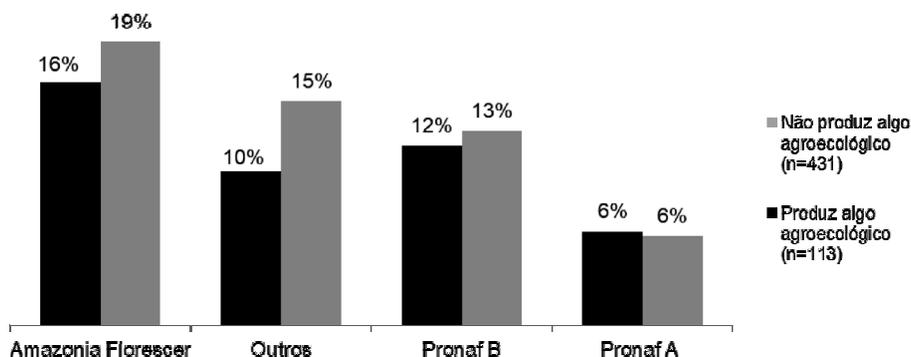
3. As dificuldades para produzir de forma agroecológica

Cabe ressaltar que, apesar de nossos resultados indicarem práticas que ressoam com princípios agroecológico, eles também apontam dificuldades para uma possível transição agroecológica na região.

Os participantes da pesquisa enfrentam uma série de dificuldades para produzir e comercializar seus produtos. Essas dificuldades podem se configurar em barreiras para continuar ou começar a produzir de forma mais agroecológica. Por exemplo, apenas 18% dos entrevistados recebem assistência técnica regular em seus lotes, e isso acontece menos de duas vezes por ano para maioria destes (61%). No entanto, 32% daqueles que cultivam algo agroecológico já tiveram acesso a alguma forma de extensão rural, contra 15% para os outros, o que pode indicar que a extensão rural teve uma certa influência sobre o perfil dos agricultores (mesmo se lembramos que só 1% dos agricultores afirmaram que ouviram falar de agroecologia pela primeira vez por extensionistas).

56% dos entrevistados tiveram acesso a algum tipo de crédito nos últimos 20 anos. Entre os tipos de créditos acessados, nossos resultados mostram que, para quase todos eles, a proporção de acesso foi um pouco maior entre aqueles que disseram produzir algo de forma agroecológica (Figura 7): 61% dos entrevistados que cultivam algo agroecológico conseguiram uma forma de crédito, contra 44% dos outros.

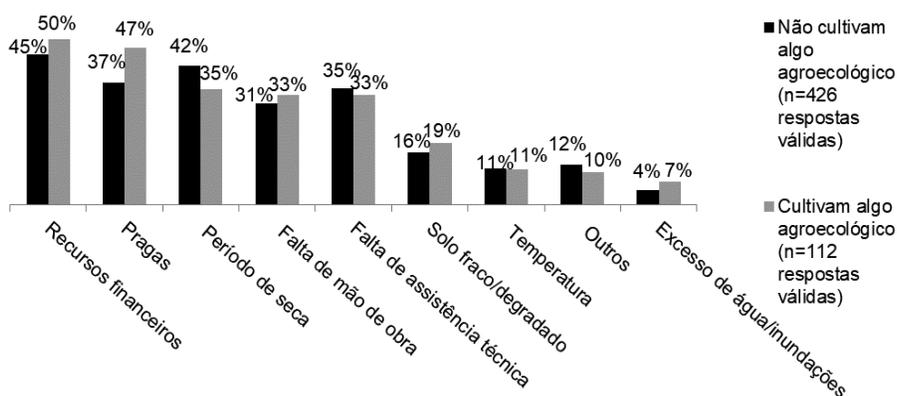
Figura 7: Tipos de crédito acessados pelos agricultores nos últimos 20 anos



A Figura 7 mostra que quem produz algo de forma agroecológica conseguiu acessar créditos mais específicos à região, como a linha Amazônia Florescer, que apoia a implantação de perenes ou equipamentos de transformação (para fazer polpas).

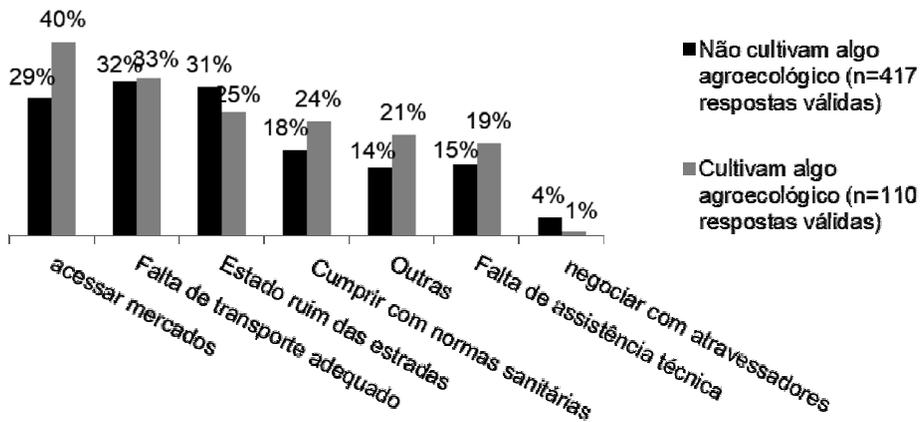
Existem algumas diferenças entre quem considera cultivar de forma agroecológica e os demais agricultores em relação às dificuldades para produção (Figura 8) e dificuldades para comercialização (Figura 9).

Figura 8: Dificuldades citadas pelos agricultores para produzir



Para a produção, as dificuldades que se destacam para quem produz algo de forma agroecológica são recursos financeiros, combate a pragas, falta de mão de obra e solos degradados. No entanto, eles se queixam menos da seca, o que pode indicar uma melhor adaptação do sistema de produção (mais diversificado e estratificado, por exemplo) aos períodos de seca.

Figura 9: Dificuldades citadas pelos agricultores para comercializar

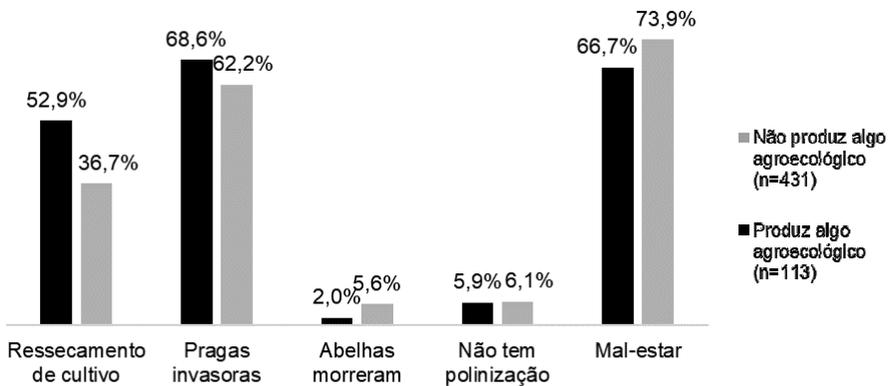


Para comercializar a produção, as principais dificuldades mencionadas pelos entrevistados foram: falta de transporte adequado (31%), dificuldade de acesso aos mercados (29%), condições ruins das estradas (28%) e dificuldades de cumprir com normas sanitárias (18%). Para quem cultivava de forma agroecológica, as principais dificuldades que se destacam em relação aos demais são: acessar mercados, cumprir com normas sanitárias e falta de assistência técnica. Isso pode indicar a falta de mercados para valorizar seus produtos agroecológicos.

Outra dificuldade forte é a expansão da soja. 69,2% das pessoas entrevistadas consideram que a soja trouxe prejuízo para eles devido a: perda de produção (41,3%), principalmente por conta do ressecamento de seus cultivos que ocorre em consequência do espalhamento, para além dos campos de soja, do disseccante utilizado nos plantios deste grão e por aumento de pragas, as quais, segundo os entrevistados, se refugiam em propriedades no entorno das áreas de soja devido à aplicação massiva de agrotóxicos; mudança do clima (37,5%); e danos ao meio ambiente (35,6%). 42,8% se sentem atingidos pelas pulverizações de agrotóxicos das propriedades do entorno, sendo que desses, 71,8% sentem mal-estar forte (cheiro insuportável, dor de cabeça, vômito); 63,6% perderam produção por causa das pragas (gafanhotos, mosca branca) que se refugiaram nos seus lotes, e 40,3% tiveram ressecamento de seus cultivos por causa do produto secante utilizado para acelerar a colheita da soja. Quando interrogados a respeito de problemas de saúde na família, 19,1% se queixam de doenças crônicas; destes 70,2% têm dores de cabeça aguda e constante, 23,1%, doenças pulmonares crônicas (asma, tuberculose, bronquite, pneumonia), e 5,8%, câncer.

Varia pouca essa percepção entre os agricultores, mas é sentida de forma um pouco mais aguda pelos agricultores que consideram cultivar algo agroecológico, pois 46% deles se sentem atingidos pela pulverização de agrotóxico no seu entorno, contra 42% dos outros. Conforme apresentado na Figura 10, entre os entrevistados que produzem algo agroecológico, as principais formas de como se sentem afetados pelas pulverizações de agrotóxicos no seu entorno são: invasão de pragas em seus cultivos (68,6%), mal-estar (66,7%) e ressecamento de cultivos (52,9%). Entre os que disseram não produzir algo agroecológico, a invasão de pragas (62,2%) e o ressecamento de cultivo (36,7%) são sentidos de forma um pouco menos forte, mas o mal-estar é mais forte (73,9%).

Figura 10: Prejuízos pelas pulverizações de agrotóxicos nas propriedades do entorno



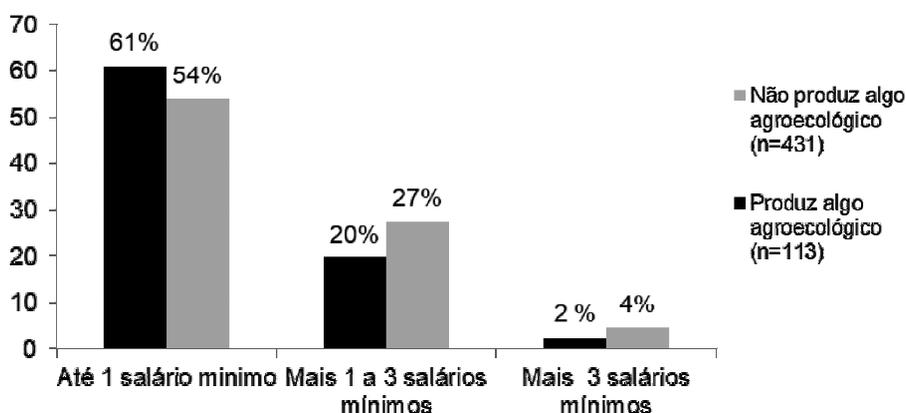
Uma possível interpretação, que precisaria ser ainda elaborada e aprofundada, é o fato de que cultivar espécies perenes (agroflorestas) pode deixar mais sensível ao eventual ressecamento de cultivos e invasão da área cultivada por pragas. Ao mesmo tempo, as cercas verdes no entorno podem limitar a exposição da família aos agrotóxicos. Cabe ressaltar que, no momento de interpretação dos resultados, o que mais marcou os pesquisadores comunitários foi que muitas pessoas, apesar de claramente atingidas pelos agrotóxicos, não ousaram afirmar essa relação. Falavam que tinham que fechar as janelas, que não podiam sair quando tinha pulverizações, mas respondiam negativamente quando perguntados se se sentiam atingidos pelos agrotóxicos. Os jovens não conseguiram saber se era por medo de se posicionar contra a soja, apresentada pelos governos municipais como “o progresso”, ou se era por falta de informação sobre o perigo dos agrotóxicos. Muitas famílias têm pouco acesso a infor-

mações e acabam por não entender os sintomas relacionados à saúde quando aparecem. Assim, é muito provável que os resultados da pesquisa estejam subestimados.

4. Inserção econômica e social

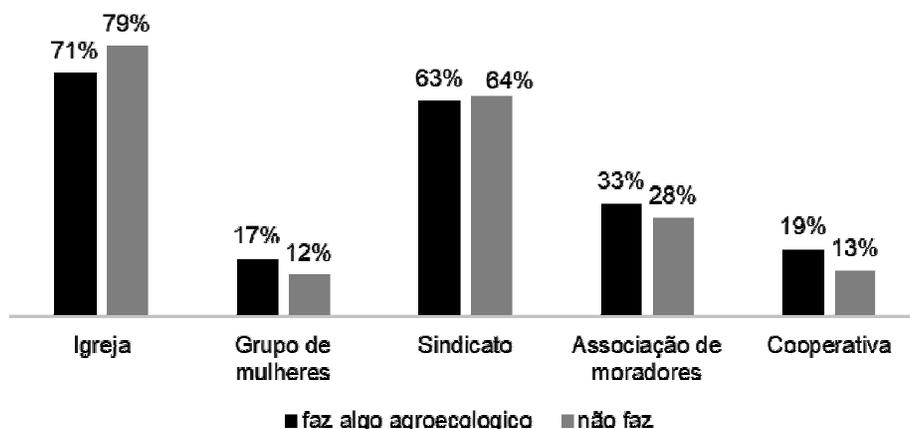
De forma geral, a situação das famílias da agricultura familiar tem sido bastante desafiadora, sendo que a maioria das famílias não ganha um salário-mínimo pelas atividades produtivas em seus lotes, mesmo em um mês favorável à produção e comercialização da produção (avaliação pelo próprio entrevistado do que seria um “mês bom”). No entanto, um terço (32%) dos agricultores que cultiva algo agroecológico consegue mais de um salário-mínimo, contra 22% nos demais.

Figura 11: Renda agrícola dos agricultores familiares num “mês bom”



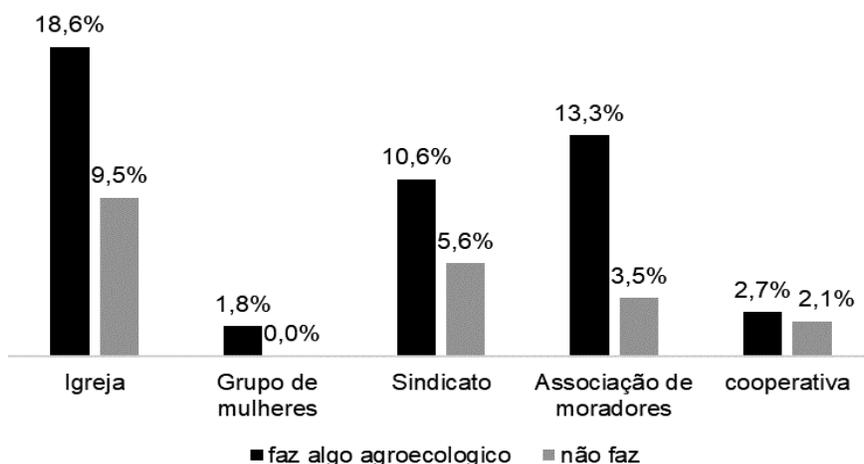
Além da renda monetária, muitos autores ressaltam o papel da reciprocidade, das redes de solidariedade e das organizações sociais para sustentar o tecido camponês (SABOURIN, 2009). Nossos resultados mostram que a maioria dos agricultores participa de uma organização social, principalmente igreja, sindicato e associações de moradores. Segundo os participantes da pesquisa, nos últimos 10 anos, vêm crescendo e se fortalecendo organizações como cooperativas e grupos de mulheres ligadas ao movimento agroecológico, o que tem contribuído para melhoras na comercialização dos produtos agroecológicos, além de favorecer a troca de conhecimentos em torno de práticas agroecológicas.

Figura 12: Agricultores que participam de uma organização social



Nossos resultados indicam também que a proporção de entrevistados que lideram uma organização social é maior entre os agricultores que consideram fazer algo agroecológico (Figura 13). Isso pode revelar uma possível relação, que precisa ser melhor compreendida, entre estar à frente de organizações sociais e um engajamento maior com conceitos e práticas agroecológicas.

Figura 13: Agricultores que lideram uma organização social



A agroecologia emerge como um setor dinâmico

Sintetizamos aqui as principais diferenças observadas entre os agricultores que consideram fazer algo agroecológico e os outros agricultores (Tabela

1). Apesar da divisão entre perfis numa base declaratória ter limites (pois existem pessoas que têm práticas agroecológicas, mas não o declararam, e vice-versa), evidenciamos algumas diferenças interessantes que podem servir de ponto de partida para futuros aprofundamentos.

Quadro 1. Diferenças entre quem considera fazer algo agroecológico e quem não faz

Variáveis	Considera cultivar algo agroecológico (113 agricultores)	Não considera fazer algo agroecológico (431 agricultores)
Média de número de espécies cultivadas no lote	15	11
Não usa produtos químicos	59%	47%
Iniciou atividades novas nos últimos 5 anos	42%	26%
Contratou diárias para o trabalho no lote	48%	36%
Ganhou mais de um salário mínimo num mês bom	32%	22%
Recebe visitas de extensionistas	32%	15%
Acessou crédito nos últimos 20 anos	61%	44%
Lidera uma organização social	37%	21%

Fonte: Cálculos feitos com base nos dados coletados na campanha *Odyssea/ Odisseia Santarém* de coleta de dados sobre a situação da agricultura familiar no Planalto Santarém em 2019.

Essa tabela destaca que os agricultores que consideram fazer algo agroecológico de fato usam menos produtos químicos e têm mais diversidade. A proporção deles que conseguiram iniciar atividades novas (principalmente perenes), empregam mão de obra e têm uma renda melhor foi maior que a proporção entre os demais agricultores. Algumas hipóteses que podem explicar essas diferenças talvez sejam um maior apoio técnico e um maior acesso a crédito por parte dos que disseram fazer algo agroecológico, e/ou pelo incentivo da extensão rural para fazer agroecologia, mas também se explica pela possibilidade de eles procurarem a extensão justamente por quererem aprender sobre agroecologia.

Também mostramos que quem faz algo agroecológico está mais envolvido em organizações sociais, inclusive exercendo papéis de liderança. Isso pode colaborar para intensificar a circulação e trocas sobre conceitos e práticas agroecológicas nas comunidades e municípios, visto que lideranças locais tendem a comunicar-se entre si e participar de encontros regionais.

Esses resultados mostram que, apesar da situação bastante desafiadora que enfrentam os agricultores familiares do Planalto Santarém com a expan-

são da soja, a agricultura familiar ainda se faz presente com uma relevante capacidade produtiva. E formas agroecológicas de produzir parecem constituir uma alternativa atraente que pode contribuir para o fortalecimento da agricultura familiar. Esse resultado é condizente com o que discutimos com os representantes de movimentos sociais no momento do zoneamento participativo, antes da coleta de campo (CORTES *et al.*, 2020). E também com outros estudos que indicam que agricultores que transformaram sua forma de produzir adotando princípios e práticas agroecológicas melhoraram suas condições socioeconômicas e de qualidade de vida (ALTIERI; FUNES-MONZOTE; PETERSEN, 2012; CÔTE *et al.*, 2019; STRATTON; WITTMAN; BLESCH, 2021).

Nesse sentido, nossos resultados reforçam que a agroecologia no Planalto Santareno, além de ser uma referência para movimentos e organizações sociais, em termos de princípios para se pensar modelos de agricultura mais sustentáveis e justos, também se reflete em diversas práticas dos agricultores familiares, mesmo entre aqueles que não declararam fazer algo agroecológico. Isso, somado ao potencial observado da agroecologia de dinamizar a agricultura familiar, pode abrir e facilitar caminhos para se pensar, ampliar e planejar transições agroecológicas junto com os agricultores.

Apesar do conceito de agroecologia ter sido mais associado à preservação e cuidados com a natureza pelos agricultores familiares do que com formas de resistência e alternativa ao agronegócio, estes parecem estar bastante conscientes dos impactos negativos da expansão da soja para sua produção, saúde e ambiente. Isso pode favorecer movimentos em prol da agroecologia e soberania alimentar no território, uma vez que os agricultores familiares, ao experienciarem em suas vidas os impactos do agronegócio, podem estar mais abertos às dimensões mais políticas da agroecologia e a reconhecerem e abraçarem como forma de se fortalecerem e resistirem às pressões dos agentes do agronegócio. Isso já vem acontecendo no Planalto, principalmente através de movimentos de mulheres agricultoras que têm tido papel crucial na difusão e adoção de conceitos e práticas agroecológicas no território, colaborando para ampliar transições agroecológicas locais e evitar que mais agricultores familiares desistam de suas terras.

Apesar desses resultados serem ainda exploratórios e descritivos, eles indicam possíveis transições agroecológicas na área de estudo. A realização desses potenciais certamente contará com a capacidade dos atores do território de negociarem mudanças que atinjam diversas frentes e domínios como, por exemplo, o das políticas públicas e das visões desenvolvimentistas que embasam e justificam o agronegócio e permeiam as esferas de poder e considerável parte da sociedade (ANDERSON *et al.*, 2019; GLIESSMAN; FRIEDMANN; HOWARD, 2019). Além disso, esse estudo também atende a expectativa dos

STTRs integrantes dessa pesquisa, para quem estatísticas mais sofisticadas são difíceis de entender, embora de fundamental importância no processo de reivindicação de seus direitos relacionados ao território. Para os representantes dos sindicatos, nossos resultados permitiram confirmar tendências que eles já percebiam, mas sem ter números para apoiar suas falas, contribuindo para embasar esperanças como as expressadas pela jovem delegada sindical e pesquisadora comunitária D., em sua fala em evento promovido pelo STTR de Santarém, em dezembro de 2021.

Conclusão

Este trabalho é fruto de um processo de pesquisa colaborativa com os Sindicatos dos Agricultores Familiares de Santarém, Mojuí dos Campos e Belterra. Foram os representantes de agricultores que deram as prioridades para a pesquisa, solicitando uma pesquisa quantitativa sobre a situação da agricultura familiar considerando o contexto de expansão da soja na região. Foram eles também os responsáveis por mobilizar e coordenar as equipes de pesquisadores comunitários para fazer o levantamento de dados, permitindo uma amostragem de 544 famílias entrevistadas sobre sua produção e as dificuldades para produzir e comercializar, entre outras.

Desde o início do processo, a agroecologia foi um tema agregador, pois ele permitia aos sindicatos trazerem uma pauta positiva e propositiva para seus membros e associados e também para as arenas políticas e de negociação, indo além das denúncias e alertas sobre os impactos do agronegócio. Eles mostraram a necessidade de saber se, além dos impactos negativos que eles já conheciam, havia esperança com a agroecologia e se ela realmente podia fazer a diferença para compor resistências.

Nossos resultados mostram que a agroecologia é um conceito que está permeando os agricultores. Apesar de somente 21% dos agricultores considerarem fazer algo agroecológico, muitos agricultores têm práticas condizentes com princípios agroecológicos, como a diversificação dos sistemas de produção e o não uso de agrotóxicos. Certamente mais pesquisas são necessárias para aprofundar a compreensão das manifestações da agroecologia na região. Por exemplo, investigar mais a fundo os modos de vida de quem declarou fazer algo agroecológico e as redes que possivelmente fazem parte; o papel do movimento das mulheres ligadas à agroecologia na difusão desta pelo território pode somar-se às contribuições desse estudo.

As diferenças que encontramos entre os agricultores que declararam fazer algo agroecológico e os que declararam não fazê-la em relação à renda, emprego de mão de obra não familiar e inovação revelam que a agroecologia

pode ser um caminho promissor para fortalecer a agricultura familiar e enfrentar as pressões impostas pela expansão da soja.

Apesar de exploratórios, esses resultados permitem aos sindicatos pautar narrativas a favor da agroecologia no território. Ainda que seja fundamental continuar a luta pela redução do uso dos agrotóxicos, que prejudicam muito os agricultores, ter elementos para dar suporte a uma pauta em favor de uma agricultura familiar mais integrada com a produção de alimentos saudáveis e conservação do meio ambiente pode ajudar na mobilização das elites políticas locais, as quais em grande medida continuam difundindo que a soja traz desenvolvimento. É preciso mostrar que a consolidação da agricultura familiar também é fundamental para o futuro da região a fim de garantir a soberania alimentar, preservar o meio ambiente e garantir um trabalho digno nas comunidades rurais.

Finalizamos esse texto com as palavras dos presidentes dos Sindicatos de Santarém e Mojuí dos Campos, proferidas na carta que escreveram em 2020 para ser inserida nas cartilhas de derivadas da pesquisa realizada: “A pesquisa nos trouxe informações importantíssimas que, com certeza, revelam e asseguram aos governos e à população de que a agricultura familiar é um segmento que merece ser respeitado e também mais investimentos” (Manoel Edivaldo, presidente do STTR Santarém e Valdir Lima, presidente do STTR Mojuí dos Campos).

Referências

- ALMEIDA, C.; SILVA, M.; LOBO, F. D. L.; FARIAS, T. P.; GOMES, A.; COSTA, L. C.; ESCADA, M. I. S. TerraClass: classificação dos padrões de uso e cobertura da terra da Amazônia Legal. In: *Cenários para a Amazônia: clima, biodiversidade e uso da terra*. [S.l.]: INPE, 2014
- ABREU, B. S.; NASUTI, S.; COUDEL, E.; FOLHES, R. T.; MATOS, M. E. S.; LIMA, A. V. Resistência à expansão da soja: aliança entre movimento social e cientistas. *Le Monde Diplomatique*, [s. l.], 2021.
- ABREU, L. S.; LAMINE, C.; BELLON, S. Trajetórias da Agroecologia no Brasil: entre movimentos sociais, redes científicas e políticas públicas. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 1.611-1.614, 2009. Disponível em: <<http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/rbagroecologia/article/view/8346/0%0Ahttp://www.aba-agroecologia.org.br/revistas/index.php/cad/article/view/3977>>.
- ALTIERI, M. Agroecologia, Agricultura Camponesa E Soberania Alimentar. *Revista NERA*, [s. l.], v. 13, n. 16, p. 22-32, 2010.
- ALTIERI, M. A.; FUNES-MONZOTE, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologically efficient agricultural systems for smallholder farmers: Contributions to food sovereignty. *Agronomy for Sustainable Development*, [s. l.], v. 32, n. 1, p. 1-13, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13593-011-0065-6>>.

ANA – Articulação Nacional de Agroecologia. Pesquisadora destaca a importância da agroecologia na Amazônia. *ANA Notícias*, [s. l.], 2015.

ANDERSON, C. R.; BRUIL, J.; CHAPPELL, M. J.; KISS, C.; PIMBERT, M. P. From transition to domains of transformation: Getting to sustainable and just food systems through agroecology. *Sustainability (Switzerland)*, [s. l.], v. 11, n. 19, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.3390/su11195272>>.

BENTON, T.; BIEG, C.; HARWATT, H.; PUDASSAINI, R.; WELLESLEY, L. *Food system impacts on biodiversity loss Three levers for food*, [S. l.: s. n.], 2021.

BOWMAN, M. S.; SOARES-FILHO, B. S.; MERRY, F. D.; NEPSTAD, D. C.; RODRIGUES, H.; ALMEIDA, O. T. Persistence of cattle ranching in the Brazilian Amazon: A spatial analysis of the rationale for beef production. *Land Use Policy*, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 558-568, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2011.09.009>>.

BRONDIZIO, E. S.; ANDERSSON, K. C. F.; FUTEMMA, C.; SALK, C.; TENGO, M.; LONDRES, M.; TOURNE, D. C. M.; GONZALEZ, T. S.; MOLINA-GARZÓN, A.; RUSSO, L. G.; SIANI, S. M. O. Making place-based sustainability initiatives visible in the Brazilian Amazon. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, [s. l.], v. 49, p. 66-78, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.cosust.2021.03.007>>.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. *Agroecologia e Extensão Rural: Contribuições para a Promoção do Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, 2004.

CAVALCANTE, L.; NASUTI, S. Trabalhar na interface: coprodução de conhecimento entre cientistas e gestores públicos na saúde ambiental – O programa Vigiagua como estudo de caso em Santarém/PA. *Confins*, [s. l.], n. 42, 2019.

CHAPPELL, M. J.; LAVALLE, L. A. Food security and biodiversity: Can we have both? An agroecological analysis. *Agriculture and Human Values*, [s. l.], v. 28, n. 1, p. 3-26, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s10460-009-9251-4>>.

CÔRTEZ, J. C.; D'ANTONA, Á. D. O. Fronteira agrícola na Amazônia contemporânea: Repensando o paradigma a partir da mobilidade da população de Santarém-PA. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi: Ciências Humanas*, v. 11, n. 2, p. 415-430, 2016.

CORTES, J. P. S.; COULDE, E.; PIRAUX, M.; PIVA, M. S.; SANTOS, B. A.; FOLHES, R. T.; SILVA, R. G. P. Quais as perspectivas da agricultura familiar em um contexto de expansão do agronegócio? Zoneamento participativo com representantes comunitários do Planalto Santareno. *Confins*, [s. l.], n. 45, p. 0-24, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.4000/confins.28077>>.

COSTA, S. M. G. *Grãos na floresta: Estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia*. 312p. 2012. Universidade Federal do Pará, [s. l.], 2012.

CÔTE, T. F. X.; POIRIER-MAGONA, E.; PERRET, S.; ROUDIER, P.; RAPIDELL, B.; THITION, M. C. *The agroecological transition of agricultural systems in the Global South*. France: Quae, 2019.

DE SOUZA, C. C. F.; SANTOS, M. A. S.; REBELLO, F. K.; MARTINS, C. M.; LOPES, M. L. B.; BARBOSA, A. S. A. Agroecological transition in family agriculture: A case study in Primavera municipality, Brazilian Amazon. *AIMS Agriculture and Food*,

[s. l.], v. 6, n. 4, p. 879-890, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.3934/agr-food.2021053>>.

DILLING, L.; LEMOS, M. C. Creating usable science: Opportunities and constraints for climate knowledge use and their implications for science policy. *Global Environmental Change*, [s. l.], v. 21, n. 2, p. 680-689, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2010.11.006>>.

FAMINOW, M. D. Spatial economics of local demand for cattle products in Amazon development. *Agriculture, Ecosystems and Environment*, [s. l.], v. 62, n. 1, p. 1-11, 1997. Disponível em: <[https://doi.org/10.1016/S0167-8809\(96\)01116-4](https://doi.org/10.1016/S0167-8809(96)01116-4)>.

FAO (Food and Agriculture Organization for United Nations). *The State of Food Security and Nutrition in the World 2021*, Rome: [s. n.], 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.4060/cb4474en>>.

FAO (Food and Agriculture Organization for United Nations); UNDP (United Nations Development Programme); UNEP (United Nations Environment Programme). *A Multi-Billion-Dollar Opportunity: repurposing agricultural support to transform food systems*. Rome: FAO, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/https://doi.org/10.4060/cb6562en>>.

FAO (Food and Agriculture Organization for United Nations); WHO (World Health Organization). *Detoxifying agriculture and health from highly hazardous pesticides – A call for action*. Rome: FAO, 2019.

FEARNSIDE, P. M. Retrocessos sob o Presidente Bolsonaro: Um Desafio à Sustentabilidade na Amazônia. *Sustentabilidade International Science Journal*, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 38-52, 2019.

GLIESSMAN, S.. A framework for the conversion to food system sustainability. *Journal of Sustainable Agriculture*, [s. l.], v. 33, n. 1, p. 1-2, 2009. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/10440040802587249>>.

GLIESSMAN, S.; FRIEDMANN, H.; HOWARD, P. H. Agroecology and food sovereignty. *IDS Bulletin*, [s. l.], v. 50, n. 2, p. 91-110, 2019. Disponível em: <<https://doi.org/10.19088/1968-2019.120>>.

GLOBAL WITNESS. The Amazon and its people are under threat – the UK must act. *Blog*, [s. l.], 2021.

GUIMARÃES, A. M. A.; SILVA, D. W.; REGO, E. M. M. Percepção agroecológica dos educandos do curso técnico em Agropecuária da casa familiar rural de Santarém. *Cadernos de Agroecologia*, 15(2), 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Censo Agropecuário de 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change). *Climate Change and Land*. Brussels: WMO and UNEP, 2019. *E-book*.

LOCH, V. C.; CELENTANO, D.; CARDOZO, E. G.; ROUSSEAU, G. X. Towards agroecological transition in degraded soils of the eastern Amazon. *Forests Trees and Livelihoods*, [s. l.], v. 30, n. 2, p. 90-105, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/14728028.2020.1863866>>.

MALHI, Y.; ROBERTS, J. T.; BETTS, R.; KILLEN, T. J.; LI, W.; NOBRE, C. Climate change, deforestation, and the fate of the Amazon. *Science (New York, N.Y.)*, [s. l.], v. 319, n. 5.860, p. 169-172, 2008. Disponível em: <<https://doi.org/10.1126/science.1146961>>.

NAHUM, S. J.; PAIXÃO, P. R. C. Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno. *Revista NERA*, [s. l.], v. 17, n. 25, 2014.

NORDER, L. A.; LAMINE, C.; BELLON, S.; BRANDENBURG, A. Agroecologia: polissemia, pluralismo e controvérsias. *Ambiente e Sociedade*, [s. l.], v. 19, n. 3, p. 1-11, 2016.

PIRAUX, M.; SILVEIRA, L.; DINIZ, P.; DUQUE, G. Transição agroecológica e inovação socioterritorial. *Estud. Soc. e Agric.*, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 5-29, 2012.

SABOURIN, Eric. *Camponeses do Brasil entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Garamond Universitária, 2009.

SAUER, S. Soy expansion into the agricultural frontiers of the Brazilian Amazon: The agribusiness economy and its social and environmental conflicts. *Land Use Policy*, [s. l.], v. 79, p. 326-338, January 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2018.08.030>>.

SCANTIMBURGO, A. O desmonte da agenda ambiental no governo Bolsonaro. *Perspectivas*, [s. l.], v. 52, p. 103-117, jul./dez. 2018.

SILVA, R. G. C.; CONCEIÇÃO, F. S. Agronegócio e campesinato na Amazônia Brasileira: transformações geográficas em duas regiões nos Estados de Rondônia e Pará. *GEOgraphia*, v. 19, n. 41, p. 67, 2018.

SILVA, D. W.; SIVIERO, A. C.; ALVES, H. S. *Construção coletiva da transição agroecológica da produção e do mercado: a comercialização de produtos orgânicos em Santarém, Pará*. [s. l.]: NEA/UFRGS, 2018.

SIVIERO, A. C.; BELING, A. M.; AZEVEDO, C. C. C. A.; CHIBA-ALVES, H. S. *Promovendo a agricultura orgânica em Santarém e região*. Brasília: Cadernos de Agroecologia, 2018.

STRATTON, A. E.; WITTMAN, H.; BLESCH, J. Diversification supports farm income and improved working conditions during agroecological transitions in southern Brazil. *Agronomy for Sustainable Development*, [s. l.], v. 41, n. 3, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s13593-021-00688-x>>.

TONÁ, N.; GUHUR, D. M. P. O Diálogo de Saberes, na Promoção da Agroecologia na Base dos Movimentos Sociais Populares. *Revista Brasileira de Agroecologia*, [s. l.], v. 4, n. 2, p. 3.322-3.325, 2009.

WEZEL, A.; BELLON, S.; DORÉ, T.; FRANCIS, C.; VALLOD, D.; DAVID, C. Agroecology as a science, a movement and a practice. *Sustainable Agriculture*, [s. l.], v. 2, p. 27-43, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/978-94-007-0394-0_3>.

Transposição do rio São Francisco: retóricas, trajetórias e conflitos

Paulo Romário de Lima

Ramonildes Gomes

Larissa Padilha de Brito

Introdução

Esse artigo busca abordar a obra da transposição do Rio São Francisco, especificamente no que se refere aos conflitos socioambientais que impactaram diretamente a vida das famílias deslocadas e reassentadas para viabilizar a construção do Eixo Leste. Para melhor compreensão desse processo, é importante discorrer sobre a dinâmica que articula o processo de construção do Eixo Leste e da Agrovila – Vila Lafayette, localizada na cidade de Monteiro, no Cariri Paraibano. A Vila Lafayette é a vila produtiva onde foram reassentadas as famílias deslocadas compulsoriamente para garantir a construção da obra. Uma parte dessas famílias, por sua vez, foram deslocadas da comunidade do Cipó, situada no município de Sertânia-PE; outra parte, de duas outras comunidades urbanas, situadas no entorno do município de Monteiro-PB; outra parte ainda foi deslocada de duas comunidades rurais também no município Monteiro-PB. Para tanto, iniciaremos a discussão com uma breve reflexão sobre o semiárido brasileiro, retomando a trajetória de políticas públicas que, sucessivamente, foram apresentadas como soluções para superar o problema hídrico na região.

De acordo com a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene (2020), o semiárido brasileiro abriga 1.189 municípios pertencentes aos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais e Espírito Santo, compreendendo uma área total de 1.128.697 km² de área. Quando restringimos esse recorte para o semiárido nordestino, tem-se um total de 1.133 municípios e uma população de 27.870.241 habitantes, incluindo-se somente os estados da região Nordeste.

Os critérios adotados pela Sudene para delimitar a chamada região semiárida são: precipitação pluviométrica com média anual igual ou inferior a 800 mm; índice de Aridez de Thornthwaite igual ou inferior a 0,50; e, percentual diário de déficit hídrico igual ou superior a 60%, considerando todos os

dias do ano. Considerando esses critérios, chega-se à área reconhecida como Polígono das Secas, uma região em que as condições de semiaridez, com secas periódicas e cada vez mais prolongadas, justificam a necessidade de ações públicas e medidas estratégicas com vistas à solução de problemas decorrentes das desigualdades no acesso aos recursos hídricos (TROLEIS; SILVA, 2018).

O semiárido nordestino ora é identificado como o lugar da seca, tornando-se durante os períodos de estiagem prolongada alvo de intervenções do Estado, ora como uma região pobre, marcada por desigualdades sociais. Essa condição nos ajuda a pensar sobre a diversidade regional implícita nessa região, que acontece não apenas como consequência das condições naturais (baixa pluviosidade), mas também pela diversidade de atividades humanas, agricultura, pecuária, artesanato, indústria, comércio, turismo, mas também se ressalte uma visão do semiárido que se destaca pela fé e misticidade dos sertanejos com relação à seca (ANDRADE, 1998).

Segundo Baptista e Campos (2013), “o nosso é o semiárido mais chuvoso do mundo, porém, as chuvas são em poucos meses e mais de 90% de suas águas não são aproveitadas devido a sua evaporação e ao seu escoamento superficial”. Historicamente, as políticas planejadas e implementadas no semiárido não tiveram como objetivo enfrentar diretamente as desigualdades sociais existentes na região para estruturar o acesso à água. Duque (2008) afirma que o problema do semiárido é de ordem social e política que privilegia os interesses do agronegócio e das elites políticas locais.

As políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do semiárido brasileiro, a exemplo da Política de Irrigação dos anos de 1970, em geral, tiveram como características os grandes projetos para mitigar os efeitos severos da seca. No entanto, a execução e implementação desses quase sempre se fez à custa da exclusão de grupos sociais mais fragilizados e vulneráveis social e economicamente, portanto, tais obras adotaram um viés conservador, beneficiando, via de regra, as elites políticas e agrárias dessa região.

O processo histórico de desenvolvimento da porção semiárida brasileira é marcado por uma ação estatal autoritária, conhecida pela ênfase na construção de açudes, conjugada com ações emergenciais assistencialistas, como a distribuição de alimentos; pelo autoritarismo estatal na definição das alternativas a serem utilizadas para o combate à seca; pela apropriação privada dos investimentos públicos por parte de oligarquias, gerando concentração de poder econômico e político pelo controle do acesso à água e à terra (ASSIS, 2012, p. 3).

Concordamos com Carvalho (1985) que apenas a oferta de água não resolve o problema hídrico do semiárido; portanto, é importante pensar tam-

bém na dimensão da captação, do armazenamento, da distribuição e da regularidade. Para Cunha (2019), faz-se necessário, ao abordar a temática da questão hídrica no semiárido nordestino, levarmos em consideração as condições de acesso, as quais, para o autor, implicam três vetores básicos: quantidade, qualidade e regularidade na distribuição da água. Ou seja, para o autor, a regulação da oferta e a distribuição da água entre as populações vulneráveis são desafios que necessitam ser enfrentados quando se trata de refletir e planejar a questão hídrica no semiárido.

As sucessivas ações voltadas ao “enfrentamento” dos problemas decorrentes e/ou agravados pela seca reforçaram a produção de uma crença e de uma narrativa de que a próxima grande obra iria solucionar os problemas hídricos do Nordeste, e ainda colocar a região nos trilhos do desenvolvimento. Todavia, essa crença sempre teve a intenção de acomodar o *status quo*, apaziguar os conflitos, mas jamais atacar os problemas estruturais que assolam a região. Com isso, obra após obra o ciclo de dominação se reproduz indefinidamente.

Desse modo, desde o final do século XIX até os dias atuais, as políticas públicas para essa região, de alguma maneira, passaram sempre pela transposição do rio São Francisco como o primeiro “sonho” do império e das elites rurais, pelas grandes obras de açudagem, barragens hidrelétricas, perímetros irrigados, frentes de trabalho e chuvas artificiais. Tudo isso, sem jamais encarar de frente a chaga do latifúndio, da concentração da terra e do monopólio da água.

O percurso metodológico que adotamos para desenvolver este artigo está apoiado na pesquisa qualitativa, privilegiando técnicas como a pesquisa documental, bibliográfica e de campo (entrevistas e observações). Os dados coletados possibilitaram estruturar o artigo da seguinte maneira: uma introdução e mais três seções: uma dedicada à transposição, apresentando como ela foi concebida ainda no final do século XIX enquanto solução para o problema da seca no semiárido; uma segunda seção que apresenta o Projeto de Integração do São Francisco; e a terceira seção que discute o Eixo Leste e os desdobramentos da construção deste sobre a Vila Lafayette no município de Monteiro-PB. Por fim, apresentamos algumas considerações conclusivas.

Transposição do rio São Francisco

A transposição do rio São Francisco se enquadra dentro das políticas de solução hidráulica planejadas no final do século XIX, influenciadas pelas grandes secas, especialmente 1877-1879, que começavam a assolar a região deixando um rastro de cadáveres no campo e nos pequenos municípios, sendo eles o gado criado na extensão das terras do semiárido e o povo que habitava

na região, submetido a diversas formas de exploração e dominação, além da fome e da miséria.

De seca em seca, a narrativa da transposição do rio São Francisco como solução definitiva aparecia e, posteriormente, perdia força. Em certos momentos, alegava-se a ausência ou o desconhecimento de tecnologias para transpor essa água; em outras situações, justificava-se que não havia recursos e condições políticas para tanto. Todavia, nos anos 2000 do século XXI, no governo do Presidente Luis Inácio Lula da Silva (PT), um nordestino, migrante, conhecedor do problema cíclico das secas no semiárido, ao chegar à presidência da república, mobilizou interesses e combinou fatores que possibilitaram tirar a transposição do papel, fazendo com que essa se tornasse uma realidade.

As narrativas que apontam a transposição do rio São Francisco como solução para os problemas hídricos do semiárido nordestino surgiram ainda no século XIX, chegando mesmo ao século XXI quando as obras foram de fato iniciadas. Passaram por várias mudanças ao longo da sua construção até atingir a conclusão, passaram por diversos processos, concepções e conflitos, envolvendo grupos políticos do próprio semiárido, mas também agentes e setores diversos da sociedade civil. Um fato importante é que essas narrativas estiveram presentes no noticiário, ocupando a pauta na mídia, em momentos diferentes da história do Brasil, ou seja, do império à velha república, passando pelo regime militar e, por fim, chegando à chamada nova república quando as obras foram iniciadas.

Desde o período remoto do Império, durante o século XIX, até os dias atuais, foram diversas as oportunidades nas quais se cogitou a transposição como a melhor alternativa hídrica para a redução dos efeitos gerados pelos fenômenos das longas estiagens sobre os milhares de residentes na região conhecida como Polígono das Secas (LOUREIRO; TEIXEIRA; FERREIRA, 2013, p. 13).

Rodrigues (2020) rememora que a ideia de levar água para o Rio Jaguaribe no Ceará emerge em 1817 com Dom João VI, sendo que depois essa mesma ideia volta à cena em 1847 com Dom Pedro II, quando ele criou em 1859 uma comissão científica, uma vez que em 1877 não houve viabilidade técnica para levar o projeto à frente. A ideia sobre a Transposição do Rio São Francisco retorna à cena em 1912, após a criação da Inspeção de Obras Contra a Seca (IOCS), por Hermes da Fonseca, porém a Inspeção alegou não ter as condições tecnológicas para superar o relevo do Araripe. Quando Epitácio Pessoa chega à presidência da República em 1919, a discussão da obra reapareceu, uma vez que as tecnologias para suplantarem o relevo já haviam sido identificadas, porém o projeto foi novamente arquivado por falta de apoio político.

Para Castro (2011, p. 9), “o projeto reapareceu em 1981, quando técnicos do próprio Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) elaboraram um novo plano, cujo destino foi o mesmo já dado anteriormente, o arquivamento”. O projeto voltou a ganhar notoriedade durante a seca de 1979-1983, coincidindo com o finalzinho do regime militar. Novamente a Transposição foi apresentada como a solução definitiva para resolver o problema da seca.

O ano de 1984 é ponto de referência na medida em que, no decorrer de uma grande seca na região do Semiárido, o governo militar de Figueiredo ordenou aos técnicos do Departamento Nacional de Obras contra a Seca (DNOCS) a elaboração de um projeto, a ser financiado pelo Banco Mundial, visando viabilizar a Transposição das Águas do São Francisco para a região afetada pela estiagem. Todavia, encerrado o período de seca, a iniciativa foi abandonada (LOUREIRO *et al.*, 2013, p. 14).

Foi durante os governos do Presidente Lula (2003-2006 e 2007-2011) que o projeto tomou corpo tornando-se Projeto de Integração do São Francisco (PISF). Todavia, os conflitos gerados por esse grande projeto não foram dirimidos. Durante o período houve diversas manifestações contrárias à obra, a exemplo de setores progressistas da Igreja Católica, bispos da igreja católica fizeram greve de fome, além de protestos representados pela ocupação dos canteiros de obras em Cabrobó-PE. Mesmo assim, o projeto avançou e a obra teve seu início em 2007 com a promessa de levar água para 12 milhões de pessoas que habitam no semiárido setentrional, mais conhecido como o polígono das secas.

Para Silva (2014, p. 149), “O PISF é um projeto que representa um campo de disputas de concepções, de ideias, enfim, não é consenso na sociedade sua pertinência, consequentemente sua eficácia”. Desse modo, buscaremos exemplificar e descrever alguns desses conflitos que envolveram e permeiam o Projeto de Transposição do São Francisco.

Segundo Castro (2011, p. 10), “Logo no primeiro mandato do presidente Luís Inácio Lula da Silva (PT), entre 2003 e 2006, a ideia da transposição ressurgiu quando o presidente Lula incumbiu o então ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes (PDT), de executar a obra”. Vale salientar que Ciro Gomes teve fortes embates com outros setores do governo para levar o projeto adiante e, em muitos casos, ele usou da prerrogativa de ser cearense para justificar a necessidade histórica da transposição para o Brasil, mas especificamente para o Nordeste semiárido.

Outras narrativas foram apresentadas e difundidas para justificar a construção do PISF a baixa oferta de água na região e a alta densidade populacio-

nal como assinala Castro (2011). Na primeira década do século XX, quando o Projeto de Irrigação do rio São Francisco foi retirado do papel, o objetivo era levar água a mais de 12 milhões de pessoas no semiárido setentrional (polígono das secas) e, com isso, estimular, impulsionar o desenvolvimento da região. Ainda com relação aos objetivos, podemos observá-los de maneira sintética no Parecer técnico 031/2005 BRASIL.IBAMA (2005, p. 3).

Elevar o abastecimento urbano; redução dos gastos públicos emergenciais durante as secas, na área do Projeto, em distribuição de cestas de alimentos, gastos em frentes de trabalho e fornecimento de água em carros-pipa; aumento do emprego e renda da população da área do projeto; redução da migração rural-urbana e para áreas metropolitanas e suas conseqüências sobre a economia e infra-estrutura das cidades; melhoria da qualidade da água bruta, reduzindo os custos para as concessionárias, as indústrias e, a longo prazo, para a agricultura (menor risco de salinização dos solos); benefícios indiretos e intangíveis nos sistemas produtivos da região (dinamização de atividades industriais, agropecuárias, comerciais e de serviços dependentes do suprimento hídrico).

O PISF teve início em 2007 e nesta mesma década grande parte da obra foi concluída. Uma questão que nos instiga é que uma obra tão esperada, supostamente salvacionista, uma vez que solucionaria grande parte das mazelas “causadas pelos ciclos de estiagens”, contraditoriamente acabou por se transformar em uma arena de disputas, polêmicas e conflitos.

Os dois eixos englobam a construção de 13 aquedutos, 09 estações de bombeamento, 27 reservatórios, 09 subestações de 230 quilowatts, 270 quilômetros de linhas de transmissão em alta tensão e quatro túneis [...]. As obras do Projeto São Francisco passam pelos seguintes municípios no Eixo Norte: Cabrobó, Salgueiro, Terranova e Verdejante (PE); Penaforte, Jati, Brejo Santo, Mauriti e Barro (CE); em São José de Piranhas, Monte Horebe e Cajazeiras (PB). Já no Eixo Leste, o empreendimento atravessa os municípios pernambucanos de Floresta, Custódia, Betânia e Sertânia; e em Monteiro, na Paraíba (MDR, 2021, p. 2).

Já com relação à vazão da água do São Francisco, que é usada para a transposição, o MDR (2021) informa que “a tecnologia usada no projeto pode captar 26,4 m³/s, mesmo em períodos muito secos. Na cheia, a captação pode chegar a 127 m³/s, sem prejudicar o manancial”. Atualmente a obra está com “97% de avanço operacional nos dois eixos, com 100% de execução física no Eixo Leste” (MDR, 2021, p. 10). O PISF é constituído por seis trechos de obras (Metas 1N, 2N, 3N, 1L, 2L e 3L), portanto, trata-se uma obra grandiosa.

Eixo Leste

O Eixo Leste é responsável por levar a água da Barragem de Itaparica no estado do Pernambuco até o açude Epitácio Pessoa no município de Boqueirão na Paraíba, depois deságua no rio Paraíba, para depois chegar ao açude Argemiro Figueiredo (Acauã). Esse eixo foi o primeiro a ser concluído, sendo a sua inauguração em março de 2017.

O Eixo Leste transportará um volume médio de 18,3 m³/s, com aproximadamente 220 km de canais, indo da área de captação, junto a Barragem de Itaparica até o rio Moxotó (PE) e Paraíba (PB), abastecendo os açudes de Poço da Cruz (PE) e Boqueirão (PB). O Eixo Leste formará um único trecho denominado: Trecho V. O Eixo Leste será composto de aproximadamente: 220 quilômetros de canais; Cinco estações de bombeamento; Cinco aquedutos; Dois túneis; Nove reservatórios de pequeno porte (ALBUQUERQUE *et al.*, 2013, p. 4).

“Com desnível de 304m ao longo do seu trecho, as águas do São Francisco percorrerão, ao todo, 220 km até o rio Paraíba, após deixar parte da vazão para as bacias do Moxotó, Pajeú e parte do Agreste pernambucano” (SEGUNDO NETO; VIANA, 2016, p. 224). A largura dos canais é cerca de vinte e cinco metros por 5 metros de profundidade (SEGUNDO NETO; VIANA, 2016). A maior parte do Eixo Leste é no Estado de Pernambuco com cerca de 202 km do trecho e os outros km de túnel e canal na Paraíba, especificamente na cidade de Monteiro (MELO, 2010). Depois disso, a água percorre pelo rio Paraíba até o açude Epitácio Pessoa na cidade de Boqueirão (PB).

Após passar pelos túneis e canais, a água chega ao rio Paraíba na cidade de Monteiro e corre até o açude de Poções no mesmo município; depois da água transbordar do açude de Poções, a água desce até o açude de Camalaú no município que tem o mesmo nome, o qual, por sua vez, após completar o volume, transborda para o rio, passando pelos municípios do Congo, Caraubas, São Domingos do Cariri, Cabaceiras e, finalmente, chegando ao açude de Boqueirão (DINIZ; MALUF, 2020).

Um ponto importante para ser abordado no Eixo Leste é que as críticas feitas aos que se opõem ao PISF dizem respeito ao verdadeiro objetivo da obra, ou seja, o abastecimento hídrico do município de Campina Grande, a segunda maior cidade da Paraíba com mais de 400 mil habitantes e importante centro tecnológico e industrial da região Nordeste, além de almejar abastecer a região do agreste paraibano, através do Canal Acauã-Araçagi.

Segundo Brito (2013), a inclusão do Eixo Leste no Projeto da Transposição do Rio São Francisco aconteceu pelo risco de colapso hídrico experienciado pela população de Campina Grande nas secas de 1998 a 2003 quando o

açude Epitácio Pessoa atingiu o nível crítico. Entre as teses e justificativas que nortearam o Projeto de Transposição do São Francisco, a ideia de que esta seria a solução para o iminente colapso no abastecimento das cidades contribuiu para acelerar as obras, mas também para legitimá-la como prioridade.

Vilas Produtivas Rurais

Neste item sobre as Vilas Produtivas Rurais (VPRs), abordaremos o Plano Básico Ambiental (PBA) 08, que corresponde aos deslocamentos e reassentamentos decorrentes da construção da obra, o PBA 16 referente aos projetos de irrigação e as comunidades rurais construídas às margens da obra. As informações para dar conta deste ponto tiveram como aporte a literatura, documentos públicos e relatos orais, particularmente de um dos moradores da Vila Lafayette, o Sr. Agnaldo, o presidente da associação de moradores da Vila.

Além disso, usaremos a categoria de deslocamento compulsório para fazer referência ao processo que implicou a saída das famílias de suas antigas comunidades e residências e o reassentamento destas nas VPRs. Essas categorias foram as mesmas usadas pelo governo federal na época e estão em consonância com os termos usados pelos atingidos por grandes obras, como, por exemplo, por barragens. Salientamos que são categorias de uso político (MAGALHÃES, 2007). Assim, é necessário compreender o que são as Vilas e quais foram os seus públicos-alvo.

VILA PRODUTIVA RURAL: as áreas rurais adquiridas pela União dotadas de infraestrutura comunitária e de produção, destinadas ao reassentamento das famílias residentes na faixa de obra que atendam aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo empreendedor (PBA 08, 2005, p. 3).

De acordo com o documento oficial, os critérios adotados para selecionar e reassentar as famílias foram os cadastros fundiários e a pesquisa socioeconômica, realizada no ano de 2004. Dessa forma, após a análise desses documentos foi estabelecido qual seria o público selecionado para ser reassentado nas VPRs, que são as famílias proprietárias e não proprietárias atingidas pelas obras nos Trechos I e II Eixo Norte, e no Trecho V do Eixo Leste do PISF. Assim, os critérios utilizados para definir se os atingidos estariam aptos ou não foram:

Os critérios de elegibilidade foram definidos a partir da identificação das famílias residentes nas áreas a serem desapropriadas, classificadas em: (i) proprietárias, (ii) não proprietárias de terras com benfeitorias e (iii) não proprietárias de terras sem benfeitorias[...] considerando-se, portanto, como beneficiárias ao reassentamento: As famílias proprietárias e não-proprietárias residentes na área afetada, considerada como as áreas dos canais, reservató-

rios e faixas de domínio, inclusive a área de segurança dos reservatórios compreendida entre a cota do nível máximo de sangria e a cota do coroamento e de preservação permanente, além das áreas necessárias para as obras (acampamentos, canteiros, bota-fora, áreas de empréstimo, jazidas) e para a implantação da infra-estrutura associada ao projeto; As famílias proprietárias e não proprietárias incluídas no Cadastro Socioeconômico concluído em dezembro de 2004; As famílias proprietárias e não proprietárias que têm como principal fonte de renda a atividade agropecuária; As famílias proprietárias sem áreas remanescentes, que adquiriram a propriedade antes do Cadastro Socioeconômico, e que têm direito à indenização pelas terras e benfeitorias com um valor máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais); Os proprietários de benfeitorias afetadas com direito à indenização com valor máximo de R\$30.000,00 (trinta mil reais); Às famílias em situação de risco social, consideradas como tais as famílias compostas exclusivamente por pessoas idosas, por mulheres chefe de família com filhos menores de 15 anos solteiros, além dos portadores de deficiência física ou mental, fatores que limitam ou impossibilitam a inserção produtiva (PBA 08, 2005, p. 14-15).

Ao final tem-se um total de 845 famílias distribuídas em 18 VPRs. Na Paraíba, o município de São José de Piranhas, por onde passa o Eixo Norte, concentra o maior número de famílias. Entre os grupos de famílias que seriam deslocadas prevaleceu aquele que se enquadrava na categoria de não proprietários, correspondendo, respectivamente, a 67,7% e 32,3% de famílias proprietárias (PBA-08, 2005). Esse dado rebate em dois elementos importantes: o primeiro é a predominância do regime de morada em propriedades rurais daquela área; e o segundo, é que para esses moradores serem beneficiados com uma casa na Vila Produtiva era a oportunidade de ter um pedaço de chão.

No que concerne à parte do Eixo Leste, situado no estado da Paraíba, foi construída a VPR – Vila Lafayette, que fica no município de Monteiro a 168 km de Campina Grande. A Vila Lafayette está situada na margem esquerda da BR-110 do trajeto Monteiro/Sertânia-PE. Segundo o Sr Agnaldo (nosso interlocutor), a Vila foi inaugurada em 2015 após forte pressão dos pretensos moradores; todavia, eles só puderam mudar efetivamente em março de 2016. No início, os dados do PBA-08 informavam que seriam reassentadas 16 famílias, vindas de localidades distintas dos municípios de Monteiro e de Sertânia. Porém, foram reassentadas 61 famílias, sendo 26 famílias ribeirinhas, as quais moravam nas margens do rio, nas proximidades do sítio Pau D’arco; outras 18 vieram de dois bairros do município de Monteiro (Abatedouro e Várzea); e 17 famílias vieram de Pernambuco, da comunidade Cipó, município de Sertânia (DINIZ; MALUF, 2020). Essa contradição entre os dados oficiais (governo) e o número real de famílias reassentadas revela o descaso do Estado para com essas famílias, visto que entre o planejado e o realizado tem-se um número

quase quatro vezes maior de famílias que passaram a residir em uma Vila Produtiva Rural, supostamente com infraestrutura para atender a um número significativamente menor de famílias.

Em 2014, segundo relatos do Sr. Agnaldo, funcionários do DNOCS foram até as comunidades que seriam extintas para dar lugar ao canal por onde a transposição passaria (Extrema e Pau D'arco). O objetivo dessa visita era medir o tamanho dos lotes. Na ocasião, os técnicos do DNOCS mencionaram que as famílias residentes naquelas comunidades seriam desapropriadas, deslocadas e reassentadas em outro local. Além disso, os mesmos técnicos apresentaram uns documentos e solicitaram que os moradores assinassem. Logo após, foi a vez do Ministério da Integração e da empresa de engenharia CMT fazerem os cadastros das famílias. Uma das perguntas contidas no formulário, utilizado para o cadastro, era a quantidade de cômodos existentes na unidade habitacional, sendo que as informações contidas neste cadastro serviriam de base para calcular o pagamento das indenizações e para orientar o padrão das construções na Vila Lafayette.

Alguns moradores relataram que a empresa nada informou sobre a necessidade do deslocamento, o fato é que “15 dias depois à visita do DNOCS veio o trator derrubando tudo”, ou seja, casas, cercas, plantações, currais etc. Para os moradores restou a necessidade urgente de mudar para casa de parentes, ou pagar aluguel na cidade. Assim, as famílias que foram pressionadas a deixar suas moradias e lotes produtivos para ceder espaço ao PISF, ficaram de 2014, quando houve o deslocamento, até março de 2016 morando em casa de parentes e/ou pagando aluguel. Em 2016, dois anos após as desapropriações, a tão sonhada Vila Produtiva não havia sido concluída; foi aí que, depois de diversas negociações, o governo disponibilizou um auxílio chamado de Programa de Transferência Temporária (PTT), no valor de R\$1.200,00. Este programa de transferência teve seu valor reduzido para um salário mínimo, logo após as famílias terem sido instaladas na Vila Lafayette.

Gonçalves (2014) e Nunes (2014), em seus trabalhos de dissertação, informam que os moradores da Vila Lafayette passaram a receber o auxílio temporário logo que se mudaram para a Vila. Todavia, esse auxílio era inicialmente de R\$ 1.200,00. Hoje, é de um salário-mínimo, portanto de R\$ 1.100,00. Sobre essa questão, o Sr. Agnaldo relatou que a redução do valor do auxílio até se justifica, uma vez que as famílias receberam as casas de morada, contudo, o pagamento do auxílio está sendo feito sempre com atraso, provocando certa insegurança quanto a assumir compromissos no médio prazo, especialmente porque o auxílio já chegou a ser pago com dois meses de atraso. O não pagamento desse auxílio, ou mesmo o atraso, é um problema grave, porque é

com ele que as famílias reassentadas suprem as necessidades básicas, ou seja, os gastos com comida, água e medicamentos.

Vale dizer que a pesquisa documental não revelou nada mais consistente acerca desse auxílio, principalmente no que se refere à continuidade ou à existência ou não de condicionalidades. Porém, segundo o nosso interlocutor existe um termo de contrato assinado com o governo federal que assegura o recebimento desse auxílio. Por um lado, esse benefício se torna essencial, uma vez que não há outro meio de sobrevivência para as famílias moradoras da Vila. Por outro lado, essas famílias são agricultoras, e os lotes destinados à irrigação, que fazem parte do projeto de reassentamento, mesmo depois de cinco anos não foram liberados para fins produtivos, visto que os *kits* de irrigação não foram instalados e não há nenhuma estrutura que assegure o acesso à água para a produção. Em síntese, o fato é que a concessão desse benefício, isolada de outras políticas e ações que capacitem os beneficiários para o trabalho, não contribui para a emancipação destes. É neste contexto que as famílias demandam políticas e medidas que ofereçam as condições necessárias para o desenvolvimento da comunidade garantindo que estas acessem direitos básicos, como trabalho e geração de renda.

Atualmente, residem na Vila setenta famílias, incluindo (nove famílias que chegaram depois da inauguração da Vila, porém essas famílias descendem de outras que foram reassentadas logo que as casas foram entregues). Conforme fora acordado, a Vila Lafayette dispõe de uma infraestrutura composta pelos seguintes equipamentos públicos comunitários: 01 escola, que só está atendendo a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA); as crianças da Vila, por sua vez, percorrem, diariamente, três km em ônibus até às escolas que ficam na sede do município; 01 Unidade Básica de Saúde da Família, cujos atendimentos médicos só acontecem mensalmente. Portanto, em caso de necessidade, as famílias procuram os médicos na sede do município de Monteiro, ou nas comunidades próximas, onde há postos de saúde. Além dos equipamentos já citados, a Vila Lafayette possui ainda: 01 associação de agricultores com sede própria, 01 quadra de esportes e 01 praça. Como benfeitorias individuais, as famílias reassentadas na Vila foram beneficiadas com um lote produtivo medindo 4 ha, além de uma casa de morada com terreno que mede 50 x 100 metros. As casas têm uma estrutura de seis cômodos, assim divididos: 3 quartos, 1 banheiro, 1 cozinha/copa e 1 terraço na frente.

Um primeiro elemento que nos chama atenção com relação à estrutura da Vila é ela não ter reservatório para coleta e armazenamento de água da chuva, como, por exemplo, uma cisterna. Estamos analisando o contexto de construção de um território fincado no semiárido, onde predominam altas tem-

peraturas, ciclos de estiagens prolongadas enfim, é fundamental criar dispositivos para armazenar água, além da questão da sustentabilidade, seja como processo educativo, seja como alternativa para o enfrentamento de dificuldades relacionadas ao acesso à água. Ou seja, água para atender ao consumo básico das famílias, para beber, cozinhar, higiene da casa e das pessoas, ou seja, água como direito básico.

Segundo o documento Programa de Reassentamento das Populações, do Ministério da Integração, ao programa caberia “propiciar às famílias afetadas pelo empreendimento condições que permitam sua reprodução social e econômica em situação, no mínimo, similar à atual” (BRASIL.PBA 08, 2005, p. 5). Todavia, passaram-se três anos entre a inauguração da Vila e a construção da infraestrutura para assegurar o abastecimento da mesma e nenhuma medida resolutiva foi tomada. Criou-se um círculo vicioso de promessas que não se concretizavam, levando as famílias a se organizarem e a judicializar a questão; infelizmente, os anos se passaram, e a Vila Lafayette permaneceu sem segurança hídrica, sem abastecimento regular e sem água para irrigar as áreas destinadas à produção. Logo, comprometendo duramente a sobrevivência e a reprodução social e econômica das famílias.

Entendemos como contraditório esses moradores terem sido deslocados de suas antigas moradias, desprendendo-se de suas histórias e memórias, para a construção do PISF, e passando a residir em uma Vila Lafayette cuja distância do canal é de aproximadamente de três km e, mesmo assim, serem preteridos. Afinal, o cenário é que, enquanto a água do PISF é transposta às pressas para abastecer o açude Epitácio Pessoa e, conseqüentemente, o município de Campina Grande, as famílias moradoras da Vila Lafayette necessitam acionar a justiça para garantir o direito à água.

A alternativa adotada pelas famílias para suprir o abastecimento hídrico foi por meio de carros pipas, que abasteciam a Caixa D'água da Vila com água do São Francisco, oriunda de um reservatório do município de Sertânia. Após o abastecimento, a água era distribuída por toda a Vila. Contudo, os moradores alegam que a quantidade era insuficiente e que não havia uma regularidade. Outra estratégia adotada era comprar água diretamente dos proprietários de carros pipas, mas nem todos os moradores dispunham de recursos para comprar com regularidade. Ademais, o objetivo do próprio PISF era criar uma estrutura capaz de ofertar água para a população do semiárido setentrional; todavia, as evidências apontam que não era para toda a população, ou seja, essa oferta continua sendo seletiva e excluindo os mais pobres.

A Vila Lafayette possui nove poços artesianos, dois deles perfurados pelo governo federal, um poço perfurado através de uma parceria entre os

moradores da Vila e o Sebrae; e, seis poços perfurados com recursos privados por moradores da Vila. Como já dissemos, são 70 famílias residindo na Vila; trata-se de uma situação paradoxal, quer dizer, as famílias são deslocadas das terras em que residiam há décadas, constrangidas pela necessidade de construção de uma grande obra hídrica e depois são reassentadas, passando a depender de poços artesianos. Portanto, esse quadro nos indica que, apesar de todo o investimento, a insegurança hídrica vivida pelos moradores é uma realidade que instiga reflexões, indagações e revolta.

Constam no projeto das VPR lotes destinados à produção, que seria beneficiado com *kits* de irrigação, para que os moradores pudessem trabalhar, produzir e com isso obter renda. Consta no PBA-08, como um dos objetivos, propiciar aos moradores situação semelhante ou melhor do que aquela em que viviam antes de serem deslocadas. Segundo o Programa de Fornecimento de Água e apoio técnico para pequenas atividades de irrigação ao longo dos canais e para as comunidades agrícolas, no PBA-16 consta: “tem como objetivo geral o crescimento econômico e social da região [...] Implantar os sistemas de irrigação nas Vilas Produtivas Rurais e assegurar a oferta de água” (BRASIL.PBA-16, 2005, p. 4). Nestes planos ficam evidenciados os compromissos pactuados, idealizados, no tocante à construção das agrovilas como parte do Projeto de Irrigação do São Francisco.

No entanto, na Vila a estrutura de abastecimento para assegurar o consumo básico foi implementada em 2019; mesmo assim, funcionando precariamente, de modo irregular, chegando a ficar 15 dias sem água (DINIZ; MALUF, 2020). Ou seja, até hoje a área de irrigação não foi utilizada. Para Nunes (2014), o PTT é o que faz os reassentados continuarem morando nas Vilas, como pontuado anteriormente, tornando-se questão de sobrevivência para os moradores. Além disso, ele as considera Vilas “improdutivas”, por não se poder praticar a agricultura, plantar e produzir alimentos, portanto, manter suas respectivas identidades.

Considerações finais

Refletimos e descrevemos o percurso da transposição, enquanto uma ação pública cujo objetivo era solucionar em definitivo o problema do abastecimento hídrico no semiárido nordestino. Colocamos em discussão o fato de que ações baseadas em grandes obras, historicamente, têm favorecido as elites rurais e políticas da região, excluindo, ou deixando à margem dos processos segmentos despossuídos da população, particularmente, pobres do campo e da cidade, aumentando, assim, a exploração e a desigualdade social no Nordeste Semiárido.

A transposição é, sem dúvida, uma ação pública importante, porém eivada de contradições, atravessada por tensões e conflitos. De um lado, os que defendiam o abastecimento para as populações rurais do polígono das secas; do outro, os que afirmam que a obra teve como objetivo real abastecer os centros urbanos, as indústrias e promover ainda mais o agronegócio.

Depois de inaugurada, a transposição tem provocado graves transtornos e conflitos hídricos que atingem especialmente os moradores da agrovila – Vila Lafayette, que sofrem com insegurança hídrica desde a sua inauguração em 2016. O cenário atual é que as famílias da Vila Lafayette passaram a ter acesso à água, ainda que sem regularidade, mas com um mínimo de qualidade a partir de 2019, após o MPF exigir que o abastecimento fosse feito pela Cagepa (Companhia de Águas e Esgotos do Estado da Paraíba). Além disso, passados cinco anos, as famílias reassentadas nas agrovilas não conseguiram fazer uso dos *kits* de irrigação na área produtiva. Dessa forma, concluímos que o PISF é uma ação pública com objetivos e intenções justificadas socialmente, mas na prática repete os mesmos erros das soluções hidráulicas do passado, principalmente quando resolve a crise de abastecimento hídrico do município de Campina Grande e deixa em situação de vulnerabilidade as famílias da agrovila que foram deslocadas para viabilizar a construção da obra. Sendo assim, o projeto de transposição não passa de uma saga, fazendo com que o sonho do acesso à água escorra pelas mãos da população pobre e desassistida do cariri e do sertão semiárido.

Referências

- ALBUQUERQUE, A. D. Desafio e perspectivas da implantação do projeto de Integração do rio São Francisco no Semiárido Paraibano sob a ótica da justiça ambiental. *Qualitas* (UEPB), v. 14, p. 1-12, 2013.
- ANDRADE, M. C. *A Terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste*. 6. ed. Recife, Editora Universitária da UFPE, 1998.
- ASSIS, T. R. P. Sociedade civil e a construção de políticas públicas na região semiárida brasileira: o caso do programa Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). *Revista de Políticas Públicas*, v. 16, n. 1, p. 179-189, 2012.
- BAPTISTA, N. de Q.; CAMPOS, C. H. Caracterização do Semiárido Brasileiro. In: CONTI, I. L.; SCHROEDER, E. O. E. (orgs.). *Convivência com o Semiárido Brasileiro: autonomia e protagonismo social*. Brasília: Editora IABS, 2013. p. 45-50.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. *O Projeto*, 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/seguranca-hidrica/projeto-sao-francisco/o-projeto>>. Acesso em: 03 abr. 2021.

- BRASIL. IBAMA. Parecer técnico do IBAMA. *Análise do EIA/RIMA do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional*. Brasília, 2005.
- BRASIL. Projeto São Francisco: água a quem tem sede. *Programa de Reassentamento das Populações* (PBA 08), 2005.
- BRASIL. Projeto São Francisco: água a quem tem sede. *Programa de Indenização de Terras e Benfeitorias* (PBA 07), 2005.
- BRASIL. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, Sudene. *Delimitação do Semiárido*. Disponível em: <<http://antigo.sudene.gov.br/delimitacao-do-semiarido>>. Acesso em: 23 fev. 2021.
- BRITO, F. B. D. *Conflitos pelo acesso e uso da água: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste)*. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. 370 f.
- CARVALHO, J. O. *O Nordeste Semiárido: questões de economia política e de política econômica*. Tese apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP, 1985, p. 687.
- CASTRO, C. N. *Transposição do Rio São Francisco: análise de oportunidade do projeto*. IPEIA. Rio de Janeiro, 2011.
- CUNHA, L. H. Territórios da desigualdade: os desafios aos enquadramentos da escassez no debate sobre acesso à água no semiárido nordestino. In: *43. Encontro Anual da Anpocs*, 2019, Caxambu. Anais do 43 Encontro Nacional da Anpocs, 2019.
- DINIZ, P. C. O.; MALUF, R. S. Usos e conflitos por água no rio Paraíba em face da transposição do rio São Francisco: segurança hídrica e segurança alimentar no semiárido. In: OLIVEIRA, R. J. *Agricultura em Foco: Tópicos em Manejo, Fertilidade do Solo e Impactos Ambientais*, v. 2, 2020.
- DUQUE, G. “Conviver com a seca”: contribuição da Articulação do Semi-Árido/ASA para o desenvolvimento sustentável. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 17, p. 133-140, jan./jun. 2008.
- GONÇALVES, C. D. B. *Impactos, conflitos e tensões do projeto de integração do Rio São Francisco no município de São José de Piranhas/PB*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, p. 156, 2014.
- LOUREIRO, M. R.; TEIXEIRA, M. A.; FERREIRA, A. M. Democracia e Desenvolvimento no Brasil Contemporâneo: conflitos e articulação de interesses no projeto São Francisco. *Texto para Discussão* (IPEA), v. 1, p. 1-35, 2013.
- MAGALHÃES, S. M. B. *Lamento e dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens*. Lamento e Dor. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13. UFPA, Belém, 278 f. 2007.

MELO, C. R. *Análise do eixo leste da transposição do Rio São Francisco face aos cenários de uso previstos*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. CTG, 2010.

NUNES, P. L. *Transposição do rio São Francisco: a funcionalidade e o simulacro das políticas de reordenamentos territoriais*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, UFS, Aracaju, 128 f. 2014.

RODRIGUES, L. C. *A Transposição do Rio São Francisco na Federação Brasileira: Planejamento do Território e Materialidades do Eixo Norte / Lucas Costa Rodrigues*. Dissertação (Mestrado) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. p. 237, 2020.

SEGUNDO NETO, F. V. A.; VIANNA, P. C. G. Análise Espacial das Obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco – PISF (Eixo Leste), no Estado da Paraíba. *Geo UERJ* (2007), v. 1, p. 219-241, 2016.

SILVA, J. I. O. *A Institucionalização da Questão Ambiental no Brasil: Modernização Ecológica e Gestão Racional de Recursos nos Projetos de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, p. 299, 2014.

TROLEIS, A. L.; SILVA, B. L. Do polígono das secas à vulnerabilidade ao colapso hídrico: uma análise do território do Rio Grande do Norte. *Revista Geo Sertões* (Unageo/CFP-UFCG), v. 3, n. 5, jan./jun. 2018.

Rotas em colisão: mobilidades dos Yanomami na fronteira do Ajarani – Roraima

Marcos Antonio Barbosa de Almeida

Introdução

Este texto tem como principal objetivo discutir a especificidade dos eventos que acompanham a mobilidade Yanomami nas suas incursões em vilas e assentamentos rurais, localizados nas fronteiras da Terra Indígena, particularmente na região conhecida como Ajarani. Especificamente, procura entender as impressões deixadas por estes grupos indígenas entre colonos¹ e outros atores estabelecidos na região nas últimas décadas. O propósito é compreender a produção de imagens sobre os Yanomami entre a população que habita nas fronteiras do território indígena. Esta população do campo chegou à região em diversos momentos, formando parte de distintos projetos, como o Projeto de Assentamento Ajarani (PA), que faz limite com a Terra Indígena.

Hoje existe na área um intenso trânsito de pessoas que buscam inclusão nos circuitos extrativistas e outras atividades desenvolvidas na região. Por se tratar de uma estrutura fundiária irregular² – no sentido da distribuição e função social da terra –, a região concebe a presença indígena como entrave para os interesses dos ‘novos’ habitantes. As imagens produzidas por esses atores são oriundas de ideias de barbárie e civilização inscritas ainda no imaginário abrangente dos colonos. A análise argumenta a hipótese de que a mobilidade Yanomami fora da TI segue uma lógica particular, isto é, reproduz uma lógica cultural própria, vinculada a uma dinâmica que orientou a história desses grupos até seus atuais estabelecimentos na região.

O texto está dividido em três partes principais: A primeira parte é um quadro geral da sociedade Yanomami atualmente; suas delimitações territoriais traçadas pelo Estado; breves comentários sobre o contexto histórico e

¹ Autodesignação recorrente entre os habitantes da fronteira envolvente, em sua maioria remanescentes dos primeiros grandes movimentos migratórios fomentados pelo governo central para Roraima na década de 1970 (ver BARBOSA, 1993).

² Já no início da implantação efetiva do Projeto de Assentamento pelo INCRA (2003), a área era motivo de disputa entre colonos e grandes pecuaristas.

suas relações com a sociedade envolvente. Pautado na literatura antropológica, descreve os principais grupos que compõem o cenário em análise. A segunda parte descreve os atores diretamente envolvidos neste cenário, as principais implicações dos fatos que acompanham o evento das mobilidades e suas variações, problematizando o ponto de vista não índio no que diz respeito a estas mobilidades, expondo os atores, grupos e tensões que partilham da construção deste intenso espaço relacional. A terceira parte, ancorada nas definições mais abrangentes sobre as lógicas que impulsionam a mobilidade Yanomami e orientada pelas apreensões de campo, discute os possíveis motores que engendram estas mobilidades e analisa o sentido dado pelos habitantes da fronteira envolvente a este evento.

Espaço: atores e suas relações

O grupo indígena Yanomami vem acrescentando, às suas mobilidades tradicionais, um trajeto que atravessa os limites da TI. Neste novo trajeto, segue mantendo relações diretas com comunidades não indígenas, compostas basicamente de agricultores (colonos) assentados na região do Ajarani e com outros habitantes das zonas rurais nas proximidades³ (fazendeiros e comerciantes). A inclusão deste trajeto, de acordo com a literatura e relatos, teve início na década de 1960, e o interesse dos indígenas neste íterim vem crescendo à medida que os acessos ao trajeto são aperfeiçoados com a inclusão de estradas (vicinais) e rodovias pavimentadas (VERDUM, 1990).

Atividades ilegais no âmbito da região vêm sendo desenvolvidas com mais frequência. Um exemplo é a mineração de ouro, que até pouco tempo atrás não se interessava tanto pela região, em comparação aos pontos mais críticos onde a atividade é intensa⁴. A fiscalização dos órgãos responsáveis, locais e federais, é precária, causando um certo “ar de liberdade” para práticas ilegais.

Neste cenário, os Yanomami do Ajarani vêm figurando como parcela marginal da composição deste espaço, embora façam parte desta composição. Sua mobilidade, conseqüentemente, produz um espaço relacional singular no

³ A região, além de agricultores remanescentes de projetos de assentamento implantados na década de 1970, período de intensa migração ao estado de Roraima decorrente dos projetos de expansão agrícola aplicados pelo poder central, é composta por fazendeiros estabelecidos nos limites da Terra Indígena, que se sobrepuseram ao projeto inicial de assentamento agrícola destinado à Reforma Agrária.

⁴ Com o aumento da atividade garimpeira neste início de ano (2019) entre as bacias dos rios Mucajáí, Apiaú e Uraricoera (pontos mais críticos), uma parte da massa de garimpeiros vem tendo interesse pela região do Ajarani.

decurso de seu longo trajeto. É neste contexto que se desenvolveu a presente análise, buscando apreender a rede de percepções⁵ construída pelos habitantes da região sobre os Yanomami, no decurso das incursões em vilas, abrangendo os atores (indígenas ou não) incluídos no evento.

Além da região do Ajarani, os municípios de Iracema, Mucajaí e suas zonas rurais foram privilegiados para o recorte etnográfico, embora não definam na totalidade a abrangência da mobilidade dos grupos indígenas. A pesquisa foi baseada no campo das relações interétnicas observadas entre os Yanomami da referida região.

Os trabalhos foram empreendidos no decorrer dos últimos dois anos (2017-2018), percorrendo os trajetos mais rotineiros dos grupos que vêm desenvolvendo esta mobilidade. A pesquisa se deu em parcerias com servidores de entidades que têm acesso a TI e demais habitantes daquelas imediações.

Constata-se nas dinâmicas sociais de cada contexto no estado de Roraima, diferenciados ao seu modo, que as relações sociais se estabelecem especialmente entre povos indígenas e suas fronteiras envolventes, estas últimas compostas, em sua maioria, por remanescentes de projetos de assentamento agrícola, os “colonos”.

Cada grupo étnico estabelece um tipo específico de relação, e isso se põe em um quadro de designações relativas ao seu grau de contato com estas fronteiras. Dependendo deste “grau”, a designação segue caminhos que deduzem, no imaginário não indígena, “graus de civilidade”. As instituições de apoio a estes grupos étnicos, por sua vez, estabelecem suas diretrizes em quadros que designam níveis de acesso à população, ou de dificuldade, para a assistência a estes grupos indígenas. As regras básicas observadas em campo, que orientam tais instituições e demais atores envolvidos nestes cenários, são oriundas de ideias de barbárie e civilização inscritas ainda no imaginário abrangente. Entre estes grupos e suas categorias de acesso, encontram-se subgrupos Yanomami categorizados como “em situação de recente contato”.

O apoio dos atores para este trabalho, especialmente os colonos, no que diz respeito aos deslocamentos, entre “caronas” e, na maioria das vezes, utilizando locomoção própria, foi fundamental para a consolidação deste trabalho, uma vez que as estradas de acesso a essa região se encontravam precárias.

Entre estadias em propriedades agrícolas ou pequenos hotéis em vilas e, considerando as dificuldades de acesso e estadia em campo, a constituição

⁵ Ancorado na definição de Geertz (2015), os signos (imagens, números, melodias, gestos, objetos do ambiente construído) se entrelaçam com palavras, e as palavras com os signos.

dessas relações promoveu com o trabalho um espaço de relacionamento sólido com os grupos envolvidos.

Os dados descritos envolvendo o grupo étnico Yanomami, os Yawari-pê, têm base em literaturas pertinentes e relatos, considerando que não houve acesso direto à Terra Indígena Yanomami.

Ajarani: a construção da fronteira

A Terra Indígena Yanomami (TI), de acordo com o Instituto Socioambiental, possui mais de 9,6 milhões de hectares, constituindo atualmente a maior terra indígena do Brasil, abrigando o maior grupo indígena em “menor grau de contato” com a sociedade envolvente. Estabelecida entre o Brasil e a Venezuela, sua população é estimada em 36.000 pessoas.

Em Roraima, na região conhecida como Ajarani, localizada nas linhas divisórias entre a TI e os municípios de Caracarái, Iracema e Mucajaí, encontram-se indígenas dessa etnia, constituindo um grupo pequeno – em relação à numerosa sociedade Yanomami – com cerca de duzentos indivíduos⁶.

Nessa linha, possivelmente foram os Yawari, subgrupo Yanomami, povo Yanam/Ninam, que se estabeleceram em meados de 1930 no nordeste da bacia do rio Catrimani entre as cabeceiras dos rios Ajarani e Repartimento (VERDUM, 1990). Trata-se de um dos mais antigos estabelecimentos Yanomami nesta região e um grupo – utilizando os termos de Alcida R. Ramos – com “menor grau de interferência” (RAMOS; LAZARIN; GOMEZ, 1985).

Estas rotas migratórias os trouxeram para a linha de frente dos projetos desenvolvimentistas do Estado e, desde então, traçam seus caminhos nos limites entre a história que o Estado veio a construir na região e a história desses indígenas, iniciada nas cabeceiras dos rios Ajarani e Repartimento. Promovem sua vida em uma situação de “relativo isolamento social” (VERDUM, 1990). Já na década de 1960, estas famílias mantinham uma cultura material com base na indústria lítica (machados de pedra) e outros utensílios de sua produção. Mantiveram suas redes de relações intercomunitárias, especialmente com grupos Yanomami da bacia do Rio Apiaú, e estendiam sua mobilidade para a rodovia BR 174, traçando seus trajetos entre Caracarái e Boa Vista (VERDUM, 1990).

A história das ocupações indígenas na região pode ser constatada nos arredores da TI e entre propriedades estabelecidas na fronteira. No decorrer

⁶ Informações prestadas por servidores da instituição Distrito Sanitário Especial Indígena Yanomami.

das pesquisas de campo, foi possível encontrar, no interior dessas propriedades, artefatos que constataam suas indústrias. Em sítios humanos que revelam ocupações remotas⁷ encontrados por colonos, há evidências da utilização de machados de pedra que, provavelmente, devido à proximidade com a região, pertenciam a outros povos, no entanto, foram de grande serventia aos Yawari-pë em seus estabelecimentos, considerando que não há registros na presente análise da fabricação deste tipo de artefato pelo grupo.

Outras culturas materiais, ainda utilizadas para fins de comercialização por estes Yanomami, como arcos, flechas e demais produtos artesanais, são vistas adornando interiores e varandas de casas de colonos, fazendeiros, comerciantes, etc. O curioso é o “atributo ressonante” destas peças no interior das propriedades, utilizadas e apreciadas como objetos de adorno.

Os Yanomami vêm produzindo um novo espaço de relações, no interior de uma outra estrutura: a história de ocupação e migração dos projetos de assentamento agrícola, das frentes extrativistas, dos fazendeiros, posseiros ar-regimentados para fins de sobreposição de territórios, torna evidente a colisão produzida entre estruturas significativas diferentes e justapostas. Não é que uma se sobreponha à outra, mas que ambas produzem uma rede de relações imbricadas e evidentemente tensas entre estas fronteiras.

A história das ocupações rurais na região do Ajarani faz parte da história dos movimentos migratórios fomentados pelo poder central ao interior do país que se desencadearam a partir da década de 1960 em busca de uma “reforma agrária” e “provocaram o deslocamento das massas camponesas em direção à Amazônia” (Barbosa, 1993). Nessa esteira, essas migrações foram impulsionadas ao extremo norte do país dando início aos processos de ocupação agrícola em Roraima, formando a estrutura agrária da atualidade. Em parte, esta atual formação é resultado da sobreposição dos projetos de assentamento agrícola pelo latifúndio, deixando os remanescentes destes projetos “encurralados” reivindicando espaços ocupados por populações que tradicionalmente já ocupavam estes territórios. Barbosa afirma:

Como as oportunidades de obtenção de terras dentro de outras regiões da Amazônia começaram a diminuir, podemos considerar que houve um redirecionamento da corrente migratória para Roraima. Este fluxo foi incentivado mais recentemente pelos programas federais de distribuição de terras. O mais novo deles é o Programa Emergencial do Governo Itamar Franco para o período de 1993 a 1994 (BARBOSA, 1993, p. 194).

⁷ Considero remotas, pois os artefatos que encontramos entre as propriedades são utensílios que foram revelados com as erosões causadas pela água ou pelo manejo de pastagens e lavouras. São utensílios de barro e pedra, os primeiros já quebrados e desgastados pelo tempo.

Albert (1992) descreve as tragédias que sucederam as relações dos povos do Ajarani com a fronteira envolvente na década de 1970, quando se deu a construção da rodovia perimetral norte – BR 210, afetando diretamente os vales do Ajarani e Catrimani. Neste período, os Yanomami do Ajarani já mantinham intensa relação com fazendas e outras propriedades para aquisição de manufaturados.

Na descrição do referido autor, as mobilidades tinham dupla função nas relações com os recém-chegados, ora para se afastar e evitar o contágio dos agentes patogênicos, ora para acelerar este processo que, por vezes, dizimou famílias inteiras. No mesmo período, de acordo com relatos da experiência, os Yanomami passaram a apreciar o consumo de bebidas alcoólicas trazidas pelos trabalhadores.

O filho de um ex-operário da empresa que construiu a rodovia perimetral relatou que, segundo as histórias de seu pai, os indígenas espreitavam os serviços da obra e, pouco a pouco, alguns se aproximavam.

Quando convidados para trabalhar na obra, recusavam imediatamente; alguns trabalhadores começaram a oferecer bebidas alcoólicas industrializadas aos indígenas, produto que até então é apreciado pelos Yawaripë, presente entre a maioria dos grupos estabelecidos na região. “Quando voltaram para pedir mais, os trabalhadores disseram que só dariam se eles viessem trabalhar na obra.”

A BR 210 fez parte dos planos de integração nacional para a Amazônia que viriam conectar uma região “marginalizada” possuidora de uma vasta fronteira sem acesso terrestre (OLIVEIRA NETO, 2015). Este projeto trouxe uma massiva população de operários para a construção dessas rodovias na região, evento que garantiu aos primeiros o acesso ao território dos povos do Ajarani e suas implicações.

Acerca das mobilidades

A mobilidade indígena ganha conotações numerosas quando feita fora de seus atuais territórios. As possibilidades de compartilhar os ambientes que compõem o trajeto sempre dependem das intenções de cada interação.

Em alguns casos, é possível perceber uma relação harmônica com colonos e outros proprietários de terra, embora o pano de fundo seja tendencioso.

A maioria das interações entre indígenas e não índios é recheada de tensões que garantem aos primeiros um forte atributo marginal. A imagem formada pela visão de marginalidade é decorrente dos elementos que a compõem e são apreendidos no espaço produzido no decurso destas mobilidades.

Entre os elementos de tensão, comuns neste tipo de relação, o consumo de bebidas alcoólicas é um dos fatores instigadores de vários conflitos. Essas situações banalizam este atributo singular entre as sociedades ameríndias, suas tradicionais mobilidades, suas longas travessias, expedições guerreiras, redes de relações que compõem sua história.

Como veremos no próximo tópico, acredito que estas práticas têm relação direta com as lógicas culturais Yanomami, suas tradicionais redes travadas em suas históricas relações, história essa que, de certa forma, vem colidir com a história que os envolve.

Sobre a ideia de como se constrói a imagem dos Outros, Schwarcz (2019) nos traz um panorama geral de como um argumento, desenvolvido historicamente, tem a capacidade de construir imagens baseadas em realidades e ficções. A ideia de “repetir” produz um ser convencidamente real capaz de ofuscar a realidade factual. Nessa linha, a autora supracitada explica:

[...] e a História Brasileira não tem escapado a essas ambiguidades: se é feita do encadeamento de eventos, também anda repleta de invisibilidades e persistências. Nem sempre é fácil notar, mas uma série de problemas estruturais continuam basicamente inalterados: o racismo estrutural, a violência, a concentração de renda, a intolerância social. Nosso presente, de fato, anda repleto de passado (SCHWARCZ, 2019).

Sobre a imagem negativa, sustentada em uma ideia sobre os “graus de contato ou civilidade” que persegue as sociedades indígenas, é possível se falar em uma constituição histórica deste retrato. O etnocentrismo, diga-se de passagem, é o divisor de águas destas produções. Pautar grupos humanos mensurando-os por níveis de civilidade e barbárie é prática recorrente dos interesses dominantes desde a época da colonização.

Egon Schaden (1997) traça o longo caminho que esta perspectiva, ainda vigente, percorreu em torno das sociedades ameríndias:

Quanto aos retratos negativos do índio brasileiro, vistos em perspectiva diacrônica através destes quase cinco séculos, afigura-se válido distinguir, em princípio, duas categorias. A primeira corresponde à imagem depreciativa nascida de preconceitos etnocêntricos do homem civilizado, ou seja, de sua atitude sobranceira ante as populações tribais, todas elas tidas de antemão como bárbaras e selvagens; a segunda, o conceito que se refere ao índio em contato regular ou em convívio com o mundo dos brancos, ora mais, ora menos sujeito a inevitáveis influências desorganizadoras, já não sendo, por isso, capaz de viver satisfatoriamente segundo os seus padrões tradicionais, nem havendo conseguido, por outro lado, adaptar-se às exigências, reais ou supostas, da nova situação (SCHADEN, 1997, p. 322-323).

“Caminhando passivos pela história”, história esta que constitui a “floresta de símbolos” das representações do contato com suas fronteiras, “os gru-

pos Yanomami do Ajarani seguem causando um evidente desconforto. A imagem que lhes é atribuída é o resultado de longos atropelos marcados pela colisão entre as concepções que o Estado vem tentando implantar em torno de seus grupos étnicos e seus ideais de homogeneidade e progresso” (RAMOS, 2019).

Ainda em torno da produção de uma imagem, de produzir uma visão sugestiva ameríndia, os territórios sul-americanos foram palcos de um cenário desastroso no início do século XX. A exemplo deste fato, a produção imagética inclusa nos relatórios de exploradores sustentava a ideia de um indígena em processo de civilização.

A Comissão Rondon, financiada pelo Estado e pelas elites, traz três tipos de imagem para os povos indígenas: o índio “mito de origem da nação brasileira”, com ênfase em suas práticas tradicionais, demonstrando um indígena como “nos tempos do descobrimento”; por conseguinte, “a imagem de sujeição e não impedimento à ocupação territorial” e, por fim, “a construção de uma imagem de grupos que aceitam a nacionalidade brasileira” (TACCA, 2011).

Nas regiões adjacentes aos territórios Yawari, essas imagens são produzidas no contexto de suas mobilidades na construção do seu espaço relacional. As impressões deixadas por estes grupos no decurso dos seus trajetos, à medida que se deslocam além de seus atuais limites, são elaboradas pela população local e transformadas em imagens que reproduzem as ideias estereotipadas sobre os “graus de civilização”.

Conforme Albert (1992), a história dos povos do Ajarani seguiu em uma “rota de colisão” com a fronteira envolvente produzindo a imagem do indígena desregrado. Aliados da história que o Estado veio constituir, os grupos Yanomami deste cenário atuam como uma “alteridade mais radical”, impossível de ser incorporada, que deve ser “pulverizada” (SZTUTMAN, 2013).

A imagem impressa para estes indígenas é a da desordem, o polo contrário à normalidade, a bipolaridade que caracteriza o registro imaginário e constitui a infelicidade do homem, pois o Outro, quando não é objeto de desejo, é um estorvo, um inferno (QUINET, 2012). É também a ideia de que o Outro é não somente a diferença, mas sobretudo a “má diferença” (CLASSTRES, 2004).

Conforme observações em campo, ouvir expressões como “o que eles fazem aqui, por que não ficam em suas terras?” é recorrente entre os habitantes das adjacências. A negação de um espaço relacional dentro dos lugares dominados pela fronteira envolvente é a negação da sua existência social.

Essa negação pode estar relacionada à ideia de que a objetivação do espaço social requer uma distribuição no espaço físico de diferentes espécies

de bens, e que os indivíduos devem estar dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços. Dito isso, o que se percebe para estes Yanomami do Ajarani é a precariedade ao acesso aos bens e serviços destinados à apropriação por sujeitos destes espaços, destinando-os a estágios evolutivos anteriores (BOURDIEU, 2013).

Logo, entre as concepções que circundam os colonos sobre os grupos indígenas do Ajarani, está a ideia corrente de pô-los em oposição ao ‘índio civilizado’, denotando a eles a barbárie. É evidente que os resumir ao termo ‘índios’, no contexto destas mobilidades, denota um signo de atraso, pois o termo em si, historicamente, vem acompanhado por ideias de primitivismo e, em consequência disso, a marginalidade sociológica que lhes retira a capacidade de estar entre os outros grupos. Segundo essa visão, os Yanomami figuram neste cenário como um ‘problema’ que precisa ser resolvido, isto é, eles devem ser ‘civilizados’.

Nessa imagem do índio que precisa ser civilizado, os Yanomami de Ajarani são contrastados com outros grupos: “estes índios são diferentes dos Macuxi e Wapichana”, afirmação recorrente entre não índios. São estas categorias marginais, associadas aos atos de intolerância e aos eventos que acompanham a mobilidade, que acentuam a colisão iminente entre as categorias que dinamizam aquele espaço.

Além das convicções entre os colonos sobre “eles precisam ser civilizados”, estão outras ideias que sustentam a imagem pejorativas, como: “eles estão morrendo de fome e por isso saem da reserva”, “eles precisam aprender a trabalhar para se sustentar”, “são pessoas sofridas”, “com fome e só pensam em beber”, “as crianças andam nuas”, “homens e mulheres fazem sexo em troca de cachaça”, “agem como animais no meio da rua”, “brigam e se matam, matam suas crianças, não tomam banho”, etc.

Entre os jargões mais populares, explícitos nos comentários citados acima, estão os comentários sobre frequentes conflitos entre si, expressões que se constituem como críticas aos modos indígenas de agir fora da aldeia.

Para descrever esta intolerância, Sahlins (1990), ao descrever a visão do ocidente sobre os atos dos ilhéus, afirmou “[...] Como se eles não pudessem ter suas próprias razões nem sua própria violência”.

O projeto de assentamento agrícola Ajarani (PA Ajarani) contribuiu expressivamente para a formação de signos pejorativos dedicados a estes indígenas devido à sua proximidade com os limites do território Yawaripë. Não é difícil notar a presença de famílias Yanomami no interior do assentamento e percebê-los ocupando temporariamente estabelecimentos abandonados por agricultores que supostamente foram assentados ali.

Os Yanomami vão se aglomerando em casas abandonadas às margens das vicinais e deste ponto estabelecem suas rotas até as vilas e cidades adiante. No geral, os indígenas que apreciam as bebidas alcoólicas permanecem por um tempo indeterminado próximos aos bares do assentamento, mantendo uma relação de extrema sujeição com os proprietários, uma vez que produzem “dívidas” em troca deste produto.

Como foi ressaltado, o consumo destas bebidas funciona como “porta de entrada” para atividades criminosas por parte destes proprietários, especialmente nos bares. Crianças Yanomami são expostas ao aliciamento para a prostituição sob o peso do álcool e outros produtos constantemente demandados pelos adultos.

Conflitos internos, presentes nos relatos, incitados pelo consumo excessivo de álcool, por vezes têm desfechos trágicos. No início deste ano (2019), uma Yanomami veio a óbito no PA-Ajarani, e a população local não soube esclarecer os motivos.

Em relatos, policiais civis do município de Iracema informaram que foram acionados ocasionalmente enquanto diligenciaram nas redondezas para apurar outros fatos. Segundo eles, perceberam que um grupo Yanomami gesticulava para que fossem ouvidos e os levaram até o corpo. Após os policiais indagarem sobre os motivos da morte, eles responderam que se tratava de “cachaça”. Poucas semanas após o ocorrido, em relato, uma agricultora do lugar explica que a situação foi “complicada” pelo fato do corpo ter permanecido em uma das vicinais do PA sob os cuidados do grupo de indígenas que aguardavam a chegada dos familiares da falecida vindos do interior da TI.

Como manda a cosmologia (ver LIZOT, 1988), o corpo da mulher foi enterrado quase que superficialmente por alguns dias e em seguida foi cremado. As cinzas foram recolhidas e levadas à aldeia para se consumir o ritual fúnebre.

O nome da mulher, nome que ela recebeu entre os agricultores do projeto e apropriou-se deste, era “Maria”. Maria conviveu por aproximadamente dois anos no interior do PA-Ajarani, envolvendo-se com os colonos e, neste ínterim, gerou duas filhas, das quais somente uma sobreviveu às intempéries do lugar.

Em outra ocasião, uma mulher Yanomami que trazia seu filho de aproximadamente quatro anos chamou a atenção de uma mulher agricultora, habitante do assentamento Ajarani, quando, às pressas, pintava o rosto de seu filho com uma substância vermelha deixando uma faixa contornando os olhos. Ela o fez ao perceber que a mulher fixava o olhar atentamente para a criança enquanto conversavam. A ideia deixada pela Yanomami à mulher que presen-

ciou a cena foi de uma tentativa desesperada de proteger sua criança de “maus olhados”, descrição da agricultura.

Percebe-se que não há uma intencionalidade dos indígenas em se tornar “visível”, no entanto, este comportamento, os sentimentos que provocam, os estereótipos que geram entre os colonos, bem como a apropriação ritual de lugares fora do território Yawaripë, lugares que foram ocupados em outros tempos por seus antepassados, são percebidos e diluídos nas imagens que lhe são atribuídas como signos de primitivismo e barbarismos.

Não é incomum ver um Yanomami, com seu português precário, expressar indignação, dirigir-se e esbravejar contra os não índios que se põem em seus caminhos ou mesmo se previnem de encontros hostis.

Fatos como estes, além da passagem, ainda que transitória dos Yawaripë nestes assentamentos e outras propriedades, trazem consigo interesses que incluem a apropriação ritual daqueles espaços para a “domesticação dos brancos”. Trata-se de um ‘lado napë (branco)’ que é acionado quando se encontram fora de seus limites territoriais. De fato, é acionado e talvez desejado por alguns indivíduos, ignorando “o perigo da alteridade inata dos brancos”, mas que corrobora as teorias que produzem e dão significado a eventos e pessoas (KELLY, 2005).

A constituição dos percursos Yanomami nos assentamentos e a interação dos colonos com os índios estão marcadas grandemente pela proliferação dessas visões estereotipadas, negativas, organizadas em um discurso sobre o primitivo e a violência, discurso que vem se tornando intolerância à medida que cresce o interesse dos indígenas por incursionar nos assentamentos e vilas da região. De fato, proliferam também histórias sobre agressões contra os indígenas em situação de embriaguez, momento em que se encontram mais vulneráveis.

Como agregados de bares, aliciados por proprietários de terra através do consumo de bebidas alcoólicas, as orientações tradicionais dessas mobilidades são dissolvidas sob o signo da marginalidade – no sentido sociológico do termo – pondo estes Yanomami em constante trajetória de colisão com as fronteiras que os envolvem.

As mortes e demais tragédias relatadas somente no projeto de assentamento, ponto de partida dos trajetos, são “invisíveis” para o Estado, uma vez que a ideia corrente entre as instituições é a impossibilidade de atuação de estados e municípios na esfera dos povos indígenas, por sinal, um discurso não legitimado.

Um habitante da Vila Campos Novos, relatando um outro conflito com desfecho fatal, indicava que “ninguém pode fazer nada, estes índios são prote-

gidos por lei e podem fazer o que querem”. Segundo ele, “se um índio matar alguém, não acontece nada com ele, então deixa que eles se resolvam pra lá”. Nas palavras de Martins, estes fatos são diferentes realidades com seus próprios tempos históricos:

A fronteira é essencialmente o lugar da alteridade. É isso o que faz dela uma realidade singular. À primeira vista é o lugar do encontro dos que por diferentes razões são diferentes entre si, como os índios de um lado e os civilizados de outro; como os grandes proprietários de terra, de um lado, e os camponeses pobres, de outro. Mas o conflito faz com que a fronteira seja essencialmente, a um só tempo, um lugar de descoberta do outro e de desencontro. Não só o desencontro e o conflito decorrentes das diferentes concepções de vida e visões de mundo de cada um desses grupos humanos. O desencontro na fronteira é o desencontro de temporalidades históricas, pois cada um desses grupos está situado diversamente no tempo da História (MARTINS, 1996, p. 27).

O celeiro cosmológico do PA Ajarani

O contexto descrito, que, diga-se de passagem, constitui um frenesi relacional desenvolvido nas últimas décadas na fronteira indígena Yanomami, envolve uma série de grupos distintos em constante interação: indígenas, fazendeiros, pequenos agricultores, garimpeiros etc.

Nesse contexto, esses grupos se opõem às vezes em violenta rota de colisão, dadas as evidentes distinções de orientação cosmológica. É nesse espaço que proliferam as imagens sobre o primitivismo, a violência, a precariedade dos índios. Como afirmei, essas imagens se tornam mais comuns na medida em que cresce o interesse dos indígenas nos trajetos que os levam até as vilas e assentamentos da região. Mas, longe desses percursos estarem alicerçados pela fome, alcoolismo e pobreza, seguem uma lógica cultural Yanomami.

Um dos fatores que vêm orientando esta mobilidade, além do acesso facilitado com a abertura de estradas, provavelmente seja a inclusão de alguns membros destes grupos em políticas assistencialistas e, embora estas políticas beneficiem poucos, na maioria das vezes a mobilidade é promovida por todo o grupo.

De acordo com os relatos de habitantes, as incursões Yanomami iniciaram nos últimos seis anos, “chegavam em pequenos grupos, cerca de duas ou três famílias”; no entanto, entre os anos de 2018 e 2019, houve um aumento expressivo do contingente que compõe estes trajetos.

Há relatos de habitantes das cidades de Iracema e Mucajaí que afirmam que a presença Yanomami data de aproximadamente 25 anos e que alguns

indivíduos deixaram a aldeia para aderirem à “civilização” ora casando-se com brancos, ora residindo em fazendas ou em outras propriedades como trabalhadores rurais.

As incursões, contadas a partir do interior da aldeia às cidades e vilas, podem durar entre quinze e trinta dias, entre longas ou curtas paradas para descanso, especialmente ao anoitecer. O trajeto chega a medir cerca de trezentos quilômetros.

As pausas para descanso têm várias finalidades, entre alimentação e interação com não indígenas que, de maneira direta ou indireta, são vistos como potenciais aliados no decurso destas mobilidades. Os lugares onde param são propriedades ou locais que lhes possam ofertar a devida comodidade, dando-lhes acesso à água, possibilidades para atar suas redes e preparar seus alimentos.

Não há nada de novo nestes hábitos; caminhar longas distâncias, pausas, diversões, “passeios”⁸ são práticas recorrentes e oriundas da cosmologia destes grupos. Ocorre que, quando esta prática, que aqui vem se tornar um evento dada à tradicionalidade, é produzida no interior da fronteira envolvente, expõe estas pessoas a diversos riscos, considerando a maneira como são vistos, a imagem da desordem no espaço.

É possível que a mobilidade Yawaripë, tal como acontece no seus trajetos para os assentamentos e vilas da região, possa ser explicada a partir de uma lógica cultural Yanomami, considerando que a prática é comum entre os demais subgrupos da etnia. Dados etnográficos demonstram como estas mobilidades de fato acompanham a vida Yanomami.

Arias (2005) indica que as condições de primitivo, selvagem e isolado dos grupos Schirianá, Guaharibo e Guaica – designação inicial aos Yanomami – que foram atribuídas pelos exploradores e aventureiros, especialmente entre os séculos XVIII e XIX, influenciaram a produção etnográfica do século XX levando os Yanomami à categoria de tribos marginais. No entanto, estes grupos já estabeleciam suas relações com outros grupos indígenas que comercializavam diretamente com os europeus ou mantinham outro tipo de relação. Espreitando estas atividades, os Yanomami promoviam uma relação indireta com os visitantes.

Mesmo antes do contato com os europeus, é sabido que nunca houve – o que é óbvio em qualquer sociedade – prática de isolamento entre eles, pois já se constataram as suas complexas dinâmicas de interação. Peter Rivière (2007,

⁸ Palavra apropriada pelos Yanomami do Ajarani para dar significado a este tipo de mobilidade entre os territórios não índios.

p. 255), assinala a existência de redes sociais nas Terras Baixas da América do Sul que, segundo ele, “envolviam considerável movimentação, entre aldeias e além, para fins de novos povoamentos, casamentos, comércio, ritual e sociabilidade”.

Clastres (2004) assinala a presença das antigas redes de aliança intertribais em favor do estado permanente de guerra; já Farage (1999) afirma que os povos do Ajarani sempre mantiveram relações intensas com grupos circunvizinhos e extensivas com sua fronteira envolvente. Suas habilidades foram utilizadas especialmente por grupos de caçadores de pele⁹ que se utilizavam das habilidades Yanomami para a intrusão em seus territórios. Desde então os Yanomami sempre se mantiveram vigilantes aos movimentos nos contornos de seus espaços.

Estes autores comprovam a intensidade nas relações entre aldeias e regiões, mantidas com regularidade entre grupos étnicos com variações entre distâncias, períodos e finalidades.

Assim, seja em favor da aquisição de bens ou de cunho guerreiro, as mobilidades atravessaram a experiência Yanomami desde sua constituição e dispersão nas cabeceiras do rio Parima, de onde a literatura supõe sua proveniência para as áreas que ocupam atualmente (ALBERT, 1992). Desde então estes grupos indígenas vêm moldando seu vínculo com o mundo exterior com devidas cautelas, ressignificando suas teorias à medida que sentem a necessidade de expandir seus espaços relacionais.

Em Clastres (2004), as relações políticas no interior e exterior das sociedades ameríndias são produto de sua condição guerreira, da sociedade-para-a-guerra (CLASTRES, 2004). Na concepção clastriana, a atividade guerreira e seus correlatos são a força motriz para as atividades na aldeia e na formação de alianças.

É uma das suas orientações cosmológicas que permitiram a estes grupos transitar intensamente, algo sempre presente no tempo e espaço ameríndio.

A atividade guerreira, assim, pode ser um passo, entre outros, capaz de traduzir as mobilidades Yanomami; traça uma linha divisória na sociedade entre amigos e inimigos. De forma mais abrangente, esta linha cruza a vida Yanomami no âmbito de suas relações com o exterior desde sempre. Nesse sentido, o caráter de grupo étnico diferenciado, na visão da guerra clastriana,

⁹ Segundo relatos entre os colonos, a prática de caça a felinos silvestres (onça, jaguatirica etc.) era recorrente entre os colonos dos assentamentos em períodos de escassez de suas produções agrícolas, incluindo também a coleta de castanha e outras modalidades de aquisição de renda. Essa prática só seria possível utilizando o conhecimento indígena sobre a região.

não deveria resumi-los ao signo de “isolados” ou medi-los pelo “grau de contato” se, para estes, prevalece uma constante observação – e relação – com as sociedades que os rodeiam.

Albert (1992) aponta para as articulações Yanomami orientadas por suas mobilidades, incluindo os processos de estabelecimento em seus atuais territórios anteriormente ocupados por outras etnias. De acordo com este autor, as etnias circunvizinhas ao território Yanomami funcionavam como “etnias tampão”, fontes de aquisição de itens provenientes do branco e que posteriormente seriam dizimadas pelo contato. Contaminados por epidemias e doenças infecciosas decorrentes destes eventos, suas tradicionais expedições de guerra ou de comércio, como já foi dito aqui, limitavam os contágios.

Considerações finais

Ao longo deste artigo foram demonstradas as imagens elaboradas pelos colonos estabelecidos nas adjacências da Terra Indígena sobre os Yanomami Yawaripë. Essas imagens, baseadas em noções de “graus de civilização”, enfatizam o primitivismo, a pobreza e a violência que, no imaginário dos colonos, caracterizam esse grupo. Essas visões estereotipadas, históricas, acompanharam no Brasil todos os processos de expansão das fronteiras coloniais e agrícolas.

No caso analisado, as imagens surgem no decurso dos trajetos indígenas à medida que estes se deslocam além de seus atuais limites territoriais. A presença e experiência indígena na região começa com os estabelecimentos agrícolas, sucedidos por grandes fazendas e os demais atores que vieram compor a formação deste espaço.

Deste ponto de vista, as incursões indígenas nas vilas, povoados, assentamentos e cidades vizinhas constituem um processo de ampliação do seu espaço relacional. Como hipótese, foi argumentado que essa mobilidade, entre outras faces, está relacionada às lógicas da expedição guerreira Yanomami. Sua atividade guerreira pode ser vista como propulsora de suas mobilidades no contexto de suas atividades políticas.

Finalmente, as mobilidades Yanomami às vilas e cidades, como o Projeto de Assentamento Ajarani, a Vila Campos Novos, os municípios de Iracema, Mucajaí e as demais localidades pertencentes a esta fronteira envolvente, são de fato um discurso político. Com sua presença, os Yanomami promovem efetivamente sua visibilidade de maneira incisiva à medida que promovem sua mobilidade.

“Penetrando fundo no imaginário nacional”, causando evidente desconforto, caminhando na contramão dos interesses do Estado, os grupos indí-

genas do Ajarani, com seus “altos picos de visibilidade”, vêm mantendo-se ainda livres na linha tênue da fronteira que os envolve (RAMOS, 2019).

Sua cosmologia os orienta e seus interesses os aproxima desta fronteira. Essa experiência é traduzida como o embate entre imaginários e desejos, entre uso e posse, em se pensar em um sentido único, ou no exagero da uniformidade (GEERTZ, 2015, p. 99). Aqui, uniformidade de tempo, espaço e pensamento promove mudanças em forma, composição e relações. Imagens são produzidas, entidades transformadas e, conseqüentemente, visões de mundos são estendidas a outros lugares.

Referências

- ALBERT, Bruce. A fumaça do metal: história e representação do contato entre os Yanomami. *Anuário Antropológico*, n. 89. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1992. p. 151-189.
- ARIAS, Hortensia Caballero. Primeros encuentros: Los Yanomami en las representaciones post-coloniales de la primera mitad del siglo XX. *Antropologica*, 104, p. 5-34, 2005.
- BARBOSA, R. I. Ocupação Humana em Roraima. II. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. *Bol. Mus. Paraense Emílio Goeldi*, v. 9, n. 2, p. 177-197, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, v. 27, n. 79, p. 133-144, 2013.
- CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.
- FARAGE, Nádia. *Lauda Antropológico requisitado pela Justiça Federal*, seção de Roraima, 1999.
- GEERTZ, Clifford. *A vida entre os antros e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 2015, p. 98-11.
- GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, n. 10, p. 13-34, maio 1999.
- IANNI, Octavio. A utopia camponesa. In: WELCH, Clifford *et al.* (orgs.). *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.
- KELLY, José A. Notas para uma teoria do ‘virar branco’. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 11, n. 01, p. 201-234, 2005.
- LIZOT, Jacques. *O círculo dos fogos: feitos e ditos dos índios Yanomami*. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
- MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social – Rev. Sociol.*, São Paulo, v. 8, n.1, p. 25-70, 1996.

OLIVEIRA Neto, T. A geopolítica rodoviária na Amazônia: BR-210 ou Grande Perimetral Norte. *Revista de Geopolítica*, v. 6, p. 123-142, 2015.

POVOS Indígenas no Brasil. Instituto Socioambiental. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Yanomami>>. Acesso em: 07 maio 2019.

QUINET, Antonio. *Os outros em Lacan*. Rio de Janeiro, Zahar, 2012.

RAMOS, Alcida R.; LAZARIN, Marco Antonio; GOMEZ, Gale. Yanomami em tempo de ouro (Relatório de pesquisa). *Série Antropologia*, v. 51, DAN, UnB, 1985.

RAMOS, Alcida R. Seduzidos e abandonados, ou, como amansar índios rebeldes. *Série Antropologia*, v. 462, DAN, UnB, 2019.

RIVIÉRE, Peter *et al.* A propósito de redes de relações nas Guianas. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, v. 13, n. 1, p. 251-273, 2007.

SCHADEN, Egon. O índio brasileiro: imagem e realidade. *Revista Brasileira de História*, v. 55, n. 110, p. 321-346, 1977.

SAHLINS, M. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, [1987] 1990.

SCHWARCZ, Lília Moritz. História como lembrete: Problemas estruturais do Brasil continuam basicamente inalterados. Nosso presente, de fato, anda repleto de passado. *O Globo*, 2019.

SZTUTMAN, Renato. Metamorfoses do contra-Estado. *Ponto Urbe*, São Paulo, 2013.

TACCA, Fernando de. O índio na fotografia brasileira: incursões sobre a imagem e o meio. *Hist. cienc. Saúde*, Manguinhos, v. 18, n. 1, p. 191-223, 2011.

VERDUM, Ricardo. *Yawari: a fronteira esquecida*. Brasília, 1990 (relatório de pesquisa).

Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua incidência na igualdade de gênero

Ariane Favareto

Apresentação

Os debates em torno do tema igualdade de gênero há muito deixaram de ser preocupação somente de movimentos sociais e feministas. Entendida como uma premissa para que haja desenvolvimento em bases sustentáveis, a diminuição da assimetria entre os sexos passou a ser considerada uma pauta mundial. Presente entre as transformações pretendidas para a Agenda 2030, capitaneada pela Organização das Nações Unidas (ONU), a igualdade de gênero figura como o quinto objetivo a ser alcançado tendo por base metas que visam ao empoderamento de mulheres e meninas ao redor do mundo. A implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres é considerada uma das formas para aprimorar os ativos destas mulheres, o que influenciaria em sua capacidade de agência (RIMISP, 2015), podendo apresentar como consequência a ocupação de outros espaços, inclusive os que carregam algum poder de decisão.

Segundo o relatório do Banco Mundial (2012), promover a igualdade de gênero poderia trazer uma maior eficiência econômica mundial, incidindo sobre a diminuição da pobreza e em um maior acesso à justiça. Apesar de avanços obtidos ao longo das últimas décadas, como, por exemplo, o aumento nos anos de estudos das mulheres em todos os níveis de ensino – fundamental, médio e superior –, ainda persistem entraves estruturais, especialmente em países mais pobres e nas áreas rurais, cujos costumes ainda revelam uma reprodução de padrões em que as mulheres se encontram em situação de inferioridade no que se refere ao acesso ao patrimônio e aos processos decisórios dentro e fora da unidade produtiva. Outro desafio se coloca quando se trata de áreas rurais: a obtenção de renda, considerada como uma forma de levar à autonomia das mulheres, é realizada de maneira conjunta pela família na exploração da unidade produtiva, dificultando que elas possuam uma renda própria.

Pretende-se demonstrar neste capítulo que a implementação de políticas públicas pode incidir sobre as relações de gênero e a ocupação de espaços decisórios por elas, mesmo que não sejam voltadas diretamente às mulheres. Toma-se como exemplo o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba paulista, cujas características mesclam novas e antigas formas de ver e viver o mundo rural, inclusive no que se refere ao desenvolvimento de atividades econômicas que se ancoram em práticas seculares como a pecuária leiteira e outras mais recentes, a exemplo do turismo e da agroecologia.

É justamente na confluência entre a agroecologia e o PNAE que são abertas novas oportunidades para as mulheres que passam a ocupar espaços decisórios dentro e fora dos estabelecimentos produtivos. Neste sentido, a diminuição da aquisição de produtos da agricultura familiar para a merenda escolar acaba por atingir mais profundamente para além do que é objetivamente mensurável, incidindo também nas relações sociais de gênero.

Além desta apresentação, este artigo possui mais quatro partes. Em uma primeira, apresentada a seguir, são resgatadas as principais políticas direcionadas ao rural brasileiro, com destaque àquelas direcionadas – ou que atingiram de alguma forma – às mulheres rurais. A segunda seção traz os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa e uma breve caracterização do município que foi foco deste estudo, especialmente no que se refere ao desenvolvimento da agroecologia e à relação com o PNAE. Na terceira seção são apontados aspectos nas trajetórias de vida das mulheres em que foi possível relacionar suas posições em processos decisórios com a participação delas no Programa, além da apresentação de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) que demonstram a queda nos percentuais destinados à aquisição dos produtos da agricultura familiar entre os anos de 2011 e 2017¹. Por fim, algumas considerações são descritas no intuito de colaborar com o debate sobre a implementação de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares e sua importância para o tema da igualdade de gênero.

Políticas públicas para o rural brasileiro e para as mulheres rurais: breve panorama das últimas décadas

A implementação de políticas públicas no Brasil ganha maior relevo a partir da promulgação da Constituição de 1988, que abriu espaço para a parti-

¹ Os dados disponíveis do site do FNDE são para os anos de 2011 a 2017: <<https://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>>.

cipação da sociedade civil na formulação e implementação das políticas, aumentando o controle social por parte dos cidadãos por meio da presença em conselhos gestores especialmente nas áreas de saúde, educação, assistência social e direitos da criança e do adolescente. Esses marcos inauguram um período de redemocratização do país que já vinha sendo gestado em anos anteriores e imprime uma visão ampla de cidadania. Porém, neste mesmo período, o país padece de forte crise econômica que só será abrandada em meados da década posterior, sob o custo de redução do papel do Estado no desenvolvimento brasileiro, momento em que uma política voltada especificamente para os agricultores familiares é lançada. Com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é iniciada uma linha de crédito específica para esta categoria em meados da década de 1990, atendendo a uma antiga reivindicação dos movimentos sociais.

Grisa e Schneider (2014) destacam que o Pronaf, a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)² e da Secretaria da Agricultura Familiar (SAF) são importantes marcos que instituem a agricultura familiar como uma categoria social e política reconhecida pelo Estado brasileiro, inaugurando um conjunto de medidas orientadas para fortalecer e garantir a produção dos agricultores familiares. Os autores ainda indicam que, ao longo da década de 1990, foram instituídas a primeira e a segunda gerações de políticas públicas voltadas à agricultura familiar, sendo o primeiro momento com o intuito de estabelecer um referencial agrícola e agrário, e o segundo com um referencial social e assistencial. Já nos anos 2000 tem lugar a terceira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, agora com referencial na construção de mercados para a segurança alimentar e sustentabilidade ambiental³. É justamente neste último grupo que se encontra o PNAE.

Pode-se dizer que, nas políticas de primeira e segunda geração, não havia um direcionamento que visasse à igualdade de gênero. Contudo, desde o início deste século, as mulheres rurais vêm colocando em pauta reivindicações específicas, apresentadas em grandes mobilizações como as várias edições da Marcha das Margaridas, ou ainda as manifestações organizadas pela Via Cam-

² O MDA foi reduzido a uma secretaria por decreto presidencial em 2016 e extinto em 2019.

³ Na primeira geração de políticas públicas para a agricultura familiar, os autores citam: Pronaf, Secretaria Especial da Agricultura Familiar, Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar, Assistência Técnica e Extensão Rural e Assentamentos de Reforma Agrária. Na segunda geração são citados: Pronaf infraestrutura, Garantia Safra, Programa Nacional de Habitação Rural, Pronaf, Bolsa Família. Na terceira geração de políticas, incluem-se: Programa de Aquisição de Alimentos, Programa Nacional de Alimentação Escolar, Agroindústrias e Selos de Certificações.

pesina e realizadas no dia 8 de março. Nestes casos, as demandas produtivas se mesclam às questões ligadas à divisão sexual do trabalho, violência e pela participação delas na definição das políticas públicas⁴.

Para Hora e Butto (2014), em fins dos anos 2000 a agenda feminista é incorporada nas ações governamentais, passando a integrar o acesso à cidadania, autonomia econômica e participação social. Há políticas que são direcionadas às mulheres rurais, ou acabam por atingi-las de forma lindeira e constituem programas e projetos que buscam abarcar uma série de ações a fim de visibilizá-las enquanto sujeitos de direitos, promover o acesso à cidadania, à terra, à assistência técnica, promover acesso ao crédito e o apoio para a produção e comercialização. As autoras destacam as seguintes políticas que têm por foco as mulheres: Dupla titularidade da terra e da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR), Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), Assessoria Técnica Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATER), Programa Organização Produtiva de Mulheres Rurais (POPMPR), Pronaf-Mulher e Garantia Safra, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)⁵. Vale ressaltar que, além destas políticas, o Programa Territórios da Cidadania estimulava a participação das mulheres nos comitês gestores, de modo que elas tivessem oportunidade de decisão, e, antes disso, as ações de desenvolvimento territorial destinavam 40% dos recursos de editais para projetos de apoio à infraestrutura para as mulheres.

É preciso lembrar, ainda, que apesar de não ser direcionado exclusivamente para agricultores familiares, o Programa Bolsa Família acabou por incidir sobre esta categoria, uma vez que atua diretamente no combate à pobreza. Aqui, são as mulheres que recebem o benefício que gera uma renda mensal básica para as famílias. Alguns estudos, como, por exemplo, Rêgo e Pinzani (2014), apontam que, ao administrarem esta renda, há aumento na autonomia e liberdade das mulheres propiciando acesso à comida, mas atuando também de forma subjetiva ao libertá-las de relações opressoras e na geração de novas experiências de vida.

⁴ A Secretaria Especial de Política para as Mulheres foi constituída no âmbito do Governo Federal em 2002. Com status de ministério, passou a orientar as ações de Estado, inclusive do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Atualmente é vinculada à estrutura organizacional do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos com o nome de Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres.

⁵ São várias as análises sobre as políticas públicas e as mulheres; destaco aqui quanto ao PNDTR o artigo de Mendes *et al.* (2014), sobre o Pronaf-Mulher, ver Hernández (2015).

Dada a amplitude de ações e projetos que de alguma forma atingiam as mulheres rurais, neste artigo o foco recairá sobre o PNAE, especialmente no que se refere à sua capacidade de aumentar as possibilidades para as mulheres a fim de colocá-las em posições decisórias dentro e fora do estabelecimento familiar, contribuindo para uma maior igualdade nas relações de gênero. Antes, contudo, explicitam-se os procedimentos metodológicos utilizados, seguidos de uma breve caracterização do local onde a pesquisa foi realizada.

A confluência entre a agroecologia e o PNAE nas regiões interioranas

A investigação cujos resultados serão aqui apresentados foi realizada entre os anos de 2015 e 2019 junto às agricultoras do município de Cunha, localizado no Vale do Paraíba paulista⁶. Utilizou-se como método a obtenção da história de vida das mulheres, cuja trajetória foi reconstituída a partir de um roteiro de questões preestabelecido onde se buscou compreender aspectos da infância, da vida cotidiana e os possíveis projetos para o futuro. Sempre que possível as entrevistas foram realizadas na casa das mulheres, o que possibilitou a observação tanto do ambiente familiar quanto do produtivo. Foram entrevistadas, no total, 30 mulheres inseridas em diversas atividades produtivas. Além das mulheres, foram entrevistados representantes de vários setores, por exemplo, gestores municipais, representantes de associações e sindicatos e do comércio local, de modo a constituir um panorama político, social e econômico do município.

Segundo dados do Censo Demográfico de 2010, o município de Cunha possui 21.866 habitantes; 44% deste total ocupam as áreas rurais, cortadas por mais de 2.400 km de estradas vicinais. A sede municipal concentra a maioria dos serviços disponíveis e abriga a praça da igreja Matriz, local de sociabilidade e de realização de festas. Cunha teve importância durante a exploração aurífera em Minas Gerais como ponto de pouso, já que fica localizado na divisa com o município fluminense de Paraty, que, à época, possuía um importante porto utilizado para escoar o minério. Com o esgotamento das minas e a ascensão da produção de café, Cunha perde sua importância e passa a figurar como fornecedora de alimentos para os municípios vizinhos que iniciaram a produção cafeeira em larga escala. A produção de café era difícil de ser implementada em Cunha, dada a topografia do lugar, nominado pelo geógrafo Aziz Ab'Saber (2003) de “mar de morros”. A crise de 1929 e a queda da

⁶ Os dados apresentados são parte da pesquisa de campo cujos resultados foram integralmente expostos na tese de doutorado da autora.

produção do café inauguraram um novo ciclo econômico no estado de São Paulo e a industrialização passou a orientar as estratégias econômicas. A interiorização da industrialização ocorrida no estado na década de 1970 não atingiu plenamente Cunha, que permanece com características que alguns autores (CANDIDO, 2001; QUEIROZ, 1976; FUKUI, 1979) identificam como sendo de “bairros rurais”.

É a partir da década de 1980 que algumas mudanças mais profundas passaram a fazer parte do cotidiano do município, acompanhando as alterações pelas quais atravessam as áreas rurais e os municípios interioranos em todo o país. Trata-se, por exemplo, da conversão de áreas produtivas em moradias para pessoas que passaram parte de suas vidas nas grandes cidades e buscam nos pequenos municípios a tranquilidade e a oportunidade de viverem próximas de áreas verdes⁷. Em Cunha, a valorização da paisagem passa a agregar mais um componente econômico: a exploração do turismo, que ganha impulso na década de 1990 com a construção de infraestruturas específicas para este fim e ações da prefeitura municipal, como, por exemplo, a constituição de um calendário de festas que têm por objetivo atrair os turistas principalmente aos finais de semana, momento em que as pousadas e restaurantes são ocupados por pessoas vindas de capitais como São Paulo e Rio de Janeiro⁸, e também oriundas de cidades vizinhas e do Vale do Paraíba.

No caso da implantação de empreendimentos voltados ao turismo e da conversão de propriedades agrícolas em chácaras de lazer ou moradia definitiva, revela-se uma perda dos agricultores familiares que acabam se desfazendo de parte – ou todo – seu patrimônio impulsionado pela valorização do preço da terra em detrimento da desvalorização dos preços agrícolas. Tal realidade começa a ser alterada a partir dos anos 2000, tendo peso neste contexto a incidência de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, principalmente, as de terceira geração conforme apontado anteriormente. Tanto o PNAE quanto o apoio à produção agroecológica foram fundamentais para que os agricultores de Cunha pudessem não só se manter em seus estabelecimentos, como ampliar a produção a partir da garantia de venda para a prefeitura municipal. Mais que isso, as mulheres foram especialmente beneficiadas, já que eram elas as responsáveis pela produção da horta que era utilizada para consumo da família e não levava agrotóxicos em seu manejo, diferentemente

⁷ O município de Cunha está inserido no bioma Mata Atlântica, abriga uma sede do Parque Estadual da Serra do Mar e ainda está cercado pela Serra da Bocaina e Quebra Cangalha.

⁸ Cunha se localiza entre as capitais de São Paulo e do Rio de Janeiro, distando 230 quilômetros da primeira e 309 da segunda.

da produção direcionada para a comercialização. Neste sentido, ao impulsionar a produção que antes se restringia a um pequeno espaço dentro da propriedade, há uma valorização das habilidades e dos saberes destas mulheres.

A produção agroecológica no município tem início a partir de um trabalho desenvolvido por uma ONG local que obteve apoio financeiro da Petrobrás para execução de projetos junto aos agricultores. Os agrotóxicos vinham sendo largamente utilizados, com relatos de doenças de pele e respiratórias causados pela aplicação de produtos em plantações de tomate. Encontrava-se, então, um terreno fértil para o início de um processo de transição do manejo convencional para o agroecológico. Por meio da participação em cursos de capacitação, as agricultoras foram as primeiras a iniciar a transição em pequenas áreas até que seus maridos se convenceram da viabilidade da produção sem o uso de agrotóxicos e contribuíram na ampliação para áreas maiores.

Além da ONG, o governo do estado, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (CATI), também iniciou o oferecimento de cursos de capacitação em agroecologia. As duas entidades atuaram no sentido de transformar os estabelecimentos agropecuários em espaços sustentáveis, recuperando nascentes, implantando formas corretas de descarte de resíduos e tratamento de água, entre outros.

Apesar de vencidos os primeiros entraves para a transição que se manifestam no próprio convencimento dos agricultores, uma importante questão não estava resolvida, qual seja, a viabilidade financeira dos negócios, pois os produtos orgânicos oriundos da agricultura familiar eram comercializados em feiras locais a preços baixos e com pouca saída. Este panorama se altera em 2009 com a obrigatoriedade de as prefeituras adquirirem 30% dos produtos da alimentação escolar dos agricultores familiares. São, ao todo, oito famílias que destinam a produção agroecológica para o Programa. Contudo, o potencial de fornecimento é bem maior, já que outras famílias realizaram a transição no manejo e produzem de forma agroecológica⁹.

A possibilidade de obter uma renda garantida e, mais que isso, destinar os produtos a um comércio seguro foi fundamental para que os agricultores não só continuassem a produzir de forma sustentável, mas também repensassem estratégias de reprodução social, extinguindo a possibilidade de se desfazerem de suas propriedades. Para além dos ganhos materiais, revelou-se um aumento da autoestima dos agricultores e agricultoras ao fornecer alimentos

⁹ São duas associações formalmente constituídas no município que produzem de forma agroecológica. A comercialização é realizada para o PNAE, nas feiras locais e em vendas de cestas pela internet.

de qualidade para as crianças do município, numa extensão da melhoria na alimentação de suas próprias refeições diárias, também melhorada após a transição do manejo convencional com uso de agrotóxicos para o modelo agroecológico.

Por outro lado, a venda assegurada requer dos agricultores algum grau de organização, já que é necessário ter os documentos necessários à chamada pública, bem como a diversidade e a quantidade de produtos exigidos pelo edital da prefeitura municipal. Nestes termos, as mulheres tiveram sua visibilidade e direitos assegurados, pois, ao regularizar a propriedade e adquirir a Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP),¹⁰ vários casais optaram pela dupla titularidade, ou seja, tanto a esposa quanto o marido figuram como titulares da propriedade. Com isso, é rompido um antigo hábito tão arraigado nas áreas rurais em que a posse da terra é de direito masculino e repassada aos filhos homens. Além disso, para garantirem a produção e a entrega nos prazos estabelecidos, os agricultores tiveram que constituir uma associação, de modo a facilitar a compra de insumos e organizar melhor a produção. Aqui, também, as mulheres ganharam destaque se posicionando como representantes dos agricultores, liderando reuniões e processos organizativos.

As mulheres agricultoras agroecológicas e os ganhos materiais e subjetivos da inserção no PNAE

Em Favareto (2019), é possível obter uma revisão da literatura que indica três posições que as mulheres rurais ocupam nas relações de gênero. Uma primeira se daria numa condição de subalternidade em que elas estariam submetidas a uma ordem hierárquica inferior no que se refere aos processos decisórios dentro do estabelecimento familiar, atendo-se às tarefas domésticas e ao cuidado com os filhos, além de apresentarem poucas possibilidades de interação com outros agentes sociais para além do grupo social de origem. A segunda condição é de complementaridade, onde o trabalho seria compartilhado sobretudo quando se trata do ambiente produtivo, mas ainda persiste uma divisão de tarefas ancorada nos papéis sociais de gênero, ou seja, a hierarquia social prevalece em favor dos homens. Por fim, a terceira e última condição se refere a um protagonismo feminino, vislumbrado na participação delas em movimentos sociais e sindical, bem como numa forma de ativismo específico das áreas rurais que vem sendo observado entre as mulheres que atuam na

¹⁰ Em 30 de dezembro de 2021 foi publicada portaria instituindo o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) que substitui a DAP para fins de acesso ao crédito no âmbito do Pronaf.

agroecologia. Dada a heterogeneidade de situações, é possível que estas três condições se mesquem num mesmo indivíduo e a prevalência de cada uma delas irá depender da configuração social nas quais estas mulheres estão inseridas.

Nesta seção são apresentadas as trajetórias de duas mulheres, produtoras agroecológicas, inseridas no PNAE e que atualmente são lideranças e passaram a ocupar postos de decisão dentro e fora dos estabelecimentos agropecuários. Ao retomar a história de vida destas mulheres, pretende-se evidenciar a importância das políticas públicas como elementos capazes de ampliar o campo de possíveis destas mulheres, incidindo também na equidade nas relações de gênero. Deste modo, o arrefecimento destas políticas não só deixa de gerar oportunidades, como pode diminuir a capacidade de equiparar as relações de poder entre os sexos.

No geral, entre as entrevistadas, há um passado comum em que, na infância, havia definição específica de papéis; elas ajudavam suas mães nas tarefas domésticas, enquanto os irmãos homens se dedicavam ao trabalho ao lado dos pais, contribuindo nos processos de plantio e comercialização dos produtos. A horta que servia ao consumo da família era trabalho da mãe e das crianças e ali eram cultivadas hortaliças e ervas. O trato com pequenos animais, como porcos e galinhas, também era de responsabilidade das meninas, junto com suas mães. Ao se casarem, as mulheres continuaram a desempenhar papéis demarcados socialmente por gênero, sendo seus maridos os principais responsáveis pela produção agrícola e pecuária no estabelecimento. Eram eles os responsáveis por decidir o que e como seria produzido e a forma como seriam comercializados os produtos, enquanto elas ficavam responsáveis pela produção da horta e pela lida com a casa.

Neste cotidiano são poucas as oportunidades que as mulheres têm de vivenciar outras experiências ou mesmo ter algum tipo de interação com outras pessoas. A sociabilidade é restrita ao grupo familiar de origem, estendida aos parentes mais próximos e aos vizinhos. A missa realizada aos domingos na igreja do bairro, às vezes seguida de um jogo de bingo, constituía os momentos de lazer que elas desfrutavam. Algumas idas ao centro da cidade se davam a fim de suprimir necessidades como fazer compras no supermercado ou resolver pendências burocráticas no banco ou no cartório.

Com o curso de capacitação em agroecologia que elas frequentaram, essa realidade começou a mudar. Um primeiro aspecto a ser observado são os processos de interação que passam a ser realizados. Com a grande maioria da turma formada por mulheres – as primeiras a se interessarem pelo curso – foram imediatas as trocas realizadas, seja de experiências sobre o plantio reali-

zado na horta, ou de suas próprias vivências, agora compartilhadas com realidades muito próximas às suas. Estava dado um primeiro passo para um protagonismo feminino na produção agrícola do município que passou a ser maior graças à possibilidade de venda para a alimentação escolar.

BOX 1

Andira (os nomes foram trocados para preservar a identidade das entrevistadas) tem 57 anos, nasceu em Cunha, mesmo município em que seus pais e avós viveram por toda a sua existência. Estes últimos plantavam milho, feijão, arroz, batata, inhame, tiravam leite e faziam queijo. A comercialização dos produtos era realizada em Lorena, município vizinho. Ela lembra que, quando era criança, seu pai e o seu avô saíam com toda a produção para ser vendida. Carregavam tudo no cavalo, eram as tropas que levavam as mercadorias de um município a outro. Sacos de feijão, queijo e frango eram transportados por dois dias pela estrada de terra. Desde os sete anos de idade, Andira ajudava sua mãe a fazer comida e levar para os camaradas (como são chamados os trabalhadores rurais no município). Ela não tinha altura suficiente para alcançar o fogão e a pia, mas um banquinho de madeira ajudava a cumprir as tarefas domésticas. A horta ficava sob responsabilidade de sua mãe. Ela pouco estudou porque o pai era contra. Entrou na escola com 10 anos de idade e relata que este período foi difícil porque tinha que andar cerca de oito quilômetros, já que não havia transporte público e nem merenda na escola. Quando terminou o quarto ano, Andira já estava com 14 anos e queria seguir os estudos, mas o pai não deixou, não via necessidade de estudar mais, pois agora teria que trabalhar junto à família. Neste mesmo período, ela já começou a namorar um conhecido do mesmo bairro em que ela morava e aos 18 anos casou-se com ele e teve três filhos. Ao realizar o matrimônio, ela foi morar na propriedade do sogro, mas logo o casal conseguiu construir sua própria casa no mesmo terreno. Plantavam seus produtos com uso de agrotóxico, veneno como ela mesma diz, e não tiveram dúvidas em fazer o curso de capacitação em agroecologia quando foram convidados pela ONG, principalmente porque foram informados que poderiam vender seus produtos numa feira local e para a merenda escolar. O curso durou nove meses, período em que foram preparando a terra para a transição do modelo convencional para o agroecológico. Com os primeiros produtos, iniciaram a venda na feira do bairro em que residem, mas o retorno era muito baixo, já que muitas pessoas também realizaram a capacitação e começaram a plantar.

A venda para a merenda escolar foi o impulso que eles necessitavam. A primeira ação foi tirar a DAP. Andira diz que não foi difícil porque eles já tinham a documentação da propriedade “tudo certinho”. Sua propriedade tem 13 alqueires com horta e criação de gado leiteiro. O leite é comercializado num laticínio do próprio município. A produção do leite também está sendo realizada de forma agroecológica, alimentando um sonho de Andira de vender queijo orgânico, ainda impossibilitado pela ausência de mercado próximo para escoar este tipo de produção, mais afeito aos grandes centros urbanos. Ela lembra que, quando iniciaram a transição, foi bem difícil porque todos diziam que não ia dar certo, mas ela e o marido continuaram acreditando e as diferenças foram aparecendo com o tempo: “ficou tudo mais bonito e a gente tem certeza que aquilo é puro”. Andira informa que tem muitas pessoas fazendo a transição, mesmo que seja só para consumo próprio e da família e considera isso positivo, já que há melhoria na qualidade da alimentação da população como um todo, pois passam a consumir menos produtos industrializados. Sobre o PNAE, ela afirma que é “muito bom porque agora eu planto e sei para quem vender, é lei”. Com esta segurança, Andira consegue pensar em projetos para o futuro, dentre os quais destaca o aumento da produção e o desejo de repassar o conhecimento adquirido para outras pessoas: “quero apresentar isso para outras pessoas, a questão da saúde pelo orgânico”. Sonha também com uma certificação dos produtos para que possam ser comercializados para além do município, ampliando o território de atuação; para isso, tem participado de eventos sobre o assunto e foi, inclusive, a um encontro de mulheres em outro estado. Lá teve a oportunidade de interagir com mulheres do Brasil inteiro, trocou experiências sobre sua produção e conheceu outras realidades, o que a motivou a incidir sobre a vida de mulheres que estão mais próximas a ela. Hoje, ela dialoga com outras mulheres e tenta convencê-las a se capacitarem e promoverem a transição para a agroecologia e outros cursos promovidos pela ONG, como o aproveitamento de alimentos que seriam descartados. Conta que aos poucos vai conseguindo modificar a vida das mulheres ao evidenciar suas próprias capacidades em promover pequenas alterações que significam muito no cotidiano de cada uma delas. Andira se tornou uma liderança no bairro e um exemplo a ser seguido.

BOX 2

Benedita nasceu em Cunha, no mesmo bairro em que seus pais e avós nasceram e cresceram. Aos oito anos de idade já ajudava seus pais, tanto a mãe nas tarefas domésticas, quanto o pai na produção de milho e feijão, junto com seus dez irmãos. Ela relata diversas dificuldades pelas quais passou na infância, com a ausência de água, que tinha que ser buscada no riacho próximo, e com falta de energia elétrica. A locomoção até o centro da cidade era feita a cavalo, pois não existia transporte público, e a família não possuía carro. Benedita estudou até o terceiro ano na escola do bairro, a mesma escolaridade atingida por seus irmãos. Seus pais eram analfabetos e consideravam que saber ler e escrever era o suficiente para o trabalho na roça. Porém, ela queria ir além e conseguiu retomar os estudos depois de adulta, quando cursou o supletivo. Benedita se casou aos 18 anos com um morador do mesmo bairro, conhecido desde criança. Como o pai de seu marido trabalhava como camarada e não tinha propriedade, eles foram morar no terreno do pai dela. Atualmente com 63 anos, ela e o marido dividem uma área com os irmãos dela. Eles plantam no modelo convencional e vendem no próprio município e para outras cidades vizinhas. Ela e o marido conheceram a ONG em meados dos anos 2000 e começaram a frequentar o curso de agroecologia e tentar a transição na produção de modo a se diferenciar de seus irmãos, mas o marido não gostou do curso e ela continuou junto com seu filho mais novo. Ela iniciou a transição em um canteiro de dois metros quadrados e foi aumentando aos poucos e recuperando áreas que os irmãos acreditavam já estar degradadas pela exploração sem manejo adequado e pelo alto uso de adubos e fertilizantes químicos. Ela lembra que no início foram chamados de loucos pelos vizinhos e pelos irmãos dela por tentarem produzir sem agrotóxicos, mas persistiram: “logo nas primeiras reuniões que nós tivemos, nós descobrimos que através da agroecologia nós íamos estar melhorando a terra”. Juntamente com o filho, ela iniciou o tratamento da terra e aos poucos começou a produzir hortaliças e legumes que foram primeiramente direcionadas para a feira. Benedita relembra as dificuldades que enfrentou nesta época, pois ela “levava os produtos no ônibus, punha as caixas no corredor do ônibus e ia equilibrando”. Além do transporte, ela se sentia sozinha porque o marido não acreditava que fosse possível plantar sem o uso de agrotóxico, o que tornava sua realidade ainda mais difícil. Porém, quando viu o sucesso que Benedita e o filho estavam tendo com a produção e a venda dos produtos orgânicos na feira, ele também resolveu capacitar-se. Juntos

resolveram aumentar a produção agroecológica para outras áreas da propriedade. Quando estavam no segundo ano de produção, com a transição já realizada, a família ficou sabendo da possibilidade de venda para a alimentação escolar. Eles prepararam a documentação com o auxílio da ONG, iniciaram a comercialização para a prefeitura e continuam até hoje. Benedita, em conjunto com outros agricultores, percebeu a necessidade de constituir uma associação de produtores agroecológicos, principalmente no intuito de melhorar a venda para a merenda escolar, já que, até então, eles comercializavam enquanto grupo informal. Para garantir a presença na chamada pública, o grupo achou melhor se regularizar como pessoa jurídica. Além disso, poderia viabilizar compras de insumo de forma coletiva e estabelecer parcerias com outras entidades para o aprimoramento de técnicas. Benedita afirma que a transição contribuiu para uma melhoria na questão da saúde da família, mas também para a saúde do solo que hoje está plenamente recuperado. Como planos para o futuro, ela e o filho pretendem aumentar a produção e obter mais conhecimento técnico, por exemplo, em irrigação para aproveitar os recursos que têm disponível como o riacho perto de sua casa. Além das mudanças dentro da propriedade, Benedita foi além e atualmente faz parte da diretoria da ONG que promove os cursos de capacitação. Ela conta que recebeu o convite e inicialmente ficou sem reação: “fui pega de calça curta, como se diz”, mas acabou aceitando porque entendeu a importância em ter agricultores familiares junto à direção de uma entidade que tem por objetivo melhorar a qualidade de vida dos próprios agricultores. Com isso, Benedita viaja para vários lugares representando a entidade. Nestas reuniões, ela conhece outras realidades e experiências e busca aplicar em sua produção. O projeto mais recente que estão desenvolvendo é voltado para os jovens agricultores do município, pois viram a necessidade de envolvê-los e aproveitar suas habilidades como oportunidade para trazer outras formas de conhecimento para a agroecologia, especialmente no que concerne às novas tecnologias. Alguns resultados neste sentido podem ser verificados com a venda de cestas de produtos orgânicos realizadas pela internet, organização que partiu dos filhos dos agricultores.

As duas trajetórias são de mulheres que passaram a ter maior poder de decisão dentro e fora dos estabelecimentos agropecuários a partir da transição do manejo de convencional para o agroecológico, que só foi sustentado pela possibilidade da venda dos produtos para a merenda escolar, por meio do

PNAE. Esta política pública se baseia no conceito de segurança alimentar e nutricional e tem por objetivo “contribuir para o crescimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis” (BRASIL, 2012, p. 50). Como pode ser observado pelos relatos das entrevistadas, tais objetivos são extrapolados ao conduzir as mulheres para caminhos que até então elas não tinham tido a oportunidade de trilhar.

O tema da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é introduzido na agenda política brasileira no intuito de promover a erradicação da fome no país. Maluf, Zimmermann e Jomalini (2021) argumentam que este processo teve intensa participação da sociedade civil desde fins da década de 1980, resultando em um conceito de SAN que integrou várias dimensões, entre elas a reformulação da política voltada à merenda escolar, culminando no PNAE. Os autores demonstram que há continuidades e descontinuidades na complexa arquitetura que envolve a implementação da política, porém, o período pós-2016 é marcado por um caráter mais assistencial-clientelista em que a categoria agricultura familiar tem suas especificidades anuladas pelo discurso conservador, refletindo na própria implementação das políticas.

A aquisição dos produtos da agricultura familiar pela prefeitura municipal de Cunha vem caindo ao longo dos anos. Dados do FNDE dos anos de 2011 a 2017 revelam que somente em 2012 o percentual de aquisição de 30% estabelecido na legislação foi atingido. No quadro a seguir, pode-se visualizar o percentual adquirido nestes anos.

Quadro 1: Valores totais e percentual de aquisição de produtos da agricultura familiar em Cunha (SP)

Ano	Valor transferido FNDE	Valor aquisições da agricultura familiar	Percentual
2011	R\$ 302.820,00	R\$ 62.906,45	20,77%
2012	R\$ 314.532,00	R\$ 94.794,92	30,14%
2013	R\$ 323.348,00	R\$ 1.034,00	0,00%
2014	R\$ 381.006,00	R\$ 62.929,48	16,52%
2015	R\$ 325.252,00	R\$ 43.673,34	13,43%
2016	R\$ 326.953,46	0,00	0,00%
2017	R\$ 327.144,00	R\$ 25.246,00	7,72%

Fonte: Dados FNDE, elaboração própria.

Conforme exposto pelas mulheres, a venda para a prefeitura municipal representa um mercado seguro para os agricultores familiares que planejam a expansão de sua produção agroecológica com base na perspectiva desta aquisição. Se, em geral, a ausência deste mercado significa ganhos econômicos inferiores para os agricultores, do ponto de vista das mulheres, como visto, poderão ocorrer perdas significativas em suas posições no mundo social. O protagonismo nos processos decisórios, tão importante na garantia da igualdade de gênero, poderá ser solapado se não houver estímulos e oportunidades para que elas exerçam a participação social dentro e fora do município.

Considerações finais

Em primeiro lugar, é preciso lembrar que não há homogeneidade entre os casos observados. Isso quer dizer que a implementação da política e uma maior autonomia das mulheres não representa uma relação automática; contudo, algumas possibilidades para que haja alterações nos padrões anteriormente estabelecidos são colocadas, conforme demonstrado nas trajetórias das mulheres entrevistadas durante a realização desta pesquisa. Ao se inserirem na política voltada à alimentação escolar, as mulheres passaram a ter condições materiais e subjetivas para ocupar outros lugares na sociedade, inclusive postos decisórios e de representação, tanto dentro do próprio estabelecimento produtivo quanto fora dele, ao participarem da organização de associações de produtores e mesmo da ONG que levou a cabo as capacitações em agroecologia. Além disso, a participação em eventos fora do município e do estado em que residem lhes proporciona a oportunidade de constituir redes sociotécnicas para melhorar a produção e promover a interação social.

Ao tomar Cunha como análise, referencia-se uma série de municípios interioranos que participou de forma lideira dos grandes processos de desenvolvimento e diversificou suas atividades econômicas a partir dos anos 1980, com alterações nas visões e significados do rural que passou a ser visto como algo intimamente ligado à natureza e à paisagem. A introdução de novos agentes sociais nestes lugares, bem como de outras atividades econômicas, modificam as configurações estabelecidas, oportunizando às mulheres que se reposicionem na sociedade. Tais oportunidades são amplificadas quando elas se inserem nas políticas públicas, mesmo que o objetivo principal não esteja voltado para a igualdade de gênero, como é o caso do PNAE.

Se, durante muitas décadas, as áreas rurais foram visualizadas como sendo prioritariamente masculinizadas, as políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares – implementadas a partir dos anos 1990 e aprofunda-

das nas duas décadas seguintes no Brasil – propiciaram a emergência de um protagonismo feminino, demonstrando que o ambiente produtivo também pode ter um rosto de mulher.

Referências

- AB'SÁBER, Aziz Nacib. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BANCO MUNDIAL. *Igualdade de gênero e desenvolvimento*. 2012. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/INTWDR2012/Resources/7778105-1299699968583/7786210-1315936231894/Overview-Portuguese.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2016.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial para as Mulheres. *Edição especial da revista do Observatório Brasil da Igualdade de gênero*. 1. impr. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012. 112 p.
- CANDIDO, Antonio. *Os parceiros do rio Bonito: Estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. São Paulo: Duas Cidades: Ed. 34, 2001.
- FAVARETO, Ariane. *Dinâmicas rurais contemporâneas e configurações sociais de gênero*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – , Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Desenvolvimento e Sociedade, Rio de Janeiro, 2019.
- FUKUI, Lia Garcia. *Sertão e Bairro Rural*. Parentesco e família entre sitiantes tradicionais. São Paulo: Ática, 1979.
- GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 125-146, 2014.
- HERNÁNDEZ, Carmen O. Potencialidades e limites do Pronaf-Mulher no processo de empoderamento das mulheres agricultoras. In: STADUTO, J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (orgs.). *Desenvolvimento Rural e Gênero: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015. p. 269-291.
- HORA, Karla; BUTTO, Andrea. Políticas públicas para as mulheres rurais no contexto dos Territórios da Cidadania. In: BUTTO, Andrea; DANTAS, Conceição; HORA, Karla; NOBRE, Miriam; FARIA, Nalu (orgs.). *Mulheres rurais e autonomia: formação e articulação para efetivar políticas públicas nos Territórios da Cidadania*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2014.
- MALUF, Renato S.; ZIMMERMANN, Silvia A.; JOMALINIS, Emília. Emergência e evolução da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil (2003-2015). *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 517-544, out. 2021.
- MENDES, Maurício Ferreira; NEVES, Sandra Mara Alves da Silva; NEVES, Ronaldo José; SILVA, Tânia Paula da. A organização das mulheres extrativistas na região Sudoeste mato-grossense, Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 71-89, abr. 2014.

Quando o ambiente produtivo passa a ter rosto de mulher: o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e sua incidência na igualdade de gênero

QUEIROZ, Maria Izaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1976.

RÊGO, Walquíria Leão; PINZANI, Alessandro. *Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania*. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.

RIMISP. *Poverty and inequality: Latin American report 2015*. Disponível em: <<http://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/Sintesis-Rimisp-Ing-2015-V4-Completo.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

A contribuição das mulheres rurais na reprodução dos agroecossistemas: um olhar sobre os quintais produtivos

*Luiza Carolina da Silva
Karine Pereira de Freitas
Michelly Aragão Guimarães Costa
Laeticia Medeiros Jalil*

Introdução

O estado de Pernambuco está dividido em cinco mesorregiões: Sertão, São Francisco, Agreste, Zona da Mata e Região Metropolitana do Recife, as quais possuem diferenças sociais, econômicas e culturais. A maior parcela da população pernambucana reside na mesorregião Metropolitana do Recife que concentra 41,9% dos pernambucanos e pernambucanas em 15 municípios. A mesorregião com maior quantidade de municípios é o Agreste; ao todo são 71 cidades e é a segunda mais populosa, com 25,2% da população. Seguem-se as mesorregiões da Zona da Mata e Sertão, ambas com 41 municípios. São Francisco possui 15 municípios e é a mesorregião menos populosa do estado, com 6,8% da população pernambucana (IBGE, 2010).

O estado de Pernambuco é formado por dois biomas, 13,5% é Mata Atlântica e 77,3% é Caatinga. No Agreste, está localizada a área de transição entre os biomas. O clima predominante no Agreste se assemelha ao Sertão, marcado por temperaturas altas, média de 30° C, e índices pluviométricos reduzidos. Localizado no Agreste, o município de Bom Jardim tem uma população de 37.826 pessoas e área de 224.120 km² (IBGE). Possui clima tropical chuvoso e um verão seco, característico do bioma Caatinga.

Figura 1: Mapa do Agreste Setentrional pernambucano, com destaque para o município de Bom Jardim (rosa), onde foi realizada a pesquisa



Fonte: SIGAS PE.

O Sertão do Pajeú possui área de 13.350,30 km² e compreende 20 municípios e três microrregiões:

- a) Microrregião de São José Do Egito, composta pelos municípios de Brejinho, Itapetim, Santa Terezinha, São José do Egito e Tuparetama;
- b) Microrregião de Afogados, composta pelos municípios de Afogados da Ingazeira, Carnaúba, Iguaraci, Quixaba, Sertânia, Solidão e Tabira;
- c) Microrregião de Serra Talhada, composta pelos municípios de Calumbi, Flores, Mirandiba, Santa Cruz da Baixa Verde, São José do Belmonte, Serra Talhada e Triunfo.

Com clima tropical, o território é caracterizado pelo bioma Caatinga e pertence ao Semiárido pernambucano (Governo Federal *et al.*, 2011).

Figura 2: Mapa do Sertão do Pajeú, com destaque para os municípios de Afogados da Ingazeira, Ingazeira e São José do Egito (em rosa)



Fonte: SIGAS PE.

Entre os estados brasileiros, Pernambuco aparece como o estado mais feminino da região nordeste e o segundo mais feminino do Brasil (IBGE, 2010); cerca de 19% da população vive na zona rural do estado. Em números, significa dizer que cerca de 1,6 milhões de pessoas residem na área rural; entre elas, 796,748 são mulheres, representando 49,3% da população. (IBGE, 2019). O Brasil possui uma população rural de mais de 29 milhões de pessoas; entre essas, aproximadamente 49% são mulheres.

As mulheres rurais no Brasil estão majoritariamente em ocupações informais; 34,3% estão em atividades agrícolas. No estado de Pernambuco, temos cerca de 37.188, o que representa 28,4% das mulheres ocupadas em atividades agrícolas (IBGE, 2019). A atividade agrícola familiar é responsável por 70% da produção de alimentos e ocupa 23% das terras. 45% das mulheres encontram-se em terras de até 50 hectares. Deste percentual, a maior parte encontra-se em áreas de até 10 hectares, representando 25% do total de agricultoras (IBGE, 2017). A concentração de terra representa o modelo latifundiário brasileiro, em sua maioria administradas pelos homens, tendo em vista que apenas 19% das mulheres são administradoras de estabelecimentos rurais no Brasil (IBGE, 2017).

As agricultoras em estabelecimentos produtivos de base agroecológica concentram sua produção nos quintais produtivos, dada a relação desigual na posse da terra e na autonomia para seu uso.

Compreendemos como “agricultoras agroecológicas” as mulheres que desenvolvem atividades agrícolas e não agrícolas voltadas para a reprodução de seus grupos familiares e de proximidade, a partir de práticas sustentáveis (sociais, ambientais, culturais, econômicas e ecológicas) em seus agroecossistemas. Adicionalmente, são aquelas que desenvolvem relações sociopolíticas e econômicas com diferentes atores fundamentais para os processos de transição agroecológica e para a reprodução da vida, estando envolvidas em redes sociotécnicas, em movimentos sociais mistos ou feministas ou outros espaços de organização social política. Elas são portadoras de conhecimentos ancestrais, que ressignificam e transformam suas práticas a partir das necessidades e mudanças ambientais e culturais desenvolvendo atividades fundamentais para a garantia da Segurança e Soberania alimentar, para o fortalecimento das relações sociais nos territórios e para a conservação e reprodução da sociobiodiversidade (CARDOSO *et al.*, 2019, p. 7).

Os quintais produtivos são compreendidos, segundo Pinilla (2019), como um espaço de produção, mas também de afeto e tensões, demarcando a divisão sexual do trabalho. A divisão sexual do trabalho, segundo Kergoat (2003), é fruto da divisão social do trabalho decorrente das relações de gênero e sexo, onde os homens prioritariamente ocupam a esfera produtiva, e as mulheres a esfera reprodutiva. Para Sousa e Guedes (2016), a sociedade compreende o trabalho das mulheres como assistencialistas.

Especialmente dentro da sociedade capitalista, sempre coube à mulher a responsabilidade pelos cuidados com a casa e com a família, independentemente de sua idade, condição de ocupação e nível de renda. O trabalho doméstico recaía sobre as mulheres com base no discurso, vivo até hoje, da naturalidade feminina para o cuidado. Essa atribuição social do cuidado ao feminino, primeiramente, limitou a vida das mulheres ao espaço privado, e posteriormente, com as transformações socioeconômicas e a busca de independência feminina, marcou desvantagens em relação aos homens na atuação econômica e social (SOUSA; GUEDES, 2016, p. 125).

Para Maria Emília Pacheco (2002), o trabalho realizado pelas mulheres nos quintais acontece sem que haja o rompimento com as desigualdades de gênero enfrentadas por elas. A desvalorização do trabalho das mulheres ocorre de forma a invisibilizar a contribuição delas para o ecossistema familiar e para reprodução da vida. Valorizar o trabalho das agricultoras nos quintais passa por questionar o modelo hegemônico de economia capitalista, onde o lucro é a centralidade da produção.

A teoria econômica feminista contrapõe a economia neoclássica responsável pela manutenção do modelo econômico vigente, tensionando as relações de gênero estabelecidas, uma vez que a manutenção de um sistema que desvaloriza e invisibiliza o trabalho reprodutivo reforça estruturas antigas de opressão (FARIA, 2009). A precarização do trabalho das mulheres coloca-as

em situação de vulnerabilidade; segundo o FIDA (2020), dois terços das mulheres rurais trabalham sem remuneração ou para o autoconsumo. O relatório “Tempo de cuidar”, publicado pelo instituto OXFAM no ano de 2020, revela que as mulheres são responsáveis por 75% dos trabalhos de cuidados no mundo e que 42% das mulheres não conseguem empregos por terem a responsabilidade de cuidados na família.

Frente à realidade enfrentada pelas agricultoras familiares de base agroecológicas, foi desenvolvida a pesquisa nacional “Os Quintais das Mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil”, desenvolvida durante os anos de 2017 e 2018, com a participação de mulheres rurais de todo o Brasil.¹ A pesquisa nacional possibilitou diversas observações e análises, sendo objeto do projeto de pesquisa “A contribuição das mulheres rurais na reprodução dos agroecossistemas: um olhar sobre os quintais produtivos”, desenvolvido pelo Núcleo Jurema – Feminismos, Agroecologia e Ruralidade (UFRPE), com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O objetivo do trabalho é analisar a contribuição econômica das mulheres agricultoras agroecológicas da Região do Sertão do Pajeú e do Agreste, revelando as atividades econômicas que elas protagonizam e os elementos materiais, simbólicos e culturais que as condicionam.

Metodologia da pesquisa

O projeto de pesquisa “A contribuição das mulheres rurais na reprodução dos agroecossistemas” contou com a participação de organizações não governamentais do campo agroecológico e feministas que atuam no estado de Pernambuco, como a Casa da Mulher do Nordeste e o Centro Sabiá.

¹ A pesquisa é resultado de parceria entre a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e a Universidade Federal de Viçosa por meio de Termo de Execução Descentralizada (TED) nº 13/2016. Este projeto articulou as ações do extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e, em 2016, por meio também da extinta “Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais”. Ele foi realizado em parceria com a Universidade Federal de Viçosa-UFV, sob coordenação da professora Irene Maria Cardoso e articulação de um grupo metodológico composto pelo GT de mulheres da ANA. Contou ainda com as seguintes Instituições parceiras: Instituto Federal de Matão/SP, Centro de Tecnologias Alternativas-Zona da Mata/MG, SOF Sempreviva Organização Feminista, CF8 Centro Feminista 8 de março, Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Universidade Federal da Fronteira Sul, Fundação João Pinheiro e do GT Gênero e Agroecologia.

A Casa da Mulher do Nordeste é uma ONG feminista; com quarenta anos de atuação e sede na cidade do Recife, desenvolve projetos voltados para a autonomia, empoderamento e participação política e econômica das mulheres rurais e mulheres periféricas, através de capacitações ou assistência técnica especializada. O Centro Sabiá é uma ONG mista, com atuações voltadas à assistência técnica em comunidades rurais do estado, desenvolvendo trabalho direcionado a tecnologias sócias, mulheres e juventudes.

A pesquisa deu-se na forma quantitativa ao utilizar inferências estatísticas com base de dados amostral; a pesquisa é qualitativa ao questionar elementos hegemônicos na esfera econômica e produtiva a partir de reflexões com orientação feminista; a pesquisa tem caráter participativo, uma vez que é construída pela troca de saberes entre todas as envolvidas no processo investigativo. Foram utilizados três instrumentos metodológicos: As cadernetas agroecológicas, o mapa da agrobiodiversidade e o formulário semiestruturado.

Caderneta Agroecológica (CA)

A caderneta agroecológica é um instrumento político-pedagógico desenvolvido pelo Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata Mineira (CTA/ZM), em parceria com o Movimento de Mulheres da Zona da Mata de Minas, com o objetivo de mensurar e dar visibilidade ao trabalho das agricultoras agroecológicas da região (CARDOSO *et al.*, 2019, p. 7).

A caderneta é instrumento que apresenta um formato simples, constituído por quatro colunas para a inserção de dados: consumo, venda, troca, doação.

Em cada coluna, as agricultoras podem anotar o nome do produto e seu valor de mercado na região onde residem. Possibilita, assim, visualizar a contribuição da produção das mulheres para o agroecossistema familiar, bem como mensurar a diversidade produtiva nos quintais produtivos. Cada dimensão da caderneta é de suma importância para a compreensão das dinâmicas sociais em que as agricultoras estão inseridas. A presente pesquisa tem o enfoque nas colunas consumo e venda.

Ao todo, foram analisadas quatro (4) cadernetas agroecológicas de agricultoras assessoradas pelas organizações não governamentais parceiras. A Casa da Mulher do Nordeste contribui com 2 cadernetas; a Rede de mulheres produtoras do Pajeú contribuiu com 1 caderneta; e o Centro Sabiá contribuiu com 1 caderneta.

A assessoria técnica possui papel fundamental para o acompanhamento das Agricultoras Agroecológicas, uma vez que o processo de anotação pode ser considerado um trabalho adicional para as agricultoras, sendo imprescindível.

dível a etapa de animação realizada pela técnica garantindo que a agricultora compreenda a importância da anotação. As agricultoras são os sujeitos mais relevantes, sendo que o aceite em participar da pesquisa garante os dados a serem aprofundados.

Mapa da agrobiodiversidade

O mapa é um instrumento metodológico inovador, construído pela agricultora agroecológica; trata-se de um desenho manuscrito, um olhar dessa mulher sobre seu agroecossistema familiar, trazendo elementos como a casa, as áreas produtivas e/ou beneficiamento de produção, a biodiversidade, tecnologias sociais e espaços de domínio/hierarquia dos homens e das mulheres. É necessário frisar que a sistematização dos dados do mapa parte dos lugares de domínio//poder/autonomia da mulher.

Um dos aspectos mais relevantes do mapa da agrobiodiversidade é a possibilidade de reflexões possíveis. O exercício das agricultoras desenharem e observarem sua unidade produtiva familiar possibilita que elas reflitam sobre os diversos aspectos e relações de gênero que elas vivenciam, materializando percepções, até então subjetivas, da divisão sexual do trabalho. O mapa possibilita, também, um reconhecimento da contribuição das agricultoras agroecológicas para a preservação da biodiversidade e para segurança alimentar da família. Segundo Jalil (2019, p. 110), “o mapa proporciona à mulher construir um olhar crítico dos espaços ocupados por ela e do trabalho realizado por ela”. Para o objeto da pesquisa foi analisado apenas um mapa, desenvolvido pela agricultora no território de Bom Jardim/Agreste pernambucano em parceria com o Centro Sabiá.

Questionário semiestruturado

O objetivo do questionário semiestruturado é traçar um perfil socioeconômico e político das agricultoras agroecológicas participantes do projeto, possibilitando um aprofundamento dos demais instrumentos, uma vez que revela dados econômicos, como a renda, aspectos da comercialização e acesso a mercados, acesso a auxílios públicos ou programas sociais de transferência de renda, apresenta aspectos como o acesso à terra e posse das terras, tecnologias sociais e políticas públicas, acesso à água, entre outros. O questionário foi aplicado em parceria com as ONGs envolvidas na pesquisa; a aplicação foi realizada pelas técnicas de ATER responsáveis pelo acompanhamento das agricultoras.

A confluência de três instrumentos metodológicos potencializa a análise dos dados e possibilita um maior aprofundamento. O caráter participativo da pesquisa é fundamental para dar conta das dinâmicas territoriais e da am-

As anotações nas cadernetas se deram no período de um (1) ano, durante o ano de 2019. O processo de acompanhamento e anotação foi realizado pela assessoria técnica, que também foi responsável pela sistematização dos dados em tabelas do Excel. Ao todo, foram aprofundados os dados de quatro cadernetas; dessas, três agricultoras residem no Sertão do Pajeú, especificamente nos municípios de Afogado da Ingazeira e São José do Egito; foram assessoradas pela Casa da Mulher do Nordeste e pela Rede de Mulheres Produtoras do Pajeú. No agreste pernambucano, foi analisada uma caderneta de uma agricultora residente no município de Bom Jardim.

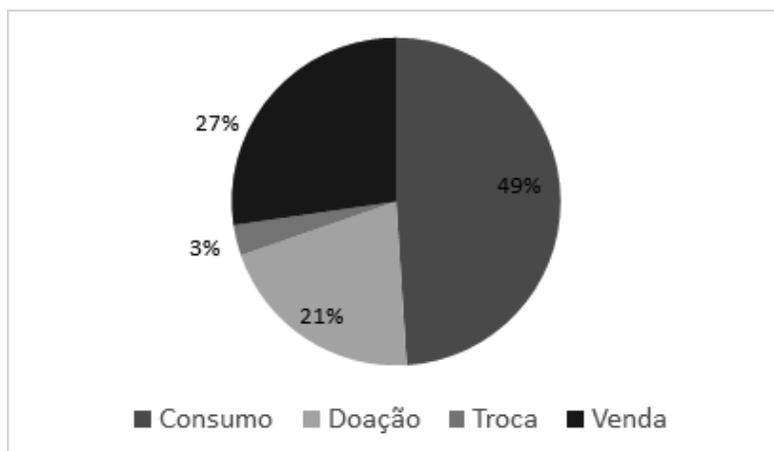
O Quadro 1 revela a quantidade de anotações de cada uma das agricultoras, nomeadas de Agricultora 1, Agricultora 2, Agricultora 3 e Agricultora 4. Juntas, as agricultoras fizeram 403 anotações na coluna Venda e 246 na coluna Consumo, totalizando 650 anotações no período de um ano. O gráfico 1 apresenta a porcentagem de anotações observadas na sistematização da pesquisa nacional “Os quintais das mulheres e a Caderneta Agroecológica na Zona da Mata de Minas Gerais e nas Regiões Sudeste, Sul, Amazônia e Nordeste: sistematização da produção das mulheres rurais e um olhar para os quintais produtivos do Brasil” na região nordeste, por coluna. A coluna consumo é responsável por mais de 50% das anotações (Alves *et al.*, 2018).

Quadro 1: Anotações das Agricultoras nas Cadernetas Agroecológicas

Cadernetas Agroecológicas – PE					
Período de 1 ano	Agricultora 1	Agricultora 2	Agricultora 3	Agricultora 4	Total
Número de Anotações – Vendas	30	5	6	362	403
Número de Anotações – Consumo	17	27	139	63	246
Valor monetário de Vendas	R\$ 852,70	R\$ 780,00	R\$ 680,00	R\$ 7.070,80	R\$ 9.383,50
Valor monetário de Consumo	R\$ 69,00	R\$ 779,60	R\$ 8.205,00	R\$ 373,00	R\$ 9.426,60

Fonte: Autoria própria.

Gráfico 1: Número de anotações por relação econômica na Região Nordeste



Fonte: Autoria própria

A quantidade de anotações nos convida a refletir sobre a produção das mulheres; temos uma média de 55 anotações ao mês, ou seja, em torno de dois produtos, derivados dos quintais produtivos, anotados por dia. Os números nos permitem visibilizar a contribuição das mulheres para a produção familiar, revelando a eficiência produtiva dos quintais e os impactos positivos do trabalho exercido pelas mulheres, que, através das Cadernetas, podem agora ser visualizados e valorados. Ao olhar para os valores, as agricultoras agroecológicas movimentaram R\$ 9.383,50, durante um ano, em vendas e R\$ 9.426,60 em produtos consumidos; aqui chamamos atenção para as agricultoras 3 e 4, que apresentaram pontos bem divergentes das agricultoras 1 e 2; no caso da nº 3, o valor monetário de consumo durante um ano foi de R\$ 8.205,00, o valor monetário de venda da nº 4 foi de R\$ 7.070,83. Esses valores representam, respectivamente, 87% e 75% do total vendido e consumido.

Ao considerarmos os valores totais, teremos uma média de R\$781,96 de vendas por mês e R\$785,55 em consumo, por agricultora, como mostra a Tabela 2.

Quadro 2: Médias dos Valores de Venda e Consumo

Médias de Vendas e Consumo por Mês	
Média de Vendas por Mês	R\$ 781,96
Média de Consumo por Mês	R\$ 785,55

Fonte: Autoria própria.

Um outro aspecto analisado é a diversidade produtiva nas anotações; a tabela 3 apresenta a variedade de espécies cultivadas pela Agricultora 4, que anotou 30 culturas diferentes oriundas do seu quintal produtivo. Isso revela que, apesar das mulheres sofrerem os impactos do patriarcado na divisão da terra e das áreas produtivas, nos espaços de autonomia das mulheres agricultoras, o quintal produtivo é composto por uma grande variedade de espécies. As anotações revelam também o beneficiamento de alguns produtos, como doces, queijos, bolos, manteiga, polpas e outros.

Quadro 3: Diversidade produtiva da agricultora 4

Diversidade Produtiva – Agricultora 4	
	Produtos
1	Rúcula
2	Cebolinha
3	Couve
4	Coentro
5	Maxixe
6	Espinafre
7	Salsa
8	Capim Santo
9	Quiabo
10	Cenoura
11	Azeitona
12	Feijão Verde
13	Galinha
14	Ovos
15	Alface
16	Laranja
17	Rabanete
18	Batata doce
19	Mamão
20	Milho
21	Pimentão

22	Limão
23	Beterraba
24	Nabo
25	Tomate
26	Laranja Mimo
27	Cebola
28	Jerimum
29	Berinjela
30	Acerola

Fonte: Autoria própria.

Outro aspecto importante a ser considerado é referente ao número de anotações, pois as Agricultoras 3 e 4 apresentam uma quantidade maior que as demais. A agricultora 3 anotou 139 itens na coluna consumo, ou seja, 56% das anotações totais, enquanto a agricultora 4 anotou 362 itens na coluna venda, o que representa aproximadamente 90% das anotações de vendas. Essa pode ser uma explicação para a diferença em valores monetários maiores das duas agricultoras em relação às agricultoras 1 e 2. Outra explicação está relacionada ao tipo de produto, onde aparecem com frequências anotações de animais para consumo e produtos beneficiados.

As explicações demonstram o potencial produtivo dos quintais, tanto para a preservação da biodiversidade pelas mulheres quanto para a contribuição econômica das agricultoras agroecológicas para a unidade familiar. Isso reforça a necessidade de repensar um modelo econômico que permita às mulheres serem reconhecidas pelo seu trabalho; os resultados apresentados contribuirão para um aprofundamento nas teorias do feminismo, da economia feminista e da agroecologia.

2. Questionário socioeconômico semiestruturado

O questionário semiestruturado é um método de pesquisa bastante utilizado para traçar perfis, revelar opiniões e crenças, entre outros aspectos. A equipe técnica das organizações parceiras foi responsável pela aplicação dos questionários de forma presencial, na residência das agricultoras. O questionário trouxe alguns eixos: informações da agricultora, informações da propriedade familiar, acesso à água e bens naturais, acesso a políticas públicas, acesso

a mercados, organização econômica e fonte de renda, conhecimentos sobre agroecologia e feminismo.

Os dados de propriedade das terras no Brasil refletem as desigualdades de gênero; no país, apenas 19% dos estabelecimentos rurais são de mulheres. A pesquisa revela que, entre as agricultoras entrevistadas, apenas uma delas tinha a posse da terra; cabe destacar que 100% delas declaram ser casadas. A única agricultora que tem a posse da terra em seu nome conseguiu acessá-la através dos assentamentos de reforma agrária. Esses dados são frutos da desigualdade histórica no acesso à terra no Brasil constituído por latifúndios e sem um plano de Reforma Agrária. Também há as relações patriarcais estabelecidas e materializadas na divisão sexual do trabalho, que historicamente coloca as mulheres no lugar dos cuidados e distantes das decisões políticas e de poder.

A divisão sexual do trabalho é responsável também por retirar as mulheres da esfera pública; isso incluiu os processos educacionais. Os dados revelam que 75% das mulheres não terminaram o ensino fundamental I, que corresponde do 2º ao 5º ano, e apenas uma agricultora terminou o ensino médio. Os dados dialogam com o último Censo Agropecuário de 2017, que aponta que apenas 44% das agricultoras no Brasil concluíram o ensino fundamental. Também dialogam com os dados do último censo, onde 53% das/os produtoras/es rurais se autodeclararam negros. Entre as agricultoras entrevistadas, 75% se declaram pretas ou pardas.

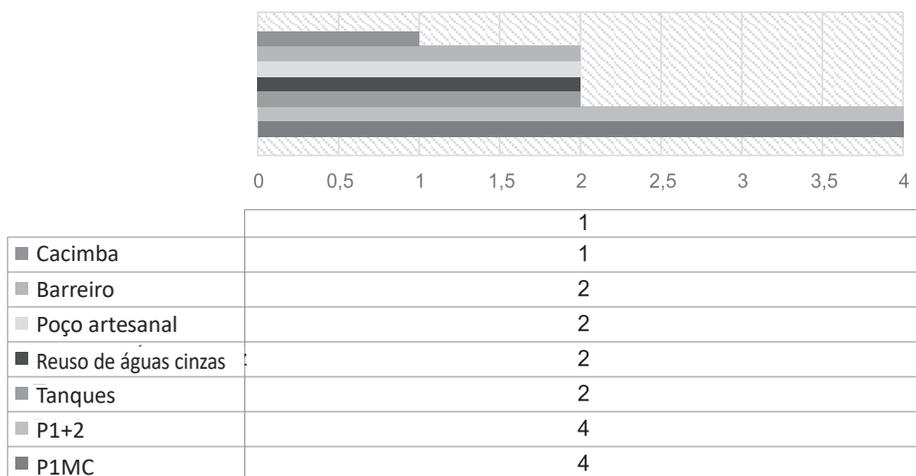
O clima das microrregiões do Agreste e do Sertão é semiárido, fazendo com que a região enfrente longos períodos de seca e dificuldades no acesso à água. O Gráfico 1 demonstra a diversidade de formas constituídas para o acesso à água, incluindo políticas públicas e tecnologias sociais, entre eles métodos tradicionais de armazenagem de água, como cacimba, barreiro, poço etc. O trabalho de assistência técnica contribuiu para o acesso a políticas importantes de acesso à água como o programa de cisternas de primeira água (P1MC)² e segunda água (P1+2)³, amplamente difundidas pela ASA – Articulação para Semiárido Brasileiro. Também temos tecnologias sociais, como o Reuso de

² O Programa Um Milhão de Cisternas foi desenvolvido pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no início dos anos 2000. O objetivo foi atender a demanda mais básica da vida humana: água potável para beber. Mais informações sobre o programa através do link: <<https://www.asabrasil.org.br/acoeps/p1mc>>.

³ O Programa Uma Terra e Duas Águas também foi criado pela ASA no ano 2007, com o intuito de garantir água para produção de plantas e pequenos animais. Para mais informações sobre o programa, acessar o link: <<https://www.asabrasil.org.br/acoeps/p1-2>>.

águas cinzas⁴, muito difundido pela Casa da Mulher do Nordeste, sobretudo no sertão do Pajeú.

Gráfico 2: Acesso à água

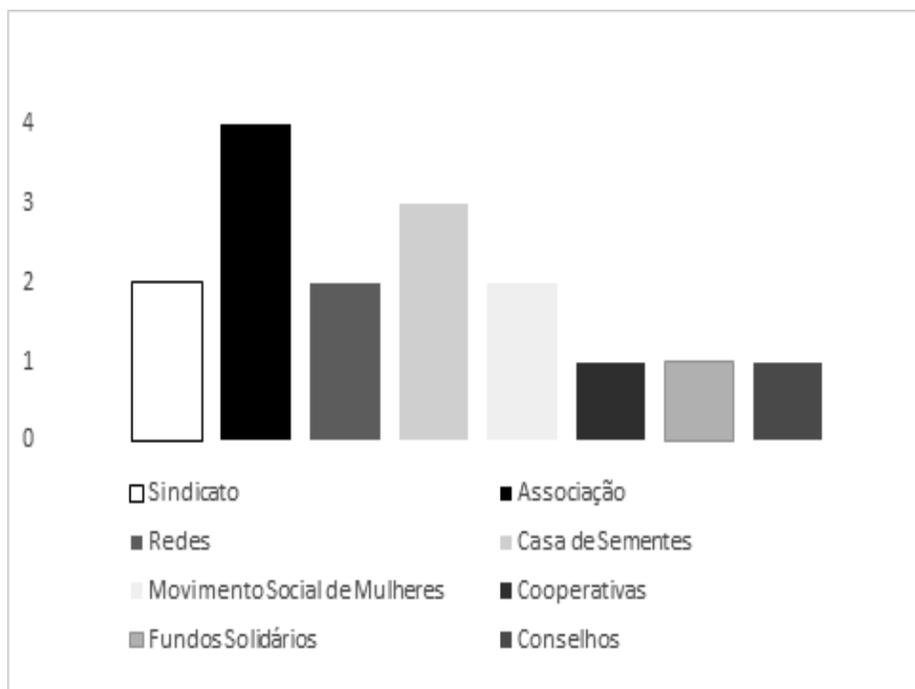


Fonte: Autoria própria.

O trabalho de assessoria técnica contribuiu para o desenvolvimento de políticas específicas para mulheres, incluindo a própria assistência técnica com a chamada ATER Mulher, desenvolvida a partir da articulação de ONGs, movimentos sociais, intelectuais e da organização política das agricultoras agroecológicas. O gráfico 2 compreende os lugares de organização e participação social, sendo importante destacar que 100% das agricultoras entrevistadas participam de associações comunitárias e 75% participam de Casas de Sementes comunitárias. Em contrapartida, apenas uma delas participa de conselhos. A participação das mulheres em sindicatos e em Movimento de Mulheres é de 50%.

⁴ A Casa da Mulher do Nordeste tem desenvolvido o Projeto Mulheres na Caatinga desde 2015; entre as tecnologias sociais está o Reuso de Águas Cinzas, como forma de garantia de segurança hídrica voltada para a produção de alimentos. A metodologia da construção é feita com intuito de capacitar as agricultoras a serem multiplicadoras e hoje elas são referências para partilha de experiências. Para conhecer a tecnologia, acessar o link do vídeo do passo a passo elaborado pela Casa da Mulher do Nordeste: <<https://www.youtube.com/watch?v=8aiDumZ4XpI>>.

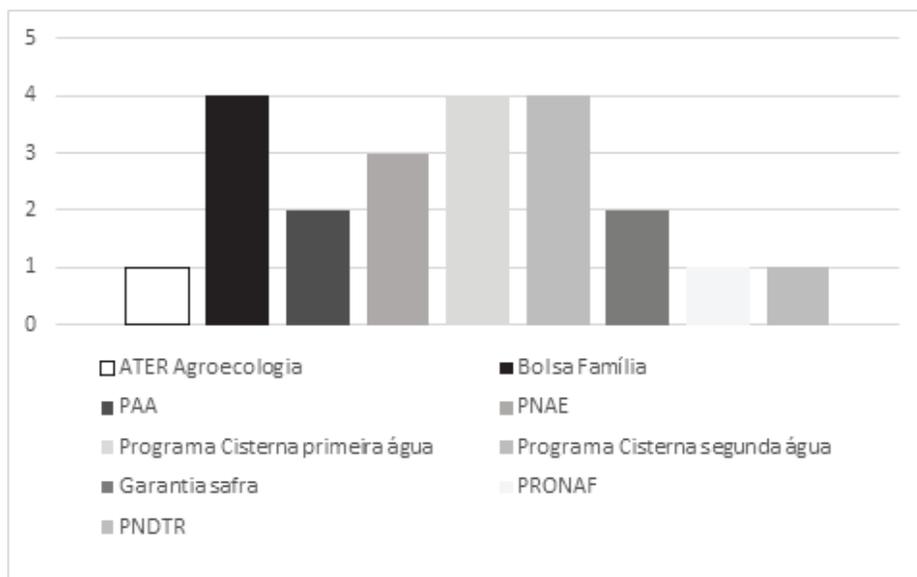
Gráfico 3: Participação social das agricultoras



Fonte: Autoria própria.

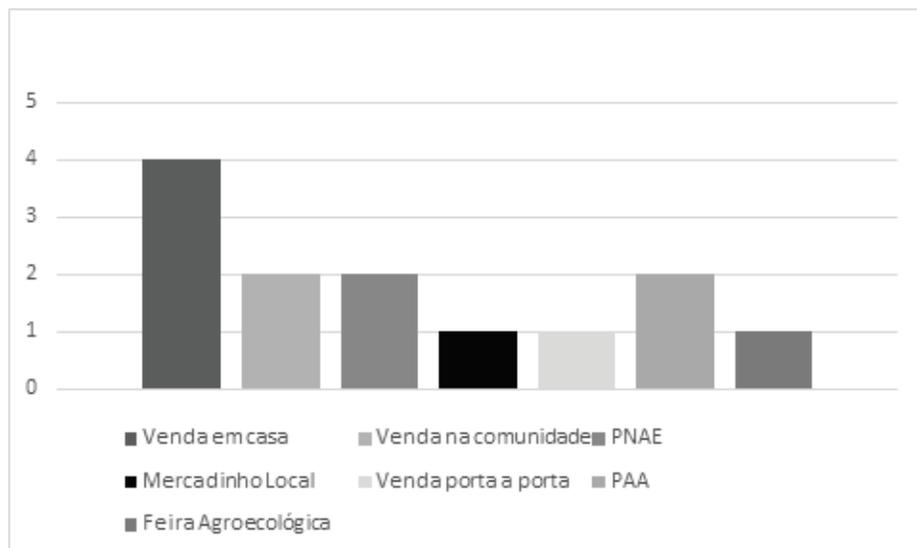
A organização política e social das agricultoras contribuiu para que as mulheres alcançassem a esfera pública e as políticas públicas, com a garantia de um olhar específico para a realidade delas, gerando autonomia, sobretudo nos quintais produtivos, onde as mulheres têm o poder de decisão na utilização dos recursos e do dinheiro da comercialização dos produtos oriundos dos seus quintais. No gráfico 3, temos a demonstração das políticas públicas acessadas pelas mulheres entrevistadas. Já o gráfico 4 é a demonstração do acesso a mercados por essas mulheres.

Gráfico 4: Acesso a políticas públicas



Fonte: Autoria própria.

Gráfico 5: Acesso a mercados



Fonte: Autoria própria.

Quanto ao acesso a mercados, todas as mulheres realizam vendas em casa; não por acaso esse é o mercado mais acessado por elas, sendo o mais fácil de conciliar com o trabalho dos cuidados, que inclui as atividades domésticas como o cuidado com filhos e com o preparo das refeições da família. Poderíamos considerar o mesmo para 75% das agricultoras que realizam a venda na comunidade. Chamamos atenção para o acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 75% das mulheres acessam essa política tão impactante para agricultura familiar.

Os dados obtidos a partir dos questionários apresentam um panorama da realidade das agricultoras familiares, permitindo uma análise quantitativa e qualitativa, expressando dificuldades enfrentadas por elas. Os dados também revelam a importância de processos de construção coletiva, apresentando elementos transformadores, como o impacto positivo gerado pela ação da assessoria técnica e aspectos formativos obtidos através da organização político-social das mulheres.

3. Mapa da agrobiodiversidade

Compreendendo os Mapas como instrumento fundamental no processo e com potencialidades diversas, buscou-se observar, nos Mapas, elementos que permitissem fundamentar os processos construídos durante o projeto de pesquisa e fortalecessem as pautas que envolve a participação econômica, política e produtiva das mulheres. Essa participação se refere à Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional, à Divisão Sexual do Trabalho, ao acesso a mercados, à preservação da biodiversidade, ao acesso a tecnologias sociais, à construção do conhecimento agroecológico, ao uso da terra e do território, entre outros.

Levaram-se em consideração alguns indicadores, como: (I) A separação dos espaços da propriedade pela divisão sexual do trabalho, com o intuito de revelar os espaços protagonizados pelas mulheres na Unidade Familiar; (II) O detalhamento da biodiversidade presente no Mapa, com os desenhos mais nítidos e legendas que aproximam a compreensão da realidade; (III) As diferentes concepções de quintais ao longo das regiões, apresentando diferenças geográficas e produtivas; (IV) Acesso às tecnologias sociais.

Figura 4: Desenho da agrobiodiversidade no município de Bom Jardim (Agreste)



Fonte: Acervo da autora.

O mapa construído pela agricultora agroecológica do Agreste pernambucano, assessorada pelo Centro Sabiá, localiza-se em área de caatinga, com clima semiárido. O desenho é uma leitura única e traz a percepção da mulher do seu agroecossistema familiar. O desenho retrata a divisão da produção nos espaços, podendo reconhecer-se o SAF, o quintal e o roçado, e dando a dimensão geográfica da divisão sexual do trabalho na unidade produtiva. O mapa contribui para uma observação da diversidade de espécies presentes no quintal, bem como as tecnologias sociais de que as agricultoras dispõem. Na Figura 4 é possível observar as cisternas de primeira (P1MC) e segunda (P1+2) água, bem como a criação de animais e algumas culturas produzidas na área.

Laetícia Jalil e coautoras (2019) explicam que “[...]a construção do mapa parte de questões geradoras, os dados trazidos pelos mapas permitem reconhecer o olhar e os sentidos que as mulheres têm do espaço”. Essa contribuição possibilita que as agricultoras reflitam sobre o seu lugar e sua importância no agroecossistema, bem como contribui para uma valorização do trabalho delas, uma vez que elas passam a reconhecer sua contribuição para a garantia da sobrevivência da família.

Conclusão

O artigo é uma contribuição da pesquisa de Iniciação Científica – PIBIC CNPq, desenvolvida durante o ano de 2020. A pesquisa contribuiu para trazer luz à importância do trabalho das mulheres para a reprodução da vida.

As cadernetas agroecológicas figuram como um instrumento metodológico com capacidade de revelar e reforçar discussões difundidas com a teoria da Divisão sexual do trabalho, mas, sobretudo, a importância de produzir alimentos voltados para o consumo familiar e o papel das mulheres para a preservação da agrobiodiversidade. O fato da caderneta representar monetariamente essa produção chama atenção para o impacto econômico do trabalho das agricultoras. Os dados apontaram uma média de R\$ 785,55 em produtos consumidos, um valor maior do que a cesta básica em algumas cidades; se compararmos com a capital pernambucana, a cesta básica custa em média R\$ 472,00 segundo dados do DIEESE (2021). Essa produção impacta positivamente na vida das famílias; contudo, os dados apontaram que algumas desigualdades de gênero ainda atravessam as vivências dessas agricultoras e de todas as mulheres. A relação patriarcal deixa a divisão da propriedade desigual, restando às mulheres se reinventarem em seus quintais produtivos.

A confluência dos instrumentos metodológicos possibilitou uma reflexão mais aprofundada da realidade das agricultoras agroecológicas; os elementos trazidos com o mapa da agrobiodiversidade são reveladores, uma vez que é praticamente uma leitura pura, única, do olhar e dos sentimentos das mulheres. Nele estão contidos elementos do cotidiano e que possuem memória afetiva para elas.

O artigo põe à luz a contribuição econômica das mulheres para a preservação da agrobiodiversidade e para a reprodução da vida, cumprindo com o objetivo de visibilizar e valorar a produção das mulheres. Também se questionam aspectos sociais que enraízam desigualdades estruturantes e aspectos econômicos que colocam o lucro acima da vida.

Referências

- ALVES, L. M.; ALVARENGA, C.; CARDOSO, E.; CASTRO, N.; SAORI, S.; TELLES, L. *Caderneta agroecológica e os quintais: Sistematização da produção das mulheres rurais no Brasil*. Minas Gerais: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, 2018.
- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *PNAD Contínua 4º trimestre*. Disponível em <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=destaques>>. Acesso em: mar. 2022.
- BRASIL. IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Agropecuário 2017: resultados definitivos*. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. Disponível em: <ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?t=destaques>. Acesso em: abr. 2019.
- BRASIL. DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS ECONÔMICOS. *Banco de Dados Cesta Básica de Alimentos*. São Paulo, 2021. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/cesta/>>.
- CARDOSO, E.; JALIL, L.; ALVARENGA C.; WEITZMAN, R. *Guia metodológico da caderneta agroecológica*. Recife: FIDA, 2019. 38 p.
- FARIA, N. Economia feminista e agenda de luta das mulheres no meio rural. In: BUTTO, Andréa (org.). *Estatísticas Rurais e Economia Feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres*. Brasília: MDA, 2009.
- FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola. *Cadernetas agroecológicas e as mulheres do semiárido de mãos dadas fortalecendo a agroecologia: resultados do uso das cadernetas nos projetos apoiados pelo FIDA no Brasil de agosto de 2019 a fevereiro de 2020*. Salvador, FIDA, 2020.
- JALIL, L. Experiência do projeto/processo ater, feminismo e agroecologia na construção do conhecimento: caminhos epistêmicos e saberes políticos coletivos. In: JALIL, Laetícia Medeiros; ESMERALDO, Gema Galgani Silveira Leite; OLIVEIRA, Maria do Socorro de Lima (org.). *Rede feminismo e agroecologia do Nordeste*. 1. ed. Recife: Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste, 2017. p. 23-38.
- JALIL, L.; SILVA, L. C.; OLIVEIRA, J. Cadernetas Agroecológicas: A contribuição das mulheres para a soberania e segurança alimentar e conservação da Agrobiodiversidade. *Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, Recife, p. 98-125, 2019.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *Caderno n° 3 da Coordenadoria Especial da Mulher: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres: Desafios para as Políticas Públicas*, São Paulo, 2003.
- OXFAM. *Relatório Tempo de Cuidar*. São Paulo, 2020. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>>.

PACHECO, M. E. L. Agricultura Familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero. In: *Perspectivas de Gênero: Debates e questões para as ONGs*. Recife: GT Gênero. Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO Gênero e Cidadania, p. 20, 2002.

PINILLA, N. *Mulheres Rurais, Feminismo e Agroecologia: Um Olhar Sobre os Quintais no Sertão do Pajeú – PE*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural e Desenvolvimento Local, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2019.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D. R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 123-139, maio/ago. 2016.

Suicídio e trabalho na fumicultura: o caso do Vale do Rio Pardo, RS¹

*Laila Mayara Drebes
Joel Orlando Bevilaqua Marin*

Introdução

O Vale do Rio Pardo, estado do Rio Grande do Sul, é considerado tanto nacionalmente quanto internacionalmente como centro socioeconômico da fumicultura, por concentrar as atividades de produção e de processamento do fumo. Além disso, o local também vem chamando a atenção pela recorrência de casos de suicídios.

De acordo com dados da Secretaria Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul (SESRS, 2018), o Vale do Rio Pardo se mantém continuamente entre as áreas de maiores índices suicidas do estado, com cerca de 17,2 suicídios a cada 100.000 cidadãos: esse índice é quase duas vezes maior que o índice de suicídios do Rio Grande do Sul e três vezes maior que o índice do Brasil. Contudo, muitas vezes, essas mortes são compreendidas por meio de um olhar naturalista, que as enquadra como meras fatalidades, sem colocar em questão as condições sociais encontradas nesse universo que conduzem os indivíduos a contrariar a mais fundamental das normas sociais, que é viver. Dentre as inúmeras condições sociais relevantes no entendimento dos casos de suicídio do Vale do Rio Pardo, vale trazer à tona a questão do trabalho, pois, a partir dele, os indivíduos se reconhecem como seres inseridos na sociedade. Dessa maneira, os olhares voltam-se à fumicultura: como o trabalho na fumicultura se relaciona com a ocorrência de tantos suicídios no Vale do Rio Pardo?

Assim, este estudo tem como intuito analisar as relações entre suicídio e trabalho na fumicultura do Vale do Rio Pardo, no Rio Grande do Sul. Os dados do estudo de caso foram coletados até a saturação por meio de entrevistas semiestruturadas com agentes sociais vinculados à fumicultura e conhece-

¹ A pesquisa foi apoiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Brasil, Código de Financiamento 001.

dores dos casos de suicídios de fumicultores, sendo complementados com pesquisa bibliográfica e pesquisa documental.

A fim de recobrir as diferentes facetas das relações entre suicídio e trabalho na fumicultura, o estudo foi dividido em mais cinco seções. Na primeira, concentramo-nos em construir um arcabouço teórico para pensar sobre as relações entre suicídio e trabalho, aproximando-nos da realidade dos fumicultores. Na seção seguinte, analisamos as condições de trabalho na fumicultura e sua relação com o desenvolvimento de enfermidades físicas e mentais capazes de desencadear suicídios. Na terceira seção, analisamos a organização social do trabalho na fumicultura por meio do sistema integrado de produção e o sofrimento que tal sistema causa aos fumicultores, podendo atuar como estímulo à ocorrência de suicídios. Na quarta seção, concentramo-nos em compreender de que modo as representações sociais construídas pelas políticas públicas sobre a fumicultura contribuem para a desvalorização do trabalho de tais agricultores, podendo, também, atuar como motivação para a ocorrência de suicídios. Nas considerações finais, por fim, sintetizamos as principais descobertas do estudo referente às relações entre trabalho e suicídio no âmbito da fumicultura do Vale do Rio Pardo.

Suicídio e trabalho: origem e evolução dos estudos sobre suicídios de agricultores

Embora, ainda no século XIX, o sociólogo francês Durkheim (2014), em seu famoso estudo “O suicídio: estudo de Sociologia”, tenha elaborado teorizações sucintas sobre a vinculação entre as condições de trabalho e os casos de suicídios de trabalhadores no comércio e na indústria, até recentemente, os estudos científicos concentraram-se em averiguar as relações existentes entre ausência de trabalho e suicídio, considerando os sofrimentos sociais experienciados por trabalhadores desempregados.

Contudo, Mishara e Tousignant (2004), em revisão sobre as teorias de suicídio, além de corroborarem a existência de um consenso entre os estudiosos do assunto a respeito de como os índices suicidas aumentam diante do desemprego, também chamaram a atenção sobre a ocorrência de suicídios de trabalhadores como estratégia de encerramento dos sofrimentos resultantes de condições de trabalho adversas. Nesse sentido, Dejours e Bègue (2009), ao estudarem a realidade francesa, afirmaram que, embora seja possível compreender que a morbidade psiquiátrica e os gestos suicidas sejam frequentes nas populações afetadas pelo desemprego, é inquietante notar que o suicídio também vem sendo acionado como uma solução para os problemas de trabalho entre aqueles que possuem emprego.

Ainda de acordo com Dejours e Bègue (2009), os estudos sobre as prováveis correspondências entre trabalho e suicídio começaram a ser desenvolvidos somente no curso da década de 1990, em razão do crescimento dos casos de suicídios de trabalhadores nas indústrias e nos serviços. No decorrer dos anos 2000, tal assunto veio à tona devido a inúmeros suicídios de trabalhadores efetuados nos ambientes de trabalho de renomadas companhias, como *Carrefour*, *Électricité de France*, *France Telecom*, *Peugeot* e *Renault*. Os casos desencadearam intensas reações da imprensa e da população, solicitando auxílio do poder público e das próprias companhias para sua prevenção. Contudo, segundo Dejours (2005), na França, muito antes disso, sabia-se da elevada ocorrência de suicídios nas propriedades rurais, vinculados às ocupações agrícolas. Na visão de Dejours e Bègue (2009), os suicídios nos ambientes de trabalho acontecem nos mais diferenciados meios sociais e envolvem os mais variados trabalhadores, inclusive os agricultores.

Conforme Deffontaines (2014), por outro lado, no âmbito científico, essa temática só ascendeu efetivamente em 2009, com os suicídios de incontáveis pecuaristas de leite no continente europeu, atrelados aos sofrimentos derivados das contrariedades socioeconômicas impostas aos agricultores integrados nessa atividade produtiva. Desde então, cresceram as matérias nos meios de comunicação sobre casos de suicídios de agricultores. Segundo Jacques-Jouvenot e Laplante (2009, p. 61, tradução nossa), considerando-se o referido contexto francês, “a literatura científica e as mídias evocam seguidamente o mundo agrícola como um dos grupos sociais mais marcados pelo suicídio”.

Já no Brasil, referente à relação entre trabalho e suicídio, as pesquisas se mostram concentradas sobre a realidade dos bancários, dos médicos e dos policiais, enfatizando sofrimentos e tensões vivenciados no desempenho de tais ocupações (SANTOS, SIQUEIRA e MENDES, 2010; MINAYO, ASSIS e OLIVEIRA, 2011; BARBOSA *et al.*, 2012). Embora os escassos e raros estudos sobre os suicídios de agricultores, certos autores vêm mostrando o incremento do índice suicida entre os fumicultores (FALK *et al.*, 1996; ALMEIDA, 2005; FARIA *et al.*, 2014b; MENEGHEL, CECCON e HESLER, 2012; CASTRO; MONTEIRO, 2015; RIBEIRO; IKUTA, 2015).

Dessa maneira, Meneghel, Ceccon e Hesler (2012), ao estudarem os casos de Candelária, São Lourenço do Sul e Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul – municípios caracterizados pela colonização germânica e pela agricultura familiar dedicada à fumicultura –, encontraram numerosas ocorrências de enforcamentos no entorno das residências, normalmente no interior das rústicas construções reservadas a secar e a estocar as folhas de fumo.

De maneira semelhante, também encontramos relatos de enforcamentos de fumicultores nos “galpões de fumo”, isto é, de suicídios de trabalhadores transcorridos em seu ambiente de trabalho. No contexto estudado, onde a fumicultura se concentra no cultivo de variedades de fumos de estufa, essas construções também eram denominadas de “paióis de fumo” ou ainda “fornos de fumo”. A recorrência do enforcamento nesse ambiente de trabalho foi resumida no relato de um fumicultor entrevistado: “O método é a corda. Corda e galpão. No galpão, ou no forno de fumo, que fica dentro do galpão” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida, em 14/07/2017).

Relatos coletados no universo de análise evidenciam essa recorrência: “Quando a gente chegou lá, já tava feito. Tava num canto do galpão de fumo. Eu ainda cortei a corda, mas não adiantava mais” (Adão, 75 anos, sogro de fumicultor suicida, em 13/07/2017); “Eu fiz a volta pelo lado do forno e daí eu vi ele: tava sentado no chão, as pernas reto pra frente, a cabeça encostada naquela coisa que a gente colocava o fumo antes de botar no forno assim, a cabeça encostada, como se ele tava dormindo. Só que amarrado lá em cima, naqueles sacos pra fazer feixe de fumo na lavoura” (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor suicida, em 13/07/2017).

Para os autores franceses Dejourns e Bègue (2009), os suicídios de trabalhadores em seus ambientes de trabalho, como os casos narrados nos dois parágrafos anteriores, são derivados das restrições, normalmente sociais, encontradas no trabalho (e não somente naturais, isto é, biológicas, físicas e químicas). Nessa visão, as relações sociais no trabalho, isto é, os meios como o trabalho é estruturado e executado, reverberam severamente sobre o trabalhador e necessitam ser cuidadosamente consideradas nos casos de suicídio. Os estudiosos acrescentam, ainda, como o trabalho é relevante na construção e na estabilização da identidade do indivíduo e até mesmo na conservação da sua saúde.

Ainda conforme Dejourns e Bègue (2009), suicídios de trabalhadores transcorridos em seus ambientes de trabalho – como os encontrados em nosso universo de análise – são um método adotado com o intuito de exteriorizar o sofrimento vivenciado no trabalho. Dessa maneira, o suicídio consiste em um recado violento às comunidades de inserção dos trabalhadores, manifestando como o trabalho esteve em causa nessa morte. Em razão dessa constatação, Dejourns (2005) reiterou a necessidade de se considerar as relações sociais no trabalho diante da ocorrência de suicídios de trabalhadores. Conforme o autor, “estes suicídios certamente indicam uma desestruturação das relações sociais no trabalho. [...] eles assinalam, por sua mera aparição, uma evolução deletéria que afeta todos aqueles que trabalham, e não apenas os mortos” (DEJOURNS, 2005, p. 55, tradução nossa).

Ainda, na visão de Dejours e Bègue (2009), o número de suicídios de trabalhadores no ambiente de trabalho não é relevante na sua determinação enquanto problema social, sendo um único suicídio suficiente para delatar sérios problemas nas relações sociais no trabalho, afetando toda a comunidade trabalhadora e não somente os que apresentam ideações, tentativas ou suicídios efetivos. Também Werlang (2013), em estudo realizado no Rio Grande do Sul, ressaltou que não se trata de números, pois, quando um único agricultor comete suicídio em virtude da precariedade de suas condições de trabalho, isso é um indício do estado de sofrimento encontrado na agricultura de maneira generalizada.

Essas constatações científicas contradizem a recorrente afirmação dos agentes vinculados às agroindústrias fumageiras, em nosso universo de análise, de que o número de suicídios de fumicultores não é significativo e que, em não sendo um problema generalizado, não se constitui em verdadeiro problema social: “Na verdade, pra mim, particularmente, não chamam atenção os casos de suicídio de fumicultores, porque é um número que não é tão expressivo, ocorre esporadicamente” (Neivaldo, 65 anos, representante de entidade vinculada aos fumicultores, em 25/05/2017).

Diante disso, nas próximas seções, iremos discorrer sobre as diferentes relações sociais e condições de trabalho vigentes na fumicultura e ponderar sobre como se vinculam com os casos de suicídio em propriedades rurais do Vale do Rio Pardo.

As condições de trabalho e as enfermidades físicas e mentais dos fumicultores

No universo do Vale do Rio Pardo, a fumicultura é reconhecida como um trabalho “braçal”, “pesado” e “penoso”, em referência às condições de trabalho da atividade. Como destacou um entrevistado: “O trabalho ainda é bastante manual, e por isso a penosidade é um pouco maior neste cultivo do que em outros” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco, em 16/05/2017). Normalmente, a fumicultura é desenvolvida em pequenas propriedades rurais, de relevo acidentado, impedindo totalmente ou parcialmente a mecanização do processo produtivo. A maior parte da atividade, desde a semeadura até a colheita, incluindo a posterior secagem, é realizada manualmente pelos agricultores. Logo, a fumicultura impõe condições ergonômicas adversas, desencadeadoras de múltiplas enfermidades físicas entre os fumicultores.

Entre esses trabalhadores, são comuns casos de artrites, artroses, dorsalgias, lombalgias etc., em virtude, principalmente, do esforço físico das ativida-

des manuais. Assim, em muitos relatos, os fumicultores foram adjetivados como “judiados”, termo utilizado no sentido de maltratados, sofridos: “Olha, claro, a gente percebe que pessoas que trabalham na roça hoje são bastante judiadas” (Claudir, 48 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida, em 14/07/2017); “Os fumicultores são muito judiados: não tem um que não tenha alguma dor” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores, em 17/05/2017).

Além disso, os entrevistados também ressaltaram a insalubridade das atividades da colheita e da secagem das folhas de fumo: a colheita, devido à constante exposição aos raios solares e à nicotina das folhas; a secagem, devido à necessidade de conduzir os fornos de fumo dia e noite, interferindo no descanso dos fumicultores. Nesse mesmo sentido, chamaram atenção as apreciações sobre a aparência e a saúde física dos fumicultores. Devido à exposição climática e aos esforços físicos extenuantes, na percepção de agentes mediadores do desenvolvimento rural, tais agricultores apresentam uma aparência envelhecida: “Normalmente, os fumicultores têm a cara muito sofrida, isso não diz nada em termos científicos, mas é impressionante como as pessoas são envelhecidas, uma cara sofrida demais” (Jane, 37 anos, extensionista rural, em 16/05/2017); “Muitos deles vão chegar lá na idade da sua aposentadoria e já vão estar com as suas condições físicas extremamente esgotadas, pelo fato do trabalho excessivo. É um trabalho duro, árduo” (Simone, 39 anos, extensionista rural, em 13/06/2017).

Perante essas constatações, a perda precoce da capacidade de trabalho dos fumicultores pode funcionar como estímulo ao suicídio, pois esses trabalhadores se reconhecem como agentes sociais pelo trabalho na fumicultura. Minayo, Meneghel e Cavalcante (2012), em estudo conduzido no Brasil, que incluiu, na sua amostragem, áreas de fumicultura na região Sul, notaram vínculos entre problemas físicos de saúde, perda da capacidade de trabalho e suicídios, principalmente em indivíduos do sexo masculino. Contudo, talvez o maior agravante das condições de trabalho dos agricultores na fumicultura se refira ao uso de agrotóxicos, principalmente pela combinação de duas características da aplicação de agrotóxicos na fumicultura: a pulverização costal e os grupos químicos e classificações toxicológicas dos produtos pulverizados, que maximizam os riscos de intoxicações dos fumicultores quando em comparação com trabalhadores de outras atividades agrícolas.

Os pulverizadores costais, ou ainda pulverizadores *back-pack*, são um equipamento constituído basicamente por um tanque conectado a uma bomba manual. O tanque é carregado nas costas do fumicultor, com auxílio de faixas suspensórias, e a bomba é carregada nas mãos do fumicultor, viabili-

zando o acionamento do equipamento e a pulverização das plantas de fumo com os agrotóxicos. Assim, carregando a calda de agrotóxicos nas suas costas, o fumicultor se desloca entre os canteiros, acionando e direcionando a bomba manualmente, em contínuo movimento entre os canteiros, atravessando a nuvem de agrotóxicos. A impossibilidade de utilizar pulverizadores acoplados ou ainda pulverizadores autopropelidos na fumicultura – por meio dos quais o fumicultor estaria mais distante da calda e da nuvem de agrotóxicos – deve-se às condições topográficas das áreas de cultivo, normalmente reduzidas e acidentadas, sendo pouco propícias à mecanização.

Também é necessário enfatizar as características referentes aos grupos químicos e às classes toxicológicas dos agrotóxicos recomendados pelos técnicos das agroindústrias para uso na fumicultura. Entre os grupos químicos, os inseticidas carbamatos e organofosforados apresentam o maior potencial de intoxicação e estudos indicam a elevada utilização destes na fumicultura (GOETHEL *et al.*, 2013).

No que tange às classes toxicológicas, os agrotóxicos são divididos em quatro classes, por níveis de toxidez, evidenciados por diferentes faixas de cores nos rótulos dos produtos: classe 1 – extremamente tóxico, faixa vermelha; classe 2 – altamente tóxico, faixa amarela; classe 3 – medianamente tóxico, faixa azul; e classe 4 – pouco tóxico, faixa verde. Diante disto, dos 108 agrotóxicos aprovados para uso na fumicultura, 43 pertencem à classe 1 (39,8%), 13 à classe 2 (12,0%), 33 à classe 3 (30,6%) e 19 à classe 4 (17,6%), o que evidencia que a maior parte deles é considerada extremamente tóxica (BRASIL, 2019).

Diante dessa realidade, a não utilização do equipamento de proteção individual (boné árabe, viseira, respirador, jaleco, avental e calças impermeáveis, luvas e botas de borracha) maximiza os riscos de intoxicação dos fumicultores, dadas as características da tecnologia de pulverização e dos produtos aplicados. Todavia, de acordo com os entrevistados, os fumicultores não costumam utilizar os equipamentos de proteção individual, sobretudo, devido ao desconforto térmico: “É muito quente, pra usar tudo é muito calor. É tipo um plástico e aí tudo fechado, cruze. Eu já não gosto muito de calor, daí ainda usar essa roupa, não entra nenhum arzinho no corpo” (Martina, 50 anos, viúva de fumicultor suicida, em 13/07/2017).

Faria, Fassa e Meucci (2014a) analisaram as 558 microrregiões brasileiras e concluíram que, nas microrregiões com maior uso de agrotóxicos e maior incidência de casos de intoxicação de agricultores, ocorreram taxas de suicídio mais elevadas. As preocupações estão centradas sobre os distúrbios neurológicos desencadeados pela exposição a certos agrotóxicos, aumentando a ocorrência de suicídios. Em outro estudo, Faria *et al.* (2014b) sublinharam a exis-

tência de grande risco associado à fumicultura, considerando o volume, a recorrência e a toxicidade dos agrotóxicos utilizados.

Como destacado no estudo de Drebes (2017), intoxicações desencadeadas pela imprudência na aplicação dos agrotóxicos, como é o caso da não utilização dos equipamentos de proteção individual, resultam em efeitos neurotóxicos sobre os agricultores, isto é, agredem o sistema nervoso e podem gerar ideações suicidas, muitas vezes, provenientes de enfermidades mentais como a depressão. Entre os fumicultores do Vale do Rio Pardo, os casos de depressão são numerosos, ressaltados pela crescente medicalização, como mostram os depoimentos de diferenciados agentes sociais atuantes no Vale do Rio Pardo: “Mas depressão tem muito, tem muito. Tanto mulheres, quanto homens. Tem bastante” (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores, em 28/06/2017); “A depressão é uma coisa que a gente vê aumentando muito no próprio interior também” (Lair, 62 anos, padre católico, em 29/06/2017); “Olha, quando eu comecei a trabalhar 13 anos atrás, nem eu sabia o que era um antidepressivo, nem as pessoas. Hoje de cada dez famílias, uma ou duas que não usam. Alguém da família usa, se não todos” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores, em 17/05/2017).

As condições de trabalho na fumicultura esmiuçadas nesta seção evidenciam como as características produtivas e tecnológicas dessa atividade suscitam casos de suicídios entre os fumicultores. Embora tais condições de trabalho desencadeiem a ocorrência de enfermidades físicas e mentais entre esses trabalhadores, não devem ser encaradas apenas por um viés de saúde, mas também por um viés social.

O sistema integrado agroindustrial e a dominação dos fumicultores

Para o entendimento da problemática do suicídio de agricultores familiares, é necessário olhar para as relações sociais de trabalho instituídas nos processos de integração agroindustrial da fumicultura do Vale do Rio Pardo. Assim, torna-se importante esclarecer como se objetiva a estruturação dessa cadeia produtiva, vinculando os agricultores e as agroindústrias fumageiras por meio do sistema integrado de produção.

Conforme Paulilo (1990, p. 19), em estudo desenvolvido em Santa Catarina, o sistema integrado é definido como “uma forma de articulação vertical entre empresas agroindustriais e pequenos produtores agrícolas, em que o processo de produção é organizado industrialmente, ou o mais próximo possível deste modelo, com aplicação maciça de tecnologia e capital”. Para Melz (2017), com base na experiência do Vale do Rio Pardo, o sistema integrado

consiste em um intrincado sistema de compromissos estipulados contratualmente entre os responsáveis pela produção (parte dos agricultores) e os responsáveis pelo processamento (parte das agroindústrias), visando – supostamente – a proventos para ambas as partes.

Como sintetizado no estudo de Biolchi (2003), no caso da fumicultura, cabe aos agricultores: produzir a quantidade de fumo acertada com a fumageira; utilizar os insumos recomendados pela fumageira na produção; e comercializar a produção com a fumageira contratada; em contrapartida, cabe às agroindústrias: fornecer assistência técnica aos fumicultores; repassar insumos certificados para a produção; avaliar os insumos e outros investimentos voltados à produção; custear o transporte da produção; e comprar a produção dos fumicultores contratados.

Apesar das conveniências destacadas, não há como a rentabilidade do sistema integrado ocorrer na mesma medida para os fumicultores e para as fumageiras: o sistema pode até parecer uma parceria, mas não o é, pois os interesses econômicos dos fumicultores e das fumageiras são contraditórios e concorrenciais. Em outros termos, os ganhos econômicos dos agricultores representam perdas para as agroindústrias, e vice-versa.

Em virtude disso, a rentabilidade na atividade fumageira é permeada por instabilidade, pois agricultores e agroindústrias estão em constante tensões e conflitos de interesses, visando a maiores rendimentos econômicos. Nos últimos anos, essa concorrência vem sendo cada vez mais visualizada no âmbito da fumicultura do Vale do Rio Pardo, e, muito em virtude disso, um instrutor de tabaco entrevistado afirmou: “não é mais uma integração de verdade” (Luiz, 36 anos, instrutor de tabaco e filho de fumicultores, em 28/06/2017).

Dessa maneira, não é incomum encontrar certos rótulos atrelados ao sistema integrado, como “amarração”, “enganação”, “escravidão”, “exploração”, “servidão”, ou ainda, “sujeição”, entre outras expressões reveladoras de contradições sociais e de franca desvantagem para os agricultores familiares. Os depoimentos dos entrevistados corroboram as tentativas de dominação exercidas pelas agroindústrias sobre os agricultores: “Eles [fumageiras] tratam o produtor de fumo como se fosse o escravo deles” (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida, em 14/07/2017); “A parte ruim é que nós somos o lado mais fraco [do sistema integrado]. E a corda, onde arrebenta? No produtor, no lado mais fraco. Infelizmente é assim” (Liseu, 50 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida, em 14/07/2017); “Eles pagam o que querem, porque o que o produtor vai querer com aquela folha de tabaco em casa? Vai deixar ali?” (Adelaide, 31 anos, agente de saúde e filha de fumicultores, em 17/05/2017).

No sistema integrado da fumicultura do Vale do Rio Pardo, são variados os mecanismos de dominação acionados pelas agroindústrias sobre os agricultores, perpassando por contratos de compra e venda, empréstimos financeiros, “venda casada” de insumos agrícolas, visitas técnicas de controle e fiscalização e, principalmente, controle do preço pago pelo fumo em folha.

O que acontece é que, no momento de assinatura dos contratos de integração, embora exista garantia de venda do produto, não existe garantia de preço, constituindo-se um cenário gerador de insegurança entre os fumicultores. Segundo Almeida (2005), estudando a fumicultura no Sul do Brasil, o preço a ser pago pelo fumo em folha só é definido no início de cada safra, em uma reunião de uma comissão técnica, na qual participam as agroindústrias e outras entidades congêneres. Logo, quem decide o preço que as fumageiras irão pagar para os fumicultores são as próprias fumageiras.

O preço pago pelo fumo em folha costuma variar amplamente entre safras, entre agroindústrias e até mesmo entre agricultores integrados a uma mesma agroindústria em uma mesma safra, sob argumento de conformidade com a lei da oferta e da demanda. Para Redin (2015), que analisou o sistema integrado na fumicultura de Arroio do Tigre, no Rio Grande do Sul, a lei da oferta e da demanda é considerada muito útil à dominação efetuada pelas fumageiras, pois valorizar o produto em uma safra e rebaixá-lo na outra mantém o fumicultor confiante em uma remuneração satisfatória no futuro. Esse viés foi claramente relatado nas entrevistas conduzidas no Vale do Rio Pardo: “Ano passado, eles [os fumicultores] recebiam até por aqueles cisquinhos lá que estavam em cima da lona, eles recebiam um valor bem alto. Já esse ano, eles receberam quase o valor pela melhor qualidade o que eles recebiam pelos cisquinhos no ano passado” (Celi, 57 anos, pastora evangélica luterana, em 29/06/2017).

Além disso, o preço pago pelo fumo em folha também é derivado de um sistema de classificação. Na referida reunião, a comissão técnica responsável define o preço do produto agrícola por meio de uma “tabela de preços”. No caso dos fumos de estufa, preponderantes no universo de análise, a tabela conta com 41 classificações conforme distinções de classe, subclasse, tipo e subtipo, inerentes a aspectos de posição, cor e qualidade das folhas: cada classificação resulta em um valor diferenciado pago pela agroindústria para o agricultor.

Segundo Vendrusculo (2017), em estudo sobre a fumicultura no Rio Grande do Sul, embora existam variações no preço pago pelo fumo em folha conforme a sua classificação, os fumicultores sempre reclamam do modo de classificação. Como observado no Vale do Rio Pardo, realizada a colheita e a secagem, o fumicultor procede, em sua propriedade, uma classificação prévia

do fumo em folha, seguida de uma prensagem das folhas para confeccionar os fardos de fumo. Em seguida, o fumo é transportado até a sede da fumageira. Nesse ínterim, funcionários especializados da agroindústria fazem uma nova classificação, sob a supervisão de entidades de representação dos agricultores. Define-se, então, uma previsão do valor do fumo ao agricultor. Entretanto, muitas vezes, ocorre rebaixamento na classificação do fumo, resultando, por consequência, em redução do valor do produto. Considerando-se a complexidade e a subjetividade desse sistema de classificação, muitas tensões, conflitos e disputas ocorrem entre agricultores e agroindústrias nesse momento.

Na visão de Almeida (2005), esse domínio das fumageiras na classificação das folhas é capaz de reduzir a média paga para os fumicultores ao rebaixar a classe do fumo e de definir, assim, a divisão dos lucros, privilegiando, obviamente, as agroindústrias em detrimento dos agricultores. A classificação acaba sendo uma margem de manobra para promover a distribuição de renda na atividade, determinando o próprio lucro da fumageira ao estipular o preço do produto do fumicultor. As fumageiras equilibram suas finanças sem baixar diretamente o preço previamente acertado para cada classe, e sim baixando as classes, como mencionaram os entrevistados.

De acordo com Begnis, Estivalet e Pedrozo (2007), em análise sobre os contratos de integração na fumicultura do Sul do Brasil, se o fumicultor se mostrar insatisfeito com a classificação de seu produto agropecuário pela fumageira, ele pode procurar outra fumageira para comercializar, sem sofrer penalidades. Todavia, na prática, isso não é tão fácil como parece. Se o agricultor não concordar com o pagamento oferecido pela agroindústria, ele será responsável por bancar o transporte de seu produto de volta para a propriedade ou para outra agroindústria, aumentando consideravelmente seu custo de produção, sem ter garantias de obter melhores preços do seu produto em outra agroindústria. Ademais, se optar por outra fumageira, o fumicultor terá de pagar à vista o valor correspondente ao custeio recebido no momento de assinatura do contrato com sua integradora. Existe até mesmo a possibilidade de ser compelido a pagar pela assistência técnica recebida.

Caso o agricultor não realize o acerto de suas dívidas com a agroindústria, ele será colocado em situação de inadimplência financeira e perderá o direito ao crédito na próxima safra. Nos termos utilizados pelos entrevistados, o fumicultor ficará com o “nome sujo”. Além disso, é possível que a inadimplência financeira decorra em um arresto, isto é, na apreensão dos bens do devedor como uma maneira de cobrança da dívida. Normalmente, o arresto se dá sobre o próprio fumo em folha ainda encontrado nas propriedades rurais.

Na visão de Almeida (2005) e de Vendrusculo (2017), esses vários mecanismos convergem para um endividamento programado do fumicultor em relação à fumageira, mantendo-o no sistema integrado. Nos termos de Almeida (2005, p. 150), o sistema integrado configura “uma literal cadeia produtiva, que mantém o fumicultor, em geral, endividado e subjugado”. Diante desse cenário, ouvimos inúmeros relatos sobre como os endividamentos são comuns, pois, como simplificou a viúva de um fumicultor suicida: “Às vezes dava um bom lucro, mas às vezes não. Aí tinha um monte de dívidas para pagar” (Hilde, 66 anos, viúva de fumicultor suicida, em 13/07/2017).

Vale assinalar que Peres e Neto (2018), em estudo referente às agroindústrias fumageiras no Vale do Rio Pardo, encontraram a relação entre endividamento e suicídio nos discursos de seus entrevistados. Para os fumicultores, o endividamento é uma forma de sofrimento social. Talvez o caso mais ilustrativo desse sofrimento seja o enforcamento efetuado durante um arresto no Vale do Rio Pardo em 2007. A partir desse caso, iniciaram-se ponderações sobre possíveis correspondências entre suicídio e trabalho na fumiicultura. Basicamente, consistiu no enforcamento de uma fumicultora de 61 anos que teve seus feixes de fumo confiscados devido ao endividamento com a agroindústria e cometeu suicídio no momento do confisco. De acordo com as notícias, a agricultora teria comunicado aos oficiais sobre seu suicídio se o arresto fosse efetuado, mas não foi ouvida. Assim, vendo todo o produto de seu trabalho sendo apreendido, ela enforcou-se. Diante disso, esse suicídio tornou-se um violento recado da agricultora para a agroindústria e aos demais sobre o seu sofrimento, visto que a organização social da fumiicultura por meio do sistema integrado resultou em uma violação da sua autonomia enquanto trabalhadora.

De acordo com Stock e Forney (2014), estudando a realidade rural da Suíça e da Nova Zelândia, a autonomia é constituinte relevante da identidade dos agricultores, sendo considerada, inclusive, um indicador de felicidade ao propiciar poder de decisão sobre suas vidas e seus trabalhos. Assim, observando o caso da bovinocultura de leite naquelas nações, os autores destacaram a vinculação da atividade com as agroindústrias como um atentado à autonomia dos agricultores.

Segundo Werlang (2013), em análise do caso das atividades agrícolas altamente integradas às agroindústrias no Rio Grande do Sul, a modernização é considerada causadora de um processo de precariedade social em que a violência econômica e técnica exercida sobre as famílias rurais resulta em sociopatologias. Além disso, os estudos de Mendes e Werlang (2014; 2015), sobre as áreas rurais do Rio Grande do Sul, também enfatizam que a moderniza-

ção afetou as condições de trabalho nas atividades agrícolas, não só excluindo muitas famílias rurais dos processos produtivos, como submetendo muitas ao domínio das agroindústrias, sem poder de decisão sobre suas atividades, des-cortinando a precariedade das condições de trabalho em muitas áreas rurais e a possibilidade de isso impelir a ocorrência de suicídio.

Em síntese, percebe-se que a organização social do trabalho na fumicultura por meio do sistema integrado entre as agroindústrias e os agricultores acaba por afetar o poder de decisão dos últimos sobre o processo produtivo, não só em termos técnicos, mas também econômicos. Atuando como um mecanismo de dominação, o sistema integrado causa sofrimento ao invalidar a autonomia dos agricultores, principalmente por meio do endividamento, relacionado, em maior ou menor medida, com casos de suicídio no Vale do Rio Pardo.

Convenção Quadro para o Controle do Tabaco e a contestação do trabalho dos fumicultores

Para além do esmiuçado nas seções anteriores, é necessário compreender certas representações sociais suscitadas pela Convenção Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT) sobre o trabalho na fumicultura desde a adesão do Brasil a esse documento, no ano de 2005.

A CQCT consiste em um tratado selado internacionalmente em favor da saúde com o intuito de reduzir o consumo de cigarros e congêneres e, assim, diminuir a ocorrência de doenças e até mesmo óbitos decorrentes do tabagismo. Embora o foco da CQCT se pautе sobre a redução do consumo, também tem repercussão sobre o cultivo do tabaco.

Artigo 4 – Princípios norteadores. Parágrafo 6 – Devem ser reconhecidos e abordados, no contexto das estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável, a importância da assistência técnica e financeira para auxiliar a transição econômica dos produtores agrícolas e trabalhadores cujos meios de vida sejam gravemente afetados em decorrência dos programas de controle do tabaco, nas Partes que sejam países em desenvolvimento, e nas que tenham economias em transição (BRASIL, 2011, p. 33-34).

Não obstante, também os Artigos 17 e 18 da CQCT tratam da redução do cultivo do tabaco como condição *sine qua non* ao controle do consumo. Tais cláusulas versam sobre como a fumicultura é maléfica ao ambiente e à saúde. Dessa maneira, no Artigo 17, são recomendadas atividades alternativas economicamente viáveis e no Artigo 18 é sentenciado o cuidado com o ambiente e a saúde.

Considerando o fato de o Artigo 4 sublinhar a importância da assistência técnica e financeira para a transição dos produtores agrícolas para outras

atividades econômicas, no Brasil tentou-se implementar essa transição por meio da ação do serviço público de extensão rural, responsável pela propagação do ideário do Estado. Assim, ainda em 2005, com o intuito de viabilizar os artigos anteriormente mencionados, o Brasil elaborou o Programa de Diversificação de Áreas Cultivadas com Tabaco (PNDACT), criado no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e realizado por meio de intervenções de extensionistas rurais.

Basicamente, o PNDACT visa incentivar a realização de outras atividades produtivas nas áreas rurais de fumicultura, contribuindo para a contenção do consumo a partir da redução da produção, mas sem criar vulnerabilidades socioeconômicas para os fumicultores (BRASIL, 2010). Na visão dos extensionistas rurais do Vale do Rio Pardo, o incentivo à diversificação produtiva por meio da CQCT resultou em reduções nas áreas de cultivo de tabaco e nos investimentos sobre essas áreas. Como sintetizou um dos extensionistas rurais entrevistados: “ela [CQCT] teve um efeito negativo para a lavoura do tabaco” (Antônio, 37 anos, extensionista rural, em 26/05/2017). Nesse mesmo sentido, o extensionista defendeu a diversificação com o seguinte argumento: “o tabaco não é alimento, é um vício, uma droga legalizada” (Valdir, 55 anos, extensionista rural e ex-instrutor de tabaco, em 16/05/2017).

Isso demonstra como a atuação de agentes de serviços públicos, principalmente por meio da extensão rural, responsáveis por colocar em prática a PNDACT, contribui para a desvalorização da fumicultura no contexto da CQCT. Isso se deve à concepção de certas representações sociais desabonadoras relativas à atividade no cerne dessas políticas públicas: a fumicultura como destruidora do ambiente e da saúde, isto é, um trabalho supostamente contrário aos interesses da sociedade mais ampla.

Nesse sentido, as políticas públicas mencionadas vêm colaborando com a construção de uma crise identitária dos fumicultores, pois seu trabalho está sendo combatido, não apenas no contexto global sob orientação dos princípios da CQCT, mas também por agentes sociais vinculados a agências de desenvolvimento rural que atuam no âmbito local. Como resumiu um membro comunitário entrevistado: “eu vejo que a fumicultura é muito condenada [...], mas a fumicultura não é aquele bicho-de-sete-cabeças que muitos acham que é” (Valmir, 56 anos, líder comunitário e vizinho de fumicultor suicida, em 14/07/2017).

É interessante ressaltar resultados encontrados em contextos internacionais correlatos. Em estudo realizado no Kentucky, Estado Unidos, referente aos anos de 1979 a 1985, Stallones (1990) sublinhou como as campanhas contra o cigarro causaram sensações de exclusão sobre os fumicultores: eles senti-

am-se dispensáveis na sociedade diante dos esforços realizados contra o seu trabalho, maximizando, assim, os riscos de suicídio.

Também Jacques-Jouvenot (2013), Droz *et al.* (2014) e Bossard, Santin e Canu (2016), em estudos de contextos sociais rurais da França, mostraram a existência de vínculos entre a ocorrência de suicídio de agricultores e a institucionalização da Política Agrícola Comum da União Europeia. Ao modificar as condições materiais de condução das atividades agrícolas – por causa de uma série de medidas protecionistas –, a Política Agrícola Comum afetou as suas condições simbólicas, acentuando a necessidade de conhecimentos administrativos em detrimento dos conhecimentos agrícolas, resultando em uma crise de identidade desses agricultores, considerada relevante em inúmeros casos de suicídios na França, devido ao sentimento de inabilidade no trabalho.

No contexto do Vale do Rio Pardo, além do esmiuçado até aqui, é necessário ainda recordar as características do *ethos* dos fumicultores, socializados para serem trabalhadores empenhados. Nesse sentido, as representações sociais construídas pelas políticas públicas sobre o trabalho na fumicultura também são avessas ao *ethos* desses trabalhadores, podendo estimular suicídios entre os fumicultores.

Considerações finais

Os elevados números de suicídios no Vale do Rio Pardo, reconhecido pela produção e pelo processamento de fumo, tornam necessária a reflexão sobre as relações entre tais mortes e o trabalho na fumicultura. Nesse sentido, para além de um problema de saúde pública, o suicídio de fumicultores se configura como um problema social, pois também envolve a esfera do trabalho, isto é, as condições e as relações sociais no trabalho da fumicultura.

As pesquisas precedentes sobre possíveis relações causais encontradas entre suicídio e trabalho nos permitem pensar que, em casos em que o fumicultor comete suicídio em sua propriedade rural, dentro das benfeitorias utilizadas para o processo produtivo do fumo, o trabalho na fumicultura esteve entre as motivações da morte desse fumicultor. De fato, é possível perceber que, na fumicultura no Vale do Rio Pardo, no estado do Rio Grande do Sul, o trabalho reúne uma série de condições e relações sociais que se mostram capazes de nutrir sofrimento entre os fumicultores.

O trabalho na fumicultura é considerado pesado e penoso, pois é realizado em propriedades rurais pequenas, inaptas à mecanização pelo seu relevo, impondo condições ergonômicas adversas, desencadeadoras de múltiplas enfermidades físicas entre os fumicultores. Em somatório, a aplicação de agrotó-

xicos é realizada por meio de pulverização costal, utilizando produtos de grupos químicos considerados neurotóxicos e de classes toxicológicas de elevado nível de toxidez, o que maximiza os riscos de intoxicações e, consequentemente, de enfermidades mentais, como a depressão.

Também a organização social do trabalho na fumicultura por meio do sistema integrado entre as agroindústrias e os agricultores acarreta sofrimento por afetar o poder de decisão dos últimos sobre o processo produtivo, não só em termos técnicos, mas também econômicos. Atuando como um mecanismo de dominação, o sistema integrado invalida a autonomia dos agricultores, principalmente por meio de endividamento programado.

Além disso, políticas públicas criadas no contexto da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco vêm colaborando para a construção de uma crise identitária dos fumicultores ao considerar a atividade como destruidora do ambiente e da saúde. Ao entender a fumicultura como um trabalho supostamente contrário aos interesses da sociedade mais ampla, tais políticas públicas acabam por combater o trabalho dos fumicultores, desvalorizando-os socialmente.

Obviamente, não se podem restringir as causas ou as motivações dos suicídios de fumicultores a aspectos apontados neste estudo, mas também não se pode menosprezá-los, pois o suicídio é um fenômeno pautado pela multicausalidade. Ao se pensar em ações de prevenção dos suicídios de fumicultores, os resultados indicam a necessidade de se levar as condições e as relações sociais no trabalho em consideração, assim como permitem reconhecer tais suicídios nesse meio como um problema social.

Referências

ALMEIDA, Guilherme Eidt Gonçalves de. *Fumo: servidão moderna e violações de direitos humanos*. Curitiba: Terra de Direitos, 2005.

BARBOSA, Khivia Kiss Silva; VIEIRA, Kay Francis Leal; ALVES, Estela Rodrigues Paiva; VIRGÍNIO, Nereide Andrade. Sintomas depressivos e ideações suicidas em enfermeiros e médicos da assistência hospitalar. *Revista de Enfermagem da UFSM*, v. 2, n. 3, p. 515-522, 2012. Disponível em: <<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-24644>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

BEGNIS, Heron Sergio Moreira; ESTIVALETE, Vania de Fátima Barros; PEDROZO, Eugênio Avila. Confiança, comportamento oportunista e quebra de contratos na cadeia produtiva do fumo no sul do Brasil. *Gestão e Produção*, v. 14, n. 02, p. 311-322, maio/ago. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/gp/a/4TC448TzP4ZBJXjh66LDZmg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

BIOLCHI, Marilza Aparecida (org.). A cadeia produtiva do fumo. *Contexto Rural*, v. 03, n. 04, dez. 2003.

BOSSARD, Claire; SANTIN, Gaëlle; CANU, Irina Guseva. Suicide among farmers in France: occupational factors and recent trends. *Journal of Agromedicine*, v.21, n. 04, p. 310-315, 2016. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/27409004/>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *Agrofit: sistema de agrotóxicos fitossanitários*, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário para a diversificação da produção e renda em áreas cultivadas com tabaco no Brasil*. Brasília: MDA, 2010.

BRASIL. Ministério da Saúde. Instituto Nacional do Câncer. *Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco: texto oficial*. Rio de Janeiro: INCA, 2011.

CASTRO, Laura Silva Peixoto de; MONTEIRO, Janine Kieling. Fumicultores advertem: a causa de seu sofrimento é a exploração no trabalho. *Psicologia e Sociedade*, v. 21, n. 01, p. 87-97, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n1p087>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

DEFFONTAINES, Nicolas. La souffrance sociale chez les agriculteurs: quelques jalons pour une compréhension du suicide. *Études rurales*, n. 193, p. 13-24, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/etudesrurales/9988>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

DEJOURS, Christophe. Nouvelles formes de servitude e suicide. *Travailler*, n. 13, p. 53-73, 2005. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-travailler-2005-1-page-53.htm>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

DEJOURS, Christophe; BÈGUE, Florence. *Suicide et travail: que faire?* Paris: PUF, 2009.

DREBES, Laila Mayara. Suicídio, agrotóxicos e legislação: uma revisão de estudos recentes. *Educação Ambiental em Ação*, v. 16, n. 60, s.p., 2017. Disponível em: <<https://www.revistaea.org/artigo.php?idartigo=2769>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

DROZ, Yvan; MIÉVILLE-OTT, Valérie; JACQUES-JOUVENOT, Dominique; LA-FLEUR, Ginette. *Malaise en agriculture: une approche interdisciplinaire des politiques agricoles France-Québec-Suisse*. Paris: Éditions Karthala, 2014.

DURKHEIM, Émile. *O suicídio: estudo de sociologia*. São Paulo: EDIPRO, 2014.

FALK, João Werner; CARVALHO, Lenine Alves de; SILVA, Letícia Rodrigues da; PINHEIRO, Sebastião. *Suicídio e doença mental em Venâncio Aires – RS: Consequência do Uso de Agrotóxicos Organofosforados? Relatório Preliminar de Pesquisa*. Porto Alegre: Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1996.

FARIA, Neice Muller Xavier; FASSA, Ana Cláudia Gastal; MEUCCI, Rodrigo Dalke. Association between pesticide exposure and suicide rates in Brazil. *Neurotoxicology*, n. 45, p. 355-362, 2014a.

FARIA, Neice Muller Xavier; FASSA, Ana Cláudia Gastal; MEUCCI, Rodrigo Dalke; FIORI, Nadia Spada; MIRANDA, Vanessa Iribarrem. Occupational exposure to pesticides, nicotine and minor psychiatric disorders among tobacco farmers in southern Brazil. *Neurotoxicology*, n. 45, p. 347-354, 2014b. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24875484/>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

GOETHEL, Gabriela; NASCIMENTO, Filipe; DANI, Caroline; MASCARENHAS, Marcelo; SEBEN, Viviane; FUNCHAL, Cláudia. Avaliação de parâmetros bioquímicos e toxicológicos de fumicultores do município de Venâncio Aires/RS. *Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde*, v. 15, n. 01, p. 105-112, jan./mar. 2013. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/80339428-Avaliacao-de-parametros-bioquimicos-e-toxicologicos-de-fumicultores-do-municipio-de-venancio-aires-rs.html>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique; LAPLANTE, Jean-Jacques. *Les maux de la terre: regards croisés sur la santé au travail en agriculture*. Paris: L'aube, 2009.

JACQUES-JOUVENOT, Dominique. *Stress, suicide et compétence professionnelle des producteurs laitiers*. 2013. Palestra realizada no Centre Pierre Naville em 18 set. 2013.

MELZ, Rodrigo Luís. *Os interesses manifestados pelos atores sociais no jogo da fumicultura no Vale do Rio Pardo/RS: uma análise dos fatos sociais produzidos de 2002 a 2005*. 160 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Suicídio no meio rural no Rio Grande do Sul. In: CRESPO, Álvaro Roberto; BOTTEGA, Carla Garcia; PEREZ, Karine Vanessa (orgs.). *Atenção à saúde mental do trabalhador: sofrimento e transtornos psíquicos relacionados ao trabalho*. Porto Alegre: Evangraf, 2014. p. 133-160.

MENDES, Jussara Maria Rosa; WERLANG, Rosângela. Da violência contra si: a autodestruição por meio do suicídio no meio rural do Rio Grande do Sul/Brasil. *Krypton*, n. 05-06, p. 150-159, 2015.

MENEGHEL, Stela Nazareth; CECCON, Roger Flores; HESLER, Lilian Zielke. O suicídio na rota dos galpões de fumo: um olhar etnográfico. *Revista Interface*, supl. 01, [S.p.], 2012. Disponível em: <<http://conferencias.redeunida.org.br/ocs/index.php/congresso2012/CRU10/paper/view/5513>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ASSIS, Simone Gonçalves de; OLIVEIRA, Raquel Vasconcellos Carvalhaes de. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 16, n. 04, p. 2.199-2.209, 2011. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232011000400019>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; MENEGHEL, Stela Nazareth; CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. Suicídio de homens idosos no Brasil. *Ciência e Saúde Coletiva*, v. 17, n. 10, p. 2.665-2.674, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-81232012001000016>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

MISHARA, Brian; TOUSIGNANT, Michel. *Comprendre le suicide*. Les Presses de l'Université de Montréal: Québec, 2004.

PAULILO, Maria Ignez. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos*. Florianópolis: Ed. Da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990.

PERES, João; NETO, Moriti. *Roucos e sufocados: a indústria do cigarro está viva e matando*. São Paulo: Elefante, 2018.

REDIN, Ezequiel. *Família rural e produção de tabaco: estratégias de reprodução social em Arroio do Tigre/RS*. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2015.

RIBEIRO, Daiane Kielt; IKUTA, Fernanda Keiko. Degradação e subordinação do trabalho na fumicultura: o caso da comunidade Torres Canavial (Ivaí-Paraná). *Revista Pegada*, v. 16, n. especial, p. 41-53, 2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/3528>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

SANTOS, Marcelo Augusto Finazzi; SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares; MENDES, Ana Magnólia. Tentativas de suicídio de bancários no contexto das reestruturações produtivas. *Revista de Administração Contemporânea*, v. 14, n. 05, p. 925-938, set./out. 2010. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1415-65552010000500010>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE DO RIO GRANDE DO SUL. *Boletim de Vigilância Epidemiológica de Suicídio e Tentativa de Suicídio*, 2018.

STALLONES, Lorann. Suicide mortality among Kentucky farmers, 1979-1985. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, v. 20, n. 02, p. 156-163, 1990. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1943-278X.1990.tb00098.x>>. Acesso em: 24 dez. 2021.

STOCK, Paul; FORNEY, Jérémie. Farmer autonomy and the farming self. *Journal of rural studies*, n. 36, p. 160-171, 2014. Disponível em: <https://libra.unine.ch/Publications/Jeremie_Forney/37235/L-en>. Acesso em: 24 dez. 2021.

VENDRUSCULO, Rafaela. *Instituições e críticas na fumicultura do Rio Grande do Sul: mudanças e reafirmações institucionais*. 334 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

WERLANG, Rosângela. *Pra que mexer nisso? Suicídio e sofrimento social no meio rural*. 250 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Institucional) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

Os camponeses e a repressão à luta armada: o caso do MR-8 em Brotas de Macaúbas/BA

Fabricio Teló

Introdução

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970, inspiradas pelas Revoluções Chinesa e Cubana, as organizações armadas brasileiras tentaram liderar movimentos revolucionários de oposição à ditadura militar da época mobilizando camponeses para se engajarem em grupos de guerrilha rural. Uma dessas organizações foi o Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8), que iniciou um trabalho de aproximação com camponeses do município de Brotas de Macaúbas/BA, a fim de tentar mobilizá-los para o engajamento na luta revolucionária contra a ditadura.

O objetivo desse trabalho é analisar a repressão sofrida por esses camponeses por ocasião da perseguição aos militantes da referida organização e o medo que se perpetuou na memória de alguns moradores do município. Este trabalho é um desdobramento de minha tese de doutorado, na qual analiso a atuação do MR-8 junto aos camponeses de forma mais ampla (TELÓ, 2019).

A metodologia utilizada foi a história oral, conjugada com a análise documental e bibliográfica. A metodologia da história oral, por meio de entrevistas e de conversas informais, foi central para acessar a memória dos sobreviventes, familiares, vizinhos e/ou quaisquer outras pessoas envolvidas nos processos relacionados ao tema da pesquisa. Tal como destaca Novaes (2001), é preciso atentar para as dificuldades em lidar com esse tipo de memória, em função dos traumas vividos por essas pessoas, dadas as violências sofridas pela repressão da ditadura. Por muito tempo, o regime militar impôs um silêncio sustentado em uma visão negativa dos que se envolveram, ainda que apenas indiretamente, com a luta armada. A autora destaca ainda que o objetivo a ser alcançado pela pesquisa não deve ser “a verdade”, mas “as verdades” das narrativas socialmente construídas, tendo em vista a identificação de pontos em comum entre as diferentes reconstruções da memória.

Mesmo passadas várias décadas do fim da ditadura, o medo de falar de certos temas ainda é muito presente nas pessoas que vivenciaram esses episódios. As iniciativas da justiça de transição, que vieram ganhando força a partir

da segunda metade dos anos 2000 e se multiplicaram na primeira metade da década de 2010, favoreceram a disposição desses atores em se abrir e relatar suas experiências. Por outro lado, as mudanças na conjuntura política que se expressaram em 2016 e se intensificaram em 2018 estimularam o retorno de um medo semelhante ao descrito por Novaes (2001). Trata-se de um movimento de positivação do regime militar que recoloca no lugar social de desviantes os que a ele se opuseram (“subversivos”, “criminosos”, “ameaça à segurança nacional” etc.). Se já em tempos favoráveis à abertura para o tema, a reticência era grande, as transformações políticas dos últimos anos dificultaram ainda mais o tratamento do tema.

Como pontua Favret-Saada (2007), a todo momento as pessoas avaliam que tipo de informação pode ser passada dependendo da situação em que se encontram, das pessoas com quem estão interagindo, do contexto histórico-político, e assim por diante. A forma como a informação é passada também depende desse conjunto de fatores. Para a autora, falar é agir, posicionar-se politicamente e sujeitar-se às consequências dessa fala. E isso se aplica não apenas ao entrevistado, mas também ao pesquisador. Não existe espaço neutro, em que este possa se colocar para observar, de maneira distanciada, as práticas dos interlocutores. O simples uso da fala já o obriga a posicionar-se de algum modo. Pollack (1989) também destaca essa dimensão da reflexividade no momento de falar: as pessoas sempre avaliam o que pode ser dito e o que não pode.

Favret-Saada (2007) nos leva a considerar também o lugar do entrevistado nas disputas internas aos grupos sociais. Qualquer grupo a ser pesquisado é cortado por relações de poder. Daí a importância de a análise das falas sempre levar em conta o lugar das pessoas nessas relações. A memória não é a mesma para todos. Depende do lugar onde se está. As situações de violência são sentidas de diferentes formas conforme as trajetórias de vida e as experiências vividas pelas diferentes pessoas.

O contexto

Localizado na região da Chapada Diamantina, Brotas de Macaúbas possui cerca de 10 mil habitantes. Um dos principais propulsores do desenvolvimento econômico da região foi a mineração do diamante. Os imigrantes atraídos por essa atividade econômica trabalhavam paralelamente na mineração e em atividades agrícolas. Embora boa parte do campesinato brasileiro no contexto dos anos 1960 vivenciasse a falta de acesso ou dispusesse de um acesso precário à terra, os camponeses da região de Brotas de Macaúbas, no sertão baiano, em sua maioria, eram proprietários de pequenas extensões de terra. Eles

produziam o necessário para consumo próprio. Antigos moradores acrescentam ainda a existência de teares para a fabricação de tecidos para a confecção de roupas. Os próprios camponeses plantavam o algodão utilizado para o tear.

Ainda que os camponeses de Brotas desenvolvessem tais atividades produtivas, a fome ainda era um problema enfrentado por parte deles. Nas entrevistas realizadas com antigos moradores dos espaços rurais da região, eram recorrentes as referências a períodos de dificuldade para encontrar alimentos. Ainda conforme tais relatos, na época não havia escolas. As famílias que quisessem garantir a alfabetização de seus filhos eram obrigadas a pagar professores particulares.

De acordo com a interpretação de entrevistados locais, os camponeses da região na época não se engajavam ativamente em sindicatos ou movimentos sociais. Como consequência, por não terem sofrido a repressão do imediato pós-golpe, não teriam percebido grandes diferenças entre o regime democrático pré-golpe e o posteriormente instaurado sob comando dos militares. Para um grupo que se propunha a mobilizar camponeses para um processo revolucionário contra o governo militar, a ausência de mudanças concretas na vida dessas pessoas depois do golpe tornava mais difícil aos militantes a utilização de narrativas que associassem os governos militares às dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos camponeses. O discurso precisava estar baseado em outros argumentos.

O trabalho do MR-8 em Brotas, voltado ao projeto da guerrilha rural, era o que dava algum sentido político de esperança à organização em um momento em que a repressão estava prendendo parte significativa de seus militantes, que precisavam dedicar mais tempo procurando se esconder do que atuando propriamente para o projeto político a que estavam voltados (CODARIN, 2018). Embora o trabalho político do MR-8 em Brotas estivesse inserido em um projeto de guerrilha rural, a organização não planejava criar um foco em Brotas. Como relatou Cesar Benjamin, em entrevista a Marcelo Ridenti (2010, p. 224), “a guerrilha seria fruto de um trabalho político de massas de anos”. O objetivo principal era o recrutamento de camponeses para serem incorporados à organização e posteriormente participarem da guerrilha em outra região.

O trabalho era liderado por José Campos Barreto, conhecido como Zequinha, filho de uma família local, residente na localidade de Buriti Cristalino. Ele havia estudado no seminário, depois migrado para São Paulo, onde concluiu os estudos (o correspondente ao atual Ensino Médio) e participou como liderança em 1968 de uma greve de operários em Osasco, pelo que ficou alguns meses preso. Com a intensificação da repressão, principalmente após o Ato Institucional 5, de dezembro de 1968, que, dentre outras arbitrariedades,

extinguiu o direito ao *habeas corpus*, Zequinha decidiu voltar para a Bahia. Ficou alguns meses em Salvador e, temendo novamente ser preso, decidiu voltar para seu município de origem. O retorno a Brotas possibilitaria ao mesmo tempo ficar mais distante dos focos de repressão e iniciar a mobilização de camponeses para a guerrilha rural, que fazia parte do projeto de longo prazo do MR-8 (INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO, 2008).

Trata-se do exemplo por excelência do movimento descrito por Gramsci (1987) dos camponeses da metade sul italiana que migravam para o norte industrializado, estabeleciam contato com as ideias revolucionárias mais fortemente espalhadas naquela região e retornavam para seus povoados difundindo tais ideias. Em função dessa multiplicidade de espaços pelos quais Zequinha circulou, Ridenti (2010, p. 238) o qualifica como uma figura-síntese que encarnou “o processo social diversificado em que se enraizou a oposição armada ao regime militar na segunda metade dos anos 1960”.

Zequinha conversava com a população local sobre temas gerais como o direito à aposentadoria e a necessidade de reduzir a cobrança de impostos pelo governo, mas sobre a organização e o projeto revolucionário apenas conversava com um grupo reduzido, que envolvia seus dois irmãos, Olderico e Otoniel, e alguns vizinhos mais próximos. Depois de um tempo, outros militantes do MR-8 passaram a fazer parte da iniciativa. O primeiro a se mudar para Brotas foi Luiz Antônio Santa Bárbara, oriundo de Feira de Santana/BA. Ele se apresentou como ex-colega de Zequinha no seminário e usava o codinome Roberto. Atuou como professor na alfabetização das crianças locais, compensando a ausência de uma escola pública local. Depois dele, Carlos Lamarca se mudou para o local a fim de se refugiar da repressão. Ele ficou escondido em uma cabana em uma área remota da propriedade da família de Zequinha. Ao longo do trabalho, João Lopes Salgado, que pertencia à direção nacional da organização, também passava alguns dias na localidade e mantinha contato com os camponeses mais próximos ao grupo.

A ida de Carlos Lamarca para Brotas para se esconder da repressão levou um conjunto de desafios para Zequinha e os demais envolvidos. Salgado explica que não estava nos planos do MR-8 levar Lamarca naquele momento (junho de 1971) para Brotas. O trabalho lá ainda estava no início, de acordo com sua avaliação. No entanto, por conta do endurecimento da perseguição, não era mais possível manter Lamarca no Rio, de modo que foram obrigados a antecipar sua ida para a Bahia,

Em agosto do mesmo ano, foi preso no Rio de Janeiro um militante da organização que sabia da presença de Lamarca em Brotas. Com isso, Salgado propôs o deslocamento do grupo para outro local, já que havia o risco de esse

militante não resistir às torturas e entregar a localização de Lamarca aos militares. Lamarca, porém, acreditava ser improvável a descoberta de sua presença no Buriti e não concordou com a proposta de Salgado. Ocorreu, no entanto, que Lamarca enviou por intermédio de um militante um conjunto de cartas para Iara Iavelberg, militante do MR-8 com quem mantinha um relacionamento. Em uma batida policial, esse militante acabou deixando cair a pasta onde se encontravam essas cartas, que continham o famoso “diário de Lamarca”, no qual eram registrados todos os passos e a estratégia da organização. Com isso, os militares passaram a saber onde se encontrava Lamarca.

Após algumas semanas de investigação para localizar a casa da família de Zequinha, os militares executaram, em 28 de agosto de 1971, a Operação Pajuçara, que resultou na morte de Otoniel e Santa Bárbara e na prisão de Olderico. Zequinha e Lamarca conseguiram fugir a pé e permaneceram perambulando entre uma casa e outra por algumas semanas até serem identificados e mortos em 17 de setembro daquele ano.

Antes de retornar para o Rio de Janeiro, quando a chegada da repressão ainda era apenas uma possibilidade, Salgado havia combinado que voltaria a Brotas, mas que, por prevenção, marcaria um encontro com um dos camponeses envolvidos com o grupo em um local relativamente distante de Brotas para saber sobre a situação. Cumprindo com o combinado, o camponês foi até Milagres, a 400 quilômetros de Brotas, para informar a Salgado que a área havia “caído” e que Salgado deveria tomar outro rumo: “Olha, já caiu tudo. Já mataram dois”. Foi o que salvou Salgado de ser igualmente preso, pois pôde voltar ao Rio e encaminhar sua saída do Brasil.

Maiores detalhes sobre o episódio que resultou na morte dos militantes podem ser encontrados facilmente nas várias publicações sobre mortos e desaparecidos da ditadura, incluindo o relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV, 2014; CARNEIRO; CIOCCARI, 2011; COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS, 1995, dentre outras). Mas a repressão não atingiu apenas os militantes. E aqui chegamos ao objeto desse artigo: a repressão sofrida pelos camponeses próximos aos militantes, mas que sequer sabiam da existência da organização. Trata-se de um aspecto menos trabalhado pela literatura e também menos discutido pelos atores da justiça de transição.

A repressão sobre a população local

Os moradores de Buriti Cristalino e arredores, especialmente a família Barreto e os vizinhos, eram considerados pelos militares como potenciais apoia-

dores dos militantes. Por isso os soldados invadiam as casas dos moradores locais para procurar indícios de envolvimento com o grupo e revistavam pessoas pelas ruas. De acordo com os depoimentos, no dia da morte de Otoniel e Santa Bárbara, os moradores mais próximos foram todos detidos e obrigados a permanecer por várias horas no barracão da localidade até que a situação se resolvesse.

A pessoa provavelmente mais afetada foi José Barreto, pai de Zequinha, pois os militares acreditavam que ele estivesse envolvido com a iniciativa do filho, mas não estava. Olderico, irmão de Zequinha, relata que seu pai, apesar de representar para ele “o sistema, a direitona mesmo”, quando chegou a repressão, “vestiu a roupa de pai, de um pai decente, não negociou e acabou sofrendo as maiores agruras da terra” porque os militares o torturavam para forçá-lo a dizer onde Zequinha e Lamarca estavam escondidos. Durante as torturas, o vizinho Zé de Virgílio “usava de seu bom humor para se aproximar dos soldados” e, por meio disso, poder ajudar seu José Barreto com água e comida enquanto permanecia pendurado entre uma sessão e outra de tortura. José Barreto sobreviveu às torturas e faleceu de morte natural em 1993. Uma entrevista em que relata sua experiência está no documentário “Do Buriti à Pintada”, de 2011, de Reizinho Pereira dos Santos.

Abel Ventura, vizinho de porta e compadre do casal Barreto, relata ter ingerido veneno em uma tentativa de suicídio diante das ameaças de tortura por parte dos militares que lhe cobravam informações sobre a localização de Zequinha e Lamarca (Abel Ventura, entrevista a Roque Aparecido da Silva e Maria Sena, São Francisco, Brotas de Macaúbas/BA, 20/04/2009). Tal depoimento me foi concedido por Samuel Crisanto, filho de Abel, por ocasião do trabalho de campo que realizei no município em 2017. Apesar da ingestão do veneno, Abel sobreviveu. Sua esposa Edelzuita relata que, embora Abel não tenha sido fisicamente torturado, o foi psicologicamente, o que ela considera pior, em função do trauma que ele carregou consigo durante o resto de sua vida (Edelzuita Pacheco da Silva, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Ela destacou ainda que seu compadre José Barreto pediu aos militares para que não torturassem Abel, pois não tinha culpa alguma: “Oh, gente [soldados], eu vou pedir a vocês, o que vocês tiverem de fazer, façam comigo, que eu pelo menos tenho culpa, que eu sou pai. Esse aí, ele não tem culpa nenhuma, que ele é só amigo meu e compadre” (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017). Percebe-se aqui a internalização de um sentimento de culpa por parte de José Barreto pelo fato de os filhos estarem sendo objeto de perseguição dos militares. Ao reconhecer sua “culpa”, Barreto reproduz o processo de dominação a que se refere Weber

(1973) sobre a relação entre Estado e sociedade, na qual os dominados admitem a legitimidade do uso da força pelos agentes estatais.

Edelzuita, que tinha uma relação muito próxima com Zequinha e o “professor Roberto”, havia recebido dos militantes um livreto de formação política intitulado “O ABC dos trabalhadores”. Ela relatou ter sido afortunada pelo fato de os militares não terem localizado o referido material. Assim rememorou o dia da chegada da repressão:

No dia, disseram: “óh, mataram o professor” [Santa Bárbara]. E aí eu logo lembrei do ABC dos Trabalhadores, peguei esse ABC, li ligeiro assim, enfiei entre um papelão e outro e guardei em cima do guarda roupa. Deus me ajudou tanto, que eles [os soldados que fizeram revista na casa dela] não viram. Porque, se eles acham isso, eles tinham me pegado e eu tinha tido a conta, né. Eu tinha que dar conta desse negócio (Edelzuita Pacheco da Silva, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Diversos moradores relataram terem sido pressionados pelos militares para dar informações sobre Lamarca e Zequinha. “A polícia queria saber o paradeiro dos caras. Passamos muito aperto”, afirmou Francisco Maciel (entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 26/09/2018). Ele denunciou que os soldados seguiam sua esposa quando levava comida para os porcos porque desconfiavam que fosse para Zequinha. “Os soldados morriam de medo do Lamarca e do Zequinha”, comenta o antigo morador.

Uma história que me foi contada por diversos moradores foi a do camponês Manoel José da Silva. Ele possuía um jegue em processo de adestramento. Em certa ocasião, ao ser abordado pelos militares, não conseguiu fazer o jegue parar. Os soldados imaginaram que ele estaria fugindo e reagiram atirando nas pernas de Manoel, atingindo seu jegue, que não resistiu. Devido à injustiça cometida em função de uma fatalidade, o episódio ficou marcado na memória dos moradores e é geralmente trazido à tona como exemplo da brutalidade dos militares. Deodete Araújo, outra vizinha, abordou o impacto da repressão da seguinte forma:

Foi muito sofrimento para nós, moradores. A gente não podia sair com uma lata de água na cabeça, que, caso a gente encontrasse com um soldado, a gente seria revistado porque achavam que a gente poderia estar levando comida ou bebida para estes que estavam fugindo [Zequinha e Lamarca]. Parecia que eles achavam que todos nós moradores éramos culpados (Deodete Araújo, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 21/09/2018).

Vários moradores também relataram que o barulho dos helicópteros deixou muitos deles traumatizados porque nunca tinham ouvido semelhante ruído, com tamanha intensidade e frequência. Contam que, por muito tempo, sempre que ouviam barulho de helicóptero, sentiam um mal-estar.

Durante os dias em que estiveram se escondendo da repressão, Zequinha e Lamarca contaram com o suporte de amigos para se alimentar e pousar. No dia sete de setembro, quando os soldados saíram do local para participar das solenidades do Dia da Independência, a dupla aproveitou para passar pela casa de Francisco, que morava em um povoado vizinho, e pedir comida. Ele deu alimentos, mas falou: “Não demora muito pra ir embora porque os caras estão nos prensando para dizer onde vocês estão”. Chamou a atenção de Francisco que Lamarca, mesmo na condição de fugitivo, estava mais interessado em conhecer como funcionava o engenho de fabricação de rapaduras que Francisco tinha, do que apreensivo com a fuga. Ele falava: “Olha, que interessante... e me fazia perguntas sobre os detalhes”. Francisco comentou ainda sobre um camponês com quem trabalhava eventualmente e que era envolvido com o grupo que Zequinha estava formando. Ele estava em sua casa no momento e “ficou pálido quando os homens chegaram” por conta do medo de ser igualmente morto ou torturado, caso viesse a público seu envolvimento.

Carlos Araújo relatou que, em Ibotirama e Oliveira dos Brejinhos (municípios vizinhos a Brotas), amigos os acolheram em suas casas e os ajudaram a se locomover de um ponto a outro sem serem descobertos. Carlon Cruz, em seu livro sobre a passagem de Lamarca pela região, colheu diversos depoimentos de pessoas que proveram abrigo e alimentação à dupla durante sua saga. De acordo com o que ouviu, a ajuda prestada devia-se mais a uma relação de parentesco ou amizade com os pais de Zequinha do que propriamente com ele e ainda menos em função de um eventual compromisso político (CRUZ, s/d).

A repressão deixou ainda implicações econômicas para a região. A feira de produtos que era realizada semanalmente aos sábados deixou de acontecer, e o garimpo, uma das principais atividades econômicas, declinou significativamente. O episódio “deixou o local sem graça” e ninguém mais queria ir para lá, comentou Francisco Maciel. Abel Ventura chegou a afirmar que a localidade de Buriti Cristalino se transformou em um “lugar mal-assombrado” e que, por isso, muitos moradores emigraram para a cidade ou para outros municípios. Alguns sequer conseguiram vender seus animais e produtos antes de saírem.

Eu seu livro de memórias sobre a passagem de Lamarca pela região, Carlon Cruz, antigo morador de Oliveira dos Brejinhos, descreveu como os sertanejos foram pegos de surpresa e não compreenderam o que estava acontecendo:

A rotina foi quebrada com a chegada da repressão em procura do tal capitão Carlos Lamarca. Com homens armados até os dentes, a pensar que o sol do semi árido baiano brilhava exclusivamente para os repressores. Capitão Carlos Lamarca neste sertão? A pergunta para o sertanejo mais parecia uma confusão de linguagem. Ninguém antes, exceto o prefeito Francelino, que havia

confessado ter ele, junto a outros policiais, dado óleo-30 a um médico comunista e presenciado o mesmo cagar até as tripas antes da morte, ninguém sabia nada sobre o porquê de comunistas serem mercedores de tais crueldades. O que desejava Lamarca em um lugar tão bucólico, como Buriti Cristalino, se aquele que mais tarde viria a ser seu amigo na vida e na morte [Zequinha] levava uma vida campestre cercada de amizades acanhadas, irrigada a boa cachaça de alambique de barro? Não dava para entender. Queriam eles subverter a ordem e iniciar uma revolução autêntica, forte e popular para dali ganhar o Brasil com mais cinco camaradas guerrilheiros armados apenas de revólveres? Isso não passava de uma piada! Ora, nada das falácias assombrosas da repressão soava com seriedade aos ouvidos daqueles sertanejos [...] Meter medo, dizendo que eles [os militantes] queriam tomar terras de latifundiários para dividir entre os que não tinham, sendo que aqui terra era o que bem tinha? Não, papos às soltas não convenciam a teimosia do sertanejo tacanho! (CRUZ, s/d, p. 10-11).

Pela narrativa de Carlon, é possível perceber que os militares procuraram utilizar a questão agrária como parte de seu discurso legitimador de suas práticas violentas, mesmo em uma região em que esta não era uma pauta central. O impacto das lutas por terra no contexto pré-golpe em nível nacional tinha sido tamanho que os militares passaram a pressupor (ou pelo menos reproduziam a narrativa de) que qualquer ação de militantes comunistas no campo visava à tomada de terras dos grandes proprietários. Tal estratégia foi utilizada em diversas outras situações. O Inquérito Policial Militar produzido pelas Forças Armadas sobre o Partido Comunista Brasileiro (IPM 709) ilustra bem o uso dessa narrativa.¹

De todo modo, retomando o relato de Carlon, se por um lado houve alguma reticência dos camponeses em aceitar o discurso dos militares, devido à falta de compreensão sobre as razões para tamanha operação, com o tempo o discurso repressivo foi ganhando espaço. Uma das estratégias para facilitar a adesão da população à narrativa anticomunista foram as “Ações Cívico-Sociais (Aciso)”, a partir das quais o Exército, a Marinha e a Aeronáutica faziam operações de aproximação com as populações mais carentes das regiões onde havia informações de tentativa de formação de grupos de guerrilha ou onde houvesse um histórico de atuação de grupos de esquerda. Tendo por base experiências de outros países, como França e Estados Unidos, no combate a “inimigos internos”, as Forças Armadas do Brasil incorporaram diversas aprendizagens que permitiram o desenvolvimento de formas mais sutis de exercício

¹ Publicado em quatro volumes organizados por Ferdinando de Carvalho sob o título “O Comunismo no Brasil”, o IPM está disponível em: <<http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=bibliotbnm&pagfis=8065>>.

do poder. Tais ações eram inspiradas pela doutrina da “guerra revolucionária”, segundo a qual os setores mais sofridos da sociedade são os mais suscetíveis a se tornarem massa de manobra dos agentes subversivos. Por isso, fazia-se necessário disputar com os agitadores a simpatia da população civil para passar-lhe os valores nacionalistas e “ordeiros” (GUIMARÃES, 2014). A operação Aciso em Brotas foi assim descrita por Cruz (s/d, p. 70):

Aviões e carros, em uma verdadeira imitação “cruz vermelha”, trouxeram médicos, dentistas, fotógrafos, pessoas para atendimento ao público, para aquisição de carteira de trabalho, de identidade, de motorista, remédios, colchões, reforma do único prédio público, etc. Um verdadeiro mutirão no interior do centro-oeste baiano para distribuição de coturnos e roupas usadas para o povo que esperava em uma fila comparada aos desvalidos da seca. Roupas e sapatos muito bem-vindos para os trabalhadores roceiros. Tal mutirão passou por Ibotirama, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos.

Essa estratégia de controle social é analisada por Foucault (2003) em seu estudo sobre o que ele chamou de panoptismo social. O autor cita o exemplo dos *quakers*, grupos que se formaram na Inglaterra da segunda metade do século XVIII com objetivo de manter a ordem e tinham a tarefa de vigiar e prestar assistência à população, para produzir um saber de vigilância, que dá condições àquele que reúne este saber para exercer um controle sobre os vigiados. A dominação capitalista, assim como qualquer outra, não conseguiria se manter se fosse exclusivamente baseada na repressão. Assim também o regime militar no Brasil não se sustentaria se apostasse todas as suas fichas na violência física.

Para Foucault (2015), o poder tem como alvo o corpo do ser humano não para supliciá-lo, mas para adestrá-lo. O objetivo é controlar as pessoas em suas ações para que seja possível utilizá-las, aproveitando suas potencialidades, diminuindo sua rebeldia e sua capacidade de resistência contra as determinações que recebem, de modo a torná-las politicamente dóceis. Nesse sentido, pensar o poder apenas a partir da noção de repressão seria limitado. Este poder permeado, incorporado pelos indivíduos é o que o autor chama de poder disciplinar: a pessoa obedece e não reclama, porque acha que é assim que ela deve se comportar. Era o que Foucault chamou de “tecnologia do controle”, objetivo dos militares ao implementar as políticas assistencialistas.

Por conta disso, uma das pessoas ouvidas por Carlon comentou: “Nem tudo foi medo” (CRUZ, s/d, p. 71). De acordo com Olderico, havia uma tentativa de convencimento da população para que ela própria matasse Lamarca: “Os açougueiros daqui chegaram a amolar suas facas esperando por ele. [Os militares] levavam as pessoas para exposição de *slides* nas paredes da igreja, que, naquele contexto, apoiava a ditadura. A imagem que passavam era de que

os militantes eram terroristas” (Olderico Barreto, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 11/02/2017). Diversos antigos moradores relataram que, no dia da morte da dupla, os corpos foram levados para o campo de aviação da cidade, onde teriam sido chutados por moradores locais, algo que chama atenção pela brutalidade, especialmente em se tratando de uma população para a qual a religião possuía centralidade. Depois disso, foram colocados nas aeronaves e levados para Salvador. Um tio de Zequinha relatou a Olderico que, ao ver essa cena, preferiu ir para casa e não demonstrar tristeza em público: “eu não tive coragem de chorar ali, porque eu vi que eu morreria se derramasse minhas lágrimas ali. Iam me chamar de terrorista”. Ainda que a narrativa do “terrorismo” não fosse uma particularidade de Brotas, Olderico conta que ela ficou tão forte no imaginário local que, mesmo anos depois do ocorrido, era comum ele ser chamado de terrorista por ter tomado parte no grupo sob a liderança do irmão.

Euval ressalta, no entanto, que havia quem tivesse coragem de defender Zequinha. Ele se recorda de um episódio em um bar, quando se começou a celebrar a derrota dos militantes, e Carlos Souza, amigo de Zequinha, se manifestou: “nós não estamos alegres com nada disso. Zequinha era nosso amigo e pessoa correta” e negou-se a participar da comemoração. Apenas por conta desse comentário, não é possível saber qual era o grau de amizade de Carlos com Zequinha, nem seu grau de engajamento no projeto político defendido pelo amigo, mas a postura que sustentou neste episódio é um indicativo de um pensamento crítico que o levou a não aceitar a narrativa difundida pelos militares de que os militantes eram “terroristas” e, ainda mais importante, a arcar com as consequências da defesa pública dessa posição. Na disputa de narrativas, portanto, com a vantagem do aparato estatal à disposição, os militares foram capazes de difundir para a parcela majoritária da população a sua interpretação dos fatos e conquistar seu apoio, a despeito dos diversos relatos de violência praticada contra os moradores.

O medo e as distintas memórias

Devido à intensidade da repressão, o medo de que as violências se repitam é presente até hoje em boa parte da população local. Durante as entrevistas, percebia a insistência de boa parte dos entrevistados em reafirmar que “não sabiam de nada” e que a convivência com Zequinha e o “professor” era a esperada de qualquer morador da região, de conhecimento mútuo, respeito e reciprocidade. Notava, com isso, certa desconfiança em relação a mim: quais seriam minhas reais intenções ao fazer perguntas sobre a relação que tinham

com Zequinha? Seria eu realmente um pesquisador ou algum infiltrado das Forças Armadas para investigar a vida das pessoas? Além disso, em conversas informais em bares e praças percebia que o assunto era evitado. Em uma ocasião, cheguei a uma lanchonete, que estava vazia, e comecei a conversar com o dono sobre minha pesquisa. Ele estava começando a me contar uma história quando outro cliente chegou. Finalizado o atendimento, pedi que continuasse a história que havia começado, mas ele respondeu: “Então, eu presenciei alguns fatos, mas depois me desliguei porque fui morar em outro lugar. Acho que outras pessoas podem lhe informar melhor”. Mesmo Olderico, acostumado com falas em público sobre a memória dos irmãos mortos, desconversou quando um amigo lhe perguntou o que Lamarca e Zequinha lhe falavam.

Para além das variações em relação a medo ou disposição de falar sobre os militantes ou de afirmar alguma proximidade com eles, há também distintas narrativas a respeito da prática deles e da imagem que possuíam diante da população. Algumas narrativas, a exemplo da de Euval Rosa Campos sobre Zequinha, tratam abertamente do projeto político da guerrilha. Outras, como a de Carlon Cruz, procuram focar em características mais “socialmente aceitas” de acordo com os valores hegemônicos da região à época: “a maioria dos jovens conhecia Zequinha do violão, da cachaça no bar (...) e do futebol, não das frentes de greve (...). Nem conhecia Lamarca. Conhecia o Zequinha que os pais queriam que fosse padre” (CRUZ, s/d, p. 12). Esta última frase é central, pois evidencia a construção de uma memória que reforça as virtudes de Zequinha não como um militante, muito menos como militante da luta armada, mas como alguém com prestígio religioso, inserido no conjunto de valores hegemônico à época. Trata-se, portanto, de uma narrativa que evita possíveis associações entre a população da região com um projeto de guerrilha.

Para reforçar seu argumento, ao comentar sobre a narrativa dos militares, Carlon Cruz escreveu: “Tudo parecia explicável, menos que ele [Zequinha] estivesse naquele lugar para treinar camponeses para uma futura guerrilha” (CRUZ, s/d, p. 13). Para o autor, não faria sentido haver treinamento para os camponeses da região porque, para além do fato de não estarem engajados em um projeto guerrilheiro, mesmo que estivessem, não seria necessário o treinamento, pois já teriam as habilidades necessárias para tanto devido às dificuldades inerentes à sua vida sertaneja: “Qualquer vaqueiro que sabia se rasgar entre os espinhos da caatinga sem muita gravidade estaria pronto para qualquer combate” (CRUZ, s/d, p. 13).

Outra dimensão da memória é abordada por Edelzuita, que descreveu como o medo do retorno da repressão é usado politicamente por alguns candidatos locais:

Moço, o povo tem medo até hoje. Eu não tenho medo de conversar essas coisas, porque eu sei que não [vai acontecer nada], já estou cheia de idade. Eu vou ter medo de morrer? [risos] Eu não... Mas tem gente que se fosse pra contar essas coisas aí, não te contava. Vou te dizer. Uma mulher ganhou a política uns quatro mandatos [de vereadora], por causa disso. O marido dela chegava e dizia: “se vocês não votarem pra fulana, vai vir aqui, vai ter uma guerrilha, vão matar gente, vai ter tiroteio”. Ela ganhava por causa disso, por medo. E esses tempos eu vi gente dizendo: “é, vocês ficam aí... Ainda vai voltar, agora com esse negócio da ditadura, o povo do impeachment da Dilma... Ainda vai ter a ditadura e ainda vai ter a mesma coisa do Lamarca” (Edelzuita Pacheco da Silva, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 09/02/2017).

Repare-se que a entrevistada traz para sua narrativa uma leitura da derubada do governo Dilma como uma ameaça à democracia, que leva os moradores de Brotas a rememorem os acontecimentos que os afetaram durante os anos 1970 e a temer que eles se repitam. O trecho da entrevista evidencia ainda a influência das condições do presente na formulação e enunciação das memórias do passado. A narrativa de Edelzuita, no entanto, apesar da repressão, enfatiza aspectos positivos de sua relação com os militantes: “O contato com esse pessoal deu tanto desenvolvimento para a minha vida!”, comentou ao final da entrevista.

Edvando Oliveira dos Santos, ex-padre de Brotas de Macaúbas, interpreta posições simpáticas aos militantes argumentando que os camponeses conheceram o pensamento revolucionário às avessas, pela repressão, ou seja, mesmo sem terem se engajado no MR-8 nem saberem de sua existência, foram objeto da repressão pelo fato de potencialmente terem tido contato com as ideias socialistas. Assim, os camponeses teriam entendido a “maldade dos militares” e percebido que, se Zequinha e Lamarca combatiam esses militares, então seriam “do bem”. Dito em outras palavras, se o Estado usou tanta violência, foi porque o outro lado tinha algo bom a dizer (Edvando Oliveira dos Santos, entrevista a Fabricio Teló, Brotas de Macaúbas/BA, 19/09/2018).

Outras memórias, no entanto, são menos nostálgicas. Carlos Araújo, por exemplo, amigo de Zequinha residente em Ibotirama, avalia que os militantes do MR-8 achavam que iam ter apoio da população, mas não tiveram. Ele lembra, por exemplo, que a experiência prévia dos comunistas da Coluna Prestes na Chapada Diamantina já havia sido desastrosa, dada a hostilidade com que foram recebidos pela população, que os chamava de “revoltosos”. Sua narrativa conduz para a conclusão de que o projeto político da luta armada foi imaturo e efêmero devido à falta de adesão da sociedade.

Os nomes de Zequinha e Lamarca são conhecidos pela população de toda a região. É difícil encontrar alguém com mais de 60 anos que nunca te-

nha ouvido falar deles. Um senhor de cerca de 50 anos relatou que, quando criança, costumava brincar de guerrinha com um primo e lembra que costumavam dizer: “Vamos começar, eu sou o Zequinha e você é o Lamarca”, em referência aos dois militantes como bons atiradores. Em um bar, em Ibotirama, no trabalho de campo que realizei em fevereiro de 2017, foi-me relatado que a dupla tinha um poder sobrenatural de não se deixar ver quando não quisessem, uma vez que haviam conseguido fugir da polícia por diversas vezes antes de serem mortos. Em um dado momento da conversa, iniciou-se um diálogo entre dois frequentadores do bar, que reproduzo aqui, não com base em gravação, mas no que anotei imediatamente ao deixar o bar:

- Ninguém sabia que eles [Zequinha e Lamarca] eram terroristas.
- Mas eles eram comunistas [com ênfase], queriam que todos tivessem as mesmas condições, que ninguém tivesse mais que ninguém.
- Mas Lamarca, dizem que ele matou muita gente, que todos que ele via quando estava em fuga, matava.
- Isso é mentira!
- Mas Zequinha, não sabemos se participou ou não [das ações armadas que resultaram em mortes] porque ele era um moço muito bom. Ele queria o bem da população.
- Eles lutavam para ficar como está agora [democracia], lutavam por liberdade (Diálogo entre dois moradores de Ibotirama em um bar da cidade, 08/02/2017).

Percebe-se aqui o conflito entre uma visão mais simpática e outra mais crítica em relação aos militantes da luta armada, desdobramento de uma disputa pela memória sobre esse período da história, que marca os embates políticos até os dias de hoje. Chama atenção que mesmo a pessoa contrária aos militantes, por conhecer Zequinha, ressaltou suas qualidades como pessoa que “queria o bem da população” e colocou em dúvida sua participação nas ações armadas.

Nos anos 2000, uma série de iniciativas no sentido de recuperar uma memória positivada dos militantes do MR-8 começaram a ser tomadas. Uma delas é a celebração religiosa anual realizada em homenagem aos militantes mortos, na localidade de Pintada, em Ipuiara (vizinho a Brotas), local onde Zequinha e Lamarca foram mortos. A “Celebração dos Mártires”, como é chamado o evento, começou a ser realizada no ano 2000. Desde 2010, ela acontece no Memorial dos Mártires, uma capela construída por iniciativa do Bispo de Barra, Dom Luís Cappio, com recursos do Prêmio Kant de Cidadão do Mundo, que recebeu em 2009, em função de sua atuação na defesa dos direitos humanos. Em 2018, tive a oportunidade de acompanhar a celebração. Foi possível perceber na liturgia adotada uma forte influência da Teologia da Libertação, perspectiva religiosa que aproxima o catolicismo do marxismo.

Outra iniciativa foi a criação de um feriado municipal em homenagem aos militantes mortos. Samuel Crisanto, filho de Abel e Edelzuita, ex-vereador pelo Partido dos Trabalhadores no município, vinha propondo essa ideia sem sucesso, até que em 2009, na gestão do prefeito Litercílio Júnior, também do PT, a iniciativa finalmente foi concretizada, e o dia 17 de setembro passou a ser oficialmente o “feriados dos mártires” no município. Repare-se que o nome atribuído ao feriado é o mesmo da celebração religiosa, o que evidencia a força da Teologia da Libertação na região.

Na cerimônia em que foi sancionada a lei que criou o feriado, estiveram presentes diversas autoridades estaduais e nacionais, dentre elas o então Ministro da Comunicação Social, Ministro Franklin Martins, que também havia sido militante do MR-8. Em seu discurso, afirmou: “Vejo aqui que, mais de 30 anos depois, a história que tentaram matar, não conseguiram”. Roque Aparecido da Silva, outro companheiro de militância de Zequinha durante sua militância em Osasco/SP, também esteve presente na cerimônia. Ele foi um dos principais entusiastas da ideia do feriado e um dos principais responsáveis pela tentativa de resgatar e registrar a história de Zequinha e Lamarca na região em função da forte amizade que construíra com Zequinha em Osasco.

A aprovação e a sanção da lei que instituiu o feriado, no entanto, não significou automaticamente uma adesão massiva da população à ideia. Embora os serviços públicos não funcionem nesse dia, na prática, boa parte da população segue trabalhando e o comércio segue funcionando. Conforme reportagem do jornal *A Tarde*, de 19/09/2009, um dos moradores entrevistados no dia da cerimônia de sanção da lei manifestou sua contrariedade à iniciativa: “Para mim, não vai ser feriado. Como é que o governo manda três mil soldados para cá? Ou eles eram muito perigosos ou eram bandidos de grande periculosidade”. Ele citou Lamarca traidor do Exército e lembrou que Zequinha ameaçara explodir uma bomba na fábrica em que trabalhava durante a greve de Osasco em 1968.

Como discutiu Favret-Saada (2007), a elaboração da memória depende de quem ouve e do contexto sociopolítico vigente. O medo se torna menos presente em espaços onde a memória de tais militantes é homenageada, como nos espaços anteriormente mencionados, em que a proximidade com os militantes deixa de ser motivo de acusação e passa a ser fonte de prestígio. Os moradores de Brotas de Macaúbas, portanto, demonstram terem tido mais ou menos conexão com os militantes do MR-8 dependendo do ambiente em que se encontram. Diante do novo contexto político iniciado em 2018, a apreensão em demonstrar publicamente tal conexão tem aumentado.

Por fim, merece ainda destaque a presença relativamente frequente em Brotas de militantes que sobreviveram à ditadura, tanto do MR-8 como de outras organizações, como João Lopes Salgado, Roque Aparecido, Maria Sena, Emiliano José e Luiz Rodolpho Viveiros de Castro. Além de atuarem no sentido de reforçar o contraponto à narrativa dos militares sobre a luta armada, tais militantes contribuíram ainda no encaminhamento dos requerimentos de reparação dos camponeses mais afetados pela repressão junto à Comissão de Anistia.

Percebe-se, com isso, que o caso de Brotas de Macaúbas diferencia-se dos demais casos de tentativas reprimidas de mobilização de camponeses para a resistência revolucionária, onde essa presença de antigos militantes e esse esforço por celebrar a memória das vítimas não têm ocorrido. Além da influência da Teologia da Libertação, o fato de Lamarca, um dos ícones da resistência armada à ditadura, ter sido ali assassinado certamente ajuda a entender a especificidade da região. Tal constatação corrobora o argumento anteriormente apresentado a respeito da importância de se direcionar esforços no sentido de dar visibilidade aos casos de repressão que envolvem não apenas os militantes, mas também as pessoas comuns, não necessariamente engajadas politicamente, mas também afetadas pela violência do regime.

Considerações finais

A repressão violenta e o apoio de parte significativa da população aos militares fizeram com que a experiência do MR-8 na Chapada fosse interrompida ainda em seu momento inicial. Embora já contasse com a adesão de alguns camponeses, ainda dependia de um longo trabalho político para ganhar alguma força.

A atuação dos militares foi marcada por uma ambivalência na medida em que, por um lado, atuava com agressividade para pressionar os camponeses a dar informações sobre Zequinha e Lamarca e, por outro, prestava diversos serviços de assistência. Dessa forma, apesar da insatisfação sentida pelos camponeses mais afetados pela violência, os militares foram capazes de exercer a dominação do Estado a que se refere Weber (1973) e o controle social a que se refere Foucault (2003; 2015).

Neste trabalho, procurei destacar a repressão sofrida pelos camponeses mais próximos da família Barreto, que passaram a ser vistos como potenciais aliados dos militantes. Este esforço por dar visibilidade às violências geralmente esquecidas ou pouco valorizadas faz parte de um movimento mais amplo de acadêmicos e atores da sociedade civil que ganhou força na década de

2010 a partir das diversas iniciativas da justiça de transição inspiradas na tradição benjaminiana, que compreende a recuperação dessas memórias como uma forma de “redenção da história”, de libertação de identidades oprimidas e de recuperação de esperanças (BENJAMIN, 1987).

Dentre os trabalhos que fazem parte desse movimento, com foco na repressão no campo, destacam-se Carneiro e Ciaccari (2011), Viana (2013), Sauer e Saraiva (2015), Ciocari (2015), Welch (2014), Fernandes (2015), Medeiros (2018) e Teló (2018)². O pressuposto que informa o esforço desses autores e no qual este trabalho se insere é que o resgate da história da repressão, especialmente aquela sofrida por pessoas que encontram mais dificuldade em fazer suas experiências conhecidas, é uma forma de percorrer o caminho inverso da desumanização que sofreram durante a ditadura e reparar, mesmo que parcialmente, os danos que sofreram.

Diferentes narrativas sobre o episódio são apresentadas entre os antigos moradores, numa disputa pela memória que envolve medos e esforços pela valorização da luta pela democracia. Nesse sentido, ganha relevância a atuação de antigos militantes e de líderes religiosos na tentativa de atribuir positividade à memória dos militantes mortos e do projeto revolucionário que conduziam contra a ditadura em vigor naquele momento.

Referências

- BENJAMIN, W. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política – Obras escolhidas* (volume 1). São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985 – Camponeses torturados, mortos e desaparecidos*. Brasília: MDA, 2011.
- CARVALHO, Ferdinando de. *O Comunismo no Brasil: Inquérito Policial Militar n. 709* (4 volumes). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1966.
- CIOCCARI, Marta. Reconstruindo memórias traumáticas: camponeses e o regime militar. In: *Retratos dos Assentamentos*, v. 18, n. 2, 2015.
- CRUZ, Carlon. *Lamarca*. Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos/BA: Edição do autor, s/d.

² Boa parte desses autores fazem parte da Comissão Camponesa da Verdade (CCV), uma organização da sociedade civil criada em 2012 por lideranças de movimentos sociais do campo para subsidiar os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade (CNV) sobre as violações de direitos humanos no campo. Embora a CNV tenha encerrado seus trabalhos em 2014, a CCV segue atuando e está focada atualmente na investigação sobre a colaboração entre empresas e a ditadura no campo, em parceria com o Centro de Antropologia e Arqueologia Forense (CAAF) da Universidade Federal de São Paulo.

CODARIN, Vitor. *A arma da crítica e a crítica das armas: a trajetória do Movimento Revolucionário Oito de Outubro (DI-GB/MR-8) na luta armada contra a ditadura civil-militar brasileira (1969-1972)*. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2018.

COMISSÃO DE FAMILIARES DE MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Grupo Tortura Nunca Mais e Núcleo de Estudos da Violência. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. *Relatório*. Brasília: CNV, 2014.

FAVRET-SAADA, Jeanne. The way things are said. In: *Ethnographic Fieldwork: an anthropological reader*. Blackwell Publishing, 2007.

FERNANDES, Pádua. As terras indígenas e a (in)justiça de transição: o Supremo Tribunal Federal e a legitimação dos crimes da ditadura militar. In: *V Seminário Nacional Direitos, Pesquisa e Movimentos Sociais*, Vitória, 2015.

FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: NAU, 2003.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GRAMSCI, Antônio. *A questão meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GUIMARÃES, Plínio F. *Outras formas de enfrentar a ameaça comunista*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2014.

INSTITUTO ZEQUINHA BARRETO. *Zequinha Barreto: um revolucionário brasileiro*. Osasco/SP: Sindicato dos Químicos e Instituto Zequinha Barreto, 2008.

MEDEIROS, Leonilde (org.). *Ditadura, conflito e repressão no campo: a resistência camponesa no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NOVAES, Regina. Lembranças camponesas: repressão, sofrimento, perplexidade e medo. In: ESTERCI, Neide *et al.* *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: *Estudos Históricos*, v. 2, n. 3, 1989.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 2010.

ROCHA, Vítor. Lamarca é lembrado com feriado em Brotas de Macaúbas. A Tarde, 19/09/2009. Disponível em: <<https://atarde.com.br/politica/lamarca-e-lebrado-com-feriado-em-brotas-de-macaubas-142471>>.

SAUER, Sergio; SARAIVA, Regina F. Violência, Repressão e Resistências Camponesas: reflexões e (re)construções a partir da Comissão Camponesa da Verdade. In: *Retratos dos Assentamentos*, v. 18, n. 2, 2015.

SILVA, Reizinho P. *Do Buriti à Pintada: Lamarca e Zequinha na Bahia*. Documentário, 2011.

TELÓ, Fabricio. Terra e Justiça de Transição no Brasil. In: *VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais*. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

TELÓ, Fabricio. *Organizações armadas e camponeses: comunicação, emoções e engajamento político (1968-1975)*. Tese (Doutorado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2019.

VIANA, Gilney. *Camponeses mortos e desaparecidos: excluídos da Justiça de Transição*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013.

WEBER, Max. *Metodologia das Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, 1973.

WELCH, Cliff. Camponeses, a verdade e a história da ditadura em São Paulo: In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 6, n. 11, 2014.

Semeando lutas, construindo resistências na luta pela reforma agrária: a atuação do NAJUP Luiza Mahin

*Ana Cláudia Diogo Tavares
Fernanda Maria da Costa Vieira
Maria Luiza Galle Lopedote
Viviane Carnevale*

Introdução

Conhecer, na dimensão humana, que aqui nos interessa, qualquer que seja o nível em que se dê, não é o ato através do qual um sujeito, transformado em objeto, recebe, dócil e passivamente, os conteúdos que outro lhe dá ou impõe. O conhecimento, pelo contrário, exige uma presença curiosa do sujeito em face do mundo. Requer sua ação transformadora sobre a realidade. Demanda uma busca constante. Implica invenção e reinvenção. Reclama a reflexão crítica de cada um sobre o ato mesmo de conhecer, pelo qual se reconhece conhecendo e, ao reconhecer-se assim, percebe o “como” de seu conhecer e os condicionamentos a que está submetido seu ato. Conhecer é tarefa de sujeitos, não de objetos. E é como sujeito, e somente enquanto sujeito, que o homem pode realmente conhecer (Paulo Freire).

A Constituição de 1988, em seu artigo 207, estabeleceu um tripé a ser exercido pelas universidades públicas: ensino, pesquisa e extensão. Instituiu, com isso, parâmetros tensionadores do papel da universidade no cumprimento de sua função social.

Assim, a construção de um modelo de conhecimento estático que se pressupõe transmitir para corpos vazios e silenciosos, rompe-se com a dimensão de um conhecimento que se constrói vivo na relação dialógica entre educador e educando. É Paulo Freire (2013, p. 20) quem nos ensina:

Por outro lado, o homem, que não pode ser compreendido fora de suas relações com o mundo, de vez que é um “ser-em-situação”, é também um ser do trabalho e da transformação do mundo. O homem é um ser da “práxis”; da ação e da reflexão. Nestas relações com o mundo, através de sua ação sobre ele, o homem se encontra marcado pelos resultados de sua própria ação. Atuando, transforma; transformando, cria uma realidade que, por sua vez, “envolvendo-o”, condiciona sua forma de atuar. Não há, por isso mesmo,

possibilidade de dicotomizar o homem do mundo, pois que não existe um sem o outro.

É a extensão universitária que permite essa relação de práxis tão necessária para efetivação de uma educação emancipadora. Sendo um projeto de extensão da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ, o Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin atua nessa direção. Construído com os pilares de uma educação popular, marcado pelas balizas de uma assessoria jurídica também popular e pesquisa militante. O grupo vem atuando na defesa da luta pela democratização da reforma agrária ao lado do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST/RJ).

Compreende-se que a função social da universidade pública reside na sua capacidade de romper com o silenciamento imposto às vozes dos movimentos sociais. A certeza arrogante da academia vetusta que se impõe como a única fonte de produção de saber e conhecimentos válidos, cede diante da tensão exercida pelas ações de extensão, que colocam em xeque não apenas o ensino das salas de aula, mas também o horizonte das produções das pesquisas acadêmicas.

Não sem razão, Balestro e Sauer (2013), ao falarem das disputas ideológicas em torno da produção agroecológica, nos lembram do direcionamento de uma série de políticas públicas e técnicas, que sustentaram desde a década de 1970, a implementação do modelo agropecuário, impulsionado pela revolução verde:

A implantação do modelo agropecuário e do pacote tecnológico foi realizada ainda com a criação de uma rede pública e oferta de assistência técnica e extensão rural, a instalação, destinação de recursos e promoção de pesquisas e ensino (criação de cursos universitários e técnicos nas universidades públicas e escolas técnicas). Todos os recursos públicos estavam voltados para o financiamento de pesquisas e a disseminação do pacote tecnológico baseado na lógica da produção monocultora em grandes extensões de terra, excluindo a esmagadora maioria dos pequenos produtores (BALESTRO; SAUER, 2013, p. 9).

Portanto, a extensão universitária comprometida com a emancipação das trabalhadoras e dos trabalhadores é a que propicia uma perspectiva mais vigorosa para o conhecimento produzido, pois, nos dizeres de Paulo Freire (2013, p. 31), “[...] se a teoria e a prática são algo indicotomizável, a reflexão sobre a ação ressalta a teoria, sem a qual a ação (ou a prática) não é verdadeira. A prática, por sua vez, ganha uma significação nova ao ser iluminada por uma teoria da qual o sujeito que atua se apropria lucidamente”.

O projeto de extensão NAJUP Luiza Mahin se instaura nessa perspectiva e suas ações são construídas a partir das vozes dos excluídos da terra. Sen-

do assim, o presente artigo tem como principal objetivo abordar a atuação do grupo, através de seus pilares de educação popular, assessoria jurídica popular e pesquisa-militante, em sua articulação com o MST na defesa da luta pela reforma agrária, refletindo sobre a importância da extensão universitária no cumprimento da função social da Universidade.

Primeiramente, será apresentada uma reflexão sobre o potencial da extensão universitária no cumprimento da função social da universidade. Em seguida, como o NAJUP Luiza Mahin atua nesse sentido, exemplificando com as ações voltadas à luta pela reforma agrária.

O NAJUP busca efetivar uma ação teorizada por aqueles que, ao longo do processo histórico, tiveram suas vivências destroçadas pelo projeto hegemônico do capital. Trata-se, portanto, de romper com uma tradição do pensamento ocidental que se expressou no dizer de Boaventura de Sousa Santos (2008) como uma *sociologia das ausências*.

Para Santos (2008), a modernidade ocidental se expressou em determinados parâmetros de saber e conhecer que relegou ao rebaixamento quaisquer outras formas de produção que não fossem as demarcadas pelas metodologias impostas pelo paradigma hegemônico, gestando assim uma noção de ciência que se apresenta supressora de qualquer outra racionalidade não derivativa da formação ocidental.

Essa supressão, marca da formação colonial/imperial, fundada em processos de silenciamento, quando não eliminação, impôs um rebaixamento em diversas formas de pensar, de visões de mundo não ocidentais, práticas distintas das que foram sedimentadas como modelos pelo ocidente.

[...] A experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que o que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante. [...] esta riqueza social está a ser desperdiçada. É deste desperdício que se nutrem as ideias que proclamam que não há alternativa, que a história chegou ao fim e outras semelhantes. [...] Para combater o desperdício da experiência, para tornar visíveis as iniciativas e os movimentos alternativos e para lhes dar credibilidade, de pouco serve recorrer à ciência social tal como a conhecemos (SANTOS, 2008, p. 94).

Há uma relação direta entre a forma como o ocidente impôs seu padrão civilizatório por meio dos processos coloniais e como a ciência, ao longo do seu processo de formação, representou a sedimentação de um determinado modelo de produção de conhecimento. Não é pouco significativo que Spivak (2010, p. 20) nos alerte para o fato de que “[...] a produção intelectual ocidental é, de muitas maneiras, cúmplice dos interesses econômicos internacionais do Ocidente”.

Romper com essa lógica e construir uma perspectiva a *contrapelo* impõe, de acordo com Santos (2008), uma *ecologia dos saberes*, que rompa com a perspectiva monocultural da tradição colonial, que, em certo sentido, se faz ainda presente na produção do conhecimento, tendo como resultado um processo de silenciamento, invisibilidade, quando não eliminação de saberes outros e práticas múltiplas e distintas do eixo hegemônico.

Assim, há uma necessidade para se pensar projetos emancipatórios de efetuar uma ruptura epistemológica, reconhecendo na matriz dominante uma relação assimétrica e de poder sobre as outras matrizes. Santos (2008) nos fala de uma razão metonímica que se funda com a modernidade ocidental a partir da pressuposição de uma totalidade, que se constrói com o argumento de validade como uma absorção de multiplicidade de partes, formando o todo, mas que de fato, expressa a formação de uma parte (ocidente) que se projeta como o único modelo possível e credível.

Vandana Shiva (2001) também aborda a colonização intelectual que orienta as monoculturas produtivas da mente e do poder predominantes no sistema capitalista. Segundo a autora, os sistemas locais de saber sofrem dois principais tipos de violências, dentre a variedade de opressões que poderíamos citar, sendo elas: o não reconhecimento como saber dos conhecimentos locais, construídos pelas comunidades, sendo estes obscurecidos e considerados irrelevantes; e a destruição sistemática das próprias condições de existência dos sistemas locais de saber, reduzindo drasticamente os espaços onde os caminhos alternativos ao sistema vigente possam ser tecidos.

Daí a importância de um projeto de extensão que produza ação a partir da fala e da experiência dos movimentos sociais, em especial no campo jurídico, que, como nos lembra Bourdieu (1989) demarca-se pelo *direito de dizer o direito*, marca dos profissionais do campo jurídico e retirando qualquer sentido quando se trata de um direito reclamado pelas ruas, por trabalhadores e trabalhadoras.

Nesse sentido, a atuação do NAJUP Luiza Mahin aponta em um duplo desafio, de um lado, inverte a tradição das ciências sociais, que tendo como campo de análise movimentos sociais os coloca como sujeitos passivos dessa produção, logo meros *objetos* de pesquisa/extensão, destituídos de saber válido; de outro, rompe com a perspectiva jurídica que coloca o sujeito processual como um ser assujeitado ao discurso competente exercido pelos atores do campo jurídico, devolvendo-lhes o papel de sujeitos da sua história, dentro de um conflito político-jurídico.

A articulação de experiências de pesquisa participativa, que promovem a transformação tanto dos sujeitos pesquisados quanto de pesquisadores, a

partir da intervenção relacional e em movimento como premissa, é nomeada por Ribeiro *et al.* (2020) como sociologia viva e direito em ação.

A produção de conhecimentos é uma forma de compreensão da realidade. Quando há uma multiplicidade de atores sociais e de saberes envolvidos nessa produção orientada para a transformação da realidade, podemos afirmar que temos uma educação popular em andamento e uma pesquisa militante.

Portanto, o termo pesquisa militante busca designar esse amplo espaço de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora que busca aliar a reflexão crítica e teórica com a prática nas lutas populares em um processo multidirecional, articulando intelectuais, pesquisadores, movimentos sociais, comunidades e organizações políticas, com os objetivos de fortalecer o protagonismo popular e de contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária, livre de todas as opressões e dominações (JAU-MONT; VARELLA, 2016, p. 433).

A luta pela reforma agrária a partir da universidade e a atuação do NAJUP Luiza Mahin

A extensão universitária teve sua inserção no Brasil na década de 1950-1960, em que diversas iniciativas de educação popular junto a movimentos sociais, inclusive o Serviço de Extensão Cultural criado por Paulo Freire na Universidade de Recife (GADOTTI, 2017). Mas tais iniciativas foram desmanteladas com o golpe empresarial-militar de 1964, que levou a União Nacional de Estudantes (UNE), com seu projeto “UNE volante”, à clandestinidade e ao exílio de Paulo Freire no Chile para trabalhar no Instituto Chileno para a Reforma Agrária. É importante destacar que a educação popular esteve muito presente na essência da extensão universitária.

O período de abertura democrática com o fim da ditadura empresarial-militar e da realização da Assembleia Constituinte de 1987 permitiu questionamentos no interior das próprias instituições sobre a função social da universidade (NOGUEIRA, 2013).

Nesse contexto, Gadotti (2017) aponta a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiros (atual FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições de Educação Superior Públicas Brasileiras) em 1987, como importante para a institucionalização da extensão universitária, ao lado do ensino e da pesquisa.

Para o FORPROEX a Extensão Universitária foi entendida como um processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade. Para o FORPROEX, A Extensão Universitária é “uma via de mão-dupla” entre Universidade e sociedade. O saber acadêmico e o saber popular se reencontravam (GADOTTI, 2017, p. 2).

Sendo assim, a Constituição de 1988 trouxe o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o da autonomia universitária. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) ainda estabelece em seu artigo 43 a extensão como finalidade da universidade, além de “estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade” (Brasil, 1996, art. 43, inciso VI). Os Planos Nacionais da Educação, desde 2001, trazem a curricularização da extensão como obrigatória, entendendo-a como parte importante para a formação dos graduandos (GADOTTI, 2017).

No entanto, a obrigatoriedade da extensão no currículo deixou evidente uma disputa pelo termo extensão, entre concepções de caráter assistencialista e liberal, por um lado, e preocupações com a interação dialógica (FREIRE, 1987), por outro. O assistencialismo permeado em ações de extensão possui uma transmissão verticalizada de saberes, a universidade produz e a sociedade recebe. Por outro lado, há ações de extensão, como o NAJUP Luiza Mahin, que seguem uma teoria de produção de conhecimento horizontalizada por meio do diálogo.

Paulo Freire (1987) nos ensina que o ser humano é um ser inacabado e inconcluso, pois é um ser histórico, com um devir em aberto. Por isso, diante da consciência humana de sua inconclusão, a educação tem o papel de compreensão da realidade. e, mais do que isso, do ser humano inserido em determinada realidade em coletivo:

Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devenir da realidade.

Desta maneira, a educação se refaz constantemente na práxis. Para ser tem que estar sendo (FREIRE, 1987, p. 47).

Diante dos retrocessos impostos pelos interesses das classes dominantes, que, no Brasil, continuam sendo agrárias e tendo o monopólio da terra, é preciso puxar o freio de emergência. O papel dos atores sociais, incluindo movimentos sociais e grupos de extensão popular, é escrever um presente e um futuro com a interrupção dessa ideia desenvolvimentista de progresso. Agro não é pop, é tecnologia da morte de trabalhadores, trabalhadoras, indígenas, quilombolas, comunidades tradicionais e do meio ambiente. Segundo Gadotti (2017, p. 15):

O desafio da curricularização da extensão, no momento político que estamos vivendo, é enorme. A saída é política: construir um projeto político

popular. Precisamos de formação política para que a população consiga distinguir os interesses de classe em jogo [...] Uma conhecida frase de Florestan Fernandes resume bem o seu pensamento a respeito: “ou os estudantes se identificam com o destino do seu povo, com eles sofrendo a mesma luta, ou se dissociam dele, e neste caso, serão aliados de quem explora o povo”. O mesmo vale para os professores.

Em face a esse desafio de formação política, o NAJUP Luiza Mahin se insere como um estalo, usando a expressão de Almeida (2015), na Faculdade de Direito da UFRJ, construindo uma possibilidade de refletir sobre o Direito inserido na luta de classes como uma ideologia contra-hegemônica. Diante do diagnóstico do campo jurídico representar valores da classe dominante inseridos na forma-valor, o Direito também pode ser entendido como uma reivindicação na luta por direitos em conflitos sociais. Pazello (2019) insere essa concepção crítica do fenômeno jurídico como “sendo” em articulação com os movimentos sociais.

Nesse contexto, segundo o autor, o trabalho da assessoria jurídica popular se desdobra em três tarefas: técnico-jurídica, política e pedagógica. A primeira compreende o uso dos conhecimentos jurídicos como instrumento processual. O segundo é a articulação política entre os atores sociais para planejar estratégias. E o último pode ser entendido em conjunto com Paulo Freire: caráter pedagógico da própria luta em si, da compreensão que está sendo diante de condições materiais e as transformando.

Assim, o NAJUP Luiza Mahin, criado em 2012 a partir da organização de graduandas e graduandos de duas universidades públicas (UFRJ e UERJ) na luta pelo direito à moradia, vem ampliando sua atuação para outros movimentos sociais, firmando-se como um grupo de extensão que dentro da faculdade de direito da UFRJ disputa a produção do conhecimento jurídico e a concepção de extensão universitária.

Destaca-se o impacto na formação dos graduandos e no cumprimento da função social da universidade em refletir sobre os conflitos de terra no estado do Rio de Janeiro sem perder de vista a historicidade e totalidade das políticas agrárias e, dessa forma, viabilizar a mão-dupla de saberes com o Movimento de Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra (MST) no Brasil.

Nossa atuação no campo da assessoria jurídica universitária popular na luta pela reforma agrária se organiza em diferentes frentes, que inclui o trabalho junto ao MST na luta pela consolidação de assentamentos organizados, na construção da Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA), na incidência em ações de controle dirigidas ao Supremo Tribunal Federal (Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental – ADPF n° 769, ajuizada em 09 de dezembro de 2020) entre outros. Há também, como desdobra-

mentos do Núcleo, o desenvolvimento de pesquisas acadêmicas na temática, orientadas pelas professoras coordenadoras do NAJUP Luiza Mahin e integrado por estudantes que compõem o Núcleo.¹

De maneira breve, importa mencionar que o Movimento Sem Terra inicia sua organização no Estado do Rio de Janeiro na década de 1970, neste que é um estado marcado por um intenso processo de urbanização no século XX, atravessado pelo êxodo rural e a concentração fundiária que ocorrem e se aprofundam ao longo do mesmo período no Brasil (QUINTANS *et al.*, 2020).

A atuação do MST se consolidou no Estado do Rio de Janeiro, especialmente a partir da década de 1990, com a organização de acampamentos e assentamentos (QUINTANS *et al.*, 2020). Dentre os assentamentos organizados pelo movimento o NAJUP tem atuado de maneira mais próxima a dois deles: o PDS Osvaldo de Oliveira (Macaé, RJ) e o PDS Irmã Dorothy (Quatis, RJ), sobre os quais trataremos nos tópicos seguintes.

Conforme Quintans e coautores (2020, p. 9), a Jornada Universitária em Defesa da Reforma Agrária (JURA) foi criada durante o 2º Encontro Nacional dos Professores Universitários, realizado em 2013. A partir de então a JURA passou a ocorrer anualmente, em geral entre nos meses de abril e maio,² “em universidades públicas e particulares e em institutos de ensino por todo o país, com o objetivo de dar visibilidade ao tema da reforma agrária dentro desses espaços acadêmicos” (QUINTANS *et al.*, 2020, p. 9). Desde 2014, o NAJUP participa das JURAs,

[...] promovendo o debate da reforma agrária na Faculdade de Direito/UFRJ através de mesas, feiras, atividades culturais como místicas, exposições, apresentações, apresentações musicais, noites culturais e ainda na realização de visita aos assentamentos rurais. A Jornada é um importante espaço de troca de conhecimento entre estudantes e aqueles que militam na luta pela reforma agrária (QUINTANS *et al.*, 2020, p. 9).

Em função da conjuntura de contrarreforma agrária (TAVARES *et al.*, 2021; ALENTEJANO, 2015) por meio da mudança de legislações e interven-

¹ As pesquisas têm como ponto de partida as experiências e práticas no campo da assessoria jurídica popular aos movimentos sociais, em especial o MST, na luta pela reforma agrária e buscam contribuir para uma compreensão aprofundada sobre conflitos coletivos, reforma agrária e poder judiciário no período da ditadura empresarial-militar e no tempo presente, a atuação dos órgãos do poder executivo para a reforma agrária, entre outras.

² O período da JURA dialoga com o dia 17 de abril, definido como dia nacional de luta pela reforma agrária, após o massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido nessa data, em 1996, que resultou na morte de mais de 19 trabalhadores sem terra. No Rio de Janeiro, a JURA vem ocorrendo em todas as instituições universitárias públicas, como UFRJ, UERJ, UNIRIO, UFF, RURAL, além dos institutos federais.

ções no INCRA, a universidade deve assumir um papel junto a movimentos sociais na defesa da luta pela reforma agrária. Diante disso, o NAJUP Luiza Mahin busca trazer o debate para a Faculdade Nacional de Direito ao compor mesas com militantes da luta pela reforma agrária, entre os quais os assentados e acampados, em áreas em disputa, e atuar na assessoria jurídica dos casos relatados a seguir.

1. PDS Osvaldo de Oliveira

O NAJUP Luiza Mahin participa da assessoria jurídica do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Osvaldo de Oliveira, criado em 02 de abril de 2014 pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no imóvel desapropriado Fazenda Bom Jardim, de propriedade da empresa Campos Difusora, com área de 1,5 mil hectares e capacidade para 78 famílias, localizado no distrito de Córrego do Ouro, no município de Macaé.

Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) é uma modalidade de assentamento, de interesse social e ecológico, que objetiva conciliar o assentamento humano com o patrimônio ambiental. Criada por meio da Portaria/INCRA nº 477, de 04 de novembro de 1999, essa modalidade de projeto ambientalmente diferenciado³ é “destinada às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental” (BRASIL, 1999, art. 1º).

O PDS Osvaldo de Oliveira é a primeira experiência de assentamento rural dessa modalidade no estado do Rio de Janeiro, fruto da luta do MST por reforma agrária com matriz agroecológica.⁴

As professoras que coordenam atualmente o NAJUP Luiza Mahin prestaram assessoria jurídica às famílias e ao MST desde a primeira ocupação da área, em 7 de setembro de 2010, a partir da atuação na Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP) e no Centro de Assessoria Jurídica.

³ As modalidades de assentamentos ambientalmente diferenciados estão atualmente previstas no artigo 10 do Decreto 9.311/2018. Nos termos desse dispositivo, são as seguintes: Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE); Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) e Projeto de Assentamento Florestal (BRASIL, 2018).

⁴ De acordo com González de Molina e Sevilla Guzmán (1996), a matriz agroecológica constitui um campo de estudos que pretende o manejo ecológico dos recursos naturais, para – através de uma ação social coletiva de caráter participativo, de um enfoque holístico e de uma estratégia sistêmica – reconduzir o curso alterado da coevolução social e ecológica, mediante um controle das forças produtivas que estanque, seletivamente, as formas degradantes e espoliadoras da natureza e da sociedade, tendo como aporte o conhecimento dos atores endógenos de uma determinada realidade.

dica Popular Mariana Criola, associação sem fins lucrativos criada em 2006 e encerrada em 2019.

O Decreto Presidencial de desapropriação que declarou a área como de interesse social para fins de reforma agrária foi publicado em 1º de setembro de 2010 (BRASIL, 2010), e a Ação de Desapropriação foi ajuizada pelo INCRA cerca de dois anos depois, em 2012 (TRF2, Processo nº 0000767-04.2012.4.02.5116). Em seguida, a propositura de uma Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal, no mesmo ano, trouxe novos elementos para a luta pela terra: a exigência de condicionamento da reforma agrária ao compromisso do Incra com as demandas de natureza ambiental. Conforme Tavares, Vieira e Quintans (2021, s/p),

Um dos elementos mais significativos na defesa do PDS Osvaldo de Oliveira foi a atuação das famílias organizadas pelo MST, junto com a assessoria jurídica popular, que acompanharam todas as etapas da tramitação da ação civil pública, promovendo despachos com o MPF e com o juiz, apresentando estudos técnicos, participando de audiências, fazendo incursões ao judiciário etc. Atuaram como assistentes na Ação Civil Pública e com isso puderam juntar diversos materiais comprovando que exerciam a posse da área com a garantia do controle ambiental e promoviam a produção de forma agroecológica.

O grupo de extensão passou a se envolver na assessoria e em atividades de formação demandadas pelos assentados e pelo movimento social, após a criação do PDS, em conjunto com outros grupos e projetos de extensão que também desenvolvem atividades junto às famílias do PDS Osvaldo de Oliveira. Destaca-se, por exemplo, a atuação de grupos e projetos de extensão da Universidade Federal Fluminense (UFF) do câmpus de Rio das Ostras e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) do câmpus de Macaé.

Entre as atividades de extensão realizadas em conjunto, destacamos: atividades de formação como oficinas e visitas, apoio na elaboração do Estatuto da Associação dos Assentados no PDS, acompanhamento dos atos políticos do MST e a elaboração de petições no âmbito dos processos judiciais em curso.

Entre as visitas na área, destacamos a presença do NAJUP na inauguração da Casa da Farinha do PDS, caracterizada como “uma comemoração-resistência”, e o acompanhamento da visita do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e do Ministério Público Federal (MPF) no local (QUINTANS *et al.*, 2020, p. 8).

Em 2019, o Seminário realizado pelo NAJUP contou com a participação de Marcela Santos, assentada e coordenadora do PDS, que compartilhou sua experiência em um assentamento ambientalmente diferenciado de reforma agrária (QUINTANS *et al.*, 2020, p. 8).

Disputas político-judiciais acompanharam o processo de construção do PDS e ainda estão em curso, em especial com a reviravolta representada por decisão de 2019, do Tribunal Regional Federal da 2ª região (TRF2), que reformou de forma surpreendente a sentença de primeira instância da Ação Civil Pública (ACP), proposta pelo Ministério Público Federal (MPF) contra o INCRA (TRF2, Processo n. 0000773-11.2012.4.02.5116), e determinou a retirada das famílias assentadas do imóvel.

A surpresa em relação à referida decisão deve-se ao fato de que não houve recurso em relação à sentença, pois tanto o INCRA quanto o MPF concordaram com seu conteúdo. A sentença condenou parcialmente o INCRA a criar o assentamento na modalidade PDS, com o cumprimento da legislação ambiental. Em nenhum momento, o MPF pediu na ação que a área fosse devolvida à empresa proprietária, que nem participa dessa ação. A ação de desapropriação (TRF2, Processo n° 0000767-04.2012.4.02.5116), ajuizada pelo INCRA em face dela, ainda estava pendente de sentença na primeira instância e foi simplesmente declarada extinta pelo TRF da 2ª Região como resultado do julgamento da ACP, outra ilegalidade cometida que configura a supressão de instância judicial.

O NAJUP Luiza Mahin esteve presente, ao lado das famílias assentadas no PDS Osvaldo de Oliveira, na sessão de julgamento do TRF da 2ª Região em que o processo foi julgado em fase recursal. As coordenadoras do NAJUP, que também são advogadas populares, também atuaram juridicamente, através da marcação de agendas com os julgadores a fim de subsidiar, com argumentos fáticos e jurídicos, uma decisão favorável à permanência das famílias. Na ocasião, foram entregues memoriais elaborados pelo Conselho Gestor⁵ do PDS, em que se atesta o impacto positivo do PDS na região de Macaé, pela inserção de uma diversificada produção agroecológica, em parte destinada aos programas de alimentação escolar.

A decisão do TRF2 foi suspensa pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2020, atendendo ao pedido de Suspensão de Segurança do INCRA. A suspensão foi precedida por uma campanha nacional (que envolveu divulgação midiática e envio de e-mails para o presidente), protagonizada pelo MST, contra o despejo das famílias do PDS Osvaldo de Oliveira. O NAJUP repercutiu a campanha em suas mídias.

⁵ O Conselho Gestor foi criado através da Portaria n. 29/2016/INCRA/SR (07)G, de 04 de setembro de 2016, tendo como integrantes instituições governamentais e organizações de representação da sociedade civil.

2. O atual Projeto de Assentamento e futuro PDS Irmã Dorothy

O Irmã Dorothy é um assentamento localizado no município de Quatis, RJ, cuja história tem mais de quinze anos de luta. Indicado pelo MST e pelo Sindicato de Trabalhadores Rurais de Barra Mansa como latifúndio improdutivo, em 2004 tem início o processo, pelo INCRA, para averiguação da produtividade do imóvel Fazenda da Pedra. Em fevereiro de 2005, foi verificada a improdutividade e recomendada a desapropriação para fins de reforma agrária pelo órgão.

Meses depois, o movimento e o sindicato organizaram a ocupação da Fazenda, que em poucos dias contou com 120 famílias, para pressionar o Instituto à realização da política de reforma agrária, com a criação do assentamento no local. Os proprietários do imóvel, sabendo da organização da ocupação, ingressaram na justiça estadual com uma ação de interdito proibitório, em agosto de 2005, para impedir a mobilização das famílias e trabalhadores rurais sem terra. Em outubro daquele ano teve início a ocupação da Fazenda, o que transformou a ação ajuizada pelos fazendeiros em uma ação de reintegração de posse, na qual rapidamente o juízo estadual determinou a remoção das famílias. A decisão foi suspensa por recursos da parte das famílias e do INCRA, e em fevereiro de 2006 foi determinado pelo Tribunal que as famílias poderiam permanecer na Fazenda, mas em apenas 2% da área do imóvel. Esta situação perdurará por nove anos.

Em outubro de 2006 foi publicado o Decreto Presidencial que autoriza a desapropriação da Fazenda da Pedra para fins de reforma agrária, e, no mesmo mês, o INCRA ingressou com ação de desapropriação. Apesar do texto legal, a imissão na posse do imóvel pelo INCRA só foi determinada em outubro de 2014 – ou seja, oito anos depois do decreto autorizativo e do ajuizamento da ação desapropriatória. Ao longo deste período, foram feitas negociações entre o Instituto e os proprietários para redução da área da fazenda a ser desapropriada e a permanência da família fazendeira no imóvel.

Determinada a imissão na posse em outubro de 2014, apenas em setembro de 2015 é oficialmente criado o assentamento pelo INCRA. Ocorre que até este momento ainda não foi realizado o cadastramento das famílias que residem há mais de dez anos no Irmã Dorothy para a Relação de Beneficiários (RB). Paralelamente, mudanças no corpo legal referente à política de reforma agrária, em especial a conversão da MP da Grilagem em lei, a Lei n. 13.465/2017, aprofundam o processo de contrarreforma agrária e reduzem as modalidades de assentamento possíveis, alteram critérios de seleção de famílias e, em especial, incentivam a titularidade da terra por meio de Títulos de Domínio (TD) e não mais por Concessão de Direito Real de Uso (CDRU).

Assim, os títulos de domínio permitem a entrada da terra destinada à reforma agrária no mercado imobiliário novamente, ao desprovê-la da proteção administrativa. Esta forma de titularidade tem lugar de preferência na Lei n. 13.465/2017, que dificulta a criação de projetos de assentamento que comportem a titularidade por concessão de direito real de uso, como o são os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Uma das últimas atuações do NAJUP no projeto Irmã Dorothy foi a partir de demanda das famílias assentadas. Foi elaborada uma cartilha informativa com a retomada histórica de luta do assentamento, trazendo os direitos assegurados constitucional e legalmente, em especial as alterações recentes nas leis referentes à política de reforma agrária. A cartilha discute também as vantagens e desvantagens das diferentes modalidades de titularidade da terra e de projetos de assentamento – os Projetos de Assentamento (PAs) convencionais e os Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS).

Esta foi uma atuação que teve lugar já no período da pandemia do Covid-19, em que reuniões de debates e de formação ocorreram de forma remota. Em oportunidades anteriores à pandemia, o NAJUP prestou assessoria jurídica no processo judicial, no processo administrativo de consolidação do assentamento, além de ter organizado visitas ao assentamento como parte da programação da Jornada Universitária Popular (JURA), rodas de conversa, oficinas, vivências de três dias junto às famílias assentadas, fortalecimento de campanhas etc. (QUINTANS *et al.*, 2020).

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 769

A ausência de implementação da política de reforma agrária pelo governo federal, sob a presidência de Jair Bolsonaro (2019-2022), com retrocessos em áreas com processos de desapropriação já iniciados e avançados no Brasil, motivaram o ajuizamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n° 769, no Supremo Tribunal Federal, por organizações em defesa da Reforma Agrária, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (CONTAG), e por partidos políticos do campo da esquerda (TAVARES; VIEIRA; QUINTANS, 2021).

O poder judiciário, diante dos conflitos coletivos de terra, tem atuação marcadamente patrimonialista e em nada assecuratória dos direitos consagrados constitucional e legalmente, como a função social da propriedade e a execução da política de reforma agrária em âmbito nacional. Via de regra, o sistema judicial é encarado, no campo da assessoria jurídica popular, não como alternativa para conquista do direito à terra, mas como um campo de disputa

que é necessário atravessar, posto que, geralmente, é acionado pelos proprietários de terras para reintegrações de posse, interditos proibitórios etc.

Apresenta-se, porém, como novidade a avaliação dos movimentos sociais de luta pela terra pelo ajuizamento de ação de controle de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal para pleitear, judicialmente, a construção e efetividade de uma política nacional de reforma agrária tal qual previsto na Constituição Federal de 1988, especialmente nos artigos 184 e seguintes, no capítulo intitulado Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.

Ajuizada pela CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (CONTRAF-Brasil) e os partidos políticos Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Comunista do Brasil (PCdoB), Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Rede Sustentabilidade (REDE), a ADPF visa enfrentar o processo de contrarreforma agrária no país e a não destinação das terras públicas federais a reassentamentos. A petição inicial é robusta em elencar, cronologicamente, o desmonte da política de reforma agrária no país, agudizado especialmente após a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República.

A petição inicial da ADPF elencou alguns atos normativos como mais relevantes para a análise das ações e omissões do governo Bolsonaro à reforma agrária por via do Incra, dos quais trataremos abaixo. Entre eles está o Memorando Circular n. 01/2019, que “determinou o sobrestamento de todos os processos de aquisição, desapropriação” e outras formas de aquisição de terras para fins de reforma agrária (CONTAG *et al.*, 2020, p. 6).

Este mesmo Memorando n. 01 determinou a paralisação das vistorias a imóveis rurais, que tem como fim a verificação *in loco* da produtividade da terra e o decorrente cumprimento ou não da função social da propriedade (CONTAG *et al.*, 2020). Este Memorando tem sido “utilizado indiscriminadamente pelas superintendências regionais”, e a partir dele foram paralisados mais de quatrocentos processos de desapropriação e aquisição (CONTAG *et al.*, 2020, p. 7).

Outras normativas importantes são os Memorandos n. 06/2019 e 08/2019. A partir da sua edição, o governo federal, por meio do Incra, desistiu injustificadamente de uma série de processos de desapropriação, tanto no âmbito administrativo quanto judicial, além de ter promovido o cancelamento de títulos de dívida agrária (CONTAG *et al.*, 2020).

Esses processos tratavam de acampamentos ou assentamentos consolidados, com famílias morando e produzindo e que foram subitamente lançadas em situação de insegurança na posse. Tais desistências injustificadas desconsideram os recursos já despendidos e as situações já consolidadas em cada fazenda. Ao todo, 513 áreas tiveram seus processos paralisados. Ainda o INCRA

está inerte e totalmente omissivo em relação aos 187 processos, nos quais o pagamento já foi realizado e está pendente apenas a imissão na posse do imóvel (CONTAG *et al.*, 2020).

Em termos orçamentários, houve cortes sucessivos da verba destinada ao Incra. Se em 2019 já houve enorme redução dos valores destinados às políticas de reforma agrária e ao Incra, em 2020 o valor empenhado e efetivamente executado sequer alcançou 10% do orçamento previsto (CONTAG *et al.*, 2020). Ou seja, além de uma redução do recurso, o recurso que há não é sequer executado.

Em contrapartida, o orçamento para o pagamento de precatórios, ou seja, indenizações judiciais a fazendeiros, foi aumentado enormemente. Some-se a este quadro a não destinação de terras públicas para a reforma agrária, conforme previsto constitucionalmente (CONTAG *et al.*, 2020).

Uma das políticas centrais para a redução da desigualdade é a reforma agrária, que mereceu tratamento extenso na Constituição de 1988. Em capítulo específico intitulado Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, há um conjunto de dispositivos que vão (i) determinar a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, do imóvel que não esteja cumprindo a sua função social (art. 184); (ii) definir os requisitos cumulativos para o cumprimento da função social da propriedade (art. 186); (iii) arrolar os imóveis que não são passíveis de desapropriação para tal fim (art. 185); (iv) estabelecer a forma como se dá o pagamento e as benfeitorias passíveis de indenização (CONTAG *et al.*, 2020, p. 23).

Ao final, os pedidos foram pela suspensão dos atos normativos supracitados, que o Incra promova a imissão na posse dos processos pendentes apenas desta medida, que seja a totalidade dos recursos orçamentários executado, que seja elaborado um Plano Nacional de Reforma Agrária, que não haja destinação de terra pública para fim estranho à reforma agrária, que não haja desistência de processos judiciais em que já tenha havido o pagamento de indenização mediante expedição de títulos da dívida agrária (TDAs).

Diante de uma litigância desta importância e considerando o histórico de atuação do NAJUP na luta pela reforma agrária, ao lado dos movimentos sociais de trabalhadores rurais sem terra do Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo construiu petição requerendo ao relator da ADPF 769 do STF a sua admissão como *amicus curiae* no processo.

Considerações finais

No presente artigo, refletimos sobre as formas de atuação do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin em relação

aos conflitos agrários e socioambientais relacionados à luta pela terra organizada pelo MST no estado do Rio de Janeiro.

O NAJUP Luiza Mahin consiste em projeto de extensão da UFRJ que atua em diversas frentes sob as perspectivas da educação popular, da assessoria jurídica popular e da pesquisa-ação ou pesquisa-militante.

A atuação do grupo de extensão universitária, em diálogo com o MST, é voltada, em especial, para o acompanhamento político-jurídico de assentamentos rurais (PDS Osvaldo de Oliveira e PA Irmã Dorothy) no estado do Rio de Janeiro que são palco dos mais intensos conflitos no período recente, caracterizado por uma contrarreforma agrária e por mudanças na legislação agrária nos anos 2000 (TAVARES *et al.*, 2021). Nesse contexto, ocorre a judicialização da política de Reforma Agrária, por meio de uma Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 769), na qual o NAJUP solicitou ingresso como *Amicus Curiae*, considerando sua experiência que articula ensino, pesquisa e extensão no tema objeto da ação.

É preciso reconhecer que, apesar de integrar uma instituição de ensino federal, a experiência do NAJUP Luiza Mahin tem sido no sentido de reconhecer sua autonomia por atuar a partir da metodologia desenvolvida, escolher com que grupos irá compartilhar práticas e saberes, adotar o protagonismo estudantil e ter produção teórico-prática voltada para uma práxis transformadora. A extensão universitária, indissociável da pesquisa e do ensino, tem um potencial para uma atuação da Universidade em diálogo com os setores populares, a fim de contribuir com as lutas por transformações no sentido da emancipação humana.

Referências

- ALENTEJANO, Paulo. *A Centralidade da questão fundiária no cenário agrário brasileiro do século XXI*. 2015. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/01.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- ALMEIDA, Ana Lia V. *Um estado nas faculdades de direito: perspectivas ideológicas da Assessoria Jurídica Universitária Popular*. Tese de Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas na UFPB. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8352/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.
- BALESTRO, Moisés V.; SAUER, Sérgio. A diversidade no rural, transição agroecológica e caminhos para a superação da Revolução Verde: introduzindo o debate. In: SAUER, Sérgio; BALESTRO, Moisés V. (orgs.). *Agroecologia e os desafios da transição agroecológica*. São Paulo, Expressão Popular, 2013. p. 7-15.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Portaria/INCRA/P/Nº 477 de 04 de novembro de 1999*. Disponível em: <<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/gcsubsites/upload/25/Portaria%20INCRA%20n%C3%82%C2%BA%20447,%20de%2004%20de%20novembro%20de%201999.doc>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. *Portaria nº 29/2016/INCRA/SR-07/G*, de 04 de setembro de 2016.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Portaria/INCRA/P/Nº 477*, de 04 de novembro de 1999.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto 9.311*, de 15 de março de 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9311.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto de 1º de setembro de 2010*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Dnn/Dnn12846.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Decreto Presidencial, de 19 de outubro de 2006*. Disponível em: <<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DSN&numero=19/10-2&ano=2006&ato=a57ITUE9kMRpWT84d>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996)*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

BRASIL. Presidência da República. *Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm>. Acesso em: 11 abr. 2021.

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – CONTAG, Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar Do Brasil-CONTRAF BRASIL, Partido dos Trabalhadores – PT, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL, Partido Comunista do Brasil – PCdoB, Partido Socialista Brasileiro – PSB, Rede Sustentabilidade – REDE. *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental ADPF 769 Petição inicial*. 09 de dezembro de 2020. Disponível em: <<http://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=6068150>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê? *Instituto Paulo Freire*, v. 15, 2017. Disponível em: <https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel; SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Sobre la agroecología: algunas reflexiones en torno a la agricultura familiar en España. In: GAR-

CÍA DELEÓN, Maria Antonia (ed.). *El campo y la ciudad*. Madrid: MAPA, 1996. p. 153-197.

JAUMONT, Jonathan; VARELLA, Renata Versiani Scott. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. *Revista Direito e Práxis*, v. 7, n. 13, p. 414-464, 2016. Disponível em: <<https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/8352/2/arquivototal.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

MOREIRA, Erika Macedo; RIBEIRO, Ana Maria Motta; SEVÁ, Janaina Tude; TAVARES, Ana Claudia Diogo. Academia Militante, Sociologia Viva e Direito em Ação: Assessoria Popular – Jurídica e Educacional em situações de conflito no meio rural. In: *Anais do Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*. 2020. Disponível em: <<https://direitoachadonarua.files.wordpress.com/2020/07/10-artigo-academia-militante.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. O Fórum de Pró-reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras: um ator social em construção. *Interfaces – Revista de Extensão*, v. 1, n. 1, p. 35-47, jul./nov. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/download/18932/15906/50374>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

PAZELLO, Ricardo Prestes. Teorias Críticas e Assessoria Jurídica Popular. *Revista Direitos Humanos e Sociedade*, 2019. Disponível em: <<http://periodicos.unesc.net/dirhumanos/article/view/5890>>. Acesso em: 11 abr. 2021.

QUINTANS, Mariana Trotta Dallalana; BEZERRA, Leonardo Batista; CASTRO, Kerollayne Regina Silveira da Paixão; DIAS, Mariana Barros Nogueira; GARCIA, Thiago Carvalho de Oliveira; HELLMANN, Viviane Carnevale; LOPEDOTE, Maria Luiza Galle; NASCIMENTO, Thuane Rodrigues; SOUZA, Júlia Lurdes Timbó de. Sete anos de luta: a trajetória do Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular Luiza Mahin. In: *Anais do Seminário Internacional O Direito como Liberdade: 30 anos de O Direito Achado na Rua*, 2020. Disponível em: <<https://direitoachadonarua.files.wordpress.com/2020/07/gt-3-sete-anos-de-luta.pdf>>. Acesso em: 10 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2008.

SHIVA, Vandana. *Biopirataria: a pilhagem da natureza e do conhecimento*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

SPIVAK, Gayatri C. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: UFMG, 2010.

TAVARES, Ana C.; VIEIRA, Fernanda; NASCIMENTO, Fhylipe; ALDECOA, Flávia; TROPE, Francisco; BORGES, Jéssica S.; LOPEDOTE, Maria L.; QUINTANS, Mariana; MACRUZ, Matheus O.; GARCIA, Thiago; CARNEVALE, Viviane. A (contra) reforma agrária no Rio de Janeiro: a atuação do judiciário fluminense. *Revista Praia Vermelha*, v. 31, n. 1, 2021.

Semeando lutas, construindo resistências na luta pela reforma agrária: a atuação do NAJUP Luiza Mahin

TAVARES, Ana C.; VIEIRA, Fernanda; QUINTANS, Mariana. Afagar a terra e fecundar o chão: a luta pelo direito à terra do PDS Osvaldo Oliveira. In: *Anais do VII Congresso Internacional do Núcleo de Estudos das Américas*, 2021 (no prelo).

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, *Processo n. 0000767-04.2012.4.02.5116*, 2012.

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO, *Processo n. 0000773-11.2012.4.02.5116*, 2012.

Espaço de cuidados Maria Aragão: cuidados e formação em saúde

*Ludmila Bandeira Pedro de Farias
Edinaldo Correia*

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nasceu em um momento histórico do despertar da consciência de trabalhadoras e trabalhadores, camponeses e camponesas silenciadas pela ditadura militar, trazendo à tona questões ainda pendentes desde a extinção das Ligas Camponesas pelos militares em 1964. Vinte anos depois, a luta pela terra ainda era travada no interior do Brasil. Morissawa (2001) afirma que a história das Ligas tem sua continuidade no MST, porque tanto as Ligas quanto o MST constituíam-se movimentos independentes, nascidos no próprio interior das lutas travadas pela terra e pela defesa da reforma agrária contra o monopólio da terra.

Os setores são os principais espaços organizativos do MST: onde se planejam e organizam as demandas da luta pela terra. Dentro da organicidade do movimento há os setores: Frente de Massa, que organiza a luta pela terra através das ocupações e lutas políticas; Produção, organiza a produção e a comercialização dos assentados e acampados e auxilia na gestão das cooperativas; Gênero, responsável pelo debate de gênero dentro do movimento, organiza a luta das mulheres e pelo feminismo; Educação, que cuida das escolas do campo, preocupando-se com todos os estágios de escolarização do Sem Terra – da primeira infância à pós-graduação; e de Comunicação, que faz a comunicação interna do MST e dialoga com a sociedade.

Com o Setor de Saúde não é diferente, prioriza a luta pela saúde no campo como direito humano, em uma perspectiva de integralidade e equidade, refletindo sobre as causas das doenças individuais e coletivas.

Os setores existem em diferentes instâncias do MST: nas bases, organizados nos acampamentos e assentamentos; nas regiões (dentro de cada estado) e nos 24 estados onde o MST está organizado.

Os autores desse texto vêm do espaço de militância e organizativo no MST. Ludmila Bandeira vem de uma trajetória de universidade e posterior

inserção na militância, acompanhando vários setores até fazer parte do setor de saúde; e hoje é assentada na Zona da Mata de Minas Gerais. Ednaldo Corrêa é assentado na Bahia, é filho de assentado, estudou odontologia em Cuba, por meio de parceria do MST com a Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM). Com uma militância no setor de saúde, é hoje dirigente nacional do setor.

Esse capítulo é fruto de uma produção coletiva do Setor Nacional de Saúde do MST. Elaborado, sistematizado e consolidado pela executiva¹ do setor, mostra o que é e o que representa o Espaço de Cuidados Maria Aragão ao longo dos anos de construção desse espaço, dentro e fora do MST.

Breve histórico do Setor de Saúde do MST

Saúde é condição essencial de vida para toda sociedade; por isso, sua discussão é um elemento que organiza, mobiliza e articula o MST. Portanto, desde os primeiros acampamentos, constituíram-se equipes responsáveis por cuidar dos militantes adoecidos. Esse cuidar traz consigo uma ética: proteger e zelar pelos companheiros. A preocupação inicialmente estava centrada na doença, na produção de medicamentos (tinturas, pomadas, florais) que tinham por finalidade sanar as necessidades existentes nos acampamentos. Por exemplo, um resfriado que não é tratado adequadamente poderia levar a uma pneumonia; um xarope de ervas específico poderia amenizar o problema. Entretanto, as mediações desse processo expressavam relações humanas alicerçadas em valores de solidariedade, companheirismo, cooperação e fraternidade. Expressavam um conhecimento e um saber popular sobre cuidados com a saúde e a relação humana com a natureza, que era próprio desses trabalhadores do campo.

O Setor Nacional de Saúde do MST está organizado desde 1998. Foi a partir do trabalho das “equipes de saúde” que se constituíram coletivos de saúde em cada estado e no coletivo nacional.

O coletivo de saúde, através de sua práxis, percebeu que o cuidado é apenas uma das dimensões da saúde e que a saúde está estritamente vinculada às questões que dizem respeito ao modo de produzir a vida, ou seja, a saúde é determinada pelas condições socioeconômicas, políticas e culturais da sociedade. O aprofundamento deste entendimento veio através da compreensão de que a saúde não é um campo neutro, mas sim de disputas políticas. Isso se pode verificar com o modelo adotado no Brasil de uma agricultura baseada no uso do agrotóxico, no alto consumo de agrotóxico pela população, na perda

¹ Executiva nacional do setor de Saúde do MST é um grupo composto por dirigentes dos setores de saúde dos estados. Faz parte da organicidade do setor de saúde. Entenderemos isso melhor no decorrer do texto.

da soberania dos povos das sementes crioulas, nas disputas de territórios pelos povos e comunidades tradicionais, pela disputa expressa no complexo modelo capitalista farmacêutico.

Com a compreensão de que saúde está além do “setorial saúde”, o MST teve a necessidade de ampliar seu conceito teórico sobre saúde. A ampliação conceitual provocou um redimensionamento na atuação do setor, incluindo a necessidade de formar profissionalmente seus militantes, de articular o trabalho em saúde aos outros setores do movimento e de fortalecer a organização para garantir a ampliação de sua atuação.

A ampliação conceitual provocou um redimensionamento na atuação do setor, incluindo a necessidade de formar profissionalmente seus militantes, de articular o trabalho em saúde aos outros setores do movimento e de fortalecer a organização para garantir a ampliação de sua atuação. Essa ampliação do que é Saúde ocorreu, principalmente, após a I Oficina Nacional de Saúde do MST em 1998. Nesse encontro foram abordados

[...] temas importantes para o movimento, tais como: conceito de saúde, SUS, controle social no SUS, o que possibilitou profundos debates entre os militantes presentes, embriões da construção das táticas e estratégias de atuação do MST no campo das políticas públicas (KNIERIN, 2016, p. 62).

A I Oficina Nacional de Saúde conseguiu sistematizar várias questões que pudessem orientar os coletivos nos estados, com o objetivo de alcançar melhorias nas condições de saúde dos assentados e acampados e, a partir daí, criar estratégias para melhorar o quadro sanitário. Assim, foi realizado um primeiro trabalho de pesquisa sobre a situação de saúde pública dos assentamentos e acampamentos de reforma agrária:

Esse trabalho foi realizado numa parceria entre a Universidade de Brasília (UnB), através do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM), o Núcleo de Estudos em Saúde Pública (NESP) e o Setor Nacional de Saúde do MST. O diagnóstico apontou importantes desafios a serem enfrentados pelo setor de saúde do MST e para agenda da saúde pública, entre eles, a necessidade de criar estratégias para a população se apropriar das informações e transformá-las em bandeiras de luta (KNIERIN, 2016, p. 60).

No ano de 1999, foram realizadas várias atividades (de formação, seminários, encontros estaduais) com assentados e acampados em vários estados, de modo a estimular a participação da base e, com isso, estimular a reflexão individual e coletiva sobre os processos saúde-doença e compartilhar saberes e as práticas de cuidados necessárias para fortalecer a saúde da coletividade.

A partir do ano 1999, iniciamos os processos de formação em saúde. No ano de 1998, o Curso Técnico em Saúde da Comunidade, no Iterra – RS e a

partir daí em outros estados (BA, PE). Em 1999-2000, iniciamos a primeira turma de Medicina em Cuba. No ano de 2001, o primeiro Curso Técnico em Enfermagem no Estado de Pernambuco.

Para uma melhor compreensão sobre a relação processual entre saúde, doença e a organização da sociedade, o Coletivo de Saúde incorporou em sua concepção o conceito ampliado de saúde, elaborado pelo movimento sanitário e defendido no VIII Conselho Nacional de Saúde (CNS), na qual resgata a luta e a posse da terra como uma das condições para a saúde; isso, mais tarde, na legislação do SUS – Sistema Único de Saúde, foi suprimido (KNIERIN, 2016).

Durante o ano de 2006, o Setor de Saúde do MST realizou uma segunda consulta de caráter popular e participativa, em parceria com a UnB, com o intuito de

[...] perceber e sistematizar os processos de transformação das condições de vida e saúde dos territórios de reforma agrária e da sociabilidade proporcionada ao conjunto de seus moradores e moradoras, calcado na análise da realidade de que a luta contra a desigualdade social gera cidadania e emancipação política e econômica, social e cultural, fazendo com que as pessoas sejam construtoras de novas realidades (ANCA, 2006, p. 9).

Fruto dessa consulta popular e participativa do Setor de Saúde, em 2006 houve a geração do diagnóstico para compreender a situação real da saúde nas áreas de acampamentos e assentamentos, dando origem ao livro “Situação de Saúde dos Assentamentos e Acampamentos do MST”.

Ainda como consequência dessas reflexões, realizou-se em dezembro de 2007 o primeiro planejamento participativo e estratégico com a participação de homens e mulheres, dos coletivos estaduais. Neste planejamento, foi reafirmada a concepção de saúde, expressa no Boletim Informativo do Coletivo Nacional:

Saúde é ter a possibilidade de lutar contra tudo que nos agride e ameaça, inclusive a doença. E a intervenção em saúde deve, portanto, fortalecer esta capacidade de lutar (MST, 2007, p. 1).

A realização deste planejamento foi a segunda tentativa do setor de saúde do MST para analisar sua trajetória e pensar estrategicamente em como somar para a construção de outro projeto societário:

Lutar por saúde como direito humano, contribuindo na construção de um projeto popular de saúde da classe trabalhadora. Construir saúde na perspectiva da integralidade e equidade, refletindo sobre as causas das doenças individuais e coletivas, estimuladas pelo projeto capitalista e imperialista no Brasil. Contribuir com a consolidação do Sistema Único de Saúde, com controle público, gestão participativa, serviços de qualidade, garantindo o pro-

tagonismo da classe trabalhadora dentro de um projeto popular para o Brasil. Re-significar saúde para além da prestação de serviços e assistência às doenças, construindo a saúde numa dimensão ética, política, social, econômica e cultural (MST, 2007, p. 02).

Os objetivos estratégicos orientam as ações do setor de saúde desde 2007, afirmando a formação como elemento transversal de todas as ações.

À luz dessas orientações, o Coletivo Nacional de Saúde organizou sua atuação, ampliando seu trabalho nos estados e territórios, através da criação de coletivos de saúde, de cursos para fortalecer a formação de trabalhadores e trabalhadoras comprometidas com a construção de um projeto popular de saúde (KNIERIN, 2016).

Espaço de cuidado Maria Aragão

Tratando-se de educação popular, a concepção adotada neste relato de experiência orienta-se por uma abordagem freiriana de educação, onde o diálogo se faz importante e necessário. Uma perspectiva que reconhece que as organizações populares – enquanto sujeitos políticos em caminhada histórica – produzem saberes a partir dos processos de luta e transformação da realidade social (FREIRE, 1997).

Para compreender melhor a metodologia utilizada na escrita desse texto, recorreu-se aos estudos de Brandão (1986) para fundamentar os princípios do método da observação participante e aplicá-los com segurança neste trabalho.

No texto “O ardil da ordem”, Brandão (1986) traz a importância da relação entre educação e classes populares. Nas palavras do autor, o objetivo é “procurar compreender como existem e como se articulam ativamente os universos sociais e simbólicos das trocas de saberes em comunidades rurais” (BRANDÃO, 1986, p. 9). O modo de vivência no campo e suas diversas interfaces com a apropriação do conhecimento e sua transmissão são instigantes para pensar a relação dos atores sociais com a terra.

Quando Brandão (1986) apresenta o debate da educação popular, ele está dialogando com o Brasil da década de 80, quando o país vivenciava uma efervescência dos movimentos sociais no campo e da luta pela terra. Ainda segundo Brandão (1986), o educador que se propõe a analisar tais processos precisa de um conhecimento peculiar dos “modos de vida” no campo. A expressão “modos de vida” aparece no plural por representar as especificidades de cada região e as vivências diversificadas dos povos.

Dessa forma, ao fazer uso da metodologia da observação participante, apresentada por Brandão (1986), e trabalhar as dimensões cultural, social e políticas que devem envolver o “educador popular” e interagir com o “saber

do povo”, se fará com que este trabalho tenha uma proximidade maior com a realidade estudada, visto que a própria pesquisadora faz parte do movimento estudado.

Dito isso, utilizamo-nos do exercício da alteridade para observar aspectos que não conseguíamos perceber no cotidiano, dada a dificuldade em separar o que é familiar para nós. Conciliar a academia, a militância política e a produção de novos saberes científicos exigem muita disciplina.

Procurou-se aliar ao trabalho de campo a reconstrução histórica do setor de saúde, desde as equipes de higiene, coletivo de saúde e chegar ao setor de saúde como o compreendemos hoje, utilizando como técnica de coleta de dados, a observação participante combinada com entrevistas semiestruturadas, baseada em história de vida, neste caso a história dos cuidadores e cuidadoras, médicos, médicas e bruxas do setor de saúde, além de pesquisa documental em documentos do MST.

Uma das características da entrevista semiestruturada é a utilização de um roteiro previamente elaborado apoiado em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. O foco principal é colocado pelo investigador-entrevistador. Além de favorecer a descrição dos fenômenos sociais, favorece também a explicação e a compreensão de sua totalidade, mantendo a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (MANZINI, 1991).

Utilizamos documentos do MST, dos quais fazem parte: ofícios, relatórios, fotos, boletins informativos, utilizados com a finalidade de complementar as informações obtidas através da observação participante e dos questionários semiestruturados. A partir da compreensão dos objetivos que orientam as ações do Setor de Saúde do MST, o Coletivo Nacional deu início ao debate e construção de um espaço de cuidados e atendimentos médicos dentro das atividades e eventos que o movimento Sem Terra estava realizando. Este espaço foi chamado de Espaço Saúde Maria Aragão.²

A escolha do nome “Espaço Saúde Maria Aragão” se deu a partir do estudo e contato dos militantes do setor de saúde com o legado da médica

² Maria José Camargo Aragão, conhecida como Maria Aragão, nasceu em São Luís (MA), no dia 10 de fevereiro de 1910 e morreu no dia 23 de junho de 1991. Médica e professora brasileira iniciou sua carreira como Pediatra, mas atuou durante sua vida como ginecologista. Formou-se pela Universidade do Brasil, do Rio de Janeiro, sua história tem origem na extrema pobreza. Dotada de um grande senso de liderança, enfrentou as oligarquias políticas, em pleno regime militar na década de 1960 e sofreu as perseguições promovidas pela ditadura. Através da medicina, Maria Aragão entrega-se às causas sociais, lutando por uma sociedade justa e igualitária. Foi uma eterna defensora das bandeiras populares.

sanitarista Maria Aragão no curso de formação em Agente Comunitário em Saúde em parceria com a coordenação do curso de Enfermagem da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) entre os anos 2006 e 2008.

O Espaço Saúde Maria Aragão chamava-se antes Espaço Saúde apenas; a escolha deste nome uma forma de demarcar qual espaço e qual saúde estamos nos propondo a construir. Assim, no Encontro Nacional Educadores da Reforma Agrária (ENERA), em 2015, batizamos Espaço Saúde de Maria Aragão. Este espaço foi pensado e criado pelos militantes, cuidadores e cuidadoras, médicos e médicas do Setor de Saúde para fazer atendimentos e oferecer cuidados aos militantes presentes nas atividades e encontros do MST.

Alguns depoimentos de lideranças do setor de saúde do MST mostram que a inserção na luta pela terra, inicialmente por uma questão econômica, assume outras dimensões na vida desses sujeitos, gerando espaços de participação e trabalho e, conseqüentemente, construção de identidades, sociabilidades e autonomia. Traz para o debate da luta pela terra os processos de adoecimentos dos corpos, adoecimentos e doenças instalados há muito tempo, os adoecimentos físico, mental, do corpo e da alma (do sujeito como um todo) causados também em grande parte pela exploração do capital.

Tais reflexões permitiram compreender a importância da construção de novos valores, não mais excludentes e individualistas, assim como os valores sociais hegemônicos, dos quais os Sem Terra já foram vítimas inúmeras vezes. Nesse sentido, é possível reconhecer a dimensão cuidadora e formadora que o movimento social desempenha na vida das pessoas excluídas socialmente neste espaço de múltiplos cuidados.

O espaço de cuidado é pensado em várias dimensões: a dimensão do afeto, do cuidado com o outro, a dimensão física e estrutural do espaço de atendimento e cuidado, a dimensão das práticas, saberes e conhecimento.

A organização do espaço e o planejamento são feitos com antecedência, quando o perfil do público a ser atendido e o cuidado no encontro são levados em consideração: se são crianças, jovens, adultos ou idosos; se é um encontro de mulheres. Há a perspectiva de pensar quais cuidados e práticas serão realizados, como acolher o sujeito adoecido presente nos encontros do movimento.

Para criar e construir esse espaço, os insumos e materiais, em sua grande maioria, são produzidos por nossas bruxas e bruxos, cuidadoras e cuidadores nos assentamentos e acampamentos. Estes insumos são as folhas de chás, xaropes, florais, tinturas, pomadas e óleos de massagem. Importam a solidariedade e o papel de diversos profissionais amigos do MST em estar nesse espaço de cuidado ajudando e, ao mesmo tempo, aprendendo e vivenciando novas experiências.

É também um espaço físico, e itinerante, que vai adequando a sua montagem a partir das estruturas físicas e materiais que possuímos. Isso acontece em maior ou menor proporção, sem perder na qualidade do processo formativo e formação de saberes e dos atendimentos em saúde.

Os registros dos atendimentos, o seu processamento e quantificação de terapias e práticas de cuidados realizadas são importantes para sabermos como anda a situação de saúde dos sujeitos nos encontros e nas nossas áreas de reforma agrária. Há processos avaliativos e propostas coletivas de sempre saber o que está bom e o que pode melhorar.

Dentro do Espaço Saúde Maria Aragão são realizadas as práticas populares de cuidado em saúde como reiki, massagem, fitoterapia, chás, argiloterapia, ventosaterapia, acupuntura, a escuta amorosa – demanda reprimida que vem das áreas, imposta pelo sistema capitalista. Há a compreensão aqui de que este modelo de atendimento em saúde representa uma disputa com o modelo “ambulatorial” médico-hospitalar, pois busca diálogos e trocas entre sujeitos, saberes e práticas na produção de uma ação de educação popular em saúde.

Notas conclusivas

A diversidade de cuidados populares em saúde traz o desafio de estarmos cada vez mais em processo de formação. O Espaço de Cuidados Maria Aragão cumpre um papel formativo, de trocas de experiências, onde se praticam novos conhecimentos, trazendo riqueza da diversidade das trocas de experiências, culturas, conhecimentos, saberes e tradições.

O Espaço de Cuidados Maria Aragão é a construção de um espaço de libertação, de conhecimento pessoal, de sentir o toque e de ser tocado, um espaço de construção de relações de amizade, de respeito, onde um se vê e reconhece no outro, e se cuida e cuida do outro.

E é importante considerar que, no campo e na floresta, especialmente, as populações da reforma agrária, agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas e extrativistas, entre outras, encontram vários obstáculos ao acesso às políticas públicas de saúde e a todas as demais que garantam as condições de vida e os direitos necessários à permanência nesses territórios.

Além da dificuldade no acesso (físico, do deslocamento das pessoas) à saúde da população do campo, floresta e água, pensando mesmo nos territórios, nos acampamentos e assentamentos, nas longas distâncias aos postos de saúde. Enxergamos a restrição no cumprimento da política pública. Temos uma Política Nacional de Saúde Integral da População do Campo, Floresta e Águas – PNSIPCF, onde o modelo é excelente, mas a prática da política não atende às necessidades da população.

Fazer o Estado cumprir a função da Política Pública de saúde para o campo a partir dos territórios é um dos maiores desafios colocados. O que vemos é a implantação do modelo de saúde voltado para a cidade sendo imposto à população do campo, floresta e águas, sem a preocupação com os povos em seus territórios, com suas especificidades.

Referências

- ANCA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE COOPERAÇÃO AGRÍCOLA. *Pesquisa popular participativa: condições de vida e saúde da população de assentamentos da reforma agrária*. Brasília: ANCA/UnB/Ministério da Saúde, 2006.
- BRANDÃO, C. R. *O ardil da ordem: caminhos e armadilhas da educação popular*. Campinas: Papirus, 1986.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- KNIERIN, G. S. *O estilo de pensamento em saúde dos técnicos em saúde formados pelo MST: a determinação social como princípio fundante*. Dissertação (Mestrado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Rio de Janeiro, 2016.
- MANZINI, E. J. A entrevista na pesquisa social. *Didática*, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.
- MATOS, J. S.; SENNA, A. K. História Oral como fonte: problemas e métodos. *Historiae*, Rio Grande, v. 2, n. 01, p. 95-108, 2011.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Boletim Informativo do Coletivo Nacional de Saúde*. 2007.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *O setor de gênero*. MST, 2008.
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *MST: Lutas e Conquistas*. Secretaria Nacional do MST. São Paulo, janeiro, 2010.
- MORISSAWA, M. *A história da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- PNSIC – *Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo, Floresta e Águas*. Disponível em: <https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_populacoes_campo.pdf>.

Sobre as autoras e os autores

Ana Claudia Diogo Tavares

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), mestrado em Sociologia e Direito e graduação em Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professora do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas em Direitos Humanos (NEPP-DH) e coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos (PPDH) da UFRJ.

Ariane Favareto

Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ); pesquisadora colaboradora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) e consultora de organismos internacionais, nacionais e órgãos governamentais; pesquisa temas de desenvolvimento rural, relações sociais de gênero e desenvolvimento territorial. E-mail: a.favareto@uol.com.br

Beatriz Abreu dos Santos

Doutoranda no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), Universidade de Brasília (UnB), pesquisando conflitos socioambientais na Amazônia, na fronteira entre agronegócio e agricultura familiar; pesquisas incluem redes de governança da agricultura familiar e perspectivas alternativas para o desenvolvimento territorial da região do Planalto Santareno. E-mail: beatriz.abreu92@gmail.com

Catia Grisa

Doutora em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ); professora nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) e Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento (PGDREDES), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); pesquisa temas de políticas alimentares, políticas para a agricultura familiar, segurança alimentar e nutricional, e desenvolvimento rural. E-mail: catiagrisaufrgs@gmail.com

Danielle Wagner Silva

Doutora em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); professora no Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA); pesquisadora e extensionista em Agroecologia, agricultura familiar e políticas públicas; afiliada à Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) e à Rede de Estudos Rurais. E-mail: danielle.wagner@ufopa.edu.br

Edinaldo Correia Novaes

Graduado em Licenciatura en Atención Estomatología pela Universidade de Ciencias Médicas Carlos Juan Finlay (Cuba), técnico de enfermagem, em saúde bucal e terapeuta holístico; membro da coordenação nacional e cuidador do setor de saúde do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E-mail: iramaiacuba@gmail.com

Elisa de Jesus Garcia

Doutoranda no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), mestre em Extensão Rural e bacharel e licenciada em História pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Atua na promoção de ações de educação popular, formação política e organização produtiva e realiza pesquisas sobre agricultura familiar, movimentos sociais e políticas públicas. E-mail: elisajgarcia@gmail.com

Emilie Coudel

Pesquisadora em socioeconomia do Centro Internacional de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento (CIRAD), França; estuda processos e atores rurais que se engajam em transições agroecológicas, particularmente pela coprodução de conhecimento e a valorização de práticas agroecológicas e lutas por políticas públicas. E-mail: emilie.coudel@cirad.fr

Fabrcio Teló

Professor de Sociologia (Universidade Politécnica Kwantlen, Canadá); doutor e mestre pelo CPDA, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), graduado em Ciências Sociais (UFSM); faz parte da Comissão Camponesa da Verdade e do Núcleo de Pesquisa, Documentação e Referência sobre Movimentos Sociais e Políticas Públicas no Campo (NMSPP/CPDA/UFRRJ). E-mails: fabricao.telo@kpu.ca e telo.fabricio@gmail.com

Fernanda Maria da Costa Vieira

Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e em mobilidade no Programa de Pós-colonialismo e Cidadania pelo Centro de Estudos Sociais (Universidade de Coimbra; mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF); professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Janise Bruno Dias

Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Geografia e Análise Ambiental e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); professora e pesquisadora da UFMG na área de Geografia, ênfase em Biogeografia, com estudos da paisagem, políticas públicas socioambientais, áreas protegidas, meio ambiente e desenvolvimento rural. E-mail: janisebd@ufmg.br

Joel Orlando Bevilaqua Marin

Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) e professor do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (PPGExR), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: bevilaquamarin@gmail.com.

Karine Pereira de Freitas

Mestranda do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e graduada em História (UFRPE); integrante do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades (UFRPE) e do Grupo de Pesquisa Gênero e Ruralidades (CPDA/UFRRJ). E-mail: karinefreitas@ufrj.br

Klemens Laschefski

Doutorado (2002) e Mestrado (1992) em Geografia, Universidade de Heidelberg, Alemanha; professor no Programa de Pós-Graduação em Geografia (UFMG). Pesquisador do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) e bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Pesquisa temas como conflitos ambientais nos espaços rurais e urbanos (Brasil e México), governança ambiental. E-mail: klemens.laschefski@gmail.com

Laeticia Medeiros Jalil

Socióloga, doutora e professora da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), feminista, mãe de Inácio; membra do GT de Mulheres da ANA e da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste; coordenadora do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades (UFRPE). E-mail: laeticiajalil@gmail.com

Laila Mayara Drebes

Doutora em Extensão Rural pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Professora do Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). E-mail: drebes.laila@unifesspa.edu.br

Larissa Padilha de Brito

Mestranda em Política Social e Direitos Humanos – UCPel. Desenvolve pesquisa nas áreas de Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas. E-mail: larissa.brito157@gmail.com

Lídia Cabral

Cientista social, pesquisadora do Institute of Development Studies (IDS) e coordenadora do Programa de Mestrado em Sistemas Alimentares e Desenvolvimento na Universidade de Sussex (Reino Unido), com pesquisas sobre o Brasil como ator de desenvolvimento e influências nas políticas agrícolas na África; a política de ciência e tecnologia agroalimentar e transferências tecnológicas Sul-Sul, incluindo narrativas da Revolução Verde. E-mail: l.cabral@ids.ac.uk

Ludmila Bandeira Pedro de Farias

Professora de Sociologia, especialista em Estudos Latino-Americanos (Escola Nacional Florestan Fernandes – ENFF) e Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e graduada em Ciências Sociais (UFJF). Militante, cuidadora e bruxa do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). E-mail: ludmila.bandeira@gmail.com

Luiza Borges Dulci

Doutora em Ciências Sociais, Desenvolvimento e Agricultura (CPDA/UFRRJ), mestre em Sociologia e Antropologia (UFRJ) e graduação em Economista (UFMG); fez estágio doutoral na Universidade de Denver (Estados

Unidos); pesquisa temas como sistemas agroalimentares, ecologia política e questão agrária. E-mail: luiza.dulci@gmail.com

Luiza Carolina da Silva

Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), feminista, mãe de Izabella; pesquisadora do Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades e integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. E-mail: luizacsilva00@gmail.com

Marcos Antonio Barbosa de Almeida

Mestrando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Roraima (UFRO).

Maria Luiza Galle Lopedote

Graduação em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UFSC); advogada popular, presta assessoria jurídica a comunidades indígenas e ao Conselho Indígena de Roraima (CIR).

Mariana Piva da Silva

Doutora em Ciências Ambientais pela Lancaster University (Reino Unido) e pós-doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS), da Universidade de Brasília, no projeto INCT Odisseia. Durante sua trajetória acadêmica tem trabalhado com questões socioambientais ligadas aos temas: relações campo-cidade, qualidade de vida, agricultura familiar, agroecologia e ciência-cidadã. E-mail: m.pivadasilva@gmail.com

Michelly Aragão Guimarães Costa

Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidad de Buenos Aires (FSOC/UBA); pesquisadora no Núcleo NUSUR-IDAES/UNSAM e no Núcleo Jurema: Feminismos, Agroecologia e Ruralidades (UFRPE); integrante da Rede Feminismo e Agroecologia do Nordeste. E-mail: mikellyaragao@gmail.com

Paulo Romário de Lima

Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande. Atua em pesquisas nas áreas de Desenvolvimento Rural e Ecologia Política. Bolsista da Fiocruz. E-mail: pragroecologo@gmail.com

Poonam Pandey

Com formação em biotecnologia agrícola, é pesquisadora interdisciplinar do Post-Growth Innovation Lab, da Universidade de Vigo; pesquisa a agricultura na Índia, analisando interações entre estratégias locais, nacionais e internacionais relacionadas à modernização agrícola, incluindo a Revolução Verde e cultivos de transgênicos e a vulnerabilidade dos sistemas agroalimentares, segurança alimentar e energética no Sul global.

Ramonildes Gomes

Professora Titular na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2005) e pós-doutorado pela Ècole des Hautes Études en Sciences Sociales (CRBC/EHESS – 2010), pós-doutorado Université Paris Ouest Nanterre La Défense (2010) na França. Docente Permanente do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Tem se dedicado aos estudos sobre agricultura familiar, novas ruralidades, políticas públicas para o desenvolvimento rural, processos de mudança social no Semiárido nordestino, sistemas agroalimentares e agriculturas alternativas. E-mail: ramonildes.alves@professor.ufcg.edu.br

Sérgio Sauer

Doutor em Sociologia (UnB) e professor da Universidade de Brasília (UnB) na Faculdade UnB Planaltina (FUP) nos Programas de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural (PPG-Mader), Centro de Desenvolvimento Sustentável (PPGDS) e Mestrado em Sustentabilidade junto a Povos e Terras Tradicionais (MESPT); bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: sauer@unb.br

Valter Lúcio de Oliveira

Doutor em Ciências Sociais (CPDA/UFRRJ), mestrado em Desenvolvimento Rural (PGDR-UFRGS) e graduação em Agronomia (UFLA); professor do Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) e em Sociologia e Direito (PPGSD), Universidade Federal Fluminense (UFF); líder do Grupo de Pesquisa Fronteiras (CNPq). E-mail: valteroliveira@id.uff.br

Viviane Carnevale

Graduação em Direito e licenciatura em Ciência Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), integra o grupo de extensão Núcleo de

Assessoria Jurídica Universitária Popular (NAJUP) Luiza Mahin desde 2016; pesquisa o campo jurídico e a luta por direito à terra em ocupações urbanas e rurais.

Wendy Woldford

Doutora em Geografia (Universidade da Califórnia Berkeley); professora da cadeira Robert A. e Ruth E. Polson de Desenvolvimento Global no Departamento de Desenvolvimento Global, Vice-reitora de Assuntos Internacionais da Universidade Cornell (New York) e pesquisadora em temas do campo como uso e distribuição da terra, mobilização social, movimentos sociais agrários, sociedades agrárias. E-mail: www43@cornell.edu

Xiuli Xu

Professora na Faculdade de Humanidades e Estudos de Desenvolvimento (COHD), da China Agricultural University, e reitora da Faculdade de Desenvolvimento Internacional e Agricultura Global (CIDGA); pesquisa a arquitetura do desenvolvimento global; investimentos e ajuda externa da China a países africanos e asiáticos; a evolução do pensamento de desenvolvimento e a construção do estado desenvolvimentista em países africanos.



Em 2006 foi criada a Rede de Estudos Rurais. Passados quinze anos, este livro mostra a vitalidade desse fórum acadêmico de discussão sobre questões relacionadas ao rural no Brasil. Os textos ora publicados e que representam uma seleção de trabalhos apresentados no IX Encontro, realizado de forma remota em 2021, apontam quer para as iniciativas de diálogo com pesquisadores de outros países, quer para a ampliação do leque temático das reflexões presentes na trajetória da Rede. Abrangem desde questões já consolidadas, como é o caso das políticas públicas, até temas mais recentes no debate acadêmico (assessoria jurídica, relação de camponeses com a resistência armada no regime militar, ações de cuidado, formas de organização e resistência indígena, entre outras). Com isso se faz um esforço de atualizar os termos das reflexões sobre as transformações recentes na sociedade e no mundo rural, abordando temas estruturantes como landnahme, financeirização da terra e da natureza e abrindo oportunidades para uma melhor compreensão das condições em que se multiplicam conflitos e se produzem e reproduzem atores e identidades sociais e políticas.

Leonilde Servolo de Medeiros
Professora titular do CPDA/UFRRJ e pesquisadora do CNPq

